UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PATRÍCIA SANTOS HANSEN

**Brasil, um *país novo*: literatura cívico-pedagógica e a construção
de um ideal de infância brasileira na Primeira República.**

SÃO PAULO
2007

PATRÍCIA SANTOS HANSEN

Brasil, um *país novo*: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Nicolau Sevcenko

SÃO PAULO
2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

Patrícia Santos Hansen

Brasil, um *país novo*: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor em
História. Área de Concentração: História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para Cristiano e Nico

AGRADECIMENTOS

Nos últimos quatro anos e meio recebi inúmeras contribuições, ajudas e socorros, tanto no que diz respeito ao trabalho de concepção, pesquisa e redação da tese quanto na vida pessoal, sem os quais seria muito difícil chegar a termo.

Agradeço em primeiro lugar ao Prof. Nicolau Sevckenko pela orientação deste trabalho e pelas sugestões tão originais e inspiradoras com as quais me presenteou em diferentes momentos.

À Cristina Carletti que facilitou muitas vezes a comunicação entre orientanda e orientador e com tanta gentileza e compreensão me possibilitou sempre o cumprimento das exigências burocráticas no prazo.

Aos professores da PUC-Rio, instituição na qual cursei a Graduação e o Mestrado em História, e que contribuíram de maneira fundamental e inesquecível para a minha formação.

Às Professoras Maria Helena Capelato e Lília Moritz Schwarcz pelas sugestões feitas durante o meu Exame de Qualificação.

À CAPES pela ajuda financeira no final do doutorado, permitindo meu afastamento de obrigações profissionais e a dedicação exclusiva à tese nessa fase decisiva.

Ao Rafael pela grande amizade e pela ajuda com a revisão do texto.

Ao meu irmão Alexandre e minha mãe Odila pelo apoio de sempre.

Ao Cristiano pelo companheirismo, carinho e otimismo que tornam a nossa vida mais fácil e feliz.

RESUMO

A partir do final do século XIX, importantes intelectuais brasileiros como Silvio Romero, Olavo Bilac, Coelho Netto, e outros, começaram a produzir livros de caráter cívico para o público infantil. Na primeira década do século XX, a revista *O Tico-Tico*, primeiro periódico brasileiro dirigido às crianças, iria somar-se àqueles pondo em prática um projeto pedagógico vinculado ao novo *status* da criança na família e na sociedade. Enquanto “ser social”, a criança passava a ser vista principalmente como futuro da nação, adquirindo uma responsabilidade que seria simbolicamente reforçada pela utopia do país do futuro. Dialogando com o contexto que se configurou a partir da abolição da escravidão e da proclamação da república no Brasil, os textos cívicos além da tarefa de formar cidadãos assumiram por vezes também um caráter civilizador, divulgando novos valores éticos e sociais que ao mesmo tempo caracterizavam um estilo de vida burguês e subordinavam as escolhas, as relações, os hábitos, os sentimentos e o corpo do indivíduo a pátria, visando com isso efetuar uma verdadeira regeneração nacional. Nessa perspectiva, a literatura cívica da Primeira República transformou-se em um importante meio para a execução de projetos que visavam a formação de um novo homem, contido em potencial na representação de um ideal de infância brasileira, um escol de cidadãos perfeitos na forma de crianças precoces e viris, cuja construção se constitui no objeto principal deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Civismo, Nacionalismo, Literatura infanto-juvenil, Olavo Bilac, Coelho Netto, Júlia Lopes de Almeida, O Tico-Tico.

ABSTRACT

By the end of the 19th century, prominent Brazilian intellectuals such as Silvio Romero, Olavo Bilac, Coelho Netto, among others, started to produce civic books for children. On the first decade of the 20th century, *O Tico-Tico*, the first Brazilian periodical aimed at children, would join these publications by putting into practice a pedagogical project linked to the new status that the child would achieve inside the family and society. As a “social actor”, the child would start to be seen mainly as the future of the nation, acquiring a responsibility that would symbolically be enforced by the utopia of Brazil as the country of the future. Beyond the task of forming citizens, the Brazilian civic texts, in a dialog with the context that was configured starting with the end of slavery and the proclamation of the republic, have at times assumed a civilizing character spreading new ethical and social values, consolidating a bourgeois lifestyle and subordinating choices, relationships, habits, feelings and even the body of the individuals under the authority of the fatherland, aiming to put into effect a true national regeneration. Under this perspective, the civic literature of the First Republic (1889-1930) became a very important medium for projects that meant to create a new man, embodied on the representation of an ideal Brazilian childhood, a set of perfect citizens in the shape of precocious and virile children, whose image construction is the main object of study in this work.

KEYWORDS: Civism, Nationalism, Children’s Literature, Olavo Bilac, Coelho Netto, Júlia Lopes de Almeida, O Tico-Tico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 UM <i>PAÍS NOVO</i> , “ONDE QUASE TUDO AINDA ESTÁ POR FAZER”	19
1.1 O surgimento de um ideal de <i>infância brasileira</i>	21
1.2 O ufanismo.....	43
1.3 O conceito de <i>país novo</i> na Primeira República.....	55
1.4 Pátria e nação.....	68
2 A ARTE DE FORMAR BRASILEIROS.....	81
2.1 A família.....	83
2.2 A solidariedade.....	94
2.3 A saúde e os cuidados com o corpo.....	106
2.4 O estudo e o trabalho.....	113
2.5 Os conhecimentos da história, do território e dos recursos naturais.....	129
2.6 A República.....	146
2.7 Os símbolos nacionais.....	150
2.8 A civilização e o progresso.....	154
2.9 As virtudes e os hábitos.....	161
2.10 Escoteiros e soldados.....	167
3 CRIANÇAS, SEDE HOMENS DESDE JÁ!.....	177
3.1 Uma infância curta.....	179
3.2 Uma infância viril.....	188
3.3 Uma infância brasileira.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	226
ANEXOS.....	241

INTRODUÇÃO

“Esses [...] livros sobre boas maneiras constituem um gênero literário em si. Se a herança escrita do passado é examinada principalmente do ponto de vista do que estamos acostumados a chamar de ‘importância literária’, então a maior parte deles não tem valor. Mas se analisamos os modos de comportamento que, em todas as idades, cada sociedade esperou de seus membros, tentando condicioná-los a eles, se desejamos observar mudanças de hábitos, regras e tabus sociais, então essas instruções sobre comportamento correto, embora talvez sem valor como literatura adquirem especial importância. Lançam alguma luz sobre elementos do processo social em relação aos quais só possuímos, pelo menos no que se refere ao passado, pouquíssimas informações diretas. Mostram-nos com exatidão o que estamos procurando – isto é, o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo. Esses poemas e tratados são em si mesmo instrumentos diretos de ‘condicionamento’ ou ‘modelação’, de adaptação do indivíduo a esses modos de comportamento que a estrutura e situação da sociedade onde vive tornam necessários. E mostram ao mesmo tempo, através do que censuram e elogiam, a divergência entre o que era considerado, em épocas diferentes, maneiras boas e más”.

Norbert Elias

“[...] Vem assim ‘O tico-tico’ agindo como elemento de unificação nacional. Desempenhou essa função numa época anterior ao rádio e ao avião, juntamente com ‘O Malho’, o Lloyd Brasileiro, o Banco do Brasil, o teatro de Artur de Azevedo, os discursos de Rui, o Exército, a Marinha, outras forças nacionais. Publicou garatujas de meninos, tanto do Amazonas como do Rio Grande do Sul. Publicou também fotografias de crianças do Brasil inteiro. [...]”

De modo que a coleção do ‘Tico-Tico’ é, hoje, material precioso para aqueles que se dedicam ao estudo sociológico e antropológico da história do Brasil: [...] Não é só através do adulto que se estuda a história de um povo: também através do menino. Da vida, do vestuário, dos brinquedos, dos jogos, das leituras, dos desenhos, das garatujas dos meninos. E no ‘tico-tico’ se encontra muita expressão significativa das tendências e das preferências da infância brasileira durante fase interessantíssima da formação nacional. [...]”

Gilberto Freyre

O objeto deste trabalho é a construção de um ideal de infância brasileira em textos produzidos no Brasil, entre a Proclamação da República e o início dos anos vinte, que se destacam no conjunto da literatura infantil por assumir uma feição cívico-pedagógica.

Inseridos no contexto de profundas transformações que se segue à Abolição e à República, esses textos eram destinados a formar os futuros cidadãos brasileiros e, por esta razão, dirigidos às crianças do sexo masculino já alfabetizadas, implicando isso em limites óbvios ao alcance social dessas leituras em um país que na passagem do século estimava ter 75% de sua população formada por analfabetos e sem uma política efetiva para a promoção da instrução primária.

A instabilidade gerada pelas mudanças políticas, econômicas e sociais associadas ao fim do Império, da escravidão e do domínio da classe senhorial favoreceu o questionamento de todo um sistema de valores e normas de conduta que organizava a vida pública e privada na extinta ordem, e estimulou a promoção de novos hábitos, atitudes, sentimentos e virtudes apresentados como “bons”, em oposição aos anteriores que passavam a ser vistos como “atrasados” ou “maus”.

Nesse sentido, textos cívicos que também pretendiam exercer uma pedagogia moral, assumiram, além de sua finalidade principal e de forma complementar a ela, a função de inculcar nas crianças novas regras de civilidade, procurando impor um padrão de hábitos e comportamentos aos quais os indivíduos deveriam se condicionar, e que sintetizavam um ideal de homem, representado em potencial na infância brasileira.

Escritos em sua maior parte por intelectuais renomados e engajados nas questões de seu tempo, esses textos são indicadores e fatores das mudanças em curso. Analisá-los enquanto projeto permite compreender a percepção que os autores tinham dos problemas nacionais, de seu próprio lugar na sociedade e das soluções possíveis para realizar o destino grandioso tão apregoado para o Brasil. Considerar sua importância na constituição e

divulgação de um código de conduta afinado com o ideal de uma nação moderna e civilizada, implica no reconhecimento de seu papel em uma dinâmica de reagrupamento social, fornecendo signos de distinção aos grupos em ascensão.

É assim que as crianças se transformam em objeto e sujeito desses projetos. Uma vez identificadas com a representação da infância brasileira, as crianças adquirem maior valor na sociedade e na família, da qual passam a ser o centro e para a qual também servem como uma espécie de vitrine, mostrando o seu grau de adequação ao novo modelo de civilidade.

Sendo assim, um dos objetivos principais deste trabalho consiste em identificar as principais representações, conceitos e categorias presentes nesses projetos, seus aspectos em comum, suas especificidades e seus conflitos no próprio âmbito da literatura cívica da Primeira República, contrastando-os com aqueles que passavam a ser vistos de forma negativa e, em alguns casos, comparando-os a outros projetos contemporâneos.

Em ordem cronológica segundo a data das primeiras edições, os livros utilizados como fontes principais neste trabalho são:

- *A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis* de Silvio Romero – 1890
- *Festas Nacionais* de Rodrigo Otávio – 1893
- *América* de Coelho Netto – 1897
- *A terra fluminense* de Olavo Bilac e Henrique Coelho Netto – 1898
- *Porque me ufano do meu país* de Afonso Celso – 1901
- *Nossa Pátria* de Virgílio Cardoso de Oliveira - 1903
- *Contos Pátrios* de Olavo Bilac e Coelho Neto - 1904
- *Poesias infantis* de Olavo Bilac – 1904
- *Histórias da nossa terra* de Júlia Lopes de Almeida – 1907
- *Pátria brasileira* de Olavo Bilac e Coelho Netto -1909
- *Através do Brasil* de Olavo Bilac e Manoel Bomfim – 1910
- *O livro do Escoteiro* de Arnaldo Guinle e Mário Pollo - 1915
- *Minha terra e minha gente* de Afrânio Peixoto – 1916
- *Nossa Pátria* de Rocha Pombo -1917
- *Saudade* de Tales de Andrade – 1919
- *Brasil! Diurnal Cívico* de Joaquim Luís Osório - 1920.
- *Breviário Cívico* de Coelho Netto – 1921
- *Catecismo Cívico* de Augusto Mário Caldeira Brant – 1921

Além dos livros, uma seleção de textos da revista *O Tico-Tico* também se inclui entre as fontes, em particular os publicados nas seções “A arte de formar brasileiros” e “As lições de vovô”, e as cartas dos leitores.

Esse *corpus* certamente não esgota toda a produção de textos que tinham como objetivo promover a educação cívica dos brasileiros publicada no recorte que baliza este trabalho, já que o pouco valor atribuído a essa literatura costuma deixá-la de fora dos acervos e coleções. Entretanto, inclui o que há de mais representativo na literatura cívica infantil da Primeira República.

Apesar da finalidade comum, estes textos são muito distintos tanto em termos de gênero quanto nos conteúdos. Uma das razões disso, conforme enunciado por João Ribeiro no prefácio do primeiro livro após a República, era uma total falta de acordo sobre “que coisa é a instrução cívica”:

[...] Na Suíça, onde a novidade penetrou a custo e sem o caráter de estudo obrigatório no cantão de Friburgo, aparece em Vaud completamente reduzida a noções sumárias que já nos depara o estudo essencial da geografia política: isto é, fica reduzida a noções sobre as formas de governo, sobre a sociedade, família, tribo.

Na Bélgica, o direito constitucional só figura nas escolas de adultos.

Nos Estados Unidos há em algumas escolas o programa *trop pretentieux*, diz Buisson, de uma *science of government*, ciência que ainda hoje ninguém sabe o que é.

[...] A instrução cívica constitui um saber inclassificável: nem possui os caracteres de uma ciência, nem de uma arte.[...]

Uma das coisas mais curiosas e dignas de nota é justamente o fato de nenhuma legislação determinar a qualidade nem a quantidade do assunto: uma fala apenas de ações sobre as leis orgânicas, outra requer a história unida às noções da constituição, ainda outra intromete uns rudimentos de economia política e não falta quem peça um pouquinho de heráldica.

Como se vê, ninguém sabe definir a matéria, e a instrução cívica fica reduzida a uma espécie de receita doméstico onde se acotovelam mesinhas caseiras e doces em calda. (ROMERO, 1890, p. VI)

A dificuldade para definir o que era a instrução cívica estende-se à literatura a ela correspondente, não somente porque grande parte dos textos que a constituem foram escritos para uso escolar, às vezes como manuais de instrução cívica, outras como “livros de

leitura”, mas porque além da indefinição da “matéria” não há um modelo predominante de apresentação dos conteúdos. O surgimento de uma espécie de padrão parece ocorrer somente por volta dos anos vinte com o aparecimento dos três últimos livros da nossa lista, inspirados claramente no modelo do ensino religioso.

Nesse sentido, o exame dos textos identificados como possuidores de uma função cívico-pedagógica – no caso dos livros muitas vezes trazendo indicação na capa que os rotulava como “ensino cívico”, “educação cívica”, ou ainda “educação moral e cívica”, outras vezes por uma epígrafe que denunciava o sentido patriótico daquele texto ou, finalmente, em títulos que expressavam de forma inequívoca o seu conteúdo – revela, no período entre 1889 e 1921, um conjunto heterogêneo que engloba gêneros tão distintos como o romance, o conto, a epístola, a poesia, o didático, a biografia, a crônica e, finalmente, como denunciam os títulos *Catecismo cívico*, *Breviário cívico* e *Diurnal cívico*, uma doutrina, cuja leitura poderia constituir-se mesmo num ritual.

Mas o conjunto da literatura cívica é heterogêneo também nos projetos para o Brasil e os brasileiros que estão contidos nos diversos textos, e que implicam na divulgação de diferentes representações do país, de seus recursos e de seus problemas, de seus habitantes, da infância e da família, dos papéis sociais de homens e mulheres, do patriotismo, etc. Em alguns casos os textos privilegiavam apenas os conhecimentos sobre o país, entendidos como necessários ao cidadão consciente de seus deveres, outras vezes a formação do “cidadão perfeito” dependia da formação de um novo homem, capaz de subordinar suas escolhas, atitudes, sentimentos, enfim, toda sua vida, à pátria.

Esse último modelo começa a ser construído nos textos de ficção, principalmente de Olavo Bilac em co-autoria com Coelho Netto e Manoel Bomfim, ou de autoria individual dos dois primeiros, e de Júlia Lopes de Almeida, e se consolida quando o patriotismo passa a ser concebido como uma religião, tal como nos três livros referidos acima.

A predominância desses textos com forte apelo patriótico no conjunto da literatura infantil produzida no país entre o início da república e os anos vinte, com isso ressaltando sua função de projeto dirigido a um segmento específico ao qual se atribuía uma nova responsabilidade, qual seja, a de realizar o destino grandioso que se acreditava caber ao Brasil, constituiu-se no parâmetro principal para a delimitação do recorte temporal que baliza este trabalho.

O período que vai de 1889 a 1921 corresponde ao início de uma produção literária original voltada especificamente para o público infantil brasileiro, ou seja, uma literatura infantil cuja moldura era explicitamente nacional. A predominância dos textos cívico-pedagógicos nesse contexto se verifica até a importante mudança de paradigma promovida em 1921 por Monteiro Lobato, com a publicação de *Narizinho Arrebitado*.

Do ponto de vista deste trabalho, a mudança de paradigma efetuada por Lobato não importa somente pela introdução de novos elementos como o folclore e o maravilhoso que contrastam com o realismo da literatura cívica, mas principalmente pela nova representação da infância brasileira. Lobato permite que a criança ao mesmo tempo participe de um mundo de fantasia e construa uma identidade com o “nacional”, pela incorporação de personagens e lendas de uma tradição oral que passa a ser reconhecida como brasileira.

Em contrapartida, na produção cívico-pedagógica, a infância brasileira é fundamentalmente o futuro homem e cidadão. Ao tratar da produção de Olavo Bilac e seus colaboradores, Nelly Novaes Coelho (1984, p. 764-766) sintetiza algumas das características principais desse conjunto de obras:

[...] são de natureza realista e exemplar. Ou melhor, pretendiam documentar a realidade brasileira e transmitir valores morais e cívicos que pudessem fazer, das crianças, os futuros cidadãos conscientes de seus deveres e direitos. De acordo com a orientação materialista/positivista do momento, o mágico ou o maravilhoso estão absolutamente ausentes dessas narrativas. Inclusive, nossas histórias populares ou as folclóricas [...], quando mencionadas, são atribuídas a ignorantes.

Trata-se, portanto, de uma literatura que vê a criança apenas como um “ser social” (PERROT, 1999, p. 148), ou seja, como o futuro cidadão cuja responsabilidade em relação à nação pode ser aferida pelas projeções contidas nas noções de “país novo” ou “país do futuro”. Nesses textos a infância brasileira é percebida como um escol que representa a nacionalidade, quanto mais precoce melhor, e seus integrantes são tidos por “homens pequenos” (O TICO-TICO, 1906, n. 36) e “futuros salvadores da pátria”¹.

Os poucos trabalhos sobre a literatura infantil brasileira que abordam essa fase inserem-na em um recorte próximo ao que é aqui utilizado e a reconhecem como um período específico na história dessa literatura.

Para o pioneiro Leonardo Arroyo, que vê a literatura infantil no Brasil como um derivado da leitura escolar, essa fase começa no final do século XIX e termina com a publicação de *Narizinho Arrebitado* em 1921. A inclusão do livro de Monteiro Lobato, contudo, se deve à sua adoção pelas escolas públicas de São Paulo, de modo que o que caracteriza essa primeira fase é o vínculo com a escola, de onde, aliás, os livros tirariam seu tom fortemente nacionalista. Ainda de acordo com esse autor, a literatura infantil brasileira surge como uma “reação nacional ao enorme predomínio de literatura didática e literatura infantil que nos vinha de Portugal”, porém, essa literatura ainda refletia forte influência da literatura traduzida e adaptada, no que os autores brasileiros se inspiravam ou imitavam mesmo “aqueles primeiros escritores lançados pelas editoras portuguesas, ou mesmo conhecidos nas línguas originais” (ARROYO, 1968, p. 163). Nessa perspectiva, a primeira fase da literatura infantil seria caracterizada por dois aspectos marcantes: ser produzida para uso escolar e imitar a literatura estrangeira.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2006, p. 28) operam com o recorte entre os anos 1880 e 1920, e também chamam atenção para o “clima de valorização da instrução e da

¹ Ibidem, 1905, n. 1.

escola” em que surge a literatura infantil brasileira. Contudo, as autoras acrescentam uma motivação profissional e financeira para os autores desses livros, pois suas relações com “esferas governamentais” “lhes garantia a adoção maciça dos livros infantis que escrevessem”, além das próprias editoras estarem atentas à demanda escolar por livros de leitura.

Porém, nem tudo que pode ser considerado literatura cívica foi escrito para ter uso escolar, como é o caso da revista *O Tico-Tico*. Ainda que fosse destinada a cumprir uma função pedagógica, chegando inclusive a estimular o aprendizado da leitura como informam muitas cartas publicadas pela revista, o periódico foi principalmente um empreendimento comercial que obteve enorme sucesso entre o público infantil².

Por outro lado, alguns livros eram rotulados na capa ou na folha de rosto como “ensino cívico”, “educação cívica”, e ainda “educação moral e cívica”, enquanto outros, como *Através do Brasil*, eram a princípio destinados à “Prática da Língua Portuguesa” como “livros de leitura”, apesar de os autores deste livro em particular terem expressado sua intenção na “Advertência e Explicação” de que fosse usado como livro único para “todas as lições do programa”. *Porque me ufano do meu país*, *Histórias de nossa terra*, *Brasil! Diurnal cívico*, *Breviário cívico* e *Catecismo cívico* não trazem qualquer indicação de terem sido escritos visando sua adoção pelas escolas, ou terem sido nelas utilizados, ainda que não se possa afirmar o contrário. Os três últimos marcam a passagem para uma outra fase, em que o civismo assume um aspecto doutrinário não tão óbvio nos textos anteriores e, aparentemente, passa a seguir uma espécie de trajetória paralela à literatura infantil. Esses livros foram incluídos entre as fontes deste trabalho principalmente porque sistematizam as representações já divulgadas, cristalizando-as em estereótipos que se tornarão cada vez mais fortes a partir daquele momento.

² Cf. a esse respeito ROSA, 2002.

Dois livros, em particular, chamam a atenção para um tipo de dificuldade que a literatura cívica infantil parecia enfrentar em relação à imagem que os autores tinham do seu público leitor.

O primeiro, *Nossa Pátria*, de Virgílio Cardoso de Oliveira que se apresentava como diretor do ensino municipal de Belém, é exceção entre as fontes por seu afastamento do centro de produção cultural e intelectual no Rio de Janeiro. Segundo o autor, o livro havia sido “bem aceito” pelas autoridades de ensino nos “Estados do Pará, Ceará, Sergipe, Minas Gerais e Goiás, cujos Conselhos de Instrução Pública o mandaram adotar nas respectivas escolas” (OLIVEIRA, 1908, p. V). Mas o que causa um certo incômodo é o contraste entre a identificação da obra como “livro de leitura” e a forma de apresentação do conteúdo, aparentemente sem qualquer estímulo para despertar o interesse de crianças que ainda estavam no processo de aprendizagem da leitura. Citando Veríssimo a respeito da necessidade de revisão do “livro de leitura”, afirma:

Em seu precioso trabalho – A Educação Nacional – diz, com muita razão, o eminente educacionista [sic] pátrio José Veríssimo: ‘Neste levantamento geral que é preciso promover a favor da educação nacional, uma das mais importantes reformas é a do livro de leitura. Cumpre que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos, pelo sentimento nacional que o anime’.

Procurando dar corpo a estas verdades, escrevemos o presente livro, sob um plano corográfico que oferecesse oportuno e proveitoso ensino para o desdobrar de acontecimentos de nossa História.³

Apresentado como livro de leitura no Prefácio, o livro trazia o subtítulo: “pequena enciclopédia nacional para uso das escolas brasileiras”, indicando seguir o modelo tão criticado por Bilac e Bomfim em seu *Através do Brasil*.

O livro homônimo de Rocha Pombo (1917, p. 3), cujo êxito pode ser medido por suas muitas edições até a década de 1970, feito segundo o autor “para a inteligência das

³ ibidem

crianças e dos homens simples do povo”, era outro exemplo de aparente desconsideração da sensibilidade infantil.

A imagem que se tinha da criança era, em larga medida, de “homens pequenos”, ou até mesmo de homens incompletos. E os autores pareciam distinguir duas “vias” para despertar o interesse das crianças: a inteligência e o coração.

Nas mensagens ao leitor de *A terra fluminense*, Bilac e Coelho Netto (1898, p. 3) registravam sua intenção em seduzir a criança nos dois aspectos:

[...] Neste livro, a História e a Fantasia andam unidas; e procuramos aproveitar os assuntos, de maneira que pudessem eles interessar não somente a inteligência, mas também o coração das crianças. [...] Quisemos fugir da aridez, da forma complicada e da banalidade, ao mesmo tempo; dirão os competentes se nos saímos bem da empresa. [...]

Nas poesias infantis, Bilac (1996, p. 293) expressava a dificuldade de escrever para esse público:

[...] Era preciso fazer qualquer coisa simples, acessível à inteligência das crianças; e quem vive de escrever, vencendo dificuldades de forma, fica viciado pelo hábito de fazer estilo. Como perder o escritor a feição que já adquiriu, e as suas complicadas construções de frase, e o seu arsenal de vocábulos peregrinos, para se colocar ao alcance da inteligência infantil?

Outro perigo: a possibilidade de cair no extremo oposto – fazendo um livro ingênuo demais [...].

Mas a dificuldade maior era realmente a da forma. Em certos livros de leitura que todos conhecemos, os autores, querendo evitar o apuro do estilo, fazem períodos sem sintaxe e versos sem metrificação. Uma poesia infantil conheço eu, longa, que não tem um só verso certo! Não é irrisório que, querendo educar o ouvido da criança, e dar-lhe o amor da harmonia e da cadência, se lhe dêem justamente versos errados, que apenas são versos porque rimam, e rimam quase sempre erradamente?

Não sei se consegui vencer todas essas dificuldades. [...]

Quanto ao estilo do livro, que os competentes o julguem. Fiz o possível para não escrever de maneira que parecesse fútil demais aos artistas e complicado demais às crianças. [...]

No prefácio a 1.^a edição, o autor ainda afirmava sua preocupação com o prazer dos leitores: “Se, nas escolas, as crianças gostarem dos seus versos, o rimador das *Poesias Infantis* ficará satisfeito, e dará por otimamente empregados o seu tempo e o seu trabalho” (BILAC, 1996, p. 294).

Júlia Lopes de Almeida anunciou sua intenção em seduzir seus pequenos leitores em seu livro de estréia, *Contos infantis em verso e prosa*, publicado em 1886 e escrito em co-autoria com Adelina Lopes Vieira. Desde sua segunda edição o livro seria ilustrado com gravuras “para maior aprazimento das crianças” (ALMEIDA; VIEIRA, 1910) e as autoras faziam sua crítica das leituras que eram oferecidas às crianças no final do século XIX: “Temos lido muitos livros injustamente classificados, ou antes, destinados para a infância. Que contêm na sua maior parte? Histórias insulsas e banais, ou fantasias absurdas e intrincadas, que só uma inteligência amadurecida pode entender”.⁴

No editorial de lançamento da revista *O Tico-Tico* (1905, n. 1) novamente aparece essa noção de que pouco se fazia pelo prazer das crianças:

Todos amam as crianças; não há poeta que não celebre a sua inocência e a sua beleza...Entretanto, caso singular! Nada se faz em favor delas, para diverti-las, para distrair e encantar a sua existência. Não organizamos festas alegres, em que elas possam folgar e rir em liberdade e não lhes damos uma literatura especial, simples, ingênua, ao alcance de sua inteligência. Ao contrário disso, as festas em que as crianças figuram, são destinadas a divertir... os marmanjos; [...].

Este jornalzinho [sic] [...] vem preencher uma lacuna. É um jornal que se destina exclusivamente ao uso, à leitura, ao prazer, à distração das crianças. Não queremos a atenção nem o aplauso da gente grande: os pequeninos, os inocentes, os simples formarão o nosso público. [...]

Contos, poesias, problemas, concursos, contribuirão, nas páginas do Tico-Tico, para, ao mesmo tempo, instruir e deliciar as crianças; e, de hoje em diante, elas poderão dizer, com orgulho: ‘Os marmanjos têm os seus jornais? Pois nós também temos o *nosso jornal*, que é feito para nós, ‘exclusivamente para nós!’

Mas é em *Através do Brasil* que os autores vão mais longe na sua reflexão sobre a melhor forma de se apresentar os conteúdos pedagógicos nos textos destinados ao ensino primário. A respeito de seu livro, afirmavam Bilac e Bomfim (1917, p. 1-11) na longa “Advertência e Explicação”:

Compusemos este livro de leitura para o curso médio das Escolas Primárias do Brasil, a fim de ser ele o único livro destinado às classes desse curso; tal é, de fato, a indicação pedagógica aconselhada hoje: às

⁴ ibidem, p. VII.

primeiras classes do ensino primário não deve ser dado outro livro além do livro de leitura.

[...] Entretanto, [...] a Escola Primária deve ensinar muito mais do que aqui se contém, e muito mais do que se possa conter em qualquer livro de leitura. [...]

Segundo êste modo de entender o ensino, o nosso livro de leitura oferece bastantes motivos, ensejos, oportunidades, conveniências e assuntos, para que o professor possa dar todas as lições, sugerir todas as noções e desenvolver todos os exercícios escolares, para boa instrução intelectual de seus alunos do curso médio, [...].

Além de servir de oportunidade para que o professor possa realizar as suas lições, o livro de leitura deve conter em si mesmo uma grande lição. E acreditamos que isso se dá com o nosso trabalho. Estamos certos que a criança, com sua simples leitura, já lucrará alguma cousa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira, - as suas gentes os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintivos. e por isso escolhemos como cenário principal as terras do São Francisco, - o grande rio, essencialmente, unicamente brasileiro.

E também quisemos que êste livro seja uma grande lição de energia, em grandes lances de afeto. Suscitar a coragem, harmonizar os esforços, e cultivar a bondade, - eis a fórmula da educação humana. Os heróis principais destas simples aventuras, não os apresentamos, está claro, para que sejam imitados em tudo, mas para que sejam amados e admirados no que representam de generoso e nobre os estímulos que os impeliram, nos diversos transe por que passaram. [...]

Preferimos destinar os primeiros capítulos do livro ao desenvolvimento dramático, deixando mais para o fim a sucessão dos cenários; sendo sempre a narração mais cativante para o espírito infantil, a atenção da criança começa desde logo a prender-se à leitura, e passa depois a aceitar facilmente as descrições, e a seguí-las com interêsse; ao passo que, se começássemos amontoando as descrições, cansaríamos inutilmente o ânimo do pequeno leitor'. [...]

Justamente porque procurámos apenas um pretexto para apresentar a realidade, preferimos ilustrar este livro somente com fotografias; se há nestas páginas alguma fantasia, ela serve unicamente para harmonizar numa visão geral os aspectos reais da vida brasileira.

Aqui o contraste entre a “narração” e a “descrição” fornece uma pista a respeito das formas possíveis para ensinar o civismo e o patriotismo, conforme a concepção de cada autor. A narração ou o “desenvolvimento dramático” falava ao “coração” da criança e com isso prendia a sua atenção. Por estar associada à “fantasia”, era mais apropriada à pedagogia moral efetuada pela representação dos protagonistas como modelos ou “heróis” que deveriam ser “amados e admirados”, com isso inspirando virtudes, bons sentimentos e atitudes corretas. A descrição, por outro lado, era mais adequada à transmissão de

conhecimentos e como forma de “apresentar a realidade”. Dirigia-se primordialmente à inteligência das crianças, cujo interesse, na visão de autores como Virgílio Cardoso de Oliveira entre outros, seria despertado por tratar-se de assuntos “brasileiros”. Daí que no modelo descritivo, ainda que pela via da razão, o coração também deveria ser alcançado, pois objetivava despertar o “amor da pátria” e para isso, dizia Rocha Pombo (1917, p. 3) expressando essa perspectiva: “penso que o primeiro trabalho para isso é fazer a pátria conhecida daqueles que a devem amar”.

Enfim, mesmo que discordantes a respeito da forma e do conteúdo dos textos cívicos, os autores da literatura cívico-pedagógica entendiam que seus livros deveriam proporcionar às crianças, como afirmava Afonso Celso (1901, p. 1) em sua dedicatória, “prazer e proveito”.

No que diz respeito aos livros que privilegiam a narração, estes se aproximam do “modelo educativo da leitura moralizante”, nos termos da tipologia feita por Chartier e Hébrard (1995, p. 408-409), no qual se opta pela narrativa de imaginação ou de história, visando “educar a sensibilidade, a inteligência e a vontade; oferecer modelos de identificação: ampliar a minúscula experiência de cada um por meio da experiência fictícia colhida das histórias”.

Vale lembrar que autores como Bilac, Manoel Bomfim, Coelho Netto e Julia Lopes de Almeida, além de textos de caráter cívico, traduziram e produziram livros infantis nos quais esse aspecto está totalmente ausente e que foram adotados nas escolas primárias. É o caso de: *Livro de Leitura* (BILAC; BOMFIM, 1901), *Teatro infantil* (BILAC; COELHO NETTO, 1905), *Apólogos* (COELHO NETTO, 1924), *Contos infantis* (ALMEIDA; VIEIRA, 1886) e *Era uma vez...* (ALMEIDA, 1917). Essa produção paralela de livros infantis, de caráter moralizante mas sem referência à pátria, demonstra que não havia uma determinação por parte das autoridades de ensino que impusesse o civismo como condição

para adoção de livros nas escolas primárias, porém, no máximo, uma sugestão de que esse seria um aspecto desejável. Em contrapartida, aspectos da biografia e da obra desses autores reforçam a hipótese de que sua opção por produzir textos de caráter moral e cívico articulasse a um projeto de formação de uma infância brasileira. Bomfim e Bilac ocuparam cargos de destaque na Diretoria de Instrução Pública Municipal do Rio de Janeiro e Bilac se envolveu ativamente na campanha pela instrução primária e pelo serviço militar obrigatório que se consolidou na criação da Liga de Defesa Nacional. Coelho Netto também se engajou na Liga, publicando por ela o seu *Breviário Cívico*. Além de serem os autores com maior número de obras de caráter cívico-pedagógico, Bilac e Coelho Netto se notabilizaram pela promoção do civismo em discursos, conferências, na propaganda do Escotismo, sempre tendo a formação da nacionalidade como horizonte. O caso de Júlia Lopes de Almeida, pela especificidade do seu livro publicado em 1907, no qual as personagens de crianças do sexo feminino aparecem em grande número, em forte contraste com os outros, sugere uma transposição dos temas da autora, ligados à educação feminina e afirmação do papel social da mulher, para o âmbito da formação da infância brasileira com a qual até então apenas os meninos se identificavam.

A combinação entre moral e civismo apresentada em narrativas de ficção produzidas no Brasil encontrou inspiração em dois livros: o francês *Le tour de France par deux enfants*, e o italiano *Cuore*.

O primeiro de autoria de G. Bruno foi publicado em 1877 e narra a viagem de dois irmãos órfãos pela França. Este livro não chegou a ser traduzido para o português e é a principal referência de *Através do Brasil*, cujo enredo possui muitos aspectos em comum com o congênere francês.

O *Cuore* de Edmondo de Amicis, publicado na Itália em 1886, foi traduzido para o português por João Ribeiro em 1891 e teve muitas edições⁵. O romance é apresentado como as anotações de um menino em seu diário durante o ano escolar, entremeadas pelas cartas trocadas com seus pais e por contos narrados pelo professor, como “O tamborzinho Sardo”, que teve uma versão publicada em *O Tico-Tico* (1907, n. 69) com o título de “O tamborzinho valente”.

É curioso notar que, possuindo fortes vínculos com o nacionalismo da unificação italiana, o *Coração* tenha sido apresentado aos leitores brasileiros como um livro para sua “educação cívica”⁶ e provavelmente adotado nas escolas.

Fazendo pouco da produção literária brasileira para crianças, Monteiro Lobato escreveu em 1916 uma carta para Godofredo Rangel na qual comentava com ironia: “[...] É de tal pobreza e tão besta a nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação de meus filhos. Mais tarde, só poderei dar-lhes o *Coração* de De Amicis – um livro tendente a formar italianinhos” (apud LAJOLO, 2000, p. 23).

O *Coração* parece ter inspirado diretamente na forma e no conteúdo o romance *América* de Coelho Netto e o livro *Histórias de nossa terra* de Júlia Lopes de Almeida. O primeiro, narrado como as memórias do primeiro ano escolar do menino Renato, relata episódios com os colegas de classe, lições sobre a história do Brasil, incidentes ocorridos nas aulas ou no recreio de onde se extraem lições de moral e conhecimentos acerca da pátria. O segundo é uma coletânea de contos, cartas fictícias e textos apresentados como anotações em cadernos de estudantes ou redações. Sem um eixo narrativo único – o próprio título no plural chama atenção para isso –, o livro de Júlia Lopes de Almeida aponta diferentes cidades do país como cenários de suas histórias, na direção oposta ao *Coração* em que a diversidade regional da Itália é representada pelos alunos da mesma escola.

⁵ A edição que consultamos é a 46.^a, de 1954.

⁶ Cf anúncio da Livraria Alves na contracapa da edição de *Contos Pátrios*.

Há muitas semelhanças entre o patriotismo e o código moral presentes no *Coração* e aqueles contidos em projetos dos textos cívicos brasileiros. Uma lição ensinada pela mãe do menino italiano poderia perfeitamente estar nas palavras da personagem de uma mãe brasileira, a não ser pela referência à naturalidade do soldado morto:

[...] ‘Morrer pela pátria, como aquele jovem Lombardo, é uma grande virtude, mas não te esqueçam as pequenas virtudes, filho. Esta manhã ias tu diante de mim, quando voltávamos da escola; passaste perto de uma mulher que tinha entre os joelhos uma criança pálida e sem vida, que te pediu uma esmola. Tu olhaste para ela e nada lhe deste! E todavia tinhas algumas moedas na algibeira. [...]’ (DE AMICIS, 1954, p. 58-59)

Mas duas características dos textos cívicos brasileiros demonstram a óbvia inadequação do *Coração* à formação da infância brasileira como meio de constituir a nação.

A primeira é a importância de certos conhecimentos estratégicos sobre a pátria, desde seus aspectos naturais capazes de inspirar o ufanismo aos recursos do território que precisavam ser estudados para seu aproveitamento a fim de conduzir o país ao seu destino grandioso.

A segunda é que, apesar das virtudes e atitudes associadas ao patriotismo serem comuns a vários nacionalismos e o ideal de hombridade contido na representação da infância brasileira – que será analisado no terceiro capítulo desta tese – ser em muitos aspectos semelhante aos estereótipos masculinos construídos em nações como a Inglaterra e a Alemanha⁷, a necessidade de se constituir um novo padrão de valores, hábitos e comportamentos respondia a uma certa percepção da realidade nacional por parte da intelectualidade brasileira.

Nesta análise, os contextos são fundamentais para a compreensão do sentido dos projetos e dos significados contidos nos textos cívico-pedagógicos. A noção de que o Brasil não era uma nação propriamente dita, que era atrasado e que não tinha “povo”; o problema

⁷ Cf. a respeito dos estereótipos nacionais masculinos MOSSE, 1985.

da assimilação dos ex-escravos à nacionalidade; a desilusão com a República, a corrupção eleitoral e o clientelismo; a persistência de valores ligados à ordem patriarcal; a condenação dos brasileiros vistos como degenerados pela ciência européia; a adesão ao progresso e à civilização como ideais máximos a serem perseguidos; as normas da higiene na passagem do século; a importância que a criança passava a ter como “futuro da nação”; essas questões e outras estavam presentes na formulação do patriotismo e na divulgação de uma nova civilidade pela literatura cívico-pedagógica.

Nas próximas páginas procurarei analisar a construção de um ideal de infância brasileira nas três primeiras décadas da República, as diferenças nas representações, conceitos e categorias contidas nos textos cívicos e as características que deveriam constituir uma certa norma ou padrão, e que seriam apropriadas de diferentes modos pelo público-alvo desses textos, as crianças, conforme demonstram as cartas de leitores publicadas na revista *O Tico-Tico*.

**1. UM *PAÍS NOVO*, “ONDE QUASE TUDO AINDA
ESTÁ POR FAZER”.**

“[...] Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a ser considerados povos civilizados. Em quase todos eles, em muitos pontos do Brasil inclusive, a situação é verdadeiramente lastimável. Nações novas deveriam progredir como cem, enquanto as antigas e cultas progridem como cinquenta; só assim lograriam alcançá-las e gozar todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como dez, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. [...]

Como se explica, então, esse atraso – de nações novas, certamente vivaces, estabelecidas em territórios propícios, férteis e clementes?

É este um problema sobre o qual ninguém se demorou ainda convenientemente, para achar as verdadeiras causas de atraso, e deduzir delas a norma de proceder, capaz de levar estas sociedades à situação que lhes compete.

São povos que possuem todos os elementos para ser prósperos, adiantados e felizes, e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil: por quê? É diante desta anomalia, desconcertante para muita gente, que os estadistas de vista curta emitem os seus famosos axiomas: o mal vem da instabilidade dos governos, das revoluções freqüentes, da irregularidade do câmbio, do papel-moeda inconversível, da falta de braços...É toda a série dos sintomas de atraso, apresentados como causa; e, então, os mais corajosos resolvem, cada um por seu turno, combater aquela *causa* que eles acreditam ser a principal...”

Manoel Bomfim

“[...] são chegados os tempos de prepararmos na infância a célula de uma mocidade melhor, a gênese de uma humanidade mais perfeita. [...] Por isso, senhores, como recurso supremo, eu me volto para a infância – os pequeninos de hoje que serão os grandes de amanhã; é nela que ponho as esperanças da grandeza do atual regime pela regeneração da pátria. [...]

Temos uma pátria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer...e para empreender essa tarefa, que elemento mais dútil e moldável a trabalhar do que a infância?!...No momento atual da civilização humana vós convireis que é permitido ao Estado dilatar um pouco mais a sua força de expansão, no nosso país, sobretudo avassalado como vai pelas demasias desaforadas da licença...[...]

Lopes Trovão

1.1 O surgimento de um ideal de *infância brasileira*

A partir do último quartel do século XIX, a ocorrência de uma série de eventos que tinham em comum o fato de dizerem respeito à infância, anunciou a novidade no Brasil de um tipo de sensibilidade que colocava a criança no centro das atenções, tanto no âmbito da vida privada como na esfera pública.

A criação do primeiro serviço de pediatria na Policlínica Geral do Rio de Janeiro em 1881 e de um curso específico sobre o tratamento de doenças nas crianças; a formação do primeiro Instituto de Proteção e Assistência à Infância na mesma cidade em 1899; a fundação dos primeiros jardins da infância, no Rio e em São Paulo, em 1875 e 1876, respectivamente; o “entusiasmo pela educação”⁸ de muitos intelectuais; a divulgação da puericultura entre as várias camadas da sociedade urbana; a ampla difusão de imagens textuais e iconográficas da criança, com destaque para as fotografias; e, finalmente, a produção de uma literatura dirigida especialmente às crianças brasileiras expressaram o desenvolvimento de um certo “sentimento da infância”⁹ no país, assim como a emergência de uma série de projetos visando a regeneração nacional por meio de ações dirigidas às crianças.

Uma literatura produzida especialmente para crianças surgiu no Brasil no final do século XIX, como resposta à necessidade de leituras em linguagem acessível ao público infantil, inicialmente em traduções de clássicos europeus para o português falado aqui, em

⁸ Termo usado por Nagle (1977, p. 261-191).

⁹ Esta noção, conforme o sentido dado por Philippe Ariès, “corresponde à consciência da particularidade infantil, [...] que distingue a criança do adulto, mesmo jovem”. O autor analisa o surgimento e o desenvolvimento de dois sentimentos da infância na Europa: “o primeiro, difundido e popular, a ‘paparicação’, limitava-se às primeiras idades e correspondia à idéia de uma infância curta; o segundo, que exprimia a tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância, e, por conseguinte, do dever dos adultos de preservar a primeira e fortalecer a segunda, [...]”. Este último irá traduzir-se nas preocupações e cuidados que a família burguesa passará a ter com relação à higiene, saúde e educação de suas crianças, demonstrando o lugar central assumido por estas. (ARIÈS, 1981, p. 156 e 186).

substituição às traduções portuguesas¹⁰, ou até mesmo em pastiches de histórias infantis estrangeiras (SANDRONI, 1980, p. 110). Rapidamente, porém, os esforços para promover essa nacionalização da linguagem iriam se estender aos temas e personagens que deveriam ser brasileiros, tal como entendiam os autores. Daí o surgimento de uma literatura original, possuidora em sua maior parte de um caráter cívico, que expressava um conjunto de preocupações que convergiam para o problema da formação da nação brasileira, mas traduzia também importantes mudanças sociais em curso na passagem do século XIX para o XX, apontando para uma modernização da sociedade que, entre outras consequências, iria conferir uma posição de maior relevo às crianças.

Esta posição de maior destaque da infância e sua associação à transformações sociais de espectro mais amplo foi notada por Gilberto Freyre ao observar a predominância de fotografias de crianças nos álbuns de família daquele período:

Ao brasileiro médio do fim do império e do começo da República não faltou o gosto pelo retrato; pela fotografia de pessoa; pela fotografia de criança mais do que pela do antepassado; ou pela fotografia de criança mais do que pela reprodução de retrato do antepassado. É o que parecem indicar as coleções particulares; os álbuns de família. O que, sendo certo, valeria como sintoma de uma tendência já contrária à mística, então ainda dominante, em torno dos valores e símbolos patriarcais: a exaltação da figura da criança sobre a figura do ancião, do antepassado, do velho. A exaltação do Futuro maior que a exaltação do Passado. Mística que não poderia deixar de favorecer a novidade republicana e de desprestigiar a tradição monárquica, embora a essa valorização tenham ainda se oposto, na própria época de transição considerada [...], consideráveis pendores do brasileiro para a conservação de valores ancestrais; e até para a rotina patriarcal em torno deles. (FREYRE, 2000, p. 142)

¹⁰ Na “Advertência” à tradução brasileira de *Coração*, João Ribeiro explicava o que era então uma novidade: “Revendo a nova tradução que apelidamos de brasileira em cotejo com outra portuguesa, assaz rara e sem circulação legal no Brasil, podemos verificar que sempre preferimos na linguagem comum as expressões nacionais, igualmente vernáculas. Desta arte são mais freqüentes na tradução brasileira as expressões papai, mamãe, como é costume dizer entre nós, em vez de papá e mamá [...]. Citamos apenas alguns vocábulos que ocorrem nos primeiros capítulos, mas em todo o livro se observa esse teor da linguagem diferencial. Para os estudiosos e amadores de comparações entre a linguagem portuguesa da Europa e a da América, o texto pode talvez apresentar alguma curiosidade. Feita para o Brasil, exclusivamente, como é em verdade a destinação de todos os livros brasileiros, a tradução agora revista oferece algumas correções úteis e necessárias”. (DE AMICIS, 1954).

Configurando-se no Brasil com um certo atraso em relação à Europa, o novo *status* da criança foi caracterizado no âmbito privado pela centralidade do filho na família, posição que o constitui em objeto de todo tipo de investimento: afetivo, econômico e educativo. Entretanto, de acordo com Michelle Perrot, esse investimento não visava necessariamente à criança em sua singularidade e interesse próprio, mas sim aos interesses da coletividade: a família em primeiro lugar, seguindo-se da nação. Naquele momento, a criança transformava-se em um “ser social” implicando no não pertencimento do filho apenas aos pais na medida em que passava a ser “o futuro da nação e da raça, produtor, reprodutor, cidadão e soldado do amanhã. Entre ele e a família, principalmente quando esta é pobre e tida como incapaz, insinuam-se terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem protegê-lo, educá-lo, discipliná-lo” (PERROT, 1999, p. 148).

No caso do Brasil, este significado da infância como futuro da nação começa a aparecer em textos diversos no final do século XIX, a exemplo do discurso de Quintino Bocayuva em defesa da instalação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância que seria fundado em 1891:

Preservar a infância da destruição a que condena o desamparo dos cuidados de que ela carece, é garantir à sociedade a permanência e a sucessão das vidas que hão de ser o sustentáculo da sua estabilidade e os elementos do seu progresso e engrandecimento. Politicamente não há obra mais fecunda do que esta e moralmente não há obra mais meritória. (apud MONCORVO FILHO, 1926, p. 150)¹¹

Na própria literatura cívica, contudo, são inúmeras as analogias entre a criança e a nação, sendo a boa formação da primeira, entendida como condição da futura grandeza da segunda.

No Brasil, a lenta transformação que promoveria uma gradual substituição dos valores ligados às sociedades patriarcais, tradicionalistas, por outros mais de acordo com a

¹¹ Note-se que na própria periodização que o médico Moncorvo Filho faz em sua obra, o período chamado “moderno”, entre 1889 e 1922, corresponde, em suas palavras, à “época em que começou a intensa propaganda de higiene infantil e o interesse geral pela criança como fator social”. Ibidem, p. 15-16

sociedade burguesa moderna, incluindo aí o novo significado social da infância como “futuro da nação”, contaria, entre seus diversos fatores, com os muitos projetos visando uma regeneração nacional, entre os quais a literatura cívico-pedagógica produzida naquele momento.

Idéia ligada ao início do processo revolucionário francês, a regeneração foi entendida como “um programa sem limites, ao mesmo tempo, físico, político, moral e social, que não pretendia menos do que criar um ‘novo povo’”(OZOUF, 1989, p. 815). Em sua apropriação no contexto da "inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque*", a regeneração traduziu-se em um processo de aburguesamento que iria modificar a paisagem urbana, as relações sociais e a vida privada, pois, de acordo com Sevcenko (2003, p. 58),

não poderia ser considerada apenas como a transformação da figura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos como ela nasce em função do porto e da circulação de mercadorias, como subentende o saneamento e a higienização do meio ambiente, como se estende pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida, as idéias e como organiza de modo particular todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que a vivenciam. [...]

O novo lugar da criança na família, e sua transformação simbólica em futuro da nação, expressavam um dos modos como essas mudanças alteravam o cotidiano da sociedade urbana, refletindo-se até mesmo na concepção que se tinha das “idades da vida” (ARIÉS, 1998).

Conforme destacou Gilberto Freyre (1985, p. 67), na sociedade patriarcal do Império “o menino, com vergonha da meninice, deixa-se amadurecer, morbidamente, antes do tempo. [...] E trata de esconder [...] todo o brilho da mocidade, toda a alegria da adolescência, todo o resto de meninice que lhe fique dançando nos olhos ou animando-lhe os gestos”.

Diferentemente desse quadro, nas representações veiculadas pela literatura cívica da Primeira República, as crianças idealizadas como público alvo desta produção literária não

deveriam se envergonhar da infância, pois esta é a fase em que precisavam estudar e se preparar para o futuro. Entretanto, a análise dos textos demonstra que a adolescência é a “idade da vida” mais valorizada. É a ela que as crianças devem almejar porque os jovens, tal como representados, já possuiriam o discernimento para tomar decisões e atitudes próprias de um adulto, sendo, por exemplo, capazes de trabalhar para sustentar a família em caso de morte do provedor, tema aliás bastante recorrente nos contos e romances em questão¹²; ao mesmo tempo em que podiam usufruir da enorme vitalidade associada à juventude e, assim, melhor servir à pátria.

Esta visão da infância também se apresenta de forma objetiva no discurso de Olavo Bilac (1996, p. 907-908) dirigido aos alunos do Colégio Aldridge, em 19 de novembro de 1917, em plena vigência da Primeira Guerra Mundial:

Falando-vos, meus amigos, não falo já a crianças, mas aos homens que já deveis ser. Nesta crise perigosa da formação do Brasil, é preciso que a vontade, a seriedade e a atenção já estejam dominando os espíritos das crianças. A tarefa é imensa e urgente, [...], e que na inocência do menino já se afirme a energia do cidadão.

[...] Guardai estas palavras, como lembrança de um homem que nunca teve descrença e nunca desesperou do futuro do Brasil. [...]

Crianças, sede homens desde já! O Brasil precisa de almas puras como as vossas. Entre os vossos estudos e os vossos brincos, pensai sempre que sempre deveis ser fortes, corajosos, bons, alegres, confiantes na vossa terra, - e apaixonadamente brasileiros!

Olavo Bilac foi uma das figuras mais emblemáticas do grupo de intelectuais que fez da literatura cívica infantil um veículo para por em prática seus projetos de nação, além de ser o autor que contribuiu com maior número de obras para essa literatura¹³. Sua atuação no

¹² Cf. *América* (COELHO NETTO, 1897); os contos “Um homem” e “O Rato” em *Contos Pátrios* (BILAC; COELHO NETTO, 1904); o conto “O Grumete” em *Histórias da nossa terra* (ALMEIDA, 1911); e *Através do Brasil* (BILAC; BOMFIM, 1917).

¹³ Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) nasceu no Rio de Janeiro, filho do cirurgião do Exército, Dr. Braz Martins dos Guimarães Bilac e de D. Delfina Belmira dos Guimarães Bilac. Fez seus estudos primários e secundários na Capital e com quinze anos conseguiu autorização de matrícula na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, mas desistiu no 4º. ano. Tentou, a seguir, o curso de Direito em São Paulo, mas não passou do primeiro ano. Dedicou-se desde cedo ao jornalismo e à literatura. É mais conhecido por sua obra poética, mas também produziu contos, crônicas, livros escolares e infantis. Fazendo jornalismo político no começo da República, foi perseguido por Floriano Peixoto. Foi um dos fundadores da Academia

sentido de divulgar este projeto, contudo, foi além da composição de livros para crianças. Aproveitando-se da fama para dirigir-se ao público letrado por meio dos jornais e revistas, nos quais escrevia regularmente, e de modo direto em discursos e conferências realizados muitas vezes em colégios e faculdades, Bilac defendeu ardorosamente o serviço militar obrigatório, a instrução pública, os esportes, entre outras práticas contidas no seu projeto de nação dirigido à infância e à juventude, que em larga medida baseava-se na idéia da formação de um homem novo.

O lugar que Bilac atribuía à produção de livros infantis, na primeira década do século XX, está exemplarmente descrito na conversa relatada por João do Rio ao visitar o poeta para recolher suas respostas à enquete publicada em *O Momento Literário*.

- Oito horas já? Há não sei quantas escrevo eu.
- Versos?
- Oh! Não, meu amigo, nem versos, nem crônicas — livros para crianças, apenas isso que é tudo. Se fosse possível, eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto. Talvez sejam idéias de quem começa a envelhecer, mas eu consagro todo o meu entusiasmo — que é a vida — a este sonho irrealizável. [...] (BUENO, 1996, p. 28)

Além dos projetos e discursos que conferiam às crianças um novo *status*, em uma outra esfera de representações uma importante transformação simbólica desencadeada pela proclamação da República também pode ter contribuído para configurar o novo sentido

Brasileira de Letras. Teve intensa participação na política e em campanhas cívicas, das quais a mais famosa foi a Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, em favor da instrução pública e do serviço militar obrigatório. É o autor da letra do Hino à Bandeira. Participou de vários jornais e revistas como *A Cigarra*, *Dom Quixote*, *Revista Ilustrada*, *A Rua* e na *Revista do Brasil*, entre outros. Na seção “Semana” da *Gazeta de Notícias*, substituiu Machado de Assis, trabalhando ali durante anos. Em 1891, foi nomeado oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio e, em 1898, inspetor escolar do Distrito Federal. Foi também delegado em conferências diplomáticas e, em 1907, secretário do prefeito do Distrito Federal. Sua obra poética enquadra-se no Parnasianismo. De acordo com Alexei Bueno, na introdução da *Obra Reunida*, “o ‘caso’ Olavo Bilac, na história da poesia nacional, cobre, ao menos sob o aspecto biográfico, um período de trinta anos, entre a publicação das *Poesias* em 1888, e a morte de seu autor, em 1918, poucos meses após o fim da Grande Guerra e de todo um período da mentalidade ocidental. O que chamamos de ‘caso’ Bilac, e que se situa na complexa fronteira estético-sociológica, é o do poeta que, em toda a história de nossa literatura alcançou o maior prestígio e a mais alta identificação popular jamais registrada, em plena vida e por um período duradouro” (BUENO, 1996, p. 15). Nas duas primeiras décadas do século XX, seus sonetos eram decorados e declamados em saraus e salões literários comuns na época. Bilac foi eleito o ‘Príncipe dos Poetas Brasileiros’, no concurso que a revista *Fon-fon* lançou em 1º. de março de 1913.

atribuído à infância na passagem do século XIX para o XX: ao lado das jovens figuras femininas da República, a multiplicação de imagens do Brasil como um “país novo” ou “país do futuro”, representado na forma metafórica de uma criança, contrastavam com o uso da figura envelhecida de D. Pedro II, associada à monarquia, para representar a nação.

Estas analogias, que construíram uma certa concepção de nação brasileira, alimentavam as analogias feitas no sentido inverso - da criança como futuro da nação - e davam às propostas embasadas sobre essa representação maior relevância e legitimidade, como demonstra sua associação ao novo significado incorporado ao conceito de país novo, cuja análise irei aprofundar mais adiante.

Em relação às ações dirigidas às crianças de carne e osso, essas seriam ainda por muito tempo iniciativas particulares, excetuando aquelas que visavam à segurança pública de maneira imediata. Pois, as próprias características do Estado liberal-oligárquico da Primeira República o tornavam refratário aos apelos em prol de ações de caráter tutelar dirigidas à infância, a não ser quando se tratava de medidas repressivas de controle social.

Uma maior ingerência do Estado sobre as questões relativas à infância seria uma demanda freqüente. Médicos, filantropos, juristas e outros intelectuais reclamavam uma ação pública mais efetiva na proteção e assistência às crianças, a necessidade de uma regulamentação do trabalho infantil e, principalmente, o total descaso com a instrução pública seria denunciado e combatido por parte da intelectualidade, com destaque para alguns de nossos autores, de maneira ainda mais acirrada a partir da segunda década do século XX quando a guerra tornaria evidente a fragilidade do Brasil enquanto nação, e os apelos se dariam na forma de organização de ligas cívicas.

Nas palavras de Manoel Bomfim¹⁴, em 1905:

¹⁴ Manoel Bomfim (1868-1932) nasceu em Aracaju no Sergipe, filho de uma família de proprietários de engenho. Aos dezessete anos matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo seus estudos no Rio de Janeiro em 1890, com a tese “Das Nephrytes”. Em 1891 foi nomeado médico da Secretaria de Polícia e

A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos uma presa do passado, recalitrante em tradições e preconceitos, que não soubemos vencer ainda. Querer um regime moderno, com as almas cristalizadas nos costumes de três séculos atrás, não é uma utopia – é uma monstruosidade. [...]

Reclamando a difusão da instrução, a prática da ciência, como o meio de curar os nossos males essenciais, e de avançar para o progresso, não queremos atribuir à cultura intelectual nenhuma virtude miraculosa, se não a importância que ela teve e tem na história da civilização. Demos que a instrução não seja o objetivo único do progresso; não se poderá negar, porém, que é um dos seus objetivos, um dos fins e, ao mesmo tempo, um meio – o meio principal. (BOMFIM, 1993, p. 331-333)

Já para Bilac (1996, p. 875-878), em sessão da Liga de Defesa Nacional:

O Brasil ainda não está feito, como pátria completa. E a culpa é nossa, como foi dos nossos antepassados, porque a nossa cegueira ou o nosso egoísmo, a nossa vaidade, a nossa pequenina política de rasteiras paixões deixaram a massa do povo privada de fartura, de instrução, de higiene, de ‘humanidade’. Temos vivido e gozado no litoral do país, numa estéril fruição de orgulho, de mando, de retórica, e não nos dirigimos ao coração da terra, a alma da gente simples, aos milhões de homens que pelos sertões abandonamos a incúria, a pobreza, ao analfabetismo. [...]

Mas podemos, ao menos, às classes cultas, de que fazemos parte, indicar, acentuar, agravar a necessidade deste discernimento, desta clara e positiva inteligência do que se quer, do que se fez e do que se vai fazer, que se chama: consciência. [...]

Neste momento, a sorte do Brasil está sendo jogada. Viveremos ou morreremos. [...] Terminada esta crise, o programa da Liga de Defesa Nacional ficará de pé. Não fundamos este centro de propaganda para as necessidades do presente, senão para as do futuro.

Se o fundamos, foi porque reconhecemos, como disse no começo desta pobre alocução, que o Brasil ainda não está feito, como pátria completa... Como fazê-lo? Dar-lhe novas gerações de homens fortes e conscientes, dando-lhe estas duas necessidades, primordiais, básicas da defesa: o trabalho e a instrução.

O próprio advento da República, entretanto, antes mesmo da configuração do pacto que instaurou o modelo liberal-oligárquico de Estado, havia inspirado em alguns intelectuais uma preocupação com o problema da educação em função da fragilidade nacional, potencialmente acentuada com os eventos da abolição da escravatura e da organização

em 1892, tenente-cirurgião da Brigada Policial. Casou-se com Natividade de Oliveira e mudou-se para o interior de São Paulo onde montou uma clínica. Após a morte de sua filha abandonou a medicina e retornou ao Rio de Janeiro. A partir daí passaria a dedicar-se integralmente à educação. Manoel Bomfim foi diretor da Escola Normal, da Instrução Pública Municipal e da Instrução Pública do Distrito Federal e diretor do *Pedagogium*. Foi um dos fundadores da revista *O Tico-Tico* e escreveu diversos livros de pedagogia, educação, psicologia, manuais escolares e ensaios de caráter histórico e sociológico, entre os quais se destacam: *A América Latina: males de origem*, *O Brasil na América*, *O Brasil na história* e *O Brasil-nação*.

federativa, conforme expressa um conhecido texto de José Veríssimo publicado pela primeira vez em 1890. Para este autor, “o desprezo do trabalho, degradado entre nós pela deletéria influência da escravidão, [era] um dos defeitos mais patentes do caráter brasileiro” e a Abolição não havia sido suficiente, por si só, para apagar os efeitos da “execranda instituição”. Tornava-se indispensável, portanto, a “educação, não só dos libertandos, senão de nós todos, todos mais ou menos contaminados pela sua peçonha” (VERÍSSIMO, 1890, p. 61-62). Já a Federação, associada ao “espírito separatista” verificado em alguns estados, ameaçava a “unidade sagrada e inviolável da pátria - condição indispensável para a realização dos seus altos e plecaros destinos”. Nesse sentido, Veríssimo apregoava como único modo “para despertar o sentimento da pátria, do mesmo passo combater o espírito separatista e acima do princípio federativo pôr a unidade moral da nação”, a criação da “educação nacional”¹⁵.

Citando Louis Couty para reafirmar a frase “o Brasil não tem povo”, Veríssimo denunciava a situação alarmante que essa ausência gerava:

É preciso ser profundamente otimista ou profundamente indiferente, para não ver quão grave e perigosa é a situação do nosso país, num período do qual depende todo o seu futuro. [...] Tais perigos, que ameaçam a um tempo a liberdade e a integridade nacional, certo não será o revezar dos partidos, apenas distintos pela alcunha que se dão, nem as constituições plebiscitadas ou outorgadas, que os hão de conjurar, porque os produz a nossa falta de sentimento nacional, a nossa triste indiferença, a nossa carência de espírito público, a nossa fraqueza física e conseqüente imbecilidade moral, e a nossa ignorância¹⁶.

A solução para isso: a “educação nacional”, cujo programa estava descrito no livro. E a educação cívica cumpria aí um papel de destaque para a sua realização, pois, sendo “bem compreendida”, deveria “ser a generalização de toda a instrução dada na escola para fazê-la servir ao seu fim verdadeiro, que é a educação nacional”¹⁷.

¹⁵ ibidem, p. XXVII

¹⁶ ibidem, p. 177-178

¹⁷ ibidem, p. 8-10.

O que Veríssimo expressava em 1890 pode ser considerado como a matriz das preocupações que iriam motivar os projetos contidos na literatura cívica que começa a ser produzida no final do século XIX. Todos os textos enfatizavam a necessidade de extirpar os males legados pela escravidão e constituir a “unidade moral” da nação. O único livro no qual o autor de *Educação Nacional* é citado, contudo, é *Nossa Pátria*, de Vírgilio Cardoso de Oliveira, cujo subtítulo o caracterizava como uma “pequena enciclopédia nacional para uso das escolas brasileiras” e era adotado nos Estados do Pará, Ceará, Sergipe, Minas Gerais e Goiás de acordo com o autor.

Se na segunda década do século XX, a Primeira Guerra Mundial tornaria mais evidente a fragilidade nacional e, em consequência, os programas para salvar a nação divulgados pelas campanhas nacionalistas, fosse por meio do serviço militar obrigatório, da instrução ou do saneamento, antes disso, porém, autores como Olavo Bilac, Coelho Neto, Manoel Bomfim e Julia Lopes de Almeida já vinham colocando em ação seus próprios projetos para a formação de brasileiros.

Vale ressaltar, que o significado da palavra “brasileiro”, nesta concepção, não está associado, de modo estrito, ao direito de cidadania e nacionalidade garantido pela Constituição de 1891, adquirido pelo nascimento¹⁸. É de Afrânio Peixoto a frase que denuncia esta outra acepção de “brasileiro” como uma qualidade que não se adquire por nascimento, mas por formação, quando afirma: “Para educar, isto é, conduzir, socialmente, os **futuros brasileiros**, parece que não deveria haver outro caminho, além deste da verdade

¹⁸ No Título “Dos Cidadãos Brasileiros” da Constituição de 1891, lê-se que: “São cidadãos brasileiros: 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação; 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados”. Entre estes cidadãos eram eleitores os maiores de 21 anos, alfabetizados e alistados “na forma da lei”, sendo impedidos de alistamento os mendigos, os analfabetos, as praças de pré e os religiosos sujeitos a voto de obediência que importasse em renúncia da liberdade individual. (BRASIL, 1986)

honestamente procurada e dita com franqueza” (PEIXOTO, 1916, grifo nosso). O menino, portanto, será brasileiro no futuro, depois de sofrer uma ação pedagógica que o transforme em uma espécie de cidadão ideal.

Com este ideal de brasileiro no horizonte, Olavo Bilac chega a construir uma gradação que vai de “não homens” a “verdadeiros cidadãos”, em sua conferência intitulada “A defesa nacional”:

[...] Mas, que é ‘cidadão’?

Há na multidão das criaturas humanas, que povoam um país, quatro categorias, progressivamente restritivas: 1. todos os habitantes ou residentes, englobadamente compreendidos; 2. entre os habitantes, os homens adultos, que já têm idade e capacidade jurídica, tendo o direito de voto; 3. entre os homens adultos, aqueles a quem chamaremos verdadeiramente ‘homens’, isto é, aqueles que já chegaram a um certo grau de desenvolvimento intelectual, com a consciência da sua razão, dos seus direitos e dos seus deveres, e, enfim, 4. entre os verdadeiros ‘homens’, os ‘cidadãos’, aqueles que, investidos de completa cultura intelectual e moral, tendo elevação de espírito, sendo capaz de sobrepor-se aos interesses próprios, aos interesses partidários de classes ou de campanário, podem destinar-se à sagrada missão de governar e dirigir a multidão.

No Brasil, quantos verdadeiros cidadãos, neste limitado e rigoroso sentido, existirão?

Nem façamos o cálculo! Para que nos encha de tristeza e de terror o espetáculo moral da nossa educação, basta que verifiquemos a formidável percentagem dos nossos ‘não-homens’, dos nossos analfabetos e inconscientes. [...] (BILAC, 1996, p. 963-972)

É nessa perspectiva que a representação de um ideal de infância brasileira destacaria-se de outras representações da infância, constituídas por outros tipos de intervenção social: médica, assistencial, policial, etc. No caso da literatura cívica, tratava-se de classificar, entre a população infantil do país, um segmento que atendesse a determinados requisitos entendidos pelos autores como necessários à formação de uma espécie de escol, capaz de conduzir no futuro o país à posição almejada.

Esta categoria de classificação da infância que é construída concomitantemente a outras, sendo as mais específicas aquelas dirigidas a crianças pobres¹⁹, tem seu aspecto mais característico traduzido no adjetivo “brasileira”, em um sentido ao mesmo tempo cívico e patriótico. Pois as crianças que com ela se identificavam deveriam reunir necessariamente determinados conhecimentos e qualidades morais que as tornariam aptas a agir em prol de uma transformação do país, sempre colocando o bem da pátria acima de tudo.

A infância brasileira se constitui assim, não somente na representação de um grupo etário e nacional, mas também social e, principalmente, moral. Daí, ao contrário do que se poderia supor, tratar-se de uma categoria excludente.

A concepção que se tinha da criança como um elemento “dútil” como o “barro enquanto úmido” (COELHO NETTO, 1922, p. 3), tornava os meninos alfabetizados de até doze anos, aproximadamente, o alvo privilegiado dos projetos que objetivavam a regeneração nacional por meio de uma ação cívico-pedagógica.

Sendo assim, entre os setores do ensino, era a instrução primária que ocupava o centro das preocupações daqueles que atribuíam à educação o papel de formar a nação. O fato de a Constituição de 1891 determinar que o ensino primário fosse da competência dos estados e municípios seria alvo de várias críticas por parte de segmentos da intelectualidade que defendiam uma participação maior do governo federal neste setor. Como afirma Carvalho (1987, p. 45): “Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era

¹⁹ De acordo com Irma Rizzini: “A infância, objeto de estudo e de intervenção privilegiada da filantropia ‘científica’, sofrerá antes de tudo um processo detalhado de classificação, que implicará na sua subdivisão em categorias bem mais específicas, criando novos alvos para a assistência e novas necessidades sociais.” Desse modo, diz a autora, “a classificação da infância pobre em diversas categorias terá como objetivo a repartição do universo-alvo da assistência, seja ela estatal ou filantrópica, para melhor controlá-lo; obedecerá a uma causalidade implícita às categorias adotadas, que vai do moral ao social; terá como instrumento de realização os novos especialistas da infância: médicos, juristas e, mais tarde, as assistentes sociais; produzirá novos conceitos, os quais desenvolverão vida independente do conceito de infância, que é o caso dos conceitos de menor, menor abandonado e menor delinquente: e finalmente, será um processo descontinuo”. (RIZZINI, 1993, p. 37).

uma ordem libera, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização”.

Muitos livros dos quais estamos tratando foram escritos tendo em vista a sua adoção nas escolas primárias²⁰, reforçando a importância atribuída pelos intelectuais a este setor de ensino no processo de formação nacional. Este aspecto levou Leonardo Arroyo, em seu estudo pioneiro sobre a literatura infantil brasileira, a caracterizar esta fase como eminentemente escolar, por ser o livro infantil naquele momento, segundo ele, um derivado “do livro útil e funcional, de objetivo eminentemente didático”(ARROYO, 1968, p. 94). Além disso, o tom nacionalista dos livros infantis desse período era visto pelo autor como uma consequência de seu vínculo com a escola, enquanto que a principal motivação dos autores era atribuída à demanda do público infantil:

[...] Era de certo modo a meninada pedindo leitura, literatura que, praticamente, não existia e que ela mesma começava a fazer, criando uma atmosfera, um clima propício, que logo foi percebido por alguns autores aparecidos na época, como Olavo Bilac, Coelho Neto, Alexina Magalhães Pinto, Manoel Bomfim, e tantos outros²¹.

Para Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996, p. 28), no período em que surge a literatura infantil brasileira entre 1880 e 1920, assiste-se a um “clima de valorização da instrução e da escola”. Entretanto, além de responder a “apelos nacionalistas e pedagógicos” e cumprir, portanto, uma “tarefa patriótica”, os autores teriam também uma motivação financeira, pois, segundo elas:

[...] via de regra, escritores e intelectuais dessa época eram extremamente bem relacionados nas esferas governamentais, o que lhes garantia a adoção maciça dos livros infantis que escrevessem. Se isto, por um lado, pode explicar o tom gramscianamente orgânico da maioria dos contos e poesias infantis desse tempo, por outro, sugere que escrever para crianças, já no entre-séculos, era uma das profissionalizações possíveis para o escritor.²²

²⁰ Por exemplo: *A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*. (Livro para as classes primárias); *A terra fluminense* (livro unanimemente aprovado pelo Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro); *Contos Pátrios* (para os alunos das Escolas Primárias); *Através do Brasil* (narrativa). Livro de leitura para o curso médio das Escolas Primárias; e *Poesias Infantis* cuja destinação está expressa no prefácio.

²¹ Ibidem, p. 140.

²² Ibidem, p. 29.

Sem descartar a motivação financeira e profissional dos autores de textos de caráter cívico-pedagógico para crianças brasileiras ou a demanda escolar por livros de leitura, procuro enfatizar neste trabalho o sentido de **projeto** que permeia esta literatura, lembrando, com Zilberman e Lajolo, que o tipo de representação presente nos livros infantis, mais do que dizer algo sobre a criança, “deixa transparecer o modo como o adulto quer que a criança veja o mundo. [...] Dessa maneira, o escritor, invariavelmente um adulto, transmite a seu leitor um projeto para a realidade histórica, buscando a adesão afetiva e/ou intelectual daquele”²³.

Essa ênfase no caráter de projeto contido na literatura cívica para crianças ressalta também o engajamento próprio dos autores desses textos nas questões de seu tempo e articula-se ao papel assumido por muitos intelectuais atuantes no contexto das transformações ocorridas na passagem do século XIX para o XX, momento no qual, segundo Sevcenko,

a rapidez e a profundidade da transfiguração que devassou a sociedade inculcou na produção artística uma inquietação diretamente voltada para os processos de mudança, perplexa com a sua intensidade inédita, presa de seus desmandos e ansiosa de assumir a sua condução. Fruto das transformações, dedicada a refletir sobre elas e exprimi-las de todo modo, essa literatura pretendia ainda mais alcançar o seu controle, fosse racional, artística ou politicamente. Poucas vezes a criação literária esteve tão presa à própria epiderme da história *tout court*. Era em grande parte uma literatura encampada por homens de ação, com predisposição para a liderança e a gerência político-social: engenheiros, militares, médicos, políticos, diplomatas, publicistas. Nesse meio e sob essa atmosfera, quem quer que se dispusesse a servir às letras era compelido à atuação cívica já pela dupla imposição do tirocínio e da forma. (SEVCENKO, 2003, p. 287)

Levando em consideração, porém, as diferenças entre os projetos contidos nas diversas obras, pode-se dizer que, em comum, esses textos eram veículos de uma

²³ Ibidem, p. 19.

intervenção na sociedade com o objetivo maior de fazer do Brasil um Estado-nação moderno.

O amor à pátria, em todos os casos, era um componente fundamental na realização desse projeto. Entretanto, a análise dos textos demonstra que o puro sentimento não era suficiente, assim como também não era visto como um algo natural. Era necessário, em primeiro lugar, identificar a pátria ao Brasil, para então aprender a amá-la, e, finalmente, aprender **como** amá-la, submetendo-lhe as vontades, as ações, as escolhas, o corpo e, no limite, a vida. Nas palavras que introduzem *A terra fluminense*, por exemplo: “se nestas poucas paginas sinceras a criança aprender a amar a sua Pátria, estarão satisfeitos os desejos de Coelho Netto e Olavo Bilac”. “Amar a pátria”, portanto, dependia de um aprendizado, e, para deixar isso bem claro, abriam o primeiro capítulo com a seguinte frase:

Para bem amar a Pátria, é preciso conhecê-la bem. Só quem já estudou todos os seus *recursos*, só quem já admirou todas as suas belezas é que pode ter o coração cheio da sua imagem e ser capaz de por ela dar a própria vida. (BILAC; COELHO NETTO, 1898, p. 5)

E se havia perigo de o leitor pensar que a “terra fluminense” correspondia à pátria, rapidamente os autores desfaziam essa impressão, caracterizando-a como “um dos mais belos trechos da grande Pátria Brasileira”²⁴.

Os meios pelos quais os livros procuravam ensinar o amor à pátria eram muitos. Pelo conhecimento dos seus recursos, pela fruição estética de suas paisagens, pelos exemplos de sua história, pela descrição dos costumes de brasileiros das diversas regiões e, finalmente, por inculcar certas atitudes estereotipadas e noções morais vistas como fundamentais na conformação da comunidade imaginada, como: a coragem, a solidariedade, a honestidade, a ordem, a generosidade, a dignidade do trabalho, o valor do estudo, etc.

²⁴ Ibidem, p. 8.

No prefácio de *Poesias Infantis*, Olavo Bilac (1996, p. 294) afirmava ser o objetivo principal do livro, “contribuir para a educação moral das crianças do seu país”. O exame dos conteúdos listados pelo próprio autor, para marcar a diferença com outros livros infantis da época, explicita o que o autor entendia por “educação moral”:

Quando a Casa Alves & Cia. me incumbiu de preparar este livro para uso das aulas de instrução primária, não deixei de pensar, com receios, nas dificuldades grandes do trabalho. Era preciso fazer qualquer coisa simples, acessível à inteligência das crianças; [...].

Outro perigo: a possibilidade de cair no extremo oposto – fazendo um livro ingênuo demais, ou, o que seria pior, um livro, como tantos há por aí, falso, cheio de histórias maravilhosas e tolas que desenvolvem a credulidade das crianças fazendo-as ter medo de coisas que não existem. [...]

Não sei se consegui vencer todas essas dificuldades. O livro aqui está. É um livro em que não há os animais que falam, nem as fadas que protegem ou perseguem crianças, nem as feiticeiras que entram pelos buracos das fechaduras; há aqui descrições da natureza, cenas de família, hinos ao trabalho, à fé, ao dever, alusões ligeiras à história da pátria, pequenos contos em que a bondade é louvada e premiada. [...] Se a tentativa falhar, restar-me-á o consolo de ter feito um esforço digno. Quis dar à literatura escolar do Brasil um livro que lhe faltava.

Bilac estabelecia as referências pedagógicas negativas para a formação de uma moral concebida como complemento indissociável do civismo. Essas consistiam nos meios aos quais recorriam a literatura para crianças em geral e a tradição oral, entre os quais ressaltava o medo. Ao mesmo tempo, afirmava como um dos aspectos distintivos da literatura cívica a ausência do maravilhoso e do sobrenatural²⁵. Uma pedagogia moral mais moderna e, principalmente, secularizada, pode-se dizer, era um pré-requisito para a constituição do escol que seria responsável pela condução do país.

Nessa perspectiva, entre os ensinamentos contidos na literatura cívico-pedagógica sobressaem os que dizem respeito à família, ao fortalecimento dos laços familiares, ao amor entre os irmãos e ao respeito para com os pais e os avós. Ao mesmo tempo, à família era atribuído um importante papel na formação de suas crianças.

²⁵ Apesar de afirmar não haver em seus poemas “animais que falam”, este elemento está presente nas versões das fábulas de Esopo incluídas no livro. Ainda assim, trata-se de uma das poucas exceções ao modelo realista da literatura cívica.

Sobre a relação entre a família e a nação, diz Coelho Neto²⁶ em seu *Breviário Cívico*, que a família é

o núcleo ou gérmen da sociedade. Nela é que se formam todas as virtudes e se amolda o caráter, que é a feição da alma.

É a oficina sagrada onde se prepara, entre o amor e o respeito dos pais e no exemplo dos antepassados, o futuro cidadão. O que se adquire na infância leva-se até a morte. [...] As pátrias são agregações de famílias e, quanto mais virtuosos forem os lares, que são os elos, mais forte será a cadeia da Nacionalidade. (COELHO NETTO, 1921, p. 45-46)

Essa função da família na formação do caráter é apontada em praticamente todos os textos cívicos. Contudo, para que pudesse exercer esse papel da forma desejada, ou seja, para que contribuísse com os projetos em questão, era necessário que a família se transformasse. Desse modo, em paralelo às características da maioria dos protagonistas dos contos e romances cívicos, personagens que representavam o ideal da infância brasileira, um novo modelo de família também se apresentava. Nesses aspectos podemos reconhecer uma idealização das crianças para as quais se dirigia essa literatura, uma vez que os autores tinham, obviamente, a preocupação de construir personagens com os quais seu público alvo se identificasse.

Os protagonistas desses textos, além de serem sempre do sexo masculino e brancos²⁷, nunca têm muitos irmãos, geralmente um ou no máximo dois. Nunca vêm de

²⁶ Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) nasceu em Caxias no Maranhão. Era filho do português Antônio da Fonseca Coelho e da índia Ana Silvestre Coelho. Quando tinha seis anos mudou-se com seus pais para o Rio de Janeiro. Estudou no Externato do Colégio Pedro II. Tentou a Faculdade de Medicina, mas logo desistiu. Em 1883 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, mas logo depois transferiu-se para Recife, onde fez o 1º. ano de Direito, tendo Tobias Barreto como o principal mestre. Regressando a São Paulo, entregou-se ardentemente às idéias abolicionistas e republicanas. Concluiu os estudos jurídicos, em 1885, e transferiu-se para o Rio. Em 1890, casou-se com Maria Gabriela Brandão, filha do educador Alberto Olympio Brandão, com quem teve 14 filhos. Foi professor, político, romancista, contista, crítico, teatrólogo, memorialista e poeta. Tornou-se companheiro assíduo de José do Patrocínio, na campanha abolicionista. Ingressou na *Gazeta da Tarde*, passando depois para a *Cidade do Rio*. É o fundador da Cadeira nº. 2 da Academia Brasileira de Letras, que tem como patrono Álvares de Azevedo. Foi nomeado para o cargo de secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, Diretor dos Negócios do Estado. Em 1892, foi nomeado professor de História da Arte na Escola Nacional de Belas Artes e, mais tarde, professor de Literatura do Ginásio Pedro II. Em 1910, foi nomeado professor de História do Teatro e Literatura Dramática da Escola de Arte Dramática, sendo logo depois diretor do estabelecimento. Eleito deputado federal pelo Maranhão, em 1909, e reeleito em 1917. Cultivou praticamente todos os gêneros literários e foi, por muitos anos, o escritor mais lido do Brasil. Em 1928, foi eleito Príncipe dos Prosadores Brasileiros, num concurso realizado pelo *O Malho*. Participou da Liga de Defesa Nacional.

famílias muito ricas nem muito pobres, sendo, aliás, a experiência de um empobrecimento, causado na maioria das vezes por morte do pai, um aspecto recorrente e fundamental no enredo de várias destas histórias. E, são sempre possuidores de um caráter firme moldado anteriormente pela família, evidenciado em situações-prova nas quais se mostram honestos, generosos, solidários, etc.

A família, por sua vez, ou o que resta dela: a mãe, o pai ou um dos avós, sempre investe ao máximo sobre essa criança-protagonista, principalmente quando se trata de garantir seu acesso à escola. A família, da qual emerge a representação da infância brasileira, é urbana, com poucos filhos, geralmente inserida no que podemos chamar de camadas médias da sociedade²⁸. Em seu aspecto econômico, essa família não era rica nem pobre, seu provedor pode ser um engenheiro ou um médio agricultor²⁹, por exemplo. Mesmo se mais abastada, com frequência é representada atravessando um período de dificuldades financeiras, no qual seus filhos passam por uma série de provas morais que testam sua fidelidade a valores mais elevados. Mas devo ressaltar que o que estou procurando caracterizar aqui como “camadas médias” ou “burguesia”, se define principalmente pelos valores, sentimentos e atitudes que exprimem, produzindo um certo modo de vida, do qual as representações da infância e da família presentes na literatura cívica deveriam constituir um ideal.

²⁷ Os coadjuvantes, candidatos a ingressarem na “infância brasileira”, porém, às vezes eram miscigenados, em nenhum caso negros.

²⁸ Deve-se notar que essa representação da família com dois ou no máximo três filhos é ainda muito diferente das mudanças familiares ocorridas nessa mesma época segundo a observação de Gilberto Freyre: “A tentativa de resumirmos os principais traços da época aqui considerada no conjunto de seus aspectos sociais e socioculturais, leva-nos a destacar os seguintes, dentre os mais característicos: o declínio do patriarcado, como instituição dominante da sociedade brasileira, tornou-se definitivo; [...]; tornou-se crescente a idealização dos valores urbano-industriais em prejuízo do apreço ou da estima pelos valores agrário-rurais; manifestou-se a agraviação dos conflitos entre tais valores, ou seus portadores, devido ao fato de terem se extremado entre eles distâncias sociais e psicoculturais, em virtude da intensa idealização dos urbanos e da negligência pelos rurais; as famílias muito numerosas – de 10,12,15 e até 20 filhos – começaram a ser substituídas pelas médias, de 5,6,7 filhos; a disparidade nas idades dos cônjuges foi sendo substituída pela sua quase igualdade; [...]” (FREYRE, 2000, p. 156-157).

²⁹ Conforme o exemplo de *Através do Brasil* e de *Saudade*, respectivamente.

George L. Mosse considera que as “classes médias” se definem principalmente pela elaboração de um “estilo de vida” que ocorre em paralelo a sua dinâmica econômica, e com ela interage. Analisando os contextos inglês e alemão do século XIX e início do XX, o autor defende que esse estilo de vida pode ser traduzido apropriadamente por um “ideal de respeitabilidade”. Em suas palavras:

As classes médias podem ser definidas apenas parcialmente segundo sua atividade econômica ou mesmo por sua hostilidade à aristocracia e às classes mais baixas. Porque acima de tudo está o ideal de respeitabilidade que caracteriza o seu estilo de vida, emparelhado com sua atividade econômica. Por meio da respeitabilidade, elas procuram manter seu status e auto-estima contra as classes baixas e a aristocracia. Elas percebem seu modo de vida, baseado na frugalidade, devoção ao dever e restrição às paixões, como superior aos das classes baixas ‘preguiçosas’ e da aristocracia pródiga. Sendo assim, a definição de burguesia usada neste livro emerge do próprio crescimento da respeitabilidade, o qual em interação com sua dinâmica econômica, medos e esperanças, criou um estilo de vida que primeiro se tornou próprio a esta classe, sendo mais tarde adotado por toda a sociedade estabelecida e ordenada. (MOSSE, 1997, p. 5)

A leitura dos textos que servem de fontes a este trabalho demonstra uma enorme cumplicidade entre os atributos da infância brasileira e valores, atitudes e sentimentos que, não sendo ainda predominantes na sociedade brasileira, podem ser identificados como burgueses. Apesar disso, ao fazer da pátria a principal instância a conferir valor e significado ao indivíduo, normatizando seu modo de vida e suas relações pessoais, a literatura cívica procurava negar o critério mercantil/econômico como instância reguladora, ainda que se apropriasse do padrão utilitário que, nesse contexto, tinha como sentido maior a promoção da riqueza e, conseqüentemente, da grandeza nacional.

Em suma, o que chamo aqui de infância brasileira, e que se constitui em um ideal construído pela literatura cívica com o qual deveria se identificar também o seu público potencial, era representada por crianças do sexo masculino, brancas, alfabetizadas, entre dez

e doze anos de idade aproximadamente³⁰, pertencentes às camadas médias. A infância brasileira não se confunde com a totalidade da população infantil do Brasil na Primeira República. Trata-se de uma classificação que coexiste com outras infâncias, classificadas e transformadas em objeto de outros projetos, como o dos Institutos de Proteção e Assistência à Infância, por exemplo. Neste, a título de comparação, as crianças vêm de famílias pobres, e seu objetivo principal é o de “salvar moralmente” essa infância desamparada, atuando principalmente sobre as crianças menores de oito anos³¹.

Infância brasileira, finalmente, é a representação ideal dos projetos cívicos que visavam transformar um determinado segmento da população infantil, capaz de se identificar com os protagonistas da literatura em questão, em brasileiros no sentido mais elevado já explicado acima.

É significativo que no volume comemorativo do Cinquentenário de *O Tico-Tico* (1956, p. 9-10), a referência à infância ou criança brasileira, e não só à infância ou crianças

³⁰ Estes marcos etários serão explicados no capítulo 3 deste trabalho.

³¹ Essa idéia está subjacente ao discurso de Moncorvo Filho por ocasião da inauguração do Instituto: “Há por certo em nossa capital algumas instituições de socorro à infância que prestam incontestavelmente serviços à população. O número, porém, dos amparados é limitadíssimo, - referimo-nos aos asilos que recebem em seus ninhos as crianças maiores de 8 anos, isto é, quando a idade e o desenvolvimento intelectual já lhes permite uma certa liberdade e um resquício de discernimento. E a criança desde o período de sua formação no ventre materno até o desabrochar dos 7 ou 9 anos, onde encontra socorro nesta cidade? [...] Qual a vigilância exercida aqui sobre os menores que trabalham em indústrias, muitas vezes, perigosíssimas e impróprias da idade? Que leis protegem entre nós as crianças denominadas hoje moralmente abandonadas e as maltratadas pelos que as cercam? E a mendicidade da infância, tão explorada em nossa Capital, qual a lei que temos para restringir a sua demasia? Já porventura, leis brasileiras para os pequenos criminosos como o exige hodiernamente a civilização? [...] À falta de instrução do povo deve-se, pode-se afirmar sem receio de contestação, um grande contingente de males que afligem a infância; eis porque o Instituto, no limite de suas forças, procurará difundir, entre as famílias pobres e proletárias, noções elementares de higiene infantil, verbais ou por meio de conselhos ministrados em linguagem ao alcance do público. [...] devemos também mostrar a miséria quer física, quer moral, como sendo, não raras vezes, a consequência da má conduta e ministrar, em tais casos, conselhos aqueles que, por sua própria culpa, fazem durar essa miséria e se opõem à sua jugulação. Uma boa moral é, por vezes, a melhor higiene do corpo, o verdadeiro meio profilático contra a moléstia. Bem compreendida, ela é sempre útil e o seria, ainda que fosse possível negar a sua influência sobre a saúde do corpo, porquanto alguma coisa de superior à saúde, preferível à vida – é a honra; e para desenvolver os sentimentos da honra e da virtude preciso se torna falar à inteligência e sobretudo ao coração, quer dizer, moralizar o indivíduo. Esta missão é grandiosa, belíssima, porém muito delicada. Pessoas colocadas em condições especiais, como por exemplo, os médicos e em particular os médicos de estabelecimentos filantrópicos dispõem de recursos para concorrer à grande Obra do melhoramento da classe indigente”. (MONCORVO FILHO, 1926, p. 141-146).

de modo geral, seja feita muitas vezes. Na retrospectiva, buscando reforçar os elementos de continuidade, afirmava-se que a revista, em 1956, ainda observava

a mesma orientação de sempre, [...] buscando contribuir o mais eficazmente possível para difundir entre as crianças o gosto pela leitura, o entusiasmo pelos bons sentimentos, a admiração pelas qualidades positivas do homem, aquelas que exornam as verdadeiras personalidades de escol – sempre apresentadas como exemplo aos seus leitores. [...] Permanecem os mesmos princípios de seleção da matéria publicada, e sendo, embora, uma revista alegre, não há em suas páginas, uma brincadeira, uma anedota, uma piada que implique em falta de respeito aos mais velhos, em despreço aos pais, mestres e pessoas idosas, em zombaria aos infelizes. Conceituado, bem recebido nos lares e nos estabelecimentos de ensino onde a disciplina mais rigorosa se faz sentir, sendo ‘o bom companheiro’ de sempre, é assim que chega ‘O Tico-tico’ à data em que festeja a sua primeira metade de século de vida, toda ela a serviço da formação mental e moral da criança brasileira.

Também é interessante que o retrospecto faça menção às personalidades de escol. Como já foi dito, esse é um traço que se destaca na idealização da infância brasileira para a qual os textos cívicos se dirigem. Na medida em que esses projetos eram orientados para as crianças alfabetizadas, que já representavam um segmento bastante reduzido de uma população com elevados índices de analfabetismo, e identificavam-se privilegiadamente - nos valores, sentimentos e atitudes que preconizavam - com as camadas médias urbanas e não com as elites tradicionais de proprietários de terras, era necessário transformar simbolicamente as crianças provenientes daqueles segmentos em condutoras do progresso do país, atribuindo-lhes um certo sentido de liderança. Essa estratégia se assemelha ao que teria ocorrido, segundo afirma Hobsbawm a respeito do século XIX, nos processos de socialização responsáveis por inculcar tipos de tradições inventadas que reintroduziam “o *status* no mundo do contrato social, o superior e o inferior num mundo de iguais perante a lei”. Nesse caso, segundo este autor, era “mais comum que elas incentivassem o sentido coletivo de *superioridade* das elites – especialmente quando estas precisavam ser recrutadas entre aqueles que não possuíam este sentido por nascimento ou atribuição – ao invés de inculcarem um sentido de obediência nos inferiores” (HOBSBAWN, 1997, p. 18).

No cinquentenário de *O Tico-Tico*, personalidades ilustres como o General Henrique Lott, que encontraria seu nome em um velho exemplar da revista, ressaltavam a “fidelidade” com a qual a revista “perseverou nos louváveis objetivos morais, educacionais e patrióticos de seus fundadores” (SOCIEDADE..., 1956, p. 12). Já Henrique Dodsworth afirmava: “No transcurso do cinquentenário de ‘O Tico-Tico’ recordo, com satisfação, as alegrias que me proporcionou, e registro, com aplauso, o invariável propósito a que sempre obedecem, de bem servir, em todos os sentidos, à infância brasileira”³².

Acentuando o sentido patriótico da publicação e o objetivo pedagógico e moral, em retrospecto conceituava-se os leitores potenciais da revista como uma infância brasileira. *O Tico-Tico* possuía seu próprio projeto que dialogava e às vezes divergia dos outros dirigidos ao mesmo segmento. Em comum, porém, todos eles dirigiam-se a um público sobre o qual projetava-se a representação de um ideal de infância brasileira, patriótica e, ao mesmo tempo, precoce e viril.

Os projetos dos textos cívicos anteriores aos anos vinte disputavam entre si o tipo de patriotismo, o ideal de masculinidade e o rol de conhecimentos necessários à formação de “cidadãos perfeitos”. Aos poucos, porém, no diálogo entre autores, obras e leitores iria configurar-se um padrão de condutas e valores, no qual os pequenos brasileiros deveriam espelhar-se.

Ao longo deste trabalho procurarei demonstrar as aproximações e diferenças entre os projetos contidos na literatura cívica, assim como entre as principais representações que eles veiculam.

³² Ibidem, p. 13.

1.2 O Ufanismo

Ao conferir à literatura infantil o papel de fator de nacionalidade, atribuindo à infância a responsabilidade pelo futuro do país, os intelectuais que produziram textos cívicos assumiram, em larga medida, uma posição “otimista” em relação ao destino do Brasil.

Dessa literatura, o livro mais famoso é sem dúvida alguma *Porque me ufano de meu país* de Afonso Celso³³. Conhecido principalmente por ter gerado o termo “ufanismo”, o livro foi escrito por ocasião das comemorações do quarto centenário do Descobrimento e seria dedicado pelo autor aos próprios filhos, para que nele encontrassem “prazer e proveito”.

Os significados mais freqüentemente atribuídos ao termo ufanismo destacam sempre um componente de “exacerbação” ou “desmesuramento”³⁴, e por mais que Afonso Celso se preocupasse em apontar as “sólidas e convincentes razões” pelas quais o amor à pátria não seria “irrefletido e cego, e sim raciocinado, robustecido pela observação”, razões que eram descritas nos capítulos seguintes em que eram detalhados os vários motivos para a “superioridade do Brasil”, o seu exagero em todos os aspectos é patente.

33 Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938) nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, filho do visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros do Império, e de D. Francisca de Paula Martins de Toledo. Aos 15 anos publicou os *Prelúdios*, reunindo uma pequena coleção de poesias de conteúdo romântico. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1880, onde defendeu a tese “Direito da Revolução”. Casou-se em 1884 com D. Eugênia da Costa. Foi eleito quatro vezes deputado geral por Minas Gerais. Na Assembléia Geral exerceu as funções de 1º. Secretário. Com a proclamação da República, em 1889, abandonou a política e acompanhou o pai no exílio, que se seguiu à partida da família imperial para Portugal. Foi elevado à condição de Conde Romano em 1905. Dedicou-se ao magistério e ao jornalismo, tendo colaborado durante mais de 30 anos no Jornal do Brasil. Colaborou também com outros órgãos da imprensa, tais como A Tribuna Liberal, A Semana, Renascença, Correio da Manhã e o Almanaque Garnier. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1892. Com a morte do Barão do Rio Branco, em 1912, foi eleito presidente perpétuo dessa instituição, cargo que ocupou entre 1912 e 1938. Foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a Cadeira nº. 36. De sua vasta obra merecem destaque os livros: *Oito anos de parlamento*, *Porque me ufano de meu país*, *Segredo conjugal*, *O imperador no exílio*, *O assassinato do coronel Gentil de Castro*, *Um enjeitado*, *Rimas de outrora*, *Minha filha*, *Vultos e fatos*, *Um Invejado*, *Lupe*, *Giovanina*. No magistério exerceu a Cátedra de Economia Política na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, da qual também foi diretor.

³⁴ No dicionário Houaiss, o ufanismo é definido como um “orgulho exacerbado da pátria” ou como “patriotismo excessivo”. No Aurélio como “[...] atitude, posição ou sentimento dos que influenciados pelo potencial das riquezas brasileiras, pelas belezas naturais do país, etc., dele se vangloriam, desmedidamente”.

O autor afirmava que a natureza não constituía o “exclusivo e principal título de vanglória” do Brasil, mas também a “nacionalidade” seria motivo de orgulho. Ressalva tanto mais necessária na medida em que vigoravam, com grande credibilidade, visões pessimistas acerca do brasileiro baseadas nas teorias racistas ainda em voga.

Na passagem do século XIX para o XX, os temas da degeneração tropical e racial eram dominantes em obras médicas, bacteriológicas e sociais, e assim permaneceriam até a década de 1930. Após a Abolição a ciência foi cada vez mais usada para determinar em que medida a “natureza”, poderia limitar “a igualdade social e política da nova república em relação aos negros e mulatos”. Um dos principais expoentes desse racismo científico foi o médico Raimundo Nina Rodrigues, que divulgaria a partir de 1890 uma antropologia centrada na questão da raça e fundamentada nas novas técnicas da antropometria. De acordo com Nancy Stepan (2005, p. 54), Nina Rodrigues “era quase tão pessimista em sua visão quanto os mais inflexíveis críticos do Brasil. Seus estudos antropológicos revelaram-lhe não uma nação-em-construção branca, ‘civilizada’, mas um país complexo, multirracial, heterogêneo, que não forjara nenhum tipo étnico singular e estável, e cujo futuro previsível era etnicamente negro”.

O próprio tom de Afonso Celso ao comentar a alegada inferioridade do brasileiro, era de réplica. Já nos parágrafos iniciais, ressaltava:

Ousa afirmar muita gente, que ser brasileiro importa condição de inferioridade. Ignorância, ou má fé! Ser brasileiro significa distinção e vantagem. Assiste-vos o direito de proclamar, cheios de desvanecimento, a vossa origem, sem receio de confrontar o Brasil com os primeiros países do mundo. Vários existem mais prósperos, mais poderosos, mais brilhantes que o nosso. Nenhum mais digno, mais rico de fundadas promessas, mais invejável. (CELSO, 1901, p.4)

E no capítulo em que trata dos “nobres predicados do caráter nacional”, contestava alguns dos argumentos das correntes científicas que condenavam o brasileiro: “O brasileiro fisicamente não é um degenerado. Notam-se muitos de estatura elevada, vigor e agilidade

pouco vulgares. Quanto ao seu caráter, ainda os piores detratores não lhe podem negar” [...]. A lista dos atributos positivos do tipo nacional era longa: “sentimento de independência levado até a indisciplina”; “hospitalidade”; “afeição à ordem, à paz, ao melhoramento”; “paciência e resignação”; “doçura, longanimidade, desinteresse”; “escrúpulo, no cumprimento das obrigações contraídas”; “espírito extremo de caridade”; “acessibilidade que degenera, às vezes, em imitação do estrangeiro”; “tolerância; ausência de preconceitos de raça, religião, cor, posição, decaindo mesmo em promiscuidade”; “honradez no desempenho de funções públicas ou particulares”.

A freqüente acusação de indolência não era negada, mas justificada pelo autor:

[...] Já desapareceu a principal causa de algumas tendências más do nosso meio; a escravidão. ‘O povo brasileiro é demasiado indolente para ser mau’ — escreveu alguém. Sem dúvida a nossa terra ubérrima, as facilidades da vida dispensam entre nós grande diligência e esforço. Mas hão de vir forçosamente, à proporção que a concorrência e o conflito pela existência se acirrem.³⁵

As qualidades da nacionalidade estavam incluídas entre os “motivos de superioridade do Brasil”, os quais segundo o autor seriam onze: a “grandeza territorial”; a “beleza”; a “riqueza”; a “variedade e amenidade do clima”; a “ausência de calamidades”; a “excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional”; os “nobres predicados do caráter nacional”; “nunca ter sofrido humilhações ou nunca ter sido vencido”; seu “procedimento cavalheiresco e digno para com os outros povos”; “as glórias a colher”; a “sua história”.

Mas deve-se notar que ao mesmo tempo em que procurava redimir o brasileiro, o autor se fiava nas promessas e riquezas do país, atribuídas principalmente à natureza, como o fator capaz de provocar inveja a outros povos.

³⁵ Ibidem, p. 87.

Por ter sido gerado a partir desse livro, o termo ufanismo agrega alguns dos conteúdos do patriotismo defendido pelo autor. Além do sentido de “orgulho desmesurado do país”, outros significados têm sido associados a uma visão ufanista do Brasil, em particular a ênfase na grandeza territorial, nas belezas e riquezas naturais, além do uso de um tom laudatório e hiperbólico para descrevê-las.

De acordo com Antônio Dimas, o livro acabaria por se tornar “sinônimo de otimismo irracional e emblema de um nacionalismo pegajoso, porque pregava uma adesão irrefletida ao país, ao mesmo tempo que desenterrava uma retórica grandiloqüente e romântica, erroneamente dada já como sepulta pelo cientificismo que conhecêramos a partir de 1870”. (DIMAS, 1994, p. 542)

Associando uma perspectiva otimista e patriótica ao componente de exagero, o termo ufanismo transformou-se em um rótulo que rapidamente foi vinculado ao conjunto da literatura cívica infantil. Secundando o livro de Afonso Celso, a obra infantil de Olavo Bilac, e em particular seu antológico poema “A pátria”, tornou-se um dos exemplos mais citados do ufanismo literário.

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
 Criança! Não verás nenhum país como este!
 Olha que céu! Que mar! Que rios! Que floresta!
 A natureza, aqui, perpetuamente em festa,
 É um seio de mãe a transbordar carinhos.
 Vê que vida há no chão! Vê que vida há nos ninhos,
 Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!
 Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
 Vê que grande extensão de matas, onde impera
 Fecunda e luminosa, a eterna primavera!
 Boa terra! Jamais negou a quem trabalha
 O pão que mata a fome, o teto que agasalha...
 Quem com o seu suor a fecunda e umedece,
 Vê pago o seu esforço, é feliz, e enriquece!
 Criança! Não verás país nenhum como este:
 Imita na grandeza a terra em que nasceste! (BILAC, 1996, p. 339)

De fato não se pode negar o ufanismo presente neste poema. Contudo, deve-se destacar não somente o trecho final que aponta o trabalho como condição de riqueza, como

também sua inserção em um livro no qual outras poesias tratando de valores e atitudes diversos complementam o ufanismo na configuração do projeto cívico e civilizador deste autor.

Também o livro *Através do Brasil* de Bilac e Manoel Bomfim foi classificado como ufanista. Para Lúcia Lippi Oliveira, a

forma ficcional do texto dilui seu ufanismo, tornando-o mais discreto, menos piegas. Sua aceitação foi inquestionável. Editado em 1910, este texto, largamente usado nas escolas primárias, talvez tenha sido um dos canais mais eficazes para a difusão de um certo tipo de representação ufanista na formação das novas gerações. (OLIVEIRA, 1990, p. 132)

Mais uma vez o aspecto ufanista parece ofuscar todos os outros. O que pretendo ressaltar aqui é que o ufanismo é realmente um componente forte de boa parte da literatura cívica, mas não o único. E reduzir esses textos ao seu caráter ufanista significa perder de vista outras influentes e duradouras representações que eles ajudam a construir, assim como o sentido de projeto de formação do Brasil e do brasileiro subjacente aos textos.

Sem querer negar a presença do ufanismo na literatura cívica infantil, mas apenas relativizar a sua importância na abordagem crítica desses textos, vale lembrar o comentário de Wilson Martins a esse respeito:

Um aspecto, talvez o mais característico, do nosso complexo nacional de inferioridade, consiste em imaginar que o ufanismo é fenômeno exclusivamente brasileiro, [...]. Ora, nada está mais longe da verdade; com o livro de 1901, o Conde de Afonso Celso apenas criou a terminologia (o que não é pouco) de uma atitude mental em que as grandes nações em nada se distinguem das pequenas. [...] Por ingênuo que seja em seus êxtases patrióticos, e subjetivo nos seus critérios de apreciação, o livro de Afonso Celso é apenas mais um balanço psicológico da nacionalidade, comparável, em seu projeto, ao *Brasil em 1899*, de Santana Néri, ou ao *Livro do Centenário*. Depois de quatro séculos de existência, podia o Brasil justificar a sua existência? [...] Claro, a natureza da obra escrita, [...], na atmosfera toda especial do Quarto Centenário – expunha-a ao risco muito certo do otimismo excessivo (que é por onde o ufanismo se derrota a si mesmo, justificando o amargo ceticismo de espírito e a admiração pelo estrangeiro, cuja falácia ufanista não estamos geralmente em condições de julgar). (MARTINS, 1978, p. 147)

O ufanismo coloca-se aqui lado a lado com outros clichês que a literatura cívica brasileira compartilhou com suas congêneres produzidas em outros países. Para compreender o seu significado no interior dos projetos cívicos estudados neste trabalho é necessário investigar sua relação com outros textos, o que irei procurar fazer mais adiante a partir da relação entre os componentes da visão ufanista do Brasil e o conceito de país novo.

Na realidade, não podendo deixar de ser mais ou menos otimistas, sob risco de deixar ir por água abaixo todo o projeto em questão, alguns autores procuraram estabelecer suas próprias posições em relação a um debate que radicalizava a oposição entre perspectivas conflitantes. Em sua palestra no Ginásio Granbery em 1909, Olavo Bilac afirmava:

[...] Falemos um pouco do patriotismo, e procuremos defini-lo com precisão, porque não há talvez sentimento que, como esse, possa ser deturpado por uma falsa compreensão da idéia ou do vocábulo.

Há um patriotismo mal pensado, que pode ser funesto à pátria e ao patriota [...].

Refiro-me a um falso patriotismo, a que darei o nome preciso de ‘megalomania patriótica’, perigosa exacerbação do orgulho nacional, [...].

Desse falso patriotismo, o mais freqüente sintoma é a vaidade condenável com que alguns dizemos habitualmente: ‘este país é o mais rico do mundo!’; - como se, em primeiro lugar, a riqueza natural bastasse para dar invejável glória a um país, e como se, além disso, a experiência nos não estivesse mostrando claramente a inanidade absoluta de tal orgulho! A consideração exagerada do próprio mérito já é, em um homem, um grave defeito, porque quem se ilude, admitindo a própria perfeição, é incapaz de progredir; e que dizer desse defeito, quando ele aparece já não em um homem, mas em todo um país, que ainda se está formando, que ainda está ensaiando os passos para a glória que o espera? [...] Para louvar o Brasil, para amá-lo como ele quer ser amado, não é mister exagerar-lhe o crédito e o valor moral; mais dignamente o amaremos e louvaremos, reconhecendo quanto lhe falece ainda em população, em trabalho, em instrução, e verificando ao mesmo tempo a importância do trabalho já realizado.

[...] As nossas apregoadas riquezas jazem escondidas quase todas no seio escuro da terra; existem, mas é como se não existissem, porque ninguém as vê, ninguém as aproveita, ninguém as vai arrancar dos veios recônditos em que dormem. [...] Todas estas considerações, meus jovens amigos, são apenas um aviso à vossa inexperiência. Não deveis estrear a vida com a funesta ilusão de ser este o mais forte, o mais rico, o mais próspero país da terra. Talvez seja ainda lícito, nas escolas primárias, alimentar o espírito das crianças com alguma animadora, mas não excessiva ilusão: [...]. Não nos deixemos possuir de orgulhos vãos, mas também não nos deixemos invadir dessa desmoralizadora enfermidade do pessimismo, a que Carlyle deu a perfeita classificação nosológica de

‘paralisia moral’. O pessimismo, ‘atrofia crônica da alma’, é um criador de titeres, quando não de escravos. [...]

Na megalomania patriótica, há somente hipertrofia da vaidade; mas, no pessimismo tudo é anulação da consciência e da vontade, tudo é degradação moral. Todo o pessimista é um doente perigoso, porque a sua doença tem uma prodigiosa expansão de contágio. E quando esse pessimista dispõe de um meio ativo de propaganda, uma tribuna no parlamento, uma coluna de jornal, uma cadeira de academia ou de liceu, - a sua existência e a sua permanência no apostolado são calamidades sociais [...].

O verdadeiro patriotismo [...]. É sim, um amor elevado e austero, que reconhece os defeitos da pátria – não para amaldiçoá-los ou para rir deles, mas para perdoá-los, estudá-los e corrigi-los; é um amor que se enraíza mais no meio moral do que no meio físico, [...]. (BILAC, 1996, p. 681-693)

Dirigindo-se a estudantes, Bilac ressaltava a esterilidade da “megalomania patriótica” que tendia a estimular a contemplação ao invés do trabalho. Desculpando a divulgação de uma “ilusão animadora” mas não “excessiva” entre as crianças, o autor afirmava a necessidade da ação para descobrir e explorar os recursos da terra e, assim, produzir riqueza, o autor procurava estimular em seu público a consciência de seu próprio papel na realização da grandeza da pátria.

Buscando deixar claro sua própria posição, Afrânio Peixoto³⁶ procurava situar seu próprio livro para crianças entre duas perspectivas extremas:

Os brasileiros oscilam, ordinariamente, entre um desengano pessimismo e um otimismo ridículo. [...] E nem as lamúrias de uns, nem os lirismos dos outros, produzem nada. Pareceu, pois, ao autor, novidade útil, escrever para as crianças de sua terra um livro sincero, sem reservas nem veemências, no qual procurasse sobre os problemas essenciais da nossa

³⁶ Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947) nasceu em Lençóis na Bahia. Era filho do comerciante Francisco Afrânio Peixoto e de Virgínia de Moraes Peixoto. Criado no interior da Bahia, foi para Salvador para cursar a Faculdade de Medicina, formando-se em 1897. Sua tese “Epilepsia e crime” despertou grande interesse nos meios científicos do país e do exterior. Em 1902, a chamado de Juliano Moreira, mudou-se para o Rio, onde foi inspetor de Saúde Pública e Diretor do Hospital Nacional de Alienados. Após concurso, foi nomeado professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi também diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro; diretor da Instrução Pública do Distrito Federal; deputado federal pela Bahia; professor de História da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro; e reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Afrânio Peixoto foi médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista e historiador literário. A sua estréia na literatura se deu dentro da atmosfera do simbolismo, com a publicação, em 1900, de *Rosa mística*. Foi eleito para a Academia Brasileira de letras em 1910, ocupando a Cadeira n. 7, na sucessão de Euclides da Cunha. Entre seus romances destacam-se *A Esfinge*, *Maria Bonita*, e *Bugrinha*. Foi grande conferencista e alcançou sucesso de crítica e prestígio popular. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia das Ciências de Lisboa; da Academia Nacional de Medicina Legal, do Instituto de Medicina de Madri e de outras instituições.

nacionalidade, dizer-lhes verdades necessárias. [...] (PEIXOTO, 1916, p. 1-2)

Afrânio Peixoto seria um importante crítico da tese da insalubridade e degeneração tropical. Segundo Mônica Pimenta Velloso, em *Minha terra e minha gente*, ao “argumentar que a raça e o clima não constituíam empecilho ao desenvolvimento, [o autor] apontava uma visão positiva da nacionalidade. [...] Diferente do tom puramente laudatório de um Afonso Celso em *Por que me ufano do meu país*, recorria-se ao instrumental da ciência”. (VELLOSO, 2003, p. 356).

De fato, enquanto médico e professor da Faculdade de Medicina, Peixoto argumentava com muito mais autoridade do que Afonso Celso contra as acusações de inferioridade do brasileiro. Em suas palavras:

[...] na bacia do Amazonas, cujas imensas florestas mal se começam a conhecer; matas profundas e sombrias que, se ocultam grandes reservas e provisões naturais, possuem também miasmas e são difíceis de ser conhecidas e aproveitadas.

Isto tem feito os europeus proclamarem a insalubridade dos climas quentes, como se fora uma condição inevitável. Aliás, eles são propensos a difamar todas as regiões do mundo fora da Europa; [...]. O homem dificilmente poderia viver nos trópicos: se o calor e a umidade não o impedissem, haviam de impedi-los as doenças, que, por isso eles chamaram doenças tropicais.

Essas doenças não existem. A febre amarela [...] e outras, não são peculiares a nenhum clima, senão àquelas regiões cujos naturais não sabem ou não podem combater-las. [...]

Entretanto, se assim é, se o clima quente não tem doenças próprias que se não possam evitar, produz, com o calor e umidade prolongados, vários males ao organismo humano. A indolência tão acusada a muitos brasileiros é devida ao clima: compreende-se que produzindo calor o movimento, repugna ao organismo aumenta-lo ainda mais, quando já recebe tanto do exterior. O trabalho que é uma necessidade nos climas enregelados [...], aqui é penoso, em certas ocasiões, porque agrava uma condição preexistente.

Será preciso o estímulo da necessidade e, principalmente um regime alimentar adequado, [...]. [...]

As condições de clima não impedem nem o trabalho, nem a vida do homem. [...] O que lhe será preciso é adaptar-se, inteligentemente, ao meio em que vai viver.³⁷

³⁷ op.cit. p. 204-211.

Também Manoel Bomfim, em 1905, comentava o quadro que alimentava o pessimismo de muitos e, numa perspectiva que deslocava para a história a explicação do atraso dos países latino-americanos, procurava contestar a condenação imposta aos trópicos pelo “mundo civilizado” a qual segundo ele estava amparada em uma “sociologia da cobiça”:

A massa geral da população, formada e nutrida por essa cultura intensiva da ignorância e da servidão, não tem estímulos, nem desejos, nem necessidades definidas, acima dos apetites da baixa animalidade; ignora tudo, não sabe trabalhar, não vê beleza, nem interesse no trabalho, nada a convida a isto; inteiramente nula para o progresso, é facilmente aproveitada pela caudilhagem nas más aventuras e assaltos políticos. [...]

O resultado desse passado recalcitrante é esta sociedade que aí está; pobre, esgotada, ignara, embrutecida, apática, sem noção do próprio valor, esperando dos céus remédios à sua miséria, pedindo fortuna ao azar – loterias, jogo de bichos, romarias, ‘ex-votos’; analfabetismo, incompetência, falta de preparo para a vida, superstições e credences, teias de aranha sobre inteligências abandonadas....[...]

De tudo isto resulta, mesmo para os mais esclarecidos, um pessimismo doloroso, um ceticismo negativista e triste, contra o qual não prevalecem entusiasmos, nem ideais, nem sonhos de sacrifícios generosos...[...]

O mundo civilizado nos acabrunha com o seu desprezo, e nos condena sumariamente. É iníquo, porque, em verdade, esse passado horrendo e tenaz que nos persegue não fomos nós que o preparamos; somos antes as vítimas. [...] Daí, pretende a sociologia da cobiça, que somos *incapazes*, essencialmente inferiores, refratários ao verdadeiro progresso. Estes conceitos só nos devem impressionar pela ameaça que contêm, e não pelo seu mérito científico, nem para que duvidemos do futuro e de nós mesmos. (BOMFIM, 1993, p. 327-329).

A despeito de reconhecer as enormes dificuldades do país, o próprio fato desses intelectuais atribuírem à educação o papel de transformar a sociedade brasileira no sentido de torná-la capaz de realizar um destino nacional que se prometia glorioso, implicava em ter que adotar uma postura otimista, quando não entusiasta. Do contrário, como convencer seu público alvo, as crianças, do seu papel na realização de um destino nacional grandioso, sem demonstrar otimismo e entusiasmo para animá-las a isto?

O projeto cívico da literatura infantil da Primeira República seria uma das expressões de um sentimento revelado por vários intelectuais, desde o final do século XIX,

como uma crença inabalável no papel da educação para a transformação da sociedade brasileira.

Segundo Jorge Nagle, depois do momento inicial da República, caracterizado por um arrefecimento do “fervor ideológico” que se manifestou no final do Império, a partir de 1915 “uma ampla campanha e uma multiplicidade de realizações” configuraram um novo momento significativo. Segundo o autor:

[...] São idéias, planos e soluções oferecidos. Há aqui uma parcela que se liga ao fervor ideológico do final do Império; mas, agora, este é manifestado pelos próprios republicanos desiludidos com a República existente, República que procuram redimir. Trata-se de um movimento de ‘republicanização da República’ pela difusão do processo educacional – movimento tipicamente estadual, de matiz nacionalista e principalmente voltado para a escola primária, a escola popular. (NAGLE, 1977, p. 262)

Este movimento, que Nagle chamou de “entusiasmo pela educação”, alcançou seu apogeu com a fundação das muitas ligas cívicas organizadas a partir de 1915, sendo inaugurado com as conferências de Olavo Bilac que inspiraram a criação da Liga pela Defesa Nacional em 1916, seguido pela organização da Liga Nacionalista de São Paulo fundada em 1917, a Propaganda Nativista fundada em 1919, e a Ação Social Nacionalista criada em 1920.

Trata-se, de acordo com Nagle, de uma percepção romântica dos problemas da sociedade brasileira e de uma “superestimação do processo educacional: regenerador do homem, ele é, conseqüentemente, regenerador de toda a sociedade”³⁸. Essa perspectiva ilustrada, que fez longa carreira entre nós, iria cada vez mais se concentrar na defesa da alfabetização como solução para todos os problemas nacionais, e seria criticada por Sérgio Buarque de Holanda como a “miragem da alfabetização do povo”³⁹.

³⁸ Ibidem, p. 263.

³⁹ Segundo Sérgio Buarque: “Não têm conta entre nós os pedagogos da prosperidade que, apegando-se a certas soluções onde, na melhor hipótese, se abrigam verdades parciais, transformam-nas em requisito obrigatório e único de todo progresso. É bem característico, para citar um exemplo, o que ocorre com a miragem da alfabetização do povo. Quanta inútil retórica se tem desperdiçado para provar que todos os nossos males

De fato, o risco de estas campanhas transformarem suas bandeiras, em geral bastante louváveis como a educação e o saneamento, em panacéias, era grande. A crença no serviço militar obrigatório como solução para os obstáculos à formação da nação inspirada pelas palestras de Olavo Bilac, por exemplo, seria considerada por intelectuais que lutavam por outros projetos uma proposta infundada, baseada no total desconhecimento da realidade nacional. No discurso intitulado “O Brasil ainda é um imenso hospital”, que é um dos marcos do movimento que culminaria na criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918, afirmava Miguel Pereira:

[...] fora do Rio ou de S. Paulo, capitais mais ou menos saneadas, e de algumas ou outras cidades em que a previdência superintende a higiene, o Brasil é ainda um imenso hospital. Num impressionante arroubo de oratória já perorou na câmara ilustre parlamentar que, se fosse mister, iria ele, de montanha em montanha, despertar os caboclos desses sertões. Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderável dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, ignorantes, tristes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer da sua modorra ao apelo tonitruante de trombeta guerreira, [...] ou quando espectros, se levantassem, não poderiam compreender por que a Pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pede agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva. (apud HOCHMAN, 1998, p. 64-65)

Tratava-se, nesse caso, de desfazer a visão romântica e ufanista dos sertões e do povo que os habitavam, em larga medida reforçada pela literatura cívica produzida até a primeira década do século XX. Essa visão começaria a mudar significativamente a partir de

ficariam resolvidos de um momento para outro se estivessem amplamente difundidas as escolas primárias e o conhecimento do ABC. Certos simplificadores chegam a sustentar que, se fizéssemos nesse ponto como os Estados Unidos, ‘em vinte anos o Brasil estaria alfabetizado e assim ascenderia à posição de segunda ou terceira grande potência do mundo’! [...] A muitos desses pregoeiros do progresso seria difícil convencer de que a alfabetização em massa não é condição obrigatória nem sequer para o tipo de cultura técnica e capitalista que admiram e cujo modelo mais completo vamos encontrar na América do Norte. [...] Cabe acrescentar que, mesmo independentemente desse ideal de cultura, a simples alfabetização em massa não constitui talvez um benefício sem par. Desacompanhada de outros elementos fundamentais da educação, que a completem, é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego.

Essa e outras panacéias semelhantes, se de um lado parecem indicar em seus predadores um vício de raciocínio, de outro servem para disfarçar um invencível desencanto em face das nossas condições reais”. (HOLLANDA, 1993, p. 123-124).

1910, devido à divulgação dos relatórios das expedições do Instituto Oswaldo Cruz. A imagem contida na célebre frase de Miguel Pereira, proferida no discurso de 1916, contrastava com a exaltação da natureza e do homem sertanejo feita pelos textos cívicos até a publicação de *Através do Brasil*. Uma intensa polêmica seguiu-se à publicação do discurso na imprensa. De acordo com Nísia Trindade Lima: “Os argumentos favoráveis assinalavam a presença das endemias, o abandono dos sertões e a necessidade de abordar a realidade nacional sem ufanismo. Os críticos argumentavam que posições como as defendidas por Belisário Penna, Arthur Neiva e Miguel Pereira contribuíram para formar uma geração de céticos e pessimistas”. (LIMA, 1999, p. 106)

A Primeira Guerra Mundial e o conseqüente acirramento dos ânimos iriam provocar o desdobramento dos programas nacionalistas que ofereciam diversas soluções para a questão da nacionalidade, apresentados pelas ligas: o serviço militar obrigatório e a instrução pública defendidos pela Liga de Defesa Nacional; a “verdade eleitoral” da Liga Nacionalista de São Paulo; o saneamento rural destacado na Liga Pró-Saneamento do Brasil; etc. A Ação Social Nacionalista, presidida por Afonso Celso, iria unir catolicismo e nacionalismo pela defesa da religião católica como sendo da maioria do povo brasileiro e do ensino religioso nas escolas.

Na década de 1910, Bilac e Coelho Netto deslocariam seu foco para o projeto de formação da nacionalidade expresso pela campanha pelo serviço militar obrigatório. Dirigiam-se a um público distinto da infância brasileira representada nos seus livros infantis e para a qual, agora, passavam a defender o ingresso no escotismo, conforme os textos introdutórios ao *Livro do Escoteiro* publicado em 1916.

Também o livro de Afrânio Peixoto revelava a intenção do autor em interferir nesse contexto, no qual era necessário esclarecer o próprio lugar em um debate apresentado como um conflito entre posições otimistas/ufanistas ou pessimistas, e que pode ter contribuído

para cristalizar a visão monolítica e simplificadora da literatura cívica da Primeira República, inserindo-a em uma “tradição”.

Não obstante essa polarização, a euforia nacionalista dos autores de textos cívicos engajados nas diversas ligas e com seus respectivos projetos, tornaria evidente a existência de diferentes concepções de nação entre eles. Para desenvolver melhor esta idéia procurarei destacar as diferenças na conceituação do Brasil como um **país novo** que, a meu ver, pode ser tomada como um forte indicativo do caráter de projeto assumido pela literatura cívico-pedagógica e como ponto de partida para a análise das representações da nação nela contidos.

1.3 O conceito de *país novo* na Primeira República

A idéia do Brasil como um país novo não surge com a República e nem acaba em 1930 quando o período anterior começa a ser reconhecido como República Velha, mas a própria mudança de regime em 1889, associada às noções de “novo”, de “começo”, de “moderno” e, principalmente, de aproximação com os outros países novos da América, favoreceu a proliferação de representações do Brasil com esse sentido e provocou mudanças qualitativas nessa forma de conceber a nação.

No campo das imagens, as representações visuais dos países novos que utilizam a figura da criança expressam de forma bastante eloquente as ambigüidades presentes no conflito entre perspectivas otimistas ou pessimistas no debate sobre a questão nacional. O “novo” nem sempre era visto como um aspecto positivo, a exemplo das charges nas quais o Brasil e os outros países da América Latina estão representados como crianças vestidas com uniformes escolares recebendo lições do Tio Sam. Este tema está presente em diversas

charges, veiculadas tanto em periódicos norte-americanos quanto brasileiros, com a diferença, porém, de que nas representações norte-americanas com frequência os países da América Latina são crianças negras, enquanto nas charges brasileiras são sempre brancas⁴⁰. Em contrapartida, no famoso quadro *A Pátria*, de Pedro Bruno, a utilização das figuras de crianças - em especial, o bebê deitado sob a bandeira e segurando uma estrela -, inspira principalmente a esperança no futuro do país⁴¹.

Apesar de ser um país novo do ponto de vista temporal/histórico, os Estados Unidos não podiam ser representados pela figura de uma criança, uma vez que o uso desta servia justamente para destacar sua diferença e hierarquia em relação aos países da América Latina.

Contudo, mesmo quando não contraposta ao Tio Sam, a metáfora da criança emprestaria significados múltiplos e ambíguos aos países novos. Significados positivos como, potencialidades, promessas, abertura para o novo e esperança; ou depreciativos como, imaturidade, incompletude e subordinação.

No caso das representações textuais, ainda que a expressão “país novo” não seja utilizada em todos os textos que servem de fontes para este trabalho, as idéias contidas neste

⁴⁰ Algumas destas charges encontram-se publicadas em Johnson (1980) e Lima (1963). Cf. a respeito do papel dessas representações na construção do conceito de América Latina nos Estados Unidos FERES JR, 2005.

⁴¹ A respeito deste quadro, nota José Murilo de Carvalho: “é de execução um tanto tardia, 1919, e talvez por isso busque conciliar as posições que se digladiaram no início da República. O quadro apresenta traços claramente positivistas. Embora seu objeto seja a bandeira, o título é ‘Pátria’, ao gosto dos ortodoxos. O conteúdo também poderia ser endossado por Miguel Lemos: um grupo de mulheres de todas as idades, filhas, mães, avós, confecciona a bandeira. É uma exaltação tanto à bandeira e à pátria quanto ao papel moral da mulher na educação dos filhos e no culto dos valores morais da família e da pátria. O símbolo materno é também óbvio na mulher que amamenta e na outra que abraça e beija uma criança. A presença masculina limita-se a um velho quase escondido no canto direito. O quadro refere-se provavelmente ao fato de terem as filhas de Benjamim Constant bordado uma bandeira positivista, que foi oferecida à Escola Militar. Ainda como traço positivista, há um retrato de Tiradentes pregado na parede.

Mas há também elementos não positivistas. Em primeiro lugar, a figura de Deodoro, que jamais seria aceita pelos ortodoxos, particularmente na ausência de Benjamim Constant. Em segundo lugar, [...], não aparece a divisa ‘Ordem e Progresso’. O artista, usando o truque de apresentar uma bandeira incompleta, exclui a divisa, embora registre a faixa branca. Por fim, há uma imagem de Nossa Senhora sobre a mesa, numa clara opção pelo símbolo católico sobre o positivista de Clotilde”. CARVALHO, 1990, p. 119-121.

conceito são fortes referências para a construção das imagens do país para o consumo infantil.

Em *Literatura e Subdesenvolvimento*, Antônio Cândido estabeleceu uma distinção, fundada em uma mudança de perspectiva, entre a noção de “país novo” predominante na literatura da América Latina até 1930, e a noção de “país subdesenvolvido” predominante a partir de então. A noção de “país novo” continha a idéia de um país que “ainda não pudera realizar-se, mas que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso futuro”. Nesta “salientava-se a pujança virtual e, portanto, a grandeza ainda não realizada”, enquanto na noção de “país subdesenvolvido”, “destaca-se a pobreza atual, a atrofia; o que falta, não o que sobra” (CÂNDIDO, 1987, p. 140).

A idéia de país novo, nas palavras do autor, produziria atitudes fundamentais na literatura,

derivadas da surpresa, do interesse pelo exótico, de um certo respeito pelo grandioso e da esperança quanto às possibilidades. A idéia de que a América constituía um lugar privilegiado se exprimiu em projeções utópicas que atuaram na fisionomia da conquista e da colonização; [...]. No século XVII, misturando pragmatismo e profetismo, Antônio Vieira aconselhou a transferência da monarquia portuguesa para o Brasil, que estaria fadado a realizar os mais altos fins da História como sede do Quinto Império. Mais adiante, quando as contradições do estatuto colonial levaram as camadas dominantes à separação política em relação às metrópoles, surge a idéia complementar de que a América tinha sido predestinada a ser a pátria da liberdade, e assim consumir os destinos do homem do Ocidente.⁴²

Os intelectuais latino-americanos, segundo Cândido, transformariam este legado em instrumento de afirmação nacional, vinculando a idéia de pátria à de natureza e constituindo esta contaminação, geralmente eufórica, entre a terra e a pátria, em “um dos pressupostos ostensivos ou latentes da literatura latino-americana [...] considerando-se que a grandeza da segunda seria uma espécie de desdobramento natural da pujança atribuída à primeira”⁴³.

⁴² Ibidem, p. 141.

⁴³ Ibidem, p. 142.

Antônio Cândido atribui à noção de país novo os sentidos genéricos de “pujança virtual” e de “possibilidades de realização futura”. Esses são, de fato, conteúdos semânticos presentes em todos os usos otimistas do conceito de país novo, ainda que, como o autor também lembra, a mesma noção esteja imbuída de uma consciência do atraso. Deve-se notar também que estes aspectos estabelecem uma área de interseção entre os conceitos de país novo e de país do futuro, sendo o segundo uma espécie de desdobramento do primeiro, agregando, é claro, outros sentidos.

Na literatura cívica infantil, otimista por princípio, esses significados estão bastante presentes. Entretanto, ao atribuir ao conceito de país novo, subjacente aos projetos contidos nesses textos, um papel fundamental para a análise dessa literatura, torna-se necessário considerar a variedade de seus conteúdos semânticos a partir dos usos e das associações desse conceito por parte de diversos autores.

Ao estabelecer a distinção entre palavra e conceito, Reinhart Koselleck afirma que todo conceito político social está associado a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito.

[...] Conceitos sociais e políticos possuem uma pretensão substancial à generalidade e têm sempre muitos significados. [...] Uma palavra torna-se um conceito quando a plenitude de um contexto político-social de significado e experiência no e para o qual uma palavra é usada pode ser nela condensado. [...] [Nesse sentido,] conceitos são concentrados de inúmeros significados substanciais, o que lhes confere uma necessária ambigüidade. [...] (KOSELLECK, 1985, p. 84)

Não cabe fazer aqui uma história do conceito de país novo, a qual, mesmo que breve, demandaria analisar sua evolução diacrônica numa perspectiva de longa duração e iria muito além dos objetivos deste trabalho. Porém, considerando a importância que esta forma de pensar o país tem na literatura cívica da Primeira República, e também seguindo a intuição de que sua análise pode servir como indício dos projetos contidos nos textos em questão, uma investigação dos significados mais comumente atribuídos ao conceito, além

dos sentidos adquiridos nos textos dirigidos à infância e em outros textos dos autores aqui analisados, pareceu-me relevante.

Ao comentar sobre as relações entre a história dos conceitos e a história social, Koselleck também chamou a atenção para o papel dos conceitos enquanto “fatores” e “indicadores” das circunstâncias sociais e políticas as quais se referem⁴⁴. Nesse sentido, vale ressaltar uma diferença fundamental nas noções de país novo no *Porque me ufano*, de um lado, e nos livros de Olavo Bilac e na revista *O Tico-Tico*, de outro, para marcar um certo conflito entre o projeto ufanista de Afonso Celso e aqueles contidos em outros textos da literatura cívica infantil.

A noção do Brasil como um país novo se apresenta no livro de Afonso Celso em dois aspectos: na referência ao país como “a melhor porção do Novo Mundo” e na atribuição dos avanços dos países europeus à “idade”.

Citando Rocha Pita⁴⁵, para afirmar que “do novo mundo é a melhor porção o Brasil”, Afonso Celso nos remete aos motivos apontados pelo cronista para tal afirmação: “felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutas, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas” (CELSO, 1901, p. 15). O trecho recortado nos remete diretamente a alguns dos clichês que caracterizam a visão edênica da América, conforme o clássico livro de Sérgio Buarque de Holanda. Em sua análise, o historiador nos remete a um outro sentido do “Novo Mundo”, que não o de recém-descoberto, e que parece persistir como um dos componentes da idéia de *país novo*, inferida do texto de Afonso Celso.

Ganha com isso o seu significado pleno aquela expressão ‘Novo Mundo’, que o próprio descobridor esteve na iminência de empregar e que o humanista de Anghiera cunharia, antes mesmo de Vespúcio, para designar as terras descobertas. Novo não só porque, ignorado, até então, das gentes da Europa e ausente da geografia de Ptolomeu fora ‘novamente’

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Sebastião da Rocha Pitta, cronista colonial, autor da *História da América Portuguesa*

encontrado, mas porque parecia o mundo renovar-se ali, e regenerar-se, vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e aos rigores das estações, como se estivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da Criação.

Assim pensaria os primeiros viajantes ou cronistas das Índias Ocidentais. Assim dirá, passado quase meio século depois do descobrimento, certo discípulo espanhol de Tomás Moro, [...]. ‘Porque não é em vão, mas com muita causa e razão’, escreve, de fato, Vasco de Quiroga, em 1535, ‘que isto aqui se chama Novo Mundo, e não por se ter achado há pouco tempo, senão porque é em gentes e em tudo como foi aquele da idade primeira e de ouro [...]’ (HOLLANDA, 2000, p. 254)

Em *Porque me ufano do meu país*, como também notou Antônio Dimas, Afonso Celso “repunha em trânsito um tipo de discurso laudatório amplamente utilizado pelos românticos e cuja raiz primeira pode ser entrevista na literatura informativa dos cronistas da nossa Descoberta, aquela que insistia em edenizar a terra nova, em contraste flagrante com a decrepitude do Velho Mundo” (DIMAS, 1994, p. 542).

De fato, contraste semelhante entre a “idade do ouro” em que se encontrava o Novo Mundo e a decadência do Velho Mundo, feito à época dos descobrimentos e do início da colonização, parecia continuar repetindo-se na comparação entre o Brasil e o Velho Mundo presente no livro de Afonso Celso: “A natureza aqui nunca se esgota ou descansa. Em criação incessante e infinita, tira da própria morte, dos troncos caídos, das folhas secas, novos elementos de vida” (CELSO, 1901, p. 33). Ou ainda,

[...] privilegiado da Providência, não registra a sua história uma só dessas terríveis catástrofes, comuns a quase todos os povos, quer na ordem material, quer na moral. [...] Não há ciclones, como nos Estados Unidos, inundações, como na Espanha, fomes e pestes prolongadas, como em tantos pontos da Europa e da Ásia. [...] De terremotos não se aponta notícia, nem vestígio. Vulcões, nem apagados, nem traços de extintos⁴⁶.

Na referência ao significado temporal da idéia de país novo, diz Afonso Celso:

Outros povos apenas se avantajam ao nosso naquilo que a idade secular lhes conquistou. O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que é o Brasil. [...] educação, o aperfeiçoamento, hão de vir. Somos ainda

⁴⁶ ibidem, p. 60.

uma aurora. Chegaremos necessariamente ao brilho e ao calor do meio dia⁴⁷.

O importante, então, seria aquilo que, por dom da Providência, o Brasil possuía e os outros não. A vantagem dos países europeus era dada apenas pelo tempo ou mais especificamente pelo tempo “passado”. Contudo, segundo o autor, o presente dava provas da decadência daqueles povos:

[...] Penosíssima embora a situação atual, é incomparavelmente mais auspiciosa que a da Grécia, a da Itália, a de Portugal, a da França mesmo. [...] Quão menos grave que a dos Estados europeus! Neste, a população emigra; naquele decresce cada dia. Vive condenada em todos a não largar as armas, minada pela miséria, dividida por ódios implacáveis, explorada pelo argentarismo, ameaçada pelos anarquistas⁴⁸.

Com base nestas citações, pode-se dizer que a diferença mais notável entre o *Porque me ufano* e outros textos cívicos é uma questão de ênfase. Afonso Celso minimizava excessivamente, quando não ignorava, os problemas nacionais, ao mesmo tempo em que exagerava no otimismo. A realização de um destino grandioso parecia depender muito pouco dos seus leitores, o que demonstra a fraqueza de seu programa cívico, ou o seu pouco investimento na formação do brasileiro. Na verdade, o resultado era visto como evidente a partir de uma constatação das riquezas naturais e deveria ser alcançado com a ajuda de Deus:

“Confiemos. Há uma lógica imanente: de tantas premissas de grandeza só sairá grandiosa conclusão. Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo, em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos⁴⁹.”

A associação entre a visão edênica e a megalomania patriótica não era novidade. Em texto sobre a permanência do motivo edênico no imaginário brasileiro, José Murilo de

⁴⁷ ibidem, p. 200.

⁴⁸ Ibidem, p. 202.

⁴⁹ Ibidem.

Carvalho comenta a respeito de um panfleto do cônego Luís Gonçalves dos Santos, que o fato de citar, ao lado da Corografia de Aires do Casal e da obra do Visconde de Cairu, cronistas coloniais para apontar a excelência do clima, a fertilidade do solo e as riquezas minerais do Brasil, permite “que se deduza que já [no início do século XIX] se construíra uma tradição, um imaginário coletivo, em torno do motivo edênico”. De modo que, segundo o autor, “às vésperas da independência, a grandeza natural do país e a abundância de suas riquezas já se tinham transformado, projetadas para o futuro, em fundamento para a justificação da criação de um vasto império, de uma grande potência” (CARVALHO, 1999, p. 22).

No que diz respeito à análise da noção de país novo subjacente aos textos cívicos, é importante atentar para a ocorrência de uma contaminação semântica entre o conceito de Novo Mundo e o de país novo, o segundo agregando, a partir dos movimentos de emancipação política latino-americanos, não somente o sentido político de país recentemente constituído como também o significado de ex-colônia, conforme ressaltam as análises de Manoel Bomfim e de Alberto Torres, entre outros⁵⁰.

Em oposição aos conteúdos edênicos, embutidos nos usos ufanistas do conceito de país novo, entretanto, outros usos menos otimistas reforçam o sentido de incompletude, do que falta, ou, em outras palavras, do atraso. Estes, que também não foram uma novidade da república, se apresentam na crítica que logo se começou a fazer aos que exageravam nas promessas supostamente contidas nos recursos naturais do país.

⁵⁰ Nas palavras de Manoel Bomfim: “O regime parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influiu naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas. Há no caráter das novas nacionalidades uma série de qualidades – vícios – que são o resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas. Essas qualidades traduzem a influência natural do parasita sobre o parasitado, influência constante, fatal mesmo, nos casos de parasitismo social, máxime quando o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele”. (BOMFIM, 1993, p. 121). Para Alberto Torres, “Se a destruição das velhas bases da ordem política vai favorecendo, por toda a parte, mercê da imprevidência dos diretores da sociedade, a implantação de uma hierarquia argentária, esta tendência será ainda superexcitada, nos países novos, pelo velho elemento psíquico que dominou a primitiva colonização e que inspira os povoadores de hoje. A isto, o gosto pela imitação dos costumes superficiais das sociedades adiantadas, que é a concepção vulgar da civilização, acrescenta os estímulos do amor ao conforto exagerado, ao luxo, às ostentações da vaidade”. (TORRES, 1914, p. 97).

Em meados do século XIX, ao defender medidas para a consolidação do Estado Imperial, Francisco Adolfo de Varnhagen argumentava contra aquela visão:

[...] Acabemos pois com as adulações, que elas, longe de fomentar o patriotismo, ocasionam a incúria e o desleixo. Se acaso censurais ou lamentais este ou aquele vício na administração, este ou aquele cancro consumidor do país, nunca faltará uma voz que vos diga: 'Ora! O país é grande: temos muitos recursos: no futuro seremos e aconteceremos etc.' – Desgraçados! E que havemos de ser, se não pomos de nossa parte os meios? – Quereis natureza tão fecunda como a nossa? – Aí tendes a Guiné, aí tendes a maior parte da Ásia...E que valem esses países? Nada, quando seus habitantes para isso nada concorrem. Por ventura a natureza portentosa do Brasil já não era a mesma na época do descobrimento? – E que era o Brasil com seus indígenas? – O mesmo que seria daqui a três séculos se desde hoje nos votássemos todos ao abandono...Por tanto atividade, ordem e governo, e nada de adulações que vexem a modesta pátria! Pela nossa parte quando ouvimos proferir grandes elogios à prosperidade do Império, uma dor profunda se apodera de nós, vendo o que ele é, e o que podia, - ou devia ser. Logo nos vem à idéia de que sendo o Brasil maior que 250 Bélgicas juntas, produz uma receita menor do que o reino politicamente mais insignificante da Europa (VARNHAGEN, 1850, p. 1-2).

A noção da natureza do Brasil como dom divino, assim como a aparente inexorabilidade de um destino grandioso garantido por Deus, tal como aparece no livro de Afonso Celso, contrasta com as representações presentes em outros textos cívicos, nos quais se reforça o papel da formação da infância brasileira na realização da grandeza nacional. As diferentes noções de país novo expressam a existência de projetos diversos de construção da nação, o que demonstra, a meu ver, o quanto pode ser empobrecedor reduzir toda a literatura cívico-pedagógica da Primeira República ao rótulo do ufanismo ingênuo e contemplativo.

Vale ressaltar, portanto, que a visão que se contrapõe à do ufanismo não é necessariamente pessimista. E isso é fundamental para a compreensão das nuances no interior do conjunto da literatura cívica que indicam uma espécie diferente de otimismo, um otimismo relativo, que tem como condição a realização de um projeto. O orgulho da pátria, e para alimentá-lo, o reconhecimento de suas qualidades, não deixa de ser um pré-requisito

apontado por todos os autores para o patriotismo. Não obstante, esse é apenas um entre os vários pressupostos entendidos como necessários para a construção da nação.

Além das diferentes visões da natureza, porém, é importante notar que a noção de país novo presente no texto de Afonso Celso, que atualizava a visão edênica do país com ênfase no conteúdo semântico herdado do conceito de Novo Mundo, explicava o atraso do país pelo fato de que, sendo de história recente, o passado do Brasil seria “curto” em relação ao dos países do Velho Mundo, ainda que isso não impedisse o autor de destacar o seu progresso: “Somos, a despeito de tudo, tão adiantados como os países de condições análogas às nossas, ou mesmo mais do que eles; ocupamos o terceiro lugar entre os da raça latina, só contando acima de nós a França e a Itália” (CELSO, 1901, p. 86).

Chegando a uma conclusão praticamente oposta à de Afonso Celso sobre o progresso dos países novos, afirmava Manoel Bomfim:

[...] Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a ser considerados povos civilizados. Em quase todos eles, em muitos pontos do Brasil inclusive, a situação é verdadeiramente lastimável. Nações novas deveriam progredir como cem, enquanto as antigas e cultas progridem como cinquenta; só assim lograriam alcançá-las e gozar todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como dez, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. E todos sofremos os efeitos deste retardamento. Há casos em que, num estado de relativa barbaria, os povos podem ser felizes: quando, por isolados, não chegam a sentir os efeitos da sua inferioridade; esta não existe quase. Mas, no nosso caso, participando diretamente da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes. [...] (BOMFIM, 1993, p. 49-50).

Inversamente a noção de país novo presente no *Porque me ufano*, em que as condições para o progresso certo do país já estavam dadas desde uma origem imemorial pela Providência divina, outros autores operam com um conceito no qual a referência é um futuro que deve ser construído. O conceito de país novo como país “onde tudo ainda está por fazer” abria espaço para que os intelectuais, procurando construir uma nova realidade,

atribuísem à infância brasileira conformada pelos programas pedagógicos contidos na literatura cívica, o papel de fatores da futura grandeza nacional. Este significado do conceito, numa investigação limitada aos textos consultados durante a pesquisa para este trabalho, aparece pela primeira vez em 1904, e está mais de acordo com o sentido do ideal de regeneração tal como proposto nas ações de caráter civilizador que se vincularam ao movimento avassalador desencadeado pela reforma urbana do Rio de Janeiro naquele mesmo período.

Nesta perspectiva, em seu livro escrito em 1904 sobre a América Latina, afirmava Manoel Bomfim:

[...] A história nos mostrará que, nas nacionalidades sul-americanas, antes mesmo de completa a independência, já aparece um partido ‘conservador’, pesando decisivamente sobre a marcha das coisas públicas. Pergunta-se agora: que é que havia então para conservar? [...] *São nações, estas, em que tudo está por fazer* a começar pela educação política e social das populações. (BOMFIM, 1993, p. 165, grifo nosso).

Em outro trecho reafirmava o significado do conceito:

‘É preciso cortar despesas...’ Por quê? Porque o bom senso tradicional assim o diz. E julgam-se todos dispensados de estudar as coisas, para ver que, por toda a parte, tem sido preciso justamente aumentar as despesas públicas, máxima nos *países novos*, onde as populações crescem mais rapidamente, e *onde tudo está por fazer* (grifo nosso)⁵¹.

Em *O Tico-Tico*, do qual Bomfim foi um dos idealizadores e participava como revisor de texto, o mesmo sentido do conceito de país novo aparece na coluna chamada sugestivamente de “A arte de formar brasileiros”, assinada pelo pseudônimo Tio José e atribuída a Ângelo Agostini⁵², em texto dedicado às profissões:

[...] Convém que os meninos, nossos amiguinhos, se convençam de que a maior desgraça deste país é a preocupação de ter um título, todos querem ser médicos, advogados, engenheiros, militares, ou empregados públicos, e como neste *país*, que é *novo*, com pouca população, sem obras importantes, não pode haver trabalho para tanta gente nestas condições, [...]. Há outras carreiras, igualmente nobres, porque o trabalho é sempre honroso e o

⁵¹ Ibidem, p. 196.

⁵² Cf ROSA, 2002.

homem só merece respeito pelo seu próprio valor e não o cargo ou emprego que tem. *No nosso país, onde tudo está por fazer* (grifo meu), o comércio, a indústria, a lavoura, as artes oferecem campo vasto para quem tiver aptidões, constância, força de vontade, e estiver preparado para a concorrência dos outros. (O TICO-TICO, 1906, n. 38, grifo nosso).

Também Olavo Bilac, em outro trecho do discurso aos alunos do Ginásio Granbery citado acima, afirmava que

o fim da educação não é preparar eruditos frios, nem sábios secos, nem ideólogos impassíveis, indiferentes às lutas sociais: é preparar homens de pensamento e ação, a um tempo compassivos e enérgicos, corajosos e hábeis, capazes de empregar valiosamente em proveito da coletividade todas as forças vivas da sua alma e todo o arsenal de conhecimentos de que os apercebeu o estudo. Em um *país novo* como este, *onde quase tudo ainda está por fazer*, seria absurda e monstruosa a existência de cenobitas do ideal, de anacoretas da ciência, poetas ou filósofos, matemáticos ou artistas, isolados no estudo egoísta, surdos à agitação da existência comum dos homens, insensíveis às sugestões do meio em que vivem. Estudando bem as condições políticas e econômicas da nossa pátria, vereis, meus jovens amigos, que os homens da vossa geração vão receber um honrosíssimo, porém onerosíssimo legado. (BILAC, 1996, p. 160, grifo nosso).

E, finalmente, na conferência intitulada “A Defesa Nacional”, realizada no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná em 1916, evidenciava-se essa idéia de país novo com ênfase na incompletude da nação, pobre em vários aspectos e em situação de perigo, e no programa cívico para a redenção do homem que deveria torná-la plena:

[...] A defesa nacional, como a queremos compreender, não está organizada. [...] Se este dever de defesa é imprescindível para as nacionalidades mais bem organizadas, - mais imperiosas e mais urgentes devem ser a sua consciência e a sua necessidade para o Brasil, *país novo*, agitado por um confuso e melindroso labor de formação, pobre de trabalho bem encaminhado, pobre de recursos bem explorados, pobre de instrução primária, profissional e cívica, pobre de coesão, pobre de culto patriótico. Rodeiam-nos perigos externos e internos: e todos eles ameaçam a nossa independência e a nossa unidade. [...]

O que está convulsionando o mundo é o amor da conquista de terras e de mares, o amor da expansão do comércio, o amor do interesse utilitário. E poderemos acreditar que o Brasil, este imenso país de solo fértil e de ricas entranhas, ainda despovoado e desarmado, fique sempre, graças ao acaso, ou ao benefício da Providência Divina, imune de qualquer investida da ambição ou da necessidade comercial? Tal é o perigo externo, próximo ou remoto, sempre possível. O outro perigo, iminente, o interno, é a quebra da unidade: o depauperamento do caráter, o definhamento do patriotismo consciente, a minguagem de instrução, o acúmulo dos erros das más

administrações, o império das cobiças individuais, e a triste indiferença em que vegeta a maior parte da população. [...]

Ora, não há organismos inferiores ou superiores, individuais ou sociais, incapazes de força, de defesa e de progresso. [...] Para alcançá-lo como? Pela educação metódica e progressiva, pela ginástica física e moral. [...] ⁵³.

Sobre a noção de país novo em Olavo Bilac, deve-se lembrar que mesmo que o autor criticasse explicitamente o tipo de patriotismo ufanista, cuja melhor expressão é o livro de Afonso Celso, e destacasse em seus discursos que não bastava ter orgulho das riquezas naturais, há em alguns de seus textos uma forte ênfase em imagens que reforçam a visão edênica, a exemplo da poesia “A pátria”, já citada, e da letra do Hino à Bandeira Nacional.

Porém, é importante notar que se um dos componentes da visão edênica é justamente a ausência do trabalho, e Afonso Celso efetivamente explicava a “proverbial” indolência do brasileiro pela fertilidade da terra, a construção de uma ética do trabalho, por sua vez, é fundamental para o projeto da literatura cívica que se baseia na concepção do Brasil como um país “onde tudo está por fazer”.

A coexistência destes significados no conceito de país novo reflete apenas uma das muitas ambigüidades deste conceito que carrega conteúdos de longa duração, como aqueles legados pela noção de Novo Mundo, e sentidos mais recentes, criados a partir das circunstâncias geradas principalmente pela Abolição e pela República no contexto interno, e pelas exigências de progresso e de afirmação nacional colocadas pelo contexto externo. Circunstâncias estas que levaram parte dos intelectuais brasileiros a crer em sua missão na condução de uma transformação social e política que possibilitasse a formação da nação.

O próprio uso do conceito de país novo por Afonso Celso demonstrava o conservadorismo de sua visão ufanista e edênica, na qual a grandeza territorial e as riquezas

⁵³ Ibidem, p. 963-972, grifo nosso.

naturais não somente eram dons da Providência, como também sinalizavam o grandioso destino reservado por Deus para o Brasil⁵⁴.

Em contrapartida, ao acrescentar outro significado ao conceito de país novo, ressaltando não o que estava dado, mas o que estava por fazer, intelectuais que produziram literatura cívica infantil na Primeira República afirmaram a importância fundamental de seus projetos de formação de brasileiros para a realização da grandeza futura do país.

1.4 Pátria e Nação

O termo “pátria” é muito mais usado pela literatura cívica da Primeira República do que o termo “nação”. E ainda que as duas palavras sejam utilizadas como sinônimos - como faz Olavo Bilac quando afirma que “o Brasil ainda não está feito, como pátria completa” – “pátria”, em geral, remete em primeiro lugar a terra, enquanto “nação” põe em evidência o povo e, na moderna acepção do conceito, a sua soberania política.

De acordo com Hobsbawm (1991, p. 35), ao final do século XIX, a equação “Estado = nação = povo” ajustava-se a dois conceitos muito diferentes de nação, o “revolucionário democrático e o nacionalista”. Para Anderson (1981, p. 15), a nação, no sentido moderno do termo, é uma “comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”.

Ernest Renan, uma importante referência para os intelectuais brasileiros no final do século XIX e início do XX, em sua famosa aula ministrada na Sorbonne em março de 1882 afirmou que a nação era um “princípio espiritual, que resulta das profundas complicações da

⁵⁴ Analisando o “diálogo” entre autores e a língua, J. G. A. Pocock destacou que “alguns autores são mais conservadores, limitando-se a reproduzir as convenções lingüísticas vigentes, enquanto outros têm o intuito deliberado de torcer significados, alterar vocabulários, fazer associações incomuns e recorrer a outras artimanhas argumentativas”. (apud JASMIN; FERES Jr., 2006. p. 21).

história, [...]”, e que “a raça, a língua, os interesses, a afinidade religiosa, a geografia, as necessidades militares”, não bastavam para criar este princípio. Para o autor, duas coisas eram necessárias para constituir uma nação:

[...] Uma delas é a posse em comum de um rico legado de lembranças; a outra, o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a valer a herança que recebemos indivisa. [...] A nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devoções. O culto dos ancestrais é, entre todos, o mais legítimo; os ancestrais fizeram de nós o que somos. Um passado heróico, grandes homens, glória (refiro-me à verdadeira), eis o capital social sobre o qual assenta-se uma idéia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas juntos, querer continuar a fazê-las, eis as condições essenciais para ser um povo. [...]

No passado, uma herança de glória e lamentos a ser partilhada, no futuro, um mesmo programa a ser realizado; [...].

Uma nação é pois uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizemos e daqueles que ainda estamos dispostos a fazer. Ela supõe um passado; resume-se, porém, no presente, por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. [...] (RENAN, 1997, p. 38-40)

Sendo concebida como natureza ou como território, a pátria podia ser compreendida como algo que existia efetivamente e de onde se poderiam tirar os elementos para alimentar o patriotismo, enquanto a nação, na visão de muitos, não existia senão como um projeto, como expressava Manoel Bomfim (1993, p. 331) sobre os países da América Latina em 1905: “Como estamos, não somos nações, nem repúblicas, nem democracias”.

Mais uma vez, ao usar o termo nação, Afonso Celso (1901, p. 12) se distingue dos outros autores:

Doado pela Providência, recebeu o Brasil aquilo que outros países, derramando rios de sangue, imensas dificuldades tiveram em alcançar.

À exceção de relativamente insignificante zona no sul, não é fruto de conquista seu vastíssimo território, nem se constituiu aos poucos, trabalhosamente. É hoje o que foi — geográfica, compacta, solidamente unido. Importa, sem dúvida, esse fato um relevante elemento de excelência e primazia.

Somos uma grande nação. Ampla porção do mundo nos pertence.

Formamos um conjunto solidário do qual nada perdemos, há quatrocentos anos, apesar de poderosos governos terem tentado, por vezes repetidas, arrancar-lhe pedaços.

E a essa vastidão territorial se aliam a identidade de língua, de costumes, de religião, de interesses. Nenhum antagonismo separa os

grupos componentes da população. Não nutrem eles aspirações antinômicas, nem conhecem tradições hostis. Nada justifica o receio de que apareçam motivos sérios de dissensão, de modo que o imenso todo se fragmente.

Fornece tudo isto incontestáveis motivos de superioridade.

Somos filhos de um bondoso, sadio, robusto colosso.

Refere a Bíblia que Saul foi proclamado rei, por ser mais alto que todo o seu povo, do ombro para cima.

O Brasil sobreleva em tamanho quase todos os países do globo. Quando lhe falecessem outros títulos à precedência (e esses títulos abundam) bastava-lhe a grandeza física.

Do ponto de vista do imaginário geográfico, essa perspectiva filiava-se e contribuía com o “mito da Ilha-Brasil”, o qual teria sido produzido originalmente pela cartografia portuguesa sobre o Brasil, difundindo a lenda de uma entidade territorial segregada, cujos contornos correspondiam aos cursos de dois grandes rios que se encontravam em um lago unificador. Segundo a análise de Demétrio Magnoli (1997, p. 47-49):

[...] A força da noção da Ilha Brasil derivaria, precisamente, da subversão do horizonte histórico e diplomático e da sua substituição por um ordenamento ancestral. No lugar dos tratados entre as coroas – e, em particular, do acerto de Tordesilhas –, ela invocava uma verdade prévia, anterior à história. Por essa via, introduzia-se a lógica da descoberta: a descoberta de uma terra preexistente, de um lugar de contornos definidos, de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como realidade geográfica anterior à colonização, como herança recebida pelos portugueses. Ao invés de conquista e exploração colonial, dádiva e destino.

Tratava-se, portanto, de uma perspectiva que não concebia a nação como uma entidade histórica, mas sim como uma unidade territorial configurada pela Providência, aliada à “identidade de língua, de costumes, de religião, de interesses”, um “conjunto solidário” que contava quatrocentos anos de existência em 1900. Esta idéia da nação põe em evidência a primazia do território, o “continente”, sobre os seus habitantes, o “conteúdo”, como se da integridade do primeiro, principalmente, dependesse a unidade do segundo, e não o contrário⁵⁵.

⁵⁵ Cf. MATTOS, 1997. p.61.

Ainda assim Afonso Celso não deixava de expressar preocupação com a necessidade de uma “força moral” como forma de prevenção de uma possível intervenção estrangeira:

[...] Quanto à intervenção estrangeira, não estamos livres, — é exato, — de sofrer as conseqüências do desarrazoado movimento de expansão que levou a França a Madagascar, os Estados Unidos às Filipinas, e vai retalhando o Império Chinês. Seria ingenuidade contarmos com auxílio alheio ou com o prestígio do nosso direito. Vede o sacrifício do Transvaal. Não dispomos nem poderíamos dispor de meios materiais capazes de rechaçarem as nações militarizadas e conquistadoras. O recurso consiste na prudência e elevação do nosso procedimento. Não forneçamos pretextos e ocasiões. Adquiramos a força moral que sustenta a pequena Suíça independente e altiva no meio de avassaladores vizinhos. A dignidade e a honra inspiram respeito instintivo. [...] Tenhamos patriotismo, eis em última análise o preservativo, eis o remédio.- Superior às coações da força — diz Renan, — o que une e constitui as nações é o sentimento do passado, a posse em comum de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer indivisa a herança recebida. Depende simplesmente dos brasileiros unir e constituir assim o Brasil. (CELSO, 1901, p. 195-196).

Ainda que destacasse como responsabilidade “dos brasileiros” manter a integridade nacional por meio do patriotismo, essa responsabilidade era dividida com a Providência Divina, conforme o trecho já citado acima. Essa perspectiva mais uma vez remete a uma diferença de ênfase com os outros autores que ressaltavam como prioridade maior a necessidade de se constituir um nexos nacional entre os habitantes do território, ainda que a contaminação entre terra/natureza e pátria também fosse uma constante em seus textos, como expressa à perfeição o já citado poema “A pátria” de Olavo Bilac.

Na definição do *Breviário Cívico* de Coelho Netto, explicita-se não apenas a contaminação entre terra e pátria, mas a relação entre essas e a nação, pois, para o autor que valorizava a cultura como fundamento da nacionalidade, a pátria é

certa porção de terra onde soam as palavras de um idioma e persistem os hábitos, as tradições, o culto e a lei de um povo, cuja vida se perpetua em uma história. A natureza nem sempre estabelece diferenças entre territórios que confinam, tanto que a flora e a fauna de um país viça e prolifera no que lhe fica contíguo, mas a denominação varia e essa variante é que, verdadeiramente, estabelece a separação. Assim a língua, os hábitos, as tradições, o culto e a lei são os fundamentos da nacionalidade. (COELHO NETTO, 1921, p. 9).

Mais adiante, o mesmo autor parece estabelecer uma distinção, ao chamar a terra/natureza de “coração da pátria”, numa explicação em que aparecem elementos da visão edênica apropriada pelo ufanismo:

[...] Se a terra é a depositária de todas as riquezas, tesouro inexaurível e celeiro vivo, criadora amorosa de rebanhos, porque a havemos de preterir pelas cidades dissipadoras, deixando que outros dela se assenhem e a explorem, como escrava que se compra e cuida sem amor, pelo interesse apenas que possa dar? Se nos não importamos com o território, cedendo-o, aos pedaços, ao estrangeiro, tempo virá em que, debalde, procuraremos um palmo de chão onde possamos cantar o mastro da nossa bandeira, porque tudo estará tomado por pavilhões alheios. Não fosse a terra compensadora e amável e por ela não deixariam, por certo, as suas pátrias, atravessando os mares, os que a disputam e adquirem retalhada. Que tem ela para oferecer em dádivas? Tem os campos; que se prestam a todas as culturas e à criação de gados; tem as montanhas cobertas de arvoredos frondosos, rebentando em mananciais perenes e ricas nas entranhas de precioso minério; tem os rios, alguns dos quais defluindo sobre áreas de ouro que, de passagem, oferecem aos que lhes ficam às margens o pescado que nutre e a água que dessedenta; tem as florestas com os seus madeiros, com as suas flores, com as suas essências, com os seus animais que, além de alimentarem, ainda dão de si a pele e as plumas; tem a amenidade do clima, a cordura das gentes e o abrigo das leis⁵⁶.

Deve-se destacar neste trecho a oposição entre a “terra depositária de todas as riquezas” e as “cidades dissipadoras”. Em um aparente paradoxo, para uma literatura que se dirigia privilegiadamente às crianças das famílias urbanas, com frequência os textos cívicos valorizavam o meio rural em relação às cidades, em alguns casos numa clara defesa da “vocação agrícola” do país⁵⁷. Na seção “A arte de formar brasileiros” publicada na revista *O Tico-Tico* de 11 de julho de 1906, por exemplo, exortava-se os leitores a procurarem trabalho nos “sertões”:

[...] O Brasil não é só o Rio de Janeiro, é grandioso nos recursos de sua natureza e na extensão de seu território. Lembrem-se também que não é só nas grandes cidades que se pode ganhar a vida. Em um país novo, como o nosso, em que há imensos terrenos do tamanho de nações inteiras da Europa, completamente desconhecidos, que ainda ninguém atravessou nem viu, num país assim é até mais fácil de conquistar fortuna nos sertões para ao mesmo tempo civilizá-los, elevando o nosso Brasil, é mais enriquecer

⁵⁶ Ibidem, p. 87-88.

⁵⁷ O melhor exemplo dessa perspectiva é o livro *Saudade* de Tales de Andrade.

com os recursos ainda inexplorados do interior do que na vida agitada das cidades maiores. (O TICO-TICO, 1906, n. 40).

O próprio texto, porém, é esclarecedor: tratava-se de incentivar o povoamento do território por brasileiros para “civilizar os sertões” e efetuar a integração nacional que era uma das questões com as quais aquela literatura mais se preocupava.

Essa era uma das principais condições para que o Brasil se transformasse efetivamente em uma nação, e dependia basicamente de três fatores articulados ao povoamento: a defesa do português como língua nacional frente ao analfabetismo e à imigração; as vias e os meios de comunicação entre os diferentes pontos do território; e a constituição de um sentimento de solidariedade entre os diferentes tipos que habitavam o país. Este último se constitui em um dos principais temas da literatura cívica, conforme procurarei demonstrar no próximo capítulo. Em todos os casos, colocava-se em questão a capacidade do Estado em gerir o território. Pois nem sempre a grandeza territorial apresentava-se como motivo de ufanismo. Ao contrário, como demonstra uma crônica de Olavo Bilac publicada no Correio Paulistano de 13 de novembro de 1907, poderia mesmo constituir-se em obstáculo à formação da nação. Intitulada sugestivamente de “No fim do mundo...” a crônica comentava o atraso nas notícias a respeito de um conflito entre brasileiros e peruanos na cidade de Tabatinga, que preocupava os leitores do Rio de Janeiro.

Segundo o autor:

Tabatinga é uma localidade brasileira, mas, para todos nós, fica situada no fim do mundo, mais distante ainda do que a China, porque da China podemos ter notícias todos os dias, - e de Tabatinga nada sabemos, às vezes, durante semanas e meses. [...] Em quase todos os nossos compêndios de geografia, escrevem os autores, com grande orgulho e imenso desvanecimento, que o Brasil é um dos maiores países do mundo, equivalendo, sozinho, à décima quinta parte da Terra, à quinta parte do continente americano, e a três sétimas partes da América do Sul;[...]! Tola vaidade, essa! Mais feliz do que o grande proprietário, que não pode governar as suas terras porque nem ao menos pode conhecê-las, é o caseiro modesto, que, da porta da sua choupana, pode abranger e medir com um rápido volver de olhos toda a extensão do seu pequeno campo...[...]. Não sei porque nos há de encher de tamanho orgulho a vastidão prodigiosa do

nosso território; é ela a causa do temor contínuo e dos constantes sobressaltos em que vivemos; e, por mais sagrada e veneranda que seja esta imensa herança que nos deixaram os antepassados, há momentos em que a achamos pesada demais para as nossas forças. (BILAC, 2006, 98-99).

A grandeza territorial aqui, portanto, é vista de uma perspectiva diametralmente oposta à de Afonso Celso, não era dom da Providência, mas sim herança dos antepassados, “pesada demais para as nossas forças”, e ao invés de “razão de superioridade”, evidenciava justamente as limitações do Estado nacional. A crítica à incapacidade do Estado em gerir o território é clara. Assim também seria tratada a questão da língua, sempre relacionada à instrução primária, cuja falta é denunciada em várias ocasiões. Pois, para que fossemos uma nação, o Estado deveria não só ser capaz de administrar a totalidade do território como também garantir os meios de promover uma comunhão entre os seus habitantes.

A noção de pátria como terra natal está em vários títulos da literatura cívica da Primeira República: *Contos Pátrios*; *Histórias de nossa terra*; *Minha terra e minha gente*; *Nossa Pátria* e *A Pátria Brasileira*. Já a idéia de nação está presente em um único título: *Festas Nacionais* de Rodrigo Otávio.

Se a pátria podia ser concebida apenas como a terra dos antepassados ou a terra natal, ainda que com frequência não se reduzisse a isso, a nação não podia prescindir de seu sentido de comunidade política. Em um trecho de *A terra fluminense*, observa-se esse sentido de pátria que se confunde com a terra natal e sua natureza, ressaltando a ampliação necessária da noção de pátria para fazê-la coincidir com o Brasil:

[...] Esta é a Terra Fluminense, um dos mais belos trechos da grande Pátria Brasileira. Para explorar a sua riqueza, para a amar, para a aproveitá-la o homem, seu filho, - não já o homem selvagem que os navegantes de Portugal vieram encontrar, nem o homem escravo que o sentimento do cativo oprimia e desmoralizava, mas o homem livre e inteligente, aparelhado para a luta e tendo a consciência do seu valor moral e a *presciência* do futuro grandioso da terra que lhe foi berço. (BILAC; COELHO NETTO, 1898, p. 8).

Aqui o Brasil se apresenta como país do futuro, não pela “lógica imanente” ao “dom” das riquezas naturais, revelada por Afonso Celso, mas pelo que estava por fazer pela terra/pátria: a formação do homem capaz não só de amá-la, como também de explorar suas riquezas e “aproveitá-la”.

Essa noção de um aproveitamento dos recursos da terra/pátria por brasileiros capazes e preparados para fazê-lo é um dos pontos principais dos textos cívicos e expressa de que forma a literatura cívica se tornou, a seu modo, assim como outros textos contemporâneos, como explica Nicolau Sevcenko a respeito das transformações dos valores éticos e sociais por volta do novecentos, um termômetro “dessa mudança de mentalidade e sensibilidade”.

Nas palavras do autor:

Diante de realidades, eventos e situações mesmo que idênticos aos de um passado próximo, os escritores os viam e compreendiam diferentemente. É o caso típico da paisagem brasileira. O panorama natural do país ainda é observado com o mesmo ufanismo com que o representaram os escritores românticos, deslumbrados com o seu aspecto edênico. No entanto, esse otimismo recebe agora uma coloração bastante peculiar, que lhe altera totalmente o sentido e que seria o primeiro passo para a sua futura reavaliação crítica, [...]”. (SEVCENKO, 2003, p. 287)

Ao comparar a perspectiva romântica presente na descrição do quadro natural paradisíaco que consta de *O Guarani*, de José de Alencar, com uma crônica de Vicente de Carvalho publicada em 1916, que “traz uma descrição da paisagem natural entrevista pelo viés entusiástico da ‘terra da promessa’”, Sevcenko destaca o enorme contraste entre eles:

As metáforas que recobrem o primeiro reforçam sempre a idéia básica do adorno esfuziante, dos requintes de enfeite e formosura de que se atavia a natureza local, como que por disposição própria. O efeito semântico repousa sempre nas projeções ornamentais e nos movimentos coreográficos da natureza; [...]. No segundo, se há alguma menção sobre o caráter decorativo da natureza, ele diz respeito a seu aproveitamento prático e imediato. Assim, a ‘plumagem mais linda’ das aves ornamentais só chama a atenção do autor porque esse atributo a torna ‘mais cara’. O autor coloca, desse modo, entre o observador e a natureza um terceiro elemento, a referência semântica fundamental, que é o mercado, em função do qual a paisagem é minuciosamente esquadrihada e reavaliada.

No primeiro texto, o espetáculo natural se oferece à degustação passiva dos sentidos; no segundo, a riqueza potencial da paisagem excita o

ensejo de apropriação e consumo predatório dos recursos inertes. De um lado a natureza aparece como um fim em si mesma; do outro lado ela é representada apenas como um meio, um instrumento que deve ser usado e desgastado para que se atinja um objetivo que a transcende⁵⁸.

Essa segunda percepção da natureza através das lentes do mercado está presente em toda a literatura cívico-pedagógica, inclusive em Afonso Celso. É uma marca do tempo. A diferença, entretanto, é que se no *Porque me ufano* a riqueza da natureza brasileira é um dom de Deus, nos outros textos o trabalho é o requisito necessário para transformar a natureza em riqueza. Por esta razão, os textos com muita frequência privilegiam a paisagem agrícola, trabalhada pelo homem, ou a própria agricultura, ao invés das puras belezas naturais.

É significativo que, em *Contos Pátrios*, Olavo Bilac, que não costumava fazer referência a lendas e superstições a não ser para caracterizar a ignorância de determinadas personagens, tenha escolhido fazer uma versão da lenda indígena do “Sumé”, na qual, diga-se de passagem, não faz qualquer menção aos elementos da interpretação jesuítica que associava o Sumé a São Tomé, encarregado de catequizar os índios da América⁵⁹, mantendo-se coerente com sua posição de afastamento de temas religiosos e folclóricos. Em suas palavras:

Foi na imensa e fértil região das águas de montanhas e areias, que vem do Espírito Santo até o Rio de Janeiro, que apareceu *Sumé*, o venerando velho, pai da agricultura, cuja memória foi tão criminosamente perdida pela ingratidão dos homens. [...]

Sumé amou aquela nação simples e sóbria, sem vícios e sem pecados. Louvou-lhe a bravura na guerra e a modéstia na paz. E quis torná-la feliz, ensinando-lhe o meio de viver na abundância. E ordenou que todos os homens válidos, depois de haverem abundantemente provido de caça e de pesca as cabanas, em que as mulheres e as crianças ficariam, seguissem com ele, para obrigar a terra a dar-lhes o sustento diário.

Disse-lhes Sumé: ‘A grande mãe é a terra: a grande mãe generosa; basta acariciá-la, basta amá-la e afagá-la, para que ela se abra logo prodigamente em toda a sorte de bens e de venturas.’ Mas um pajé, velho sábio, conhecedor das coisas que o comum dos mortais ignora, observou: ‘Como pois, grande Santo, até hoje só tem ela tido para nós espinhos e

⁵⁸ Ibidem, p. 289-290.

⁵⁹ Cf. a esse respeito HOLANDA, 2000, p. 133-159.

répteis?’ E Sumé respondeu: ‘Porque até hoje não a amastes com fervor e trabalho. Cavai-a e suai sobre ele: se rasgará agradecida, não para vos engolir, mas para vos dar vidas novas. Vinde comigo e vereis!’ [...] (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 173-178)

Contudo, o texto mais representativo desta perspectiva e que poderia ser interpretado como uma verdadeira propaganda da “vocaço agrcola” do Brasil *Saudade* de Tales de Andrade⁶⁰. Seria difcil classificar rigorosamente este livro como parte da literatura cvica, mas por possuir algumas referncias ao civismo e ao patriotismo foi includo entre as fontes deste trabalho. O aspecto mais distintivo do romance a explcita valorizao da agricultura. Logo no incio da narrativa o pai do menino Mrio vai falncia com seu pequeno comrcio na cidade e se transfere com a famlia para a roa. No final o menino escolhe a carreira de agrnomo. A exaltao da vida rural aparece em vrios momentos, como por exemplo, na passagem em que uma conversa de pai e filho sobre a pobreza do vizinho Z Feliz serve de ensejo comparao entre a cidade e a roa:

- Ih! Papai. Juvenal tem razo. Vimos l tanta sujeira e tanta misria. A morada do Z Feliz pequena e baixinha, muito mal coberta, mal barreada, e o barro j est caindo. [...]
- Z Feliz est doente, Mrio. Ele andou no serto de onde veio h pouco tempo. Apanhou por l o amarelo e a maleita. isso. No se tem tratado como era preciso. Ora, um doente sempre um desanimado...
- S se isso. O stio do Z Feliz vazio. No tem horta, nem pomar, nem roa, nem jardim, nem pasto, nem criao. [...]
- E voc pensa que nas cidades no h misria assim?
- Decerto h, papai.
- H, sim, como no, disse Juvenal. Lembro-me muito bem de ter visto mulheres, velhas e at crianas pedindo esmolas.
- isso mesmo. Nas cidades infelizmente, tmbm h casebres miserveis como o do Z Feliz. E ainda mais miserveis: sem o leite de cabra, sem as batatas, sem o milho-pipoca, sem a lenha, sem a gua abundante, quase sem ar...
- verdade, papai. Agora que estou reparando. Ainda no encontrei por este bairro nem um mendigo. (ANDRADE, 1948, p. 107-108)

⁶⁰ Thales Castanho de Andrade nasceu em 1890 em Piracicaba, So Paulo, onde diplomou-se professor normalista pela Escola Complementar de Piracicaba e exerceu o magistrio em diversas escolas na zona urbana e na zona rural. *Saudade* foi seu livro de maior xito e nasceu de um pequeno artigo intitulado “Instruo e Agricultura”, publicado em 1911 no Jornal *O Monitor* da Escola Complementar de Piracicaba. O autor escreveu ainda vrios contos, novelas infantis e livros para leitura escolar.

Esta ênfase, porém, que chegava a comprometer todo o enredo do livro com a valorização da atividade agrícola, era uma especificidade do projeto de Tales de Andrade. Na introdução de seu livro *Vida na roça*, publicado em 1933, o autor explicava o comprometimento dessa perspectiva com a função moral e cívica que deveria ser cumprida pelos livros infantis:

[...] em *Vida na roça*, como em *Saudade* e em outros livros que dei à publicidade, procurei, no conjunto e nas partes, despertar o gosto pelas lições ministradas.

Mas, ambicionar só isso, seria deixar olvidado um outro ponto essencialmente como condição exigível às obras do aludido gênero didático.

O livro de leitura escolar é um espelho mágico. Exerce larga e profunda influência na alma infantil.

Desse modo, para que ele sirva em vez de desservir, há de ser, forçosamente, uma fonte de inspiração moralizadora e nacionalizadora.

Neste, como nos demais livros que escrevi, esforcei-me para dar aos escolares, em cada página, estímulos morais, cívicos e patrióticos.

Mas, com isso, julgo ainda não satisfeitas as finalidades do livro para o ensino da leitura.

Cada coletividade tem exigências supremas pelas determinações fatais das suas condições geográficas e históricas.

E o livrinho que cai sob a vista encantada da criança – cidadão de amanhã, deve afinar-se por aquelas supremas exigências da coletividade.

Ora, dentre as atividades extraordinárias de nossa gente, uma ressalta, sobrepujante: a da agricultura.

E todos sabemos ser a agricultura a pedra angular da economia de nossa terra.

Não desorientar as crianças nas suas tendências e conveniências mesológicas é, pois, função importante do livro de leitura. (ANDRADE, 1933, p. 7-8)

A relação entre pátria e natureza, ao incorporar a perspectiva utilitária que passou a mediar as representações da segunda principalmente a partir do século XX, serviu de base para a elaboração por parte da literatura cívica de uma articulação entre a valorização da agricultura, de um lado, e a construção de duas noções fundamentais, de outro: a da civilização dos sertões e a da ética do trabalho, entendido como verdadeira fonte da riqueza individual e nacional.

A este respeito vale também destacar uma observação bastante sensível de Alberto Torres, na qual, ao identificar um novo significado para o conceito de pátria, orientado para

o futuro, expressava sutilmente aquelas transformações sociais e simbólicas que passavam a conferir um outro *status* à criança na família e na sociedade:

No lugar onde nos instalamos se nem sempre se contempla a árvore secular que relembra a memória paterna, olha-se, com mais carinho, para os rebentos que hão de seguir a vida dos posteriors. A emoção estética da pátria representa-se numa imagem primaveril, em lugar da imagem outoniça, que atraía o olhar de nossos pais. [...]

A pátria moderna tem o ambiente físico, sua imagem viva, no quadro do lugar de trabalho, na paisagem da habitação e das horas de lazer; seu ambiente social, na família, nos círculos dos amigos, dos clientes, das extensas relações econômicas e intelectuais de nossa época. A sensação de segurança e de proteção legal tranqüiliza e conforta os espíritos; sobre o sentimento natal, que prende a maior parte às afeições do passado, o zelo, predominante, pela sorte dos filhos, lançou um estímulo mais intenso, mais lutador, mais persistente, de interesse pela conservação e pelo progresso da terra da prole.

À pátria dos pais, dos antigos, sucedeu, para o homem contemporâneo, a pátria dos filhos. A história terá de registrar, nesta inversão do sentido da palavra, um dos mais belos fenômenos de progresso, na vida dos vocábulos. (TORRES, 1914, p. 75-76)

Os projetos contidos na literatura cívica da Primeira República e construídos sobre a noção predominante do Brasil como um país novo “onde tudo está por fazer”, dirigiam-se privilegiadamente para um determinado segmento da população infantil que, por possuir determinadas características, era idealizado como uma “infância brasileira”, sobre a qual passava a pesar a responsabilidade de realizar em um futuro próximo os altos destinos preconizados para o país.

Essa infância brasileira, que correspondia em miniatura ao ideal do homem capaz de regenerar a sociedade para construir efetivamente a nação tida naquele momento por inexistente ou incompleta, definia-se ao mesmo tempo por uma representação específica da idade da vida indicada pelo substantivo e como o resultado de uma ação pedagógica, e não de direito constitucional, conforme o sentido atribuído ao adjetivo.

Os “futuros brasileiros” como se referia Afrânio Peixoto aos leitores de seu livro, deveriam aprender um patriotismo que os tornasse verdadeiramente úteis à pátria segundo a concepção embutida nos diversos projetos em questão. Se em alguns projetos esse

patriotismo era decorrente apenas do conhecimento da história e/ou das características e recursos da terra, em outros, porém, dependia da formação de um novo homem, com valores, atitudes e sentimentos mais de acordo com o ideal de nação que se pretendia construir.

2. A ARTE DE FORMAR BRASILEIROS

“Coisas que precisam saber os meninos que se querem tornar homens fortes – coisas úteis que os pais devem ensinar aos filhos – o que o menino deve saber para mais tarde vencer as dificuldades da vida.”

O Tico-Tico

Para se tornarem efetivamente brasileiros, na acepção dada pelos projetos cívicos como procurei mostrar no capítulo anterior, era esperado dos meninos a posse de determinados hábitos, virtudes e conhecimentos que em conjunto compunham um certo tipo de patriotismo.

Na literatura cívico-pedagógica, esses aspectos eram componentes de projetos que tinham como objetivo transformar crianças em “futuros salvadores da pátria” (O TICO-TICO, 1905, n. 1), agentes de uma regeneração nacional capaz de conduzir o Brasil ao cumprimento de um destino que, segundo muitos, seria o de estar entre as primeiras nações do mundo.

Neste conjunto de textos pode-se identificar alguns temas que se constituem em verdadeiros clichês do civismo. Recebendo diferentes ênfases ou desenvolvendo-se de forma associada a noções específicas a determinados projetos, estes clichês permitem compreender que tipo de patriotismo deveria compor a identidade de uma infância brasileira, aquela que ao transformar-se nos “homens do Brasil de amanhã”, faria do Brasil uma verdadeira nação.

Nesse sentido, destacam-se como temas principais: a família; a solidariedade; a saúde e os cuidados com o corpo; o estudo e o trabalho; os conhecimentos da terra, dos recursos e da história; a república; os símbolos nacionais; o progresso e a civilização; os hábitos e as virtudes; e, finalmente, o escotismo e o serviço militar.

2.1 A família

A família, associada à idealização de uma infância brasileira representada nas personagens dos meninos exemplares dos contos e romances cívicos, é pequena. Não há

nesses textos - para notar uma ausência significativa em relação à literatura do período - a figura do agregado, característica das famílias patriarcais, extensas, representadas nos romances de Machado de Assis ambientados no Império, por exemplo, que traduziam no cotidiano as formas de dominação paternalista expressas na “imagem da inviolabilidade da vontade senhorial” (CHALHOUB, 1998)⁶¹, nem a do moleque, o companheiro de brincadeiras dos meninos sempre colocado em posição subalterna, reproduzindo as hierarquias vigentes.

Contraposta ao modelo anterior, a família nuclear representa o modelo dos projetos cívicos pela centralidade que confere ao filho, alvo de todos os seus investimentos quando em idade escolar, conforme os protagonistas dos textos em questão. O filho, por sua vez, corresponde às expectativas nele depositadas de várias maneiras: sendo bom aluno, amparando a mãe e irmãos menores em caso de morte do pai, defendendo a pátria, etc.

Nessa perspectiva, conforme a doutrina exposta no livro *Brasil! Diurnal Cívico*, os interesses da família deveriam subordinar-se aos da pátria, e os filhos a ela pertenciam:

[...] Formar família é obrigação moral e social do homem. Deve o homem constituir lar desde que esteja em condições de fazê-lo. O egoísmo e o receio dos encargos não devem prevalecer sobre os interesses superiores da raça. É dever dar filhos à pátria, não faltar às obrigações de homem e de cidadão. [...] (OSÓRIO, 1920, p. 20)

No *Catecismo Cívico* (BRANT, 1920, p. 8), constavam como deveres dos pais: “inscrever os filhos no Registro Civil, dentro do prazo legal, tê-los enquanto menores, na sua companhia e guarda; criá-los com saúde; educá-los de acordo com a sua condição e os seus recursos e encaminhá-los no trabalho, tornando-os cidadãos úteis a si e à pátria”. Já aos

⁶¹ As políticas de dominação paternalistas vigentes na sociedade brasileira do século XIX, de acordo com Sidney Chalhou, tinham como característica comum, “presente assim tanto nas estratégias de subordinação de escravos quanto de pessoas livres dependentes – [...] a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial. O mundo era representado como mera expansão dessa vontade, e o poder econômico, social e político parecia convergir sempre para o mesmo ponto situado ao topo de uma pirâmide imaginária. O paternalismo, como qualquer outra política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, práticas de dissimulação, estratégias de estigmatização de adversários sociais e políticos, eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar todas essas atividades”. (CHALHOUB, 1998. p. 95)

filhos cabia: “amar e respeitar os pais, em reconhecimento do que lhes devem; obedecer-lhes; prestar-lhes os serviços próprios da sua idade e condição; auxiliá-los na necessidade; dar-lhes assistência na doença e na velhice”.

Em *América*, romance de Coelho Netto publicado em 1897, narrado em primeira pessoa, o menino Renato, de aproximadamente onze ou doze anos, órfão de pai, deixa a casa materna para ir para um colégio interno, cujo nome serve de título ao livro. Renato despede-se “de um por um”, da única irmã e “mesmo de Julio, o molecote”. É a única exceção em toda a literatura cívica na referência a um moleque, e é significativo (e simbólico) que o menino se despeça dele na primeira página para ir para o colégio, cenário no qual se desenrola todo o enredo do livro. A família parece relativamente abastada e a mãe modelar é quem faz o discurso sobre o sentido socializador da escola e mostra ao menino sua responsabilidade em relação à pátria:

- Eu podia continuar os meus estudos em casa com o Dr. Lima, balbuciei.
- Não, meu filho, é necessário que vivas algum tempo no colégio, é a tua iniciação na vida. Vais para um pequeno mundo de exercícios físicos e morais. Em casa poderias educar a inteligência, poderias mesmo, em menos espaço de tempo, aprender mais do que no colégio, ficarias, porém, sem a grande ciência dos homens, o conhecimento indispensável da alma coletiva. É necessário que a tua alma se aproxime de outras para ganhar esplendor.

O diamante pule-se com o diamante, o espírito aperfeiçoa-se no convívio de outros espíritos. É preciso ver novas terras e novas almas, meu filho, para conhecer-se o mundo. Vais ver de perto todas as feições humanas. Vais como para uma estufa onde há todos os exemplares do homem ainda em rebento, de sociedade militante onde encontrarás de tudo, não terás surpresas nem te deixarás prender em ciladas. Vais conhecer a generosidade e vais conhecer a inveja, sobretudo vais lidar com os homens que, como tu, hão de ser os fatores da grandeza da Pátria. Começa hoje a tua conscrição para a batalha da vida em que todos tomam parte e eu quero que te exercites, que conheças todos os perigos e o terreno onde vais pelejar para que não sucumbas na primeira refrega. Vivendo sempre ao meu lado sairás para a vida ingênuo, conhecendo apenas o coração; mas muito há que aprender, meu filho, e o meu dever, justamente porque te amo e muito, é preparar-te para os dias que vêm fortalecendo o teu espírito, dando-te a ver todos os exemplos do Bem e do Mal para que possas, por ti mesmo, escolher o caminho perfeito.

Pensas que não sofro com a separação? Sofro e muito, mas resigno-me lembrando-me de que esse sacrifício é para teu proveito. Quero que sejas como teu pai: digno sem altivez, sisudo sem atrevimento, parco sem avareza, meigo sem humildade, forte sem vanglória, modesto com

simplicidade, discreto, caridoso e verdadeiro. Sobretudo nunca retires os olhos do céu sob o qual nasceste nem desprezes a terra em que ensaiaste os primeiros passos; ela é mais do que tua mãe, é Mãe da tua raça, é o seio que alimenta, é o ventre que devora – é o prado e é o cemitério. Para que bem a sirvas e dela tudo mereças basta que sejas digno. (COELHO NETTO, 1897, p. 4)

Note-se que o pai, mesmo ausente, continua sendo um exemplo através das palavras da mãe. No mesmo livro, outras lições a respeito da família emergem das experiências de personagens secundárias, por meio da observação de Renato. É o caso, por exemplo, do aluno Malta, que envergonhado da pobreza da avó, mentia dizendo que era uma antiga empregada de sua família. O segredo do menino é descoberto quando ele fica gravemente enfermo e sua avó vai visitá-lo. A punição para sua falha moral não poderia ser pior: Malta acaba falecendo da doença.

A família, na concepção da literatura cívica, era o principal veículo da formação moral da criança. Nas palavras de Coelho Netto (1921, p. 42), duas décadas mais tarde:

A família é o núcleo ou germen da sociedade. Nela é que se formam todas as virtudes e se amolda o caráter, que é a feição da alma. É a oficina sagrada onde se prepara, entre o amor e o respeito dos pais e no exemplo dos antepassados, o futuro cidadão. O que se adquire na infância leva-se até a morte.

Nos outros manuais de educação cívica do início da década de vinte, o valor da família para a pátria também é ressaltado. No *Catecismo Cívico*, a família é apontada como “a primeira escola de disciplina moral, da qual os indivíduos saem bem ou mal formados para o seio da sociedade”(BRANT, 1921, p. 9). Já no *Diurnal cívico*, a influência da família na vida do homem é tida como decisiva, pois “é na família que o homem adquire as principais virtudes individuais e de cidadão, encontra a verdadeira felicidade, o abrigo, o sustentáculo, desenvolve suas afeições, cria e disciplina suas forças” (OSÓRIO, 1920, p. 19-20).

Em *Poesias Infantis* há poemas que tematizam os avós, a mãe e a obediência aos pais. Em *Contos Pátrios* há o filho de nove anos responsável pelo sustento da mãe doente no conto “O Rato”, o pai que ensina aos filhos o valor do trabalho em “O Tesouro”, e o pai que explica ao filho o que é “Civilização”.

No livro *Histórias de nossa terra* de Júlia Lopes de Almeida⁶², as relações familiares estão representadas em vários textos. Em “Minha mãe”, que se apresenta como uma anotação de caderno do menino Henrique, surge o sentimento filial de corresponder às expectativas maternas:

[...] quando olho para a sua fronte pálida e me lembro de que o pensamento que avulta e predomina lá dentro é o do bem-estar e o do futuro dos filhos; [...] quando lhe ouço a voz advertindo, aconselhando, perdoando, sinto acender-se-me no coração como uma estrela, o desejo de ser bom, de ser o que ela quer que eu seja, e fazê-la, no mundo a mais feliz das mulheres! (ALMEIDA, 1911, p. 15-16)

Em “Meu pai”, o filho recebe o exemplo do valor do trabalho e vê no pai um “amigo”:

Ulule a ventania, chova ou faça sol, à hora determinada pelo seu trabalho, meu pai, esteja forte ou esteja combalido, diz um adeus à família e sai de casa. Começo a perceber que isso deva ser um sacrifício para ele, que já não é novo e se sujeita a trabalhos demorados e penosos para manter a família ao abrigo das necessidades... [...]

Ah! Como sou feliz em poder penetrar sozinho na alma grande e nobre deste amigo único, que despiria por mim a sua última camisa, que se deixaria matar para poupar-me a vida, e que, entretanto não cessa de apontar-me rudemente o trabalho, o trabalho a que ele mesmo sucumbe,

⁶² Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida (1862-1934) nasceu na então Província do Rio de Janeiro, filha do Dr. Valentim José da Silveira Lopes, professor e médico, depois Visconde de São Valentim, e de D. Adelina Pereira Lopes. Viveu parte da infância em Campinas, S.P., onde estreou sua carreira de escritora, escrevendo na *Gazeta de Campinas* a partir de 1881. Desde cedo mostrou forte inclinação pelas letras, embora não fosse comum naquele tempo uma mulher dedicar-se à literatura. Casou-se em 1887 com o escritor português Filinto de Almeida, à época diretor da revista *A Semana*, editada no Rio de Janeiro, que recebeu a colaboração sistemática de Dona Júlia por vários anos. Mãe dos escritores Afonso Lopes de Almeida, Albano Lopes de Almeida e Margarida Lopes de Almeida. Sua produção literária abarca mais de 40 volumes de romances, contos, literatura infantil, teatro, jornalismo, crônicas e obras didáticas. Em sua coluna no jornal *O País*, durante mais de 30 anos, discutiu variados assuntos e fez diversas campanhas em defesa da mulher. Foi presidenta honorária da Legião da Mulher Brasileira, sociedade criada em 1919 e participou das reuniões de formação da Academia Brasileira de Letras, da qual ficou excluída por ser do sexo feminino. Em colaboração com Felinto de Almeida, seu marido, escreveu, em folhetim do *Jornal do Comércio* seu último romance *A casa verde*, 1932.

como o único elemento puro de felicidade na terra! (ALMEIDA, 1911, p. 17-18)

Vale notar o contraste entre os papéis sociais exemplificados pelos dois textos: a mãe inspira a bondade, o pai, o valor do trabalho.

Nos textos epistolares que constam do mesmo livro também encontramos exemplos de como os membros mais velhos da família, pai, mãe, irmão ou irmã, se encarregam de transmitir valores positivos aos mais novos, como a organização, o estudo e a lealdade.

Na carta de Maria a sua irmã, por exemplo, vê-se os esforços que deve fazer a família para educar seus filhos e o dever de retribuição:

Minha querida irmã,
Teresina, 11 de maio

Tens estudado pouco, demonstrado má vontade. Mal sabes a ingratidão que praticas assim fazendo. Vou revelar-te um segredo que te tornará, espero, mais caprichosa daqui por diante.

Como estás farta de saber, e ninguém de Teresina ignora, nosso pai não tem recursos e nossa mãe, magra e cansada, é prodigiosa na economia e na ordem com que dirige a sua casa. Observa com atenção essas virtudes, que formarão melhor o teu caráter de mulher, que todas as palavras que eu escrevesse aqui. Os exemplos de nossa mãe e de nosso pai são lições vivas que não devemos esquecer nunca! Pois bem, a nossa mãe, que é tão rigorosa e tão poupada com tudo que diz respeito a sua pessoa, e o nosso pai que, sendo tão conhecido em todo o Piauí, é tão isento de vaidade e se sujeita a tão grandes restrições e a tantos trabalhos, não poupam para a tua instrução nem um vintém! Eles sujeitam-se a tudo para que nada te falte a ti! Ontem, e eis aqui o segredo a que aludi, mamãe vendeu o seu último anel, para pagar os teus livros e o teu mestre. Como corresponderás a esse sacrifício, que ela de mais a mais deseja que fique ignorado?

Estudando, trabalhando com boa vontade. O contrário seria uma ingratidão! (ALMEIDA, 1911, p. 69-71)

A relação entre irmãos é ainda mais ressaltada em *Através do Brasil*, que trata da viagem de Carlos e Alfredo, de quinze e dez anos, respectivamente, órfãos de mãe, motivada pela notícia da doença do pai. O mais velho cuida do menor com a responsabilidade de um adulto. O mais novo, por sua vez, nunca discute a autoridade do maior e nem o desobedece.

Aqui, como no texto de Júlia Lopes de Almeida citado acima, o pai é representado como um “amigo”: “Estavam ambos em um colégio, no Recife. O pai que era engenheiro, fora obrigado a deixá-los aí, a fim de trabalhar na construção de uma estrada de ferro, no interior do Estado. [...] Não castigava nunca os filhos: era para eles um amigo, um camarada, um companheiro” (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 13).

Na “Advertência e Explicação”, os autores, ao exemplificar de que forma o professor poderia utilizar-se do livro para realizar as diversas “lições do programa” das escolas primárias, atribuíam à família representada no texto uma função na “lição de instrução moral”. Segundo Bilac e Bomfim:

É mister começar o curso fazendo a criança observar a sua situação moral no seio da família – os laços e deveres de afeto que ligam as pessoas de uma mesma família. Diz o livro de leitura na primeira página ‘era a primeira vez que se separava dos filhos depois da morte da mulher...’. Aí o professor estudará com a criança as condições dessa família em particular, e as condições de ‘família’ em geral; mostrará as duas acepções em que o termo é usado – para significar o conjunto das pessoas que vivem na mesma casa, sob um mesmo teto e sob a direção moral de um chefe – e o conjunto de todos os parentes; estudará os deveres recíprocos dos diversos membros de uma família – deveres nascidos de sentimentos naturais, tão intensos, que levam muitas vezes os indivíduos à prática de verdadeiros sacrifícios, como os que os pais fazem comumente pelos filhos – e como os que os dois pequenos heróis deste livro fazem por amor do pai⁶³.

Essa nova representação da família, em particular das figuras materna e paterna e de seus respectivos papéis, ressalta o lugar central assumido pelo filho como objeto de todos os investimentos, visando, em última instância, a sua formação moral para bem servir à pátria.

A noção de que a família deveria formar os filhos para a pátria está presente de maneira exemplar na dedicatória de Afonso Celso a sua prole masculina. *Porque me ufano*

⁶³ Ibidem, p. 9-10.

do meu país apresentava-se como um “opúsculo” escrito por um pai com o objetivo de ensinar o patriotismo aos seus filhos. A própria publicação do livro, que seria um “best-seller” (LAJOLO, 2000, p. 11) para os padrões da época, revelava que a opção do autor por dirigir-se no texto aos filhos era principalmente formal. Em suas palavras:

[...] Consiste a minha primordial ambição em vos dar exemplos e conselhos que vos façam úteis à vossa família, à vossa nação e à vossa espécie, tornando-vos fortes, bons, felizes. Se de meus ensinamentos colherdes algum fruto, descansarei satisfeito de haver cumprido a minha missão.

Entre esses ensinamentos, avulta o do patriotismo. Quero que consagreis sempre ilimitado amor à região onde nascestes, servindo-a com dedicação absoluta, destinando-lhe o melhor da vossa inteligência, os primores do vosso sentimento, o mais fecundo da vossa atividade — dispostos a quaisquer sacrifícios por ela, inclusive o da vida. [...] (CELSO, 1901, p. 1)

Exceção a essa representação da família na qual se projetava a função de transmissão de valores mais modernos, contudo, é o conto “Mãe Maria”, de Olavo Bilac, cujo sentido no interior desse projeto pedagógico era justamente servir como referência negativa do ideal que se queria construir.

Nesse, a figura materna é representada por uma escrava, que substitui a mãe parálitica e morta precocemente. Ao invés de um amigo, o pai é distante e severo. E mesmo lembrada em sua extrema bondade, a “mãe” escrava demonstra sua forma inadequada e ignorante de educar o menino que, no conto, faz contraste com a educação escolar.

[...] Como ainda me lembro dessas noites!... [...] meu pai dormia a sesta, a longa tábua de engomar em que as mucamas passavam a ferro a roupa branca, e perto da mesa em que ardia o grande lampião de azeite, minha mãe imóvel e pálida, na sua feia e enorme cadeira de parálitica. [...]

Assim, a velha Maria foi minha verdadeira mãe. [...]. – Boa mãe Maria! Era ela quem me aturava... Quando eu não queria obedecer, procurava fingir-se zangada, e ameaçava-me: “Nhô Amâncio! Nhô Amâncio!” E acalmava-me, por fim, prometendo-me uma nova história. Sentava-se no chão, cruzava as pernas, e começava. [...]

Todo aquele enredo fantástico, em que passavam bruxas cavalcando cabos de vassouras, príncipes que roubavam princesas, arcanjos que desciam do céu para curar as feridas dos escravos no tronco, negras aleijadas, que invocavam o diabo, à meia-noite, no meio do mato, e eram afinal arrebatadas por ele, numa nuvem de fogo e enxofre, – tudo aquilo se

atropelava na minha cabeça, cansando-me, dando-me arrepios e vertigens de medo. [...]

Quando tive de ir para o colégio – um internato sério de onde os alunos só saíam uma vez por ano –, chorei muito tempo, abraçando Mãe Maria, agarrado à sua grossa saia de riscado azul. [...]

Oh! Os primeiros dias de internato! Que casa! As salas, muito altas e muito claras, tinham um silêncio que dava medo. [...]

Mas passou a primeira semana, passou o primeiro mês, passou o primeiro trimestre. Criei amizade aos companheiros. E a minha saudade foi diminuindo, diminuindo, diminuindo...

Quando o primeiro semestre findou, já mãe Maria, e sua face, e sua carapinha, e as suas mãos, e a sua voz, e as suas histórias, me apareciam indistintamente, como no fundo de um passado remoto. À noite, quando me deitava, depois do exercício violento da *cabra-cega* e da *barra*, o sono já não me deixava pensar naquela que ficara rezando a Nosso Senhor por Nhô Amâncio. Nhô Amâncio só se lembrou de mãe Maria quando as férias chegaram... [...]

Um ano de colégio bastara para me transformar. E, agora, eu aparecia à velha ama-seca, como um novo sinhô-moço – um sinhô-moço que tinha onze anos, que já sabia ler e escrever, que já se julgava um homem, e que às histórias atrapalhadas e tolas de mãe Maria preferia a malha e a ginástica [...]. (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 17-34)

Remetendo seu conto ao passado recente pelo recurso de narrá-lo como memórias da infância de um homem adulto, Bilac descrevia uma ordem social que deveria ser completamente extinta para dar lugar a uma outra, caracterizada por relações familiares absolutamente diversas. Apesar de marcar a diferença entre os universos rural e urbano, este último servindo de cenário à história e implicando em um “cativeiro [...] infinitamente mais brando que na roça”, a presença dos escravos na família era vista como geradora de vícios de formação na criança, como o medo e a superstição, por exemplo, fortemente condenado pelo autor. Vícios que deveriam ser extirpados pela total reformulação do modelo familiar.

Na família da qual trata o conto, a figura materna é representada por uma escrava ignorante, ainda que amada pelo menino, totalmente incapaz de educá-lo sem o recurso ao medo provocado pelas histórias fantásticas e, principalmente, sem possuir qualquer autoridade sobre ele, tal como demonstra a relação de inferioridade entre mãe Maria e o “sinhô-moço”. O pouco controle que conseguia obter com as histórias aterrorizantes, porém, seria posto a perder após um semestre de colégio, quando, contando onze anos e tendo

aprendido a ler e escrever, o menino Amâncio passara a possuir discernimento para julgar “atrapalhadas e tolas” as histórias da escrava que antes causavam “arrepios e vertigens de medo”.

O pai, por sua vez, ao contrário do companheiro e amigo idealizado pelos textos cívicos, era distante e ameaçador. Isso fica evidente no episódio em que, ao atirar pedras nas galinhas a despeito dos protestos de mãe Maria, o menino acaba acertando a cabeça da velha escrava que se esvai em sangue. Amâncio grita por ajuda e é repreendido pela escrava, que o lembra que seu pai iria castigá-lo quando soubesse o que havia feito. Ao chegar o pai, a escrava mente para proteger o menino, ao qual explica depois: “Que é isso Nhô Amâncio? Que foi que mãe Maria fez?... tinha que ver que Nhô Amâncio fosse apanhar uma sova por causa do cangalho de uma negra velha!...”⁶⁴. A mentira, portanto, condenada por toda a literatura cívica, é da ignorante mãe Maria, pois Amâncio, em essência um bom menino, estava prestes a assumir a responsabilidade pelo que tinha feito. Sua justificativa, porém, era a certeza do castigo paterno, do qual a boa e servil escrava se sentia obrigada a salvar o menino, considerando o pouco valor que atribuía ao seu próprio corpo em relação ao de seu filho postiço, reproduzindo o discurso dominante acerca da hierarquia social e familiar.

O conto expressa o sistema de dominação paternalista que marcava as relações familiares e sociais ao longo do século XIX, construído sobre a noção de “inviolabilidade da vontade senhorial”, de acordo com a análise de Sidney Chalhoub (1998, p. 96-97). A ideologia de sustentação do poder senhorial, segundo este autor, “incluía a imagem de que aquela era uma sociedade em que os pontos de referência – ou seja, de atribuição e formulação de consciência de lugares sociais – definiam-se todos na verticalidade”, imagem, contudo, que representava tão somente “o mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária que eles sonhavam realizar no cotidiano”.

⁶⁴ Ibidem.

A preocupação de Bilac, que representou aquela ordem social em larga medida assumindo o discurso paternalista, era demonstrar o anacronismo e os vícios daquele modelo familiar e social no contexto republicano com a finalidade de realizar seu projeto cívico dirigido à formação de um escol. A visão paternalista na construção dos personagens e das relações entre eles nos textos bilaqueanos não estava comprometida com a manutenção dos valores e hierarquias da ordem aristocrática e escravocrata, mas com uma concepção elitista da sociedade na qual as hierarquias se baseavam em critérios diversos daqueles que asseguravam a reprodução do sistema de poder anterior. A continuidade de atitudes e valores associados àquela ordem se traduzia principalmente na violência, como a que teria sofrido o personagem Juvêncio, em *Através do Brasil*, primeiro nas mãos de seu padrasto, de quem fugia, depois no episódio em que é confundido com um ladrão pelos capangas de um coronel que se arrogava o poder de polícia e justiça no sertão da Bahia, em um episódio que também denunciava a ausência do poder público no interior do país.

Tratava-se, portanto, de apresentar aos pequenos leitores representações da sociedade e da família que se subordinavam às motivações de um projeto que visava em última instância uma alteração da ordem. Não de forma radical, deve-se dizer, mas pela formação de uma nova elite, oriunda das camadas médias, portadora de virtudes, hábitos e sentimentos mais de acordo com a nação republicana e moderna que se pretendia construir.

Neste projeto, em oposição à verticalidade das relações paternalistas, a imagem da horizontalidade das relações sociais - expressa na figura do pai “como um amigo” dos filhos, e na fraternidade entre jovens de extração social tão diversa quanto os irmãos que protagonizam *Através do Brasil* e o sertanejo Juvêncio - deveria predominar, apesar das desigualdades patentes e da hierarquia que continuava a existir e que os textos nem sempre ocultavam.

2.2 A solidariedade

A construção da solidariedade é fundamental ao projeto de formar a nação brasileira presente na literatura cívica. Na definição elaborada por Renan (1997, p. 40) no final do século XIX, autor que teve grande influência sobre os intelectuais brasileiros, uma nação era “uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizemos e daqueles que ainda estamos dispostos a fazer”.

De acordo com Anderson (1981, p. 15-16), a nação, uma comunidade política imaginada, é imaginada porque “nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, [...] embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”. E é “imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal”. Além do caráter político definidor das nações modernas, portanto, é a solidariedade entre os diversos habitantes de um Estado territorial que distingue uma nação.

No Brasil da passagem do século, feita a Abolição e recebendo grande contingente de imigrantes, era necessário superar a verticalidade característica da sociedade patriarcal e escravista do Império, por meio da construção simbólica de uma solidariedade entre personagens representativos dos tipos diversos da população brasileira.

Em *América*, isso ocorre na aceitação do personagem Libânio, menino mulato e pobre, como um amigo por Renato e Afonso, os quais personificam a infância brasileira por não serem ricos em excesso, serem estudiosos e demonstrarem sempre possuir ótimos valores e sentimentos. O personagem Libânio é apresentado no seguinte diálogo entre Afonso e Renato ocorrido durante o recreio:

- Queres entrar na barra? Falta um... Queres? [...]
- Olha, muito cuidado com o Libânio que é o mais forte do outro lado. Vamos.

Libânio era um mulatinho, o mesmo que eu vira na classe tão atento a ouvir a palavra do professor. [...]

– Quem é esse rapaz? Perguntei baixinho ao Afonso.

– É um excelente menino, muito pobre mas um estudante brioso. Tem as melhores notas e como é muito meigo todos lhe querem bem. Hás de gostar dele. É o primeiro em tudo, quer aqui no recreio, quer na aula. E é tão infeliz, coitado!

– Por quê? Perguntei curiosamente.

– Não sei. A mãe é muito pobre, mora muito longe, foi ele mesmo que me disse. Passa os domingos no colégio. Faz pena, não é? (COELHO NETTO, 1897, p. 16)

Libânio era uma exceção na escola. Ressaltava o valor do estudo numa sociedade que apenas no âmbito das representações ideais poderia ser caracterizada como uma meritocracia. Os fatores excepcionais que permitiram a Libânio estudar numa escola particular não constam do romance, contudo, suas qualidades individuais é que lhe garantem a inclusão no escol idealizado como responsável pela grandeza futura da pátria.

Em contrapartida, seu antagonista estava descrito na figura do Castro, menino que por ser excessivamente rico não dava importância aos estudos. Esse personagem representava uma ordem ultrapassada, era filho de grande proprietário de terras, possuía péssimos hábitos e valores questionáveis como expressa o seu preconceito demonstrado no episódio em que procura ofender Libânio chamando-o de “negro” e de “filho de escrava”. É significativo que de todos os alunos da escola fosse o único conhecido e tratado pelo sobrenome, o que demonstra sua associação com uma tradição aristocrática que devia ser superada. Também é curioso notar que na sua visão, o colega fosse “negro”, enquanto para os outros meninos era um “mulatinho”.

A situação é corrigida pelo diretor, que esclarece as regras daquela escola/utopia:

Senhor Castro, daquele portão para dentro só o mérito estabelece distinções entre os meus alunos: aqui não há castas e se há uma superioridade essa é a que pode alegar o senhor Libânio que, sendo um dos meninos de mais brio que tenho conhecido, é um dos melhores estudantes do meu colégio. (COELHO NETTO, 1897, p. 54-55)

O Castro, portanto, não poderia estar incluído na categoria “infância brasileira”, a não ser após sua completa regeneração motivada pelo empobrecimento. Mas a amizade que se constrói após a regeneração do Castro, entre os dois personagens antagônicos, traduz uma das lições de solidariedade do livro.

A superação das diferenças de cor também está presente no conto “Borboleta Negra”, em *Contos Pátrios*, no qual duas crianças brancas saem para caçar borboletas e encontram um bebê abandonado que levam para casa. Em casa a mãe aprova a ação das crianças e aceita a criança como mais um filho: “Foi Deus quem conduziu vocês... Fizeram bem! Fizeram bem! O pão da nossa pobreza há de chegar para mais um filho. E tomou nos braços a criancinha negra, única borboleta que Henrique, Leonor e o *Leão* caçaram nesse dia” (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 139).

Em *Histórias da nossa terra*, a questão da solidariedade é tratada em relação à imigração, tema também abordado pela literatura cívica com alguma frequência. No conto “Polaco!”, uma professora reflete sobre o seu papel, quando é interrompida por uma confusão no fundo da sala:

– Que foi? [...]

– Foi aquele Polaco que me atirou com a pena à cara!

À maneira porque o rapazinho pronunciou – polaco – D. Virgínia franziu as sobrancelhas; mas, voltando-se para o acusado, ordenou: ‘explique-se.’

O Polaco, um rapazinho de oito anos, levantou-se [...]

– Desde que entrei para o colégio, que o Frederico me chama polaco, com desprezo, a modo de insulto. Tenho-me calado... mas agora [...] mandei-lhe a resposta.

D. Virginia chamou os dois pequenos [...] e perguntou [...] ao polaco, [...]

– De que cor é o céu da tua terra, meu filho?

– Azul... [...]

– Que fazem os passarinhos de lá?

– Voam e cantam.

– Vêem? Tal e qual como aqui!

Meus filhos a pátria do homem é o mundo inteiro.

Em todas as terras a gente ama, goza, sofre, vive e morre do mesmo modo. É justo e natural que prefiramos a todos os países aquele em que nascemos e em que vivemos com os que mais amamos. Mas por isso será justo e bonito que tratemos com arrogância e brutalidade os nossos semelhantes que vêm de longe ajudar-nos no nosso trabalho e

comparticipar das nossas dores e alegrias? [...] (ALMEIDA, 1911, p. 93-98)

Parecia ser difícil conciliar as conseqüências da imigração com a formação da nação por meio dos projetos cívicos dirigidos à infância brasileira. Como se daria a inclusão dos descendentes de estrangeiros? Qual seria a sua pátria? O texto que apresenta o resultado do Concurso n.º 1 de *O Tico-Tico* (1906, n. 18), cujo tema era “Que é que o menino quer ser?”, sugere uma espécie de surpresa positiva dos editores da revista com o recebimento de cartas de filhos de imigrantes: “como é belo de ver-se, por exemplo, dois meninos, de S. Paulo, filhos de pais italianos, numa linguagem ingênua, mas calorosa, afirmarem, - um que quer ser oficial da marinha, outro do exército ‘para morrer pelo Brasil’”.

A questão da adoção do Brasil como pátria pelos descendentes de imigrantes europeus era um ideal que transcendia a literatura cívica e inflamava os debates acerca da instrução pública e da própria segurança nacional. No discurso intitulado “A Língua Portuguesa”, proferido no Centro de Letras, em Curitiba em 17 de novembro de 1916, Bilac chamava a atenção para esse problema:

É preciso fundir num corpo homogêneo todos esses átomos estrangeiros com os átomos indígenas. Não queremos e não podemos operar um milagre impossível, transformando em brasileiros todos os imigrantes, todos os forasteiros, que vêm trabalhar conosco: porque o seu patriotismo, tão sagrado como o nosso, deve ser intangível. Mas devemos querer que os filhos desses estranhos sejam nossos! Abrimos o Brasil a todo o mundo: mas queremos que o Brasil seja Brasil! Queremos conservar a nossa raça, o nosso nome, a nossa história, e, principalmente, a nossa língua, que é toda a nossa vida, o nosso sangue, a nossa alma, a nossa religião! (BILAC, 1996, p. 956-958)

A idéia de incorporar os descendentes de imigrantes à nação por construir e, mais ainda, transformá-los em instrumentos de ligação entre seus pais e avós estrangeiros e o Brasil em prol da harmonia social, encontra expressão no conto “Pátria Nova” também de Bilac. Neste, um velho colono, triste por lembrar que há dez anos havia deixado sua terra

natal, é consolado por sua filha que expressa de forma modelar como se daria aquela incorporação:

– Como não havia de me lembrar, pai! Logo de madrugada, comecei a pensar nisso... [...]

– Mas escute, pai! Por que há de ficar triste? Mais vale esquecer, e viver feliz, gozando a fortuna que o seu trabalho lhe está dando aqui! Ouça! Eu, por mim, estou disposta a não pensar mais nisso: foi aqui que vi felizes todos os meus, foi aqui que casei, foi aqui que nasceu meu filho, o seu neto... Por que é que não hei de amar esta terra, como se ela fosse minha?

O colono olhou fixamente a filha:

– Como?! Pois tu és capaz de esquecer a tua terra? [...]

– Não! Esquecer não posso... não posso... mas diga-me: a terra de lá é que é a sua, e é que é a minha. Qual é, porém, a desta criança que aqui está, que nasceu aqui e que vai crescer ignorando a língua que nós mesmos já vamos esquecendo, e vendo todos os dias, da infância à idade madura e à velhice, esta Pátria da liberdade e da riqueza? Olhe! E veja como ela bate palmas, contente, a este sol que a viu nascer! [...]

O homem sentiu os olhos úmidos, e, tomando a criança nos braços, exclamou:

– Tens razão, filha! Esta é a terra de teu filho, esta é a Pátria do meu neto: por que é que não há de ser também a nossa terra?

E, alegre, levantando e abaixando a criança, no ar, com os seus braços robustos, começou a brincar com ele, dizendo-lhe, com o seu acento napolitano:

– Bravo, brasileiro! Bravo, brasileiro!... (BILAC; COELHO NETTO, 1932, p. 213-221)

Mas o texto que melhor expressa o ideal de solidariedade dos projetos cívicos é *Através do Brasil*, que o faz pela amizade em vários momentos qualificada como “fraternal” entre os irmãos que protagonizam o romance e o sertanejo Juvêncio.

Juvêncio entra na história no capítulo XIII, e é descrito como

[...] um rapazinho de dezesseis ou dezessete anos, vestido à moda do sertão: camisa de algodão grosso branco, paletó e calças de algodão riscado, sapatos e chapéu de couro vermelho. O tipo era simpático, moreno, entre caboclo e mulato – de rosto largo, boca rasgada, olhos vivos e inteligentes (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 69).

Somente na situação excepcional que se encontravam os meninos de classe média, entretanto, aquela amizade seria possível. Depois do encontro passam a viajar juntos até que a situação dos irmãos começa a se normalizar, ou seja, quando finalmente eles são

encaminhados a sua família no Rio Grande do Sul, ocorre a separação que relembra os universos tão díspares aos quais pertenciam aqueles jovens.

As diferenças entre os personagens, principalmente entre Carlos e Juvêncio quase da mesma idade, ficam claras desde o início. No mesmo capítulo em que é introduzido, o sertanejo afasta uma cobra com naturalidade, para surpresa dos irmãos que não tinham qualquer intimidade com a natureza. Logo em seguida, porém, no início do outro capítulo, Juvêncio demonstra sua falta de conhecimento sobre o que deveria ser a feição civilizada do país ou, melhor ainda, expressa a distância entre a República e a maioria da população que, representada naquele personagem, parecia ignorar até mesmo a vigência daquela forma de governo. O sertanejo, não por acaso, é corrigido justamente pelo mais novo dos irmãos no seguinte diálogo:

- Eh! – exclamou Juvêncio – aqui ninguém mora... Mas, já agora, pousaremos aqui mesmo; daqui não saio, nem por ordem do rei!
- Alfredo, já mais animado com a perspectiva do descanso que ia gozar, não pôde deixar de rir:
- Qual rei! Não há mais rei no Brasil! Agora quem pode dar ordens é o presidente da República!
- Pois seja lá quem for – disse, rindo também, o rapaz. – Não saio daqui hoje! (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 72)

Em sua análise de *Através do Brasil*, Marisa Lajolo (1982, p. 97-98) afirma que:

É na estória de Carlos e Alfredo que melhor se observa o relacionamento social que livros como *Através do Brasil* apresentam a seu jovem público. A longa peregrinação dos meninos em busca do pai põe ambos em contato com indivíduos de diferentes classes sociais.

A posição social de Carlos e Alfredo configura-se a partir do fato de serem filhos de um engenheiro, estudarem internos e serem aparentados com gaúchos estancieiros. Assim, seu convívio com vaqueiros, vendedores, tropeiros e lavradores não poderia ser senão esporádico, fruto de uma situação excepcional [...]. De norte a sul do Brasil, os heróis da estória, graças a uma suposta orfandade, compartilham mesa e teto com lavadeiras, boiadeiros e ferreiros.

Apenas no final da viagem, na Bahia, são as crianças hospedadas por alguém de seu nível social: o comerciante Inácio Mendes. É interessante observar como o estabelecimento dessa aliança *de igual para igual* (socialmente falando) desfaz a aliança anterior dos meninos com Juvêncio, rapazola mestiço que os ajudou por grande parte do percurso. A aliança com o comerciante precipita o epílogo, afasta de cena Juvêncio (providencialmente contratado para um serviço no Amazonas!), encaminha

os meninos para seus familiares e prepara a ressurreição do engenheiro. Reequilibra-se, paralelamente à narrativa, a homogeneidade social dominante em que eles se movem, confirmando-se, assim, a natureza excepcional das alianças com outras classes sociais.

Numa interpretação diferente do relacionamento entre os personagens desse livro, porém, Antônio Dimas (1994, p. 549-550) afirma que “existe uma *hierarquização* entre os três rapazes” que não ocorre apenas “em nível etário”. Em suas palavras:

Juvêncio é mais experiente, mais velho, e seu conhecimento decorre de uma vida dura e em contato direto com a carência material, a orfandade precoce, a agressividade humana e o naufrágio de um segundo núcleo doméstico que o acolhera. Sua reserva de solidariedade e de calor humano é posta à inteira disposição de Carlos e Alfredo, a quem não pode ensinar o que se aprende na escola, pois mal passara das primeiras letras, mas a quem pode transmitir as regras básicas de sobrevivência num meio hostil e rural: como se improvisa uma cama; como se caça; como se tira bicho-do-pé; como se faz café sem coador; como se ferra o gado etc.

A experiência prática de Juvêncio emparelha-se à intelectual de Carlos, e isso poderia permitir um nivelamento hierárquico e até mesmo complementar, pois um tem o que ao outro falta. Entretanto, isso não ocorre, porque o gosto pela aventura, inclinação muito natural no adolescente, encontra um estojinho ideal em Juvêncio, que decidira, *sponte sua*, abandonar seu trecho natal. Carlos, ao contrário, fora forçado a isso. Ademais, Juvêncio continua inserido em seu meio; domina-o e não se sente baratinado como Carlos e Alfredo, tipos citadinos, órfãos recentes e mal saídos de uma reclusão colegial. Juvêncio, portanto, não enfrenta descontinuidades em sua vida nem se surpreende com o imprevisto.

Juvêncio-Carlos-Alfredo organizam-se nesta ordem.

Juvêncio traduz o mundo natural para Carlos, que, por sua vez, traduz a história, a geografia e as ciências para o irmão mais novo. Juvêncio traduz o imediato e o concreto; Carlos traduz o mediato e o abstrato. Juvêncio prepara os irmãos para o presente; Carlos prepara o irmão para o futuro. Juvêncio é a fonte da sabedoria ancestral e informal; Carlos responde pela cultura escolar adquirida. Juvêncio é o conhecimento espontâneo e descontraído; Carlos é aquele aluno de primeira carteira, atento e todo enfarpeladinho. Na ordem da sobrevivência material, a que importa durante a jornada sertaneja, Juvêncio leva vantagem, pois que sabe como contornar a urgência. E nesse “saber de experiências feito” cria-se um sistema de dependência, cujo último elo é Alfredo, nem sabido, nem atrevido.

No entanto, apesar da superioridade prática, da disponibilidade afetiva e do nome sugestivo que carrega, Juvêncio não pertence à mesma classe dos meninos. Dá-se a separação, pois. Os dois irmãos vêm para o Sul; Juvêncio segue para o Norte. Apesar de toda sua boa vontade e desprendimento, Juvêncio era um *outsider* social, ainda que perfeitamente ajustado à realidade sertaneja. Dada sua condição, não convinha que acompanhasse sempre os dois meninos, exceto nas andanças interioranas, espaço onde a solidariedade pode ser exercida sem prejuízo da imagem pública. É certo que Carlos e Alfredo também eram órfãos. Mas órfãos

urbanos e não sertanejos, filhos de pais brancos e de inserção social anteriormente definida.

A hierarquização estabelecida por Dimas, portanto, ocorre no nível da experiência pedagógica significada pela viagem dos protagonistas pelo sertão. Naquele ambiente desconhecido dos meninos, o sertanejo se converte em um verdadeiro mestre.

A forte amizade que une os irmãos a Juvêncio está descrita na situação de separação temporária no capítulo XXIX: “Vendo partir Juvêncio, Carlos e Alfredo [...] sentiram-se sós e tomados de uma grande tristeza. O sertanejo fazia-lhes muita falta ao coração; amavam-no já como se fora um irmão” (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 72).

E quando os protagonistas precisam se afastar do lugar combinado para o reencontro por causa de uma doença do menor, Carlos pensava:

Era provável que Juvêncio voltasse, para saber o que era feito deles... Era provável, mas não era certo. E se não voltasse? E se continuasse a viagem sozinho, — uma vez que não tinha o dever de se preocupar com a sorte de companheiros a quem mal conhecia? Esta idéia mortificou o espírito de Carlos: o Juvêncio era um companheiro tão bom, tão inteligente, tão conhecedor dos caminhos! Além disso, aquela convivência de poucos dias criara no coração de Carlos uma grande amizade por aquele excelente rapaz, tão bravo, tão carinhoso e tão serviçal...⁶⁵

Depois de reunirem-se novamente, os meninos fazem um juramento, no qual uma igualdade imaginada é expressa pelas palavras do pequeno Alfredo, enquanto Juvêncio destaca as diferenças irreconciliáveis entre eles, marcadas inclusive pela introjeção de uma hierarquia, traduzida no tratamento reservado ao irmão mais velho, a quem chamava “*Seu Carlinhos*”:

– O que eu admiro, Juvêncio, é a sua calma! – observou Carlos – Você é de uma coragem extraordinária! Depois de tudo quanto tem sofrido, a sua alegria é sempre a mesma. Olhe que bastavam aqueles sustos que você passou em casa do coronel para abater um homem forte!
– Ah! *Seu Carlinhos*! A gente do sertão é toda assim! Nós não somos como muitos desses, das cidades, para quem a vida é fácil desde o princípio. No

⁶⁵ Ibidem, p. 130.

sertão, a gente sabe que só deve e pode contar consigo mesmo... Depois, esta vida ao ar livre, no campo e na serra, no meio dos matos, é uma vida que dá alegria e coragem.

Alfredo, que adorava o pequeno sertanejo, e concordava com tudo quanto ele dizia, gritou:

– Apoiado! Eu também já estou ficando sertanejo, não é verdade, Juvêncio? Já monto a cavalo sem cansaço, e de nada tenho medo! A minha vontade era viver sempre no mato!

Carlos sorria, ouvindo a tagarelice do irmão. Juvêncio levantou os ombros, e respondeu:

– Não diga isso! O senhor é um menino de boa família... O senhor e seu irmão hão de estudar, hão de ser engenheiros como seu pai, ou médicos, e nunca mais hão de pensar no sertão, nem em mim...

Carlos, comovido, disse então, com voz grave:

– Juvêncio! Não quero que você diga isso. Você então supõe que esqueceremos algum dia estas semanas em que vivemos e penamos juntos? Eu e meu irmão não somos ingratos. Olhe! Vamos fazer um juramento, aqui: eu prometo que nunca me hei de separar de você!

– Ah! Isso é cousa que nunca se pode jurar! – disse o rapaz – Daqui a pouco, quando chegarmos à Bahia, eu irei para o meu lado, os senhores irão para o seu...

– Embora! – afirmou Carlos com energia – Poderemos separar-nos pelas necessidades da vida, mas nunca pela indiferença ou pela inimizade. Vamos prometer que seremos sempre amigos. Eu, por mim, juro-o pela memória de meu pai!

– Eu também juro! – exclamou Alfredo com entusiasmo.

O pequeno sertanejo tinha os olhos cheios de lágrimas, e não sabia o que queria responder⁶⁶.

Carlos e Alfredo representavam a infância brasileira, um escol ao qual era atribuída a responsabilidade pelo futuro do país. Para isso precisavam não só conhecer os reais problemas da pátria, e aprender a agir no sentido de solucioná-los, mas principalmente tornarem-se homens, fortes e viris. Este é o sentido daquela viagem pedagógica: de um lado aproximava as crianças dos recursos e também dos problemas do país; de outro, submetendo-as a situações difíceis, permitia o seu amadurecimento e fortalecimento físico e emocional, requisitos de um certo ideal de masculinidade divulgado pelos textos cívicos. Além disso, filhos de um engenheiro que trabalhava na construção de uma estrada de ferro no interior de Pernambuco, ou seja, um agente do progresso, os meninos também deveriam estar preparados para fazer sua parte quando chegasse a hora.

⁶⁶ Ibidem, p. 186-188.

Juvêncio, por outro lado, aos 17 anos tinha a deficiência de possuir muito pouco estudo, pois quase não pudera freqüentar a escola. Contudo, era trabalhador e já havia começado a aprender o ofício de ferreiro. Estava tão alheado da comunidade política que sequer sabia qual era o regime de governo do Brasil. Sua pátria era o sertão da Bahia. Não por acaso um sertanejo “entre caboclo e mulato”, em um momento em que a intelectualidade buscava encontrar um tipo étnico que orientasse suas reflexões acerca da especificidade nacional⁶⁷, Juvêncio representava a nacionalidade a ser resgatada no processo de formação da nação. A relação dos irmãos com Juvêncio expressa exemplarmente aquele aspecto da horizontalidade das nações modernas, conforme a definição de Anderson (1981, p. 16), as quais são imaginadas enquanto “comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal”.

Dirigindo-se à infância brasileira, e não aos jovens sertanejos que em sua grande maioria permaneciam analfabetos, no livro é Juvêncio quem aponta o lugar da infância brasileira no resgate da nacionalidade e na formação da nação. A sua própria inclusão se daria por meio do trabalho e do reconhecimento dos outros. Os trechos que descrevem a separação na Bahia quando o comerciante Inácio Mendes oferece a Juvêncio um emprego

⁶⁷ Segundo Nicolau Sevcenko (2003, p. 106 e 335): “Comparado com as potências européias de história homogênea, política viril e objetivos definidos, o Brasil fazia contraste. Nasceram daí duas formas típicas de reação. A mais simplista consistia em sublimar as dificuldades do presente e transformar a sensação de inferioridade em um mito de superioridade: é a ‘ideologia do país novo’, o ‘gigante adormecido’, cujo destino de grandiosidade se cumprirá no futuro. A outra implicaria um mergulho profundo na realidade do país a fim de conhecer-lhe as características, os processos, as tendências e poder encontrar um veredicto seguro, capaz de descobrir uma ordem no caos do presente, ou pelo menos diretrizes mais ou menos evidentes, que permitiriam um juízo concreto sobre o futuro. Nesse contexto é que se inserem os esforços renitentes despendidos na tentativa de determinar um tipo étnico específico representativo da nacionalidade ou pelo menos simbólico dela, que se prestasse a operar como um eixo sólido que centrasse, dirigisse e organizasse as reflexões desnorteadas sobre a realidade nacional”. Essa discussão continua a ser desenvolvida na nota 33: “Há uma preocupação persistente em definir um tipo social, ou melhor, extra-social, que pudesse dar o tom geral à nacionalidade, permeando-a de uma homogeneidade integradora, quando não por outra razão, pelo menos pelo fato de representar um tipo específico, etnicamente definido e caracteristicamente nacional. Euclides da Cunha, inicialmente, viu no sertanejo a ‘rocha viva da nossa raça’. Para Silvio Romero: ‘o mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova da nossa diferenciação nacional’. [...] Graça Aranha, também envolvido com esse problema, deu a ele uma solução pessimista, resolvendo pela inexistência de um tipo brasileiro específico.”.

no Amazonas, e o anúncio do reencontro no final do livro, deixam claro o quanto o sertanejo sente ficar devendo aos dois irmãos, apesar de ter garantido a sobrevivência deles ao longo da viagem.

[...] – Isto não podia durar sempre! – dizia ele – E, depois, não vai haver uma separação; não se lembram do nosso juramento? [...]

– Pois, então? Ainda nos encontraremos, e sempre seremos amigos!

– Sim! – observou o mais velho dos irmãos – Mas sempre é uma tristeza que você não venha conosco... Quando me lembro do que lhe devemos...

– Nem diga isso! – atalhou o sertanejo – Que é que os senhores me devem? Eu é que lhes devo tudo! Se não fossem os senhores, eu não teria encontrado este homem, que me tratou como nunca tive quem me tratasse, acolhendo-me com carinho, dando-me trabalho, e encarreirando-me na vida!

E, comovido, beijou a mão do negociante. (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 215)

O trecho final do livro, contudo, anuncia a restauração daquela aliança, quando os irmãos já no Rio Grande do Sul descobrem que o pai está vivo e se dirigindo para lá com o Juvêncio que havia ficado doente no Amazonas, sugerindo que o sertanejo iria tornar-se um membro daquela família:

Efetivamente, o engenheiro Meneses não morrerá. [...]

Restabelecido, voltou a Juazeiro, e só então pôde telegrafar ao gerente do escritório central e ao diretor do colégio, dando notícias suas e pedindo notícias dos filhos. [...]

Sabendo por telegrama que os filhos estavam na estância em Pelotas o Dr. Meneses, com saudade deles, e ainda abatido pela doença que quase o matara, resolveu seguir também para o Rio Grande a fim de descansar no seio da família. Obteve uma licença e partiu.

Na Bahia, o negociante Inácio Mendes contou-lhe como acolhera os rapazes, e como os encaminhara para o Sul; e falou-lhe também largamente de Juvêncio, narrando-lhe o auxílio e o carinho com que o sertanejo tratara Carlos e Alfredo durante a triste peregrinação pelos sertões.

– E, justamente – concluiu Inácio Mendes –, acabo de receber um telegrama em que me dizem que esse pobre rapaz, Juvêncio, está bem doente, atacado de beribéri...

Ouvindo isto, o Dr. Meneses logo resolveu mandar buscar Juvêncio: [...] Assim se fez. E, um belo dia, Carlos e Alfredo receberam em Pelotas, com um contentamento indizível, este telegrama:

“Parto hoje para aí. Juvêncio vai comigo”⁶⁸.

⁶⁸ ibidem, p. 324-325.

Qual seria a posição de Juvêncio naquela família? Que futuro teria o rapaz? As perguntas ficam sem resposta. Enquanto o futuro de Carlos e Alfredo é razoavelmente previsível, o de Juvêncio permanece um verdadeiro enigma, dado o ineditismo daquela situação. Talvez, seguindo a lógica de Bilac, Juvêncio terminasse mesmo por ingressar no Exército.

Além dessas considerações, porém, deve-se ressaltar nesta representação da solidariedade por meio de um determinado tipo de relação interpessoal – a amizade fraterna –, a enorme importância que a “amizade”, o “companheirismo” ou a “camaradagem” adquirem na representação do processo de constituição da nação e, portanto, como fator do patriotismo. Este tipo de relação entre homens, cultivada em espaços exclusivamente masculinos como os colégios internos para meninos, o escotismo e o Exército, era destacada como uma espécie de exercício para a construção da solidariedade nacional.

Numa outra perspectiva, em *Minha terra e minha gente*, Afrânio Peixoto (1916, p. 227-229) citava Renan para chamar a atenção para a relação entre a educação do brasileiro e a formação de uma consciência nacional traduzida na existência da solidariedade.

Um povo nunca foi uma grande família ou uma seita imensa, mas somente uma identidade de espírito manifestada numa língua comum. Não importa a origem, se há adoção dos que recebem, assimilação dos que são recebidos. [...] Uma nação, definiu Renan, é uma grande solidariedade constituída pelo conhecimento dos sacrifícios feitos, dos sacrifícios ainda por fazer; resume-se, no presente, em fato concreto: o desejo, o consentimento inequívoco de continuar a vida comum. [...]

O que nos cumpre é preparar, hoje, ao Brasil de amanhã. Educar o brasileiro de agora para lhe dar uma consciência de si e, portanto, dar a todos uma consciência nacional. [...]

Os povos ignorantes e por isso imprevidentes abdicam de si nos outros e votam-se à servidão e ao desaparecimento.

Mas é no *Breviário Cívico* que Coelho Netto (1921, p. 47-48) procura demonstrar não somente a importância da solidariedade nas imagens do edifício e do barro, como a inexistência de qualquer contradição entre as desigualdades sócio-econômicas e a noção de uma comunidade imaginada como horizontal, subjacente ao conceito moderno de nação.

Não se firma o edifício se não estão bem ajustadas todas as suas partes. Uma pedrinha é reforço no monumento; um pouco de barro é resistência na parede. Onde falha a união por aí entra a ruína.

Assim como há segurança quando todas as peças se ligam, assim também só há harmonia onde existe o acordo. [...]

O que chamamos solidariedade é a defesa de cada um por amor de todos. Um tijolo sustenta outro e todos juntos formam a muralha que defende a cidade.

A desarmonia é o desequilíbrio. Só o imprudente pensa em derrubar os que estão de cima sem lembrar-se de que a queda dos maiores expõe os mais fracos à miséria e o edifício por inteiro à ruína.

Cada um, portanto, tinha o seu lugar e, sendo assim, vale lembrar que os autores dos textos cívicos não pretendiam construir uma sociedade igualitária (aparentemente em qualquer sentido, econômico, social ou político), mas formar um escol, a partir de um determinado segmento da população infantil que poderia identificar-se com a representação da infância brasileira veiculada naquela literatura, capaz de conduzir o país a um destino que eles acreditavam grandioso. Para isso era necessário modificar atitudes e sentimentos para criar uma empatia com aqueles que, sendo tão diferentes, vinham sendo percebidos como um “outro”, visando atingir um objetivo maior que era a formação da nação. Por esta razão, acima das desigualdades e hierarquias que não deixariam de atravessar uma população tão heterogênea, a construção da solidariedade era o fator essencial na concretização daquele projeto.

2.3 A saúde e os cuidados com o corpo

O patriotismo, tal como representado na literatura cívico-pedagógica, não exigia do indivíduo apenas um compromisso espiritual, mas também físico. Se o amor da pátria demandava uma entrega total, ao extremo do sacrifício da vida, contudo, esse não era o seu objetivo, mas sim o cultivo da saúde e da força daqueles que deveriam lutar por ela. Nessa

representação que subordinava o indivíduo à pátria, o valor do corpo era dado por sua utilidade àquela instância maior, de modo que os cuidados com a saúde, por meio da higiene, da alimentação e dos exercícios físicos, consistiam em dever cívico.

Segundo o *Diurnal cívico*:

O homem adquire a educação física pela ginástica, pelos exercícios ao ar livre e jogos escolares [...]. Sem um sangue forte, uma boa musculatura e um sistema nervoso bem equilibrado, não é possível pensar sã, regular e intensamente. As nações viris formam-se pela cultura paralela e recíproca do corpo e do espírito. (OSÓRIO, 1920, p. 14)

Ainda de acordo com Joaquim Luís Osório, era dever do homem “prestar todo o concurso para a existência social, tendo em vista o aperfeiçoamento da espécie humana. Este aperfeiçoamento obtém o homem por intermédio destes dois fatores: o meio e a educação, elementos de contrapeso ao influxo da hereditariedade, a cujos impulsos está subordinado”⁶⁹.

Mesmo que o termo eugenia não seja usado, o texto já demonstrava alguma influência das idéias dessa corrente científica que começavam a ganhar maior visibilidade no Brasil ao final da segunda década do século XX.

No *Breviário Cívico*, o termo é utilizado por Coelho Netto (1921, p. 69). Ao apontar os meios de defesa contra as “enfermidades”, dizia o autor:

[...] Dois são os meios principais que temos para defender-nos de tais inimigas opondo-lhes resistência, como as cidades se resguardam com fortalezas: um é a cultura física, outro é a higiene, constituindo a soma dos dois a ‘eugenia’ ou ciência do aperfeiçoamento físico e moral do homem.

Note-se que ainda que a eugenia se definisse como a “ciência do aprimoramento racial”, estando, portanto, intimamente articulada ao conceito de raça, Coelho Netto lhe atribuía um outro significado, mais congruente com uma “versão brasileira” dessa corrente,

⁶⁹ Ibidem, p. 15.

segundo a análise de Nancy Stepan⁷⁰ (2005, p. 82). Esta seria oriunda da aproximação entre eugenistas e sanitaristas e influenciada por uma orientação neolamarckiana que, ao contrário de outras correntes da eugenia, era com frequência matizada “de perspectivas otimistas de que reformas do ambiente social resultassem em melhoramento permanente”.

A influência negativa do clima e a miscigenação, temas amplamente debatidos em relação ao destino nacional, eram abordados pela literatura cívica de maneira superficial, geralmente assumindo uma feição mais otimista, influenciada por aqueles que procuravam responder às acusações do caráter degenerador desses fatores.

Exceção a tal superficialidade é o livro *Minha terra e minha gente* que criticava diretamente a tese européia dos trópicos insalubres e oferecia como solução à “indolência tão acusada a muitos brasileiros” atribuída pelo autor ao clima, um “regime alimentar adequado”. Nas palavras de Afrânio Peixoto (1916, p. 208-209):

[...] se o clima quente não tem doenças próprias que se não possam evitar, produz, com o calor e umidade prolongados, vários males ao organismo humano. A indolência tão acusada a muitos brasileiros é devida ao clima: compreende-se que produzindo calor o movimento, repugna ao organismo aumentá-lo ainda mais, quando já recebe tanto do exterior. O trabalho que é uma necessidade nos climas enregelados [...], aqui é penoso, em certas ocasiões, porque agrava uma condição preexistente. Será preciso o estímulo da necessidade e, principalmente um regime alimentar adequado.

A divulgação de certos cuidados com o corpo e a saúde, contudo, não eram tanto uma novidade quanto a utilização do discurso eugênico. O patriotismo exigia a aquisição de determinados hábitos, entre os quais se destacava o “asseio”.

Em *América*, assim que chega ao colégio o menino Renato ouve do diretor “O primeiro conselho”:

⁷⁰ De acordo com essa autora, os eugenistas brasileiros basearam sua interpretação da eugenia em uma corrente alternativa de noções lamarckianas de hereditariedade. “Esse estilo de eugenia refletia conexões científicas de longa data com a França, bem como fatores mais locais de cultura política; ajudava também a estruturar os debates sobre a degeneração e determinava como a nova genética e as ciências do saneamento interagiriam de forma inovadora na ‘eugenia’.” (STEPAN, 2005, p. 14)

– Não lhe fiz ainda uma observação porque acho escusado para um menino que recebeu tão esmerada educação como o senhor: faço grande questão do asseio. Impulsivamente passei os olhos pelo meu dolman novo e o diretor continuou – Ninguém concebe um espírito puro e culto num corpo maltratado: as nódoas que aparecem nas vestes são como reflexos das manchas íntimas. A limpeza é a moral do corpo como a moral é a limpeza do espírito. (COELHO NETTO, 1897, p. 11)

O “asseio” era também o tema da seção *A arte de formar brasileiros*, publicada em

O Tico-Tico no dia 26 de setembro de 1906. Nas palavras do Tio José:

Meus caros amiguinhos: tenho lhes falado muito das qualidades morais e intelectuais que um menino ou uma menina devem ter para que sejam mais tarde pessoas de valor e de mérito. Mas isso não é tudo. Como se devem recordar, comecei estas palestras, mostrando em primeiro lugar a necessidade de ser forte e sadio, isto é, de ter saúde e robustez para poder estudar e trabalhar sem esforço, para viver a vida calma e ter a energia indispensável à luta pela vida. Não basta que se tenham qualidades de espírito, não basta ser inteligente e instruído para ser um homem digno ou moça apreciável, é necessário também ter vantagens físicas; em primeiro lugar ser robusto, são e ágil, ter maneiras distintas e asseio. O asseio é uma das principais condições de saúde, e também uma qualidade essencial para ser bem recebido por toda a gente.

O asseio era fundamental para a saúde e para o “trato social”, conforme os textos. No

Catecismo cívico, por exemplo:

P. – Em que consiste o asseio?

R. – Em trazer o corpo e o vestuário limpos e compostos, evitando tudo que revele falta de cuidado de nossa parte ou que possa causar a outrem repugnância ou desagrado.

P. – Que devemos fazer para nos conservarmos asseados?

R. – Devemos fazer uso de banhos e abluções freqüentes. Não descuidar os cabelos, dentes e unhas.

P. – Quais são os cuidados necessários no traje?

R. – É necessário mudar com freqüência as roupas internas e trazer as peças externas do vestuário bem tratadas.

P. – Quais são os efeitos do asseio?

R. – O asseio conserva o respeito próprio do indivíduo, merece a consideração dos outros e é indispensável para a manutenção da saúde.

(BRANT, 1921, p. 12-13)

Também no *Diurnal cívico* esses dois aspectos eram destacados: “O asseio – consiste no respeito às regras de higiene do corpo, das vestes e da casa. O asseio conduz à

decência. O desleixo é coisa incômoda para a pessoa do próximo, predispõe o corpo para as moléstias e provoca desgostos” (OSÓRIO, 1920, p. 30).

A saúde de um modo geral era uma preocupação freqüente dos textos cívicos. Expressão disso é o subtítulo do primeiro texto publicado na seção “A arte de formar brasileiros”, em 30 de maio de 1906: “A saúde, nosso melhor bem”.

[...] a primeira coisa que um menino nunca deve esquecer é que a saúde é o maior bem que Deus nos deu. Quem não guardar esse bem com grande cuidado terá um grande arrependimento quando for homem e precisar trabalhar. Os sofrimentos que um homem suporta, o tempo que perde por estar doente, o desânimo que dele se apodera, tornando-o triste, as grandes despesas que é obrigado a fazer com médicos e remédios, tudo isso quase sempre é resultado da falta de cuidado com a saúde quando somos crianças. Um homem só pode mostrar o vigor da sua inteligência, ser ativo, trabalhador, empreendedor, quando é sadio, quando goza saúde; todo aquele que vive doente, fraco, não pode ser útil a si mesmo nem aos outros.

Evitar as moléstias deve ser a nossa constante preocupação.

Assim todas as crianças devem ouvir respeitosamente os conselhos de seus pais, mesmo quando esses lhes pareçam exigências inúteis; comer moderadamente, dando preferência a alimentos vegetais, não conservar no corpo roupas molhadas ou úmidas, dormir cedo e levantar-se também cedo, manter o rigoroso asseio do corpo e fazer exercícios físicos moderados, ginástica, jogos atléticos como o *football* e o *cricket*, carruagem, equitação, corridas a pé e outros. (O TICO-TICO, 1906, n. 34)

Cuidar da saúde era uma das condições para “ser útil”, preocupação quase obsessiva do nacionalismo presente na literatura cívica.

Na seção “O que os meninos não devem fazer”, também publicada em *O Tico-Tico*, além dos assuntos de ordem moral, como “roubar” e “jogar”, com freqüência tratava-se de motivos ligados à saúde, como por exemplo “beber” e “fumar”.

O alcoolismo aparecia também como uma das grandes preocupações na formação da nacionalidade. No *Catecismo cívico*, além da péssima impressão causada pelo ébrio, o autor descrevia outros efeitos maléficos do álcool:

P. – Findam com a morte da vítima os malefícios do álcool?

R. – Não, os filhos do alcoólico nascem às vezes com pés tortos, lábio fendido ou outros aleijões, ou ficam epiléticos, idiotas, surdos-mudos. (BRANT, 1921, p. 20)

Já no *Diurnal cívico*, as bebidas alcoólicas eram apontadas como causa de graves degradações:

[...] atacam o sistema nervoso, o coração, o estômago: são causa dos vícios, dos maus impulsos, das tentações, dos gozos inferiores, produzindo moléstias mentais e levando até ao crime. [...] afastam o homem do trabalho honesto, da família, da sociedade, do serviço da pátria, produzem o ócio, as más companhias, a desdita do lar, pelo seu abandono, a fome, a miséria. (OSÓRIO, 1920, p. 29)

Note-se que nesses textos, a pior consequência do alcoolismo consistia em produzir inúteis.

Nesse sentido, devia-se cultivar a “temperança”, uma das virtudes mais importantes da infância brasileira, definida pelo *Diurnal cívico* como o “uso moderado dos alimentos, das bebidas, dos prazeres e até do trabalho”⁷¹. Já no *Catecismo cívico*, era uma questão de “dignidade pessoal”, pois “aquele que se entrega a excessos em comer e beber ou a paixões desonestas, além de arruinar a saúde, degrada a sua inteligência e sua moral” (BRANT, 1921, p. 19).

O seu oposto, a intemperança, compunha o retrato do desprezível personagem Castro de *América*. O menino rico, preconceituoso e que não gostava de estudar, também fazia uma figura repulsiva na hora de comer. Ao reparar na voracidade do jovem o diretor o interpela: “- Veja o senhor a atitude dos seus colegas, estão todos corretos e calmos, [...]. Só os irracionais devoram, o homem é o único animal que faz da satisfação de um instinto um prazer [...]. A boa digestão depende dessas pequeninas coisas” (COELHO NETTO, 1897, p. 27-28).

A tentativa de ingerência da literatura cívica sobre o corpo da infância brasileira chegava ao detalhe de condenar o “terrível hábito de roer as unhas”, sendo todo um texto publicado na seção “As lições de vovô” dedicado a isso.

⁷¹ Ibidem.

Contudo, era a prática de exercícios físicos, ao lado do asseio, um dos aspectos mais importantes na conformação física da infância brasileira, conforme destacavam os textos dedicados à saúde. Pois não só da cultura espiritual como também física dos indivíduos dependia, como lembrava o *Diurnal cívico*, a formação das “nações viris”.

Em 1914, o *Almanaque do Tico-Tico* dedicava várias páginas ilustradas com fotografias a um “Pequeno memorial de Atletismo e Ginástica, organizado pelo Dr. Sabetudo, especialmente para os leitores e leitoras d’O Tico-Tico”. O programa de exercícios físicos era intitulado “Para ser forte!”, e seus benefícios eram justificados da seguinte forma: “A nós brasileiros, que vivemos sob um clima quente e úmido – isso é, o clima que mais esgota as forças, o exercício físico é ainda mais necessário que a outros povos”⁷².

Entre 1912 e meados dos anos vinte, os esportes foram tema de seções específicas da revista, como a “Esportes do Tico Tico” que apresentava resultados de campeonatos de futebol, corridas de turfe e competições de atletismo. Outros textos registravam competições de pólo aquático, remo, tênis e, ainda, divulgavam as regras de diferentes modalidades desportivas.

Mas é nos textos de Coelho Netto e Olavo Bilac, que introduzem o *Livro do escoteiro*, que essa importância da cultura física na formação do homem, associada à disciplina e à ordem tal como exigia o patriotismo, é mais destacada. Coelho Netto citava a importância dos exercícios na formação do “cidadão perfeito” na Antiguidade. Já para Bilac (1922, p. 7-8), que citava Platão a respeito da finalidade da educação, o escotismo representava a “educação completa dos adolescentes”, pela complementaridade entre a instrução física, intelectual e moral, sendo que, no que dizia respeito à primeira, cuidava da “conservação ou o restabelecimento da saúde, pela higiene e pela medicina, e o

⁷² Almanach d’O Tico-Tico para 1914, p. 97 et seq.

desenvolvimento normal e progressivo de todas as funções do corpo, pela ginástica e pelos jogos escolares”.

Ainda que os autores recorressem aos antigos para reforçar seus argumentos, o ingresso das atividades físicas programadas no cotidiano de parte da sociedade brasileira, no início do século XX, associava-se às novas exigências colocadas pela vida moderna. Segundo Nicolau Sevcenko (1999, p. 571),

[...] o desenvolvimento dos esportes na passagem do século se destinava justamente a adaptar os corpos e as mentes à demanda acelerada das novas tecnologias. Como as metrópoles eram o palco por excelência para o desempenho dos novos potenciais técnicos, nada mais natural que a reforma urbana incluísse também a reforma dos corpos e das mentes. Esse amplo processo de transformação comportaria uma alteração crucial no quadro de valores. Nessa nova sociedade da cultura desportiva o valor máximo é necessariamente a idéia de saúde, cuja condição básica é a limpeza e cuja prova patente é a beleza.

Neste processo de configuração de uma “ética do corpo e da ação”, cujo principal arauto será justamente Olavo Bilac, o patriotismo divulgado pelos textos cívicos torna-se um dos propulsores da modernização da sociedade brasileira, em termos de hábitos, valores e virtudes, idealizados como desejáveis na formação de um novo homem.

2.4 O estudo e o trabalho

O estudo e o trabalho são os componentes principais da representação utópica de uma república meritocrática, realizada pela literatura cívico-pedagógica.

O primeiro constitui o tema principal de *América*, que narra justamente a memória do primeiro ano escolar do menino Renato. O protagonista e seu principal coadjuvante, Afonso, são ótimos alunos. Nas personagens secundárias o estudo é sempre premiado, enquanto a vadiagem é punida exemplarmente. É representado como o principal fator de

mobilidade social, como demonstra a personagem do menino Libânio, mulato e pobre, mas um dos melhores alunos da escola. Também na figura do aluno Castro, o menino rico que a princípio despreza os estudos, ocorre uma transformação moral, acompanhada do aprendizado do seu valor, quando o pai do menino morre deixando a família “na miséria”. Na conversa entre Afonso e Renato, no início do romance, o Castro é apresentado da seguinte forma:

- Para ele o colégio é um passa-tempo: não estuda porque é rico, não faz caso dos professores, é detestado por todos, até dos criados. Não se lembra de que há de vir a ser homem e que hão de dizer dele o que dizem do Mendonça.
- Que Mendonça?
- [...] Andou por aqui logo que se abriu o colégio, mas nunca quis saber de estudos. Quando saiu gastou o que tinha herdado do pai, andou muito tempo em miséria depois assentou praça. Tem sofrido tanto! [...]
- [...] O Castro não acredita no que lhe dizem: ri, enchendo a boca com a fortuna que tem, falando de suas fazendas. (COELHO NETTO, 1897, p. 23-25)

Mas o golpe leva o Castro a refletir sobre a sua situação:

- [...] E meus irmãozinhos?... Que há de ser deles? Se eu já pudesse trabalhar... Mas que vou eu fazer? Que posso eu ganhar? [...]
- Se eu tivesse estudado... há quatro anos que freqüento colégios mas papai era tão rico!... [...]
- [...] o tempo corre e tu és tão inteligente...
- Mas é tão tarde... já estou com quatorze anos...⁷³

A aplicação do menino, então, ainda que tardia, é capaz de reverter a situação. O Castro consegue se safar de ter o mesmo destino do Mendonça, contando, ironicamente, com a amizade do Libânio, que o ajuda a colocar os estudos em dia.

No poema “Justiça”, Olavo Bilac (1904, p. 59) procurava estimular as crianças a estudar apontando a possibilidade da recompensa mais imediata do reconhecimento:

Chega a casa, chorando, o Oscar. Abraça
Em prantos a Mamãe.
‘Que foi, meu filho?’
‘Sucedeu-me, Mamãe, uma desgraça!’

⁷³ Ibidem, p. 66.

Outros, no meu colégio, com mais brilho,
 Tiveram prêmios, livros e medalhas...
 Só eu não tive nada!’
 ‘Mas por que não trabalhas?’
 Por que é que, a uma existência dedicada
 Ao trabalho e ao estudo,
 Preferes os passeios ociosos?
 Os outros, filho, mais estudiosos,
 Pelas suas lições, desprezam tudo...
 Pois querias então que, vadiando,
 Os outros humilhassem,
 E que, os melhores prêmios conquistando,
 Mais que os outros brilhassem?
 Para outra vez, ao teu prazer prefere
 O estudo! E o prêmio alcançarás sem custo:
 E aprende: mesmo quando isso te fere,
 É preciso ser justo!’

Em *Contos Pátrios*, os estudos garantem ao menino Jorge a segurança de se afirmar como “Um homem” perante a família, após a morte do pai. No conto, o menino fica esperando o pai que não viera assisti-lo receber “os melhores prêmios” na distribuição de final de ano da escola. Quando chega em casa e sabe da notícia vai ao gabinete do pai:

Lá estava a sua secretária, larga e severa. Sobre ela, pregado à parede, o retrato do velho sorria. Jorge colocou sobre a mesa as recompensas de seu trabalho, como se quisesse mostrar ao retrato do pai que não desprezara os seus conselhos. Em seguida, ouvindo o choro da mãe, que dizia: ‘– Não temos mais ninguém, meu filho! Não temos mais ninguém neste mundo!’, Jorge responde: ‘– E então eu, mamãe? E então eu não sou um homem?’ (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 52)

Exceção no universo predominantemente masculino que era o das letras na Primeira República, Júlia Lopes de Almeida parece ter tentado incluir as meninas na concepção de uma infância brasileira. Em *Histórias de nossa terra*, o valor do estudo é defendido também nas correspondências entre irmãs, e é significativo que as primeiras fotos que ilustram o livro sejam de uma escola feminina.

Talvez com mais ênfase ainda do que o trabalho, pois que associado à formação intelectual, o estudo era apresentado como o instrumento principal com o qual a infância brasileira alcançaria a posição que lhe era atribuída em uma república idealmente

representada como meritocrática. Tratava-se, obviamente, de uma utopia, na qual os homens de letras solucionavam uma das questões mais incômodas para eles daquele seu presente.

Pois, conforme Nicolau Sevcenko escreve (2003, p. 109-110),

um dos temas mais característicos e disseminados da crítica intelectual do período passou a ser a recriminação da ‘inversão das posições nesse país’. Por toda a parte ele ressalta, explícito ou apenas velado, nos textos ou nos versos. [...] O momento era o da ‘imbecilidade triunfante’, diria Euclides da Cunha. Teve ampla circulação o neologismo ‘mediocracia’, com carga semântica que significava o ‘regime das mediocridades’.

Mas o trabalho, principalmente, precisava ser valorizado numa sociedade cujo passado escravista era tão recente, de modo que a construção de uma ética do trabalho tornou-se uma das preocupações mais constantes da literatura cívica.

A memória da escravidão é bastante presente nessa literatura, como atestam os contos “Mãe Maria” e “Uma vida...” de Olavo Bilac, em *Contos Pátrios*, o encontro dos irmãos Carlos e Alfredo com uma “velha africana” em *Através do Brasil*, e as várias referências ao treze de maio. Para Afonso Celso, a escravidão era a principal razão, aliada à “terra ubérrima”, da indolência do brasileiro.

No *Catecismo cívico* procurava-se ao mesmo tempo apontar o sentido patriótico do trabalho e enfatizar a sua dignidade:

P. – Somos obrigados a trabalhar?

R. – Todos, sem exceção, somos obrigados a trabalhar. [...]

P. – Qual é o sentimento que desperta em nós o trabalho?

R. – O trabalho desperta em nós o sentimento de dignidade, pela consciência de que estamos cumprindo o nosso dever de homens, ganhando por esforço próprio a nossa vida; e o dever de cidadãos, cooperando para a prosperidade e grandeza da pátria.[...]

P. – Até os trabalhos servis são honrosos?

R. – Entre homens livres não há trabalhos servis. Quer seja rude ou delicado, fácil ou difícil, manual ou intelectual, todo trabalho é honroso e colabora na prosperidade comum?

P. – Em que idade deve começar a instrução?

R. – [...] na infância. Aquele que descuida de mandar seus filhos à escola e os deixa na ignorância, comete uma falta imperdoável contra eles e contra a nação; e não é digno do nome de pai nem de bom cidadão. (BRANT, 1921, p. 25-28)

Na primeira seção de “As lições de vovô”, publicada em *O Tico-Tico* em 16 de maio de 1906, estudo e o trabalho compunham uma representação do país na qual a ascensão social parecia depender única e exclusivamente do esforço pessoal:

Tenham paciência, meninos: vocês hão de me escutar, hoje, quer queiram, quer não queiram.

É que eu ouvi ontem o Carlitos a dizer para o filho da lavadeira: – Saí daí! Quem é você para ser mais do que eu sou! Iche!... Você não vê que papai é um homem muito rico, que tem carros, cavalos, automóvel e dinheiro em penca?

Vocês também ouviram o Carlitos falar assim e gostaram tanto, que o ajudaram a dar uma vaia no pobre do Chico, o filho da lavadeira.

Pois eu fiquei muito zangado com vocês e quase abri a janela para lhes passar uma raspança.

Resolvi, porém, reuni-los hoje para conversarmos a respeito disso.

O filho da lavadeira pode vir a ser um grande homem e meter o Carlitos num chinelo – como se costumava dizer. Basta para isso que ele estude e trabalhe, e que o Carlitos fique no mole, na preguiça e na brincadeira, fiado na riqueza que o pai tem.

Essa riqueza pode desaparecer; mas mesmo que o Carlitos venha a ser um menino rico, de que servirá isso se ele for um homem estúpido ou ignorante? De nada! [...]

Em todo caso, rico sempre, mas ignorante, o Carlitos nunca passaria de um zero... forrado de ouro!

E o Chico, o filho da lavadeira?

Ora, escutai o que se pode suceder: Inteligente como é, se for estudioso, honrado, trabalhador e perseverante, poderá vir a ser não só um homem de fortuna, mas também um grande homem, um destes homens cujo nome vocês hão de ler ou já leram nos livros cercados de elogios, porque foram notáveis nas lides do trabalho – na lavoura, no comércio, na indústria, na arte, na ciência, nas armas, nas letras, etc; ou porque, chamados para dirigir as nações, prestaram à sua pátria os maiores serviços, dando-lhes muita glória e sendo por todos considerados benemérito da humanidade.

A propósito: vocês não ouviram há dias falar no Visconde do Rio Branco, que tem nessa capital uma rua com o seu nome e uma estátua na praça da Glória? Pois esse grande homem, que é uma das mais legítimas glórias do Brasil [...] era filho de pais muito pobres, e foi um simples aprendiz de tipógrafo, ganhando 300 réis por dia!

E como ele há muitos, muitos de que vos falarei noutra conversa, para que vocês se convençam de que o filho da lavadeira, o pobre Chico, que vocês vaiaram, é, pelo menos, tão bom quanto o Carlitos, o filho do rico, e poderá vir a ser melhor, [...] mesmo acima de vocês, se ele estudar e for sério e trabalhar e trabalhar sempre e muito, para ser gente... e se vocês não fizerem o mesmo!

Essa idéia irá se repetir inúmeras vezes com os exemplos mais diversos, sempre exagerando a origem humilde dos personagens citados, e com frequência usada para valorizar o regime republicano, como procurarei demonstrar mais adiante.

Em *Poesias Infantis*, o valor do trabalho é exemplificado de diversas formas, como na fábula da cigarra e da formiga transformada em poema por Bilac (1904, p. 119), que lembrava que “trabalho e economia” são “as bases da riqueza”.

Já o poema “O Trabalho” ensinava que:

Tal como a chuva caída
Fecunda a terra, no estio,
Para fecundar a vida
O trabalho se inventou.
Feliz quem pode, orgulhoso,
Dizer: “Nunca fui vadio:
E, se hoje sou venturoso,
Devo ao trabalho o que sou!”
É preciso, desde a infância,
Ir preparando o futuro;
Para chegar à abundância,
É preciso trabalhar.
Não nasce a planta perfeita,
Não nasce o fruto maduro;
E, para ter a colheita,
É preciso semear...⁷⁴

Em *Contos Pátrios*, Coelho Neto (1904, p. 78-89) narra a história do “Rato”, um menino de nove anos “sadio e robusto” que esmolava para sustentar a mãe doente. Sua capacidade para o trabalho já se anunciava na responsabilidade com a qual cuidava das tarefas domésticas:

Era um dos primeiros que acordavam e, ainda escuro, fazia toda a limpeza do aposento, mudava a água nas bilhas, deixava ao alcance da mão da paralítica a cafeteira e o pão, e saía cantarolando. Saía, porque a mãe, julgando-o ainda tenro e fraco para o trabalho, e não dispondo de recursos para manter-se, pedira um atestado ao médico que, por misericórdia a tratava e, entregando-o ao pequeno, dissera – Vai e fica à porta das igrejas: e aos que passarem mostra esse papel e pede uma esmola para tua mãe.

⁷⁴ ibidem, p. 107.

Um dia, porém, ao chegar em casa o menino cai em prantos, mas não conta nada à mãe. No dia seguinte volta às dez da noite todo feliz e tira uma boa quantia de dinheiro dos bolsos. A mãe então comenta “– Então, bem te disse eu que hoje havias de ser mais feliz, meu filho...”. Segue-se, então, o diálogo em que se esclarece a tristeza do menino:

‘– Sim, minha mãe, fui muito mais feliz, principalmente porque ninguém me injuriou.’

‘– Como! Pois houve alguém que te injuriasse, filho?’

‘– Sim, minha mãe, ontem. Como a senhora me havia ordenado, fui ficar à porta da igreja. Quando cheguei, já havia lá muitos pobres, uns cegos, outros aleijados; meti-me entre eles e logo começaram as injúrias, porque eu era uma criança sadia e forte que ia para ali vadiar, quando podia estar empregando o meu tempo em alguma coisa útil. Uns mandavam-me para a escola, outros para a oficina; [...]

‘Tudo isso, porém, fazia-me rir; o que me fez chorar foi o que me disse um velho que levava um pequeno pela mão, um pequeno do meu tamanho.’

‘Quando eu lhe pedi esmola, ele olhou-me carrancudo, meteu os dedos no bolso do paletó, tirou um níquel e ficou algum tempo a olhar-me; depois vagarosamente guardou a moeda e, puxando o menino, disse baixinho ‘– Verás, vai daqui direto para a taverna...’ – O pequeno, mamãe, olhou-me de tal modo, que eu senti o sangue subir-me ao rosto e as lágrimas saltarem-me dos olhos. Vendo-me chorar, o pequeno teve pena de mim e falou ao pai. Pararam, e eu enxugava os olhos, quando ouvi a voz do menino – Toma! – Olhei, e vi que ele me estendia a moeda. Estive para recusar, mas olhava-me com tanta meiguice que não tive ânimo. Recebi-a, agradei e guardei. Logo, porém, que os vi entrar na igreja, tirei-a do bolso, dei-a a um velho cego que estava sentado perto de mim, e descí. Desci os degraus, disposto a voltar para casa, mamãe, mas lembrei-me de ti, lembrei-me que nada havia em casa e pensei em pedir trabalho em algum lugar...’

‘Foi então que encontrei o Vicente com um maço de jornais, apregoando. Pedi-lhe alguns e, fazendo como ele, fui vendendo, e com tanta facilidade, que não me ficou um só. Ele, então, ficou de arranjar-me maior quantidade para hoje e não mentiu.’

‘Passei o dia todo vendendo jornais, primeiro os da manhã, depois os da tarde; e à noite o Vicente convidou-me para acompanhá-lo até a porta do Liceu, onde aprende, e onde quero que mamãe me faça entrar, para que eu não ande a pedir aos outros que me ensinem a apregoar as notícias dos jornais. Hoje ganhei mais do que ontem: e estou contente, mamãe, porque ninguém me tomou por vadio.’

‘Quando eu for mais forte, irei para uma fábrica, e tu não terás necessidades, nem ninguém me falará mais com o desprezo com que me falou o velho que me julgou tão mal...’

A parálitica, com os olhos rasos d’água, tomou a cabecinha loura do filho junto ao colo, e, beijando-a, disse comovidamente:

‘– Fizeste bem, meu filho; fizeste bem: a humilhação é a pior das afrontas. Fizeste bem, meu filho, e eu te abençoo.’⁷⁵

⁷⁵ Ibidem.

O conto expressa de forma eloqüente o olhar desconfiado que começava a se tornar comum, dirigido à presença de crianças pobres e sozinhas na rua. Associada a ausência de limites e a exposição a perigos de todo tipo, de acordo com Moura (1999, p. 85-102), “em meio à estruturação da ordem burguesa, à emergência da modernidade e à desagregação a ela inerente”, a rua torna-se interditada para crianças e adolescentes. Nas palavras desta autora:

[...] Estado, médicos, juristas, classes trabalhadoras e imprensa em geral vêm com apreensão a criança e o adolescente que desfrutam da convivência das ruas. Essa postura que, em última instância, acena com a interdição do espaço público a crianças e adolescentes, é simultaneamente resultado e reforço de um sentimento da infância e da adolescência já profundamente arraigado. [...]

Mas, argumentam os contemporâneos, não basta isolar das ruas, confinar simplesmente: é preciso corrigir, disciplinar, educar. Nesse sentido, o trabalho, a atividade produtiva, emerge como caminho que permitirá redimir todos os males. Identifica-se no trabalho a dupla função de preservar a criança e o adolescente do contato com o vício, e de recuperar, resgatar do vício. [...]

Tido por vadio e humilhado pela falsa acusação de que mendigava para beber, o menino de nove anos, então, encontra melhor solução no trabalho e na perspectiva do estudo, nesta ordem. Os autores dos textos cívicos aparentemente não viam qualquer problema no trabalho de crianças pobres, desde que fosse “apropriado” segundo o seu entendimento, como vender jornais, por exemplo. Pelo contrário, este parecia ser um fator positivo no amadurecimento precoce que eles defendiam como necessário à infância brasileira, conforme procurarei mostrar no próximo capítulo.

No livro *Histórias de nossa terra*, dois contos são protagonizados por crianças órfãs de doze anos, obrigadas a viajar para longe dos seus em busca de trabalho, e que terminam sendo premiadas por suas boas ações com o acolhimento por “novos pais”.

No conto “Aventuras de Rosinha”, a menina que viaja de Santos para São Paulo encontra uma pulseira de diamantes e a devolve para a dona, uma senhora com dois filhos.

No curto período em que está na casa para devolver a pulseira, acode o filho pequeno que cai e logo depois ajuda o maior na lição. Dá-se então o desfecho da história:

– Já não te deixarei sair daqui. Quando me restituíste a pulseira, vi que eras uma menina honrada; na maneira porque acudiste a meu filhinho, mostraste a tua meiguice, e agora acabas de revelar grande amor ao estudo. Serás uma excelente companheira para meus filhos, e como filha será tratada. Abraça-me.

Dias depois, Rosinha mandava de S. Paulo fartos recursos para a sua avozinha, e escrevia-lhe, molhando a carta com lágrimas de alegria:

“Conte com um bom amparo, porque encontrei uma excelente mãe!”
(ALMEIDA, 1911, p. 82)

Já no conto “O Grumete”, o menino Manoel, órfão de pai, emprega-se em um navio para socorrer a mãe e a irmã doente. Durante a viagem conhece um velho paralítico a quem salva de um naufrágio: “Horas depois, recolhidos a bordo da barca e agasalhados, Manoel ouvia do bom velho esta promessa, que foi rigorosamente cumprida:

- Foste um herói! Devo-te a minha vida, e, a bem da tua, como sou rico, faço-te meu pupilo”.⁷⁶

Em *Através do Brasil*, Juvêncio e Carlos trabalham a fim de conseguir dinheiro para continuar a viagem. No capítulo “O primeiro dinheiro”, os rapazes demonstram sua capacidade de trabalhar “como adultos”:

Às nove horas pararam, para descansar, numa encruzilhada do caminho. Aproximou-se uma *tropa*, carregada de couros, também com destino a Vila Nova. Juvêncio entrou logo em conversa com os tropeiros. Eram dois. Queixaram-se da falta que lhes fazia um companheiro, que fora forçado a ficar em caminho. Juvêncio ofereceu-se logo para substituí-lo, dizendo pronto a ajudar a condução dos animais. Carlos ofereceu-se também. Os tropeiros aceitaram a proposta de ambos, com uma condição: os dois rapazes receberiam, além da alimentação, quinhentos réis por dia. [...]

Ao anoitecer do segundo dia de viagem, chegaram a uma fazenda de criação. Aí devia parar a tropa. Juvêncio e Carlos receberam o seu salário, correspondente a dois dias de trabalho.

À vista daquele dinheiro – era o primeiro que ganhavam! –, ficaram contentíssimos. E pensaram logo em obter qualquer trabalho naquela grande fazenda, para arranjar mais dinheiro, com que pudessem fazer face às despesas do resto da viagem. Os tropeiros recomendaram-nos ao fazendeiro, que justamente estava começando a colheita do algodão, e

⁷⁶ Ibidem, p. 50.

precisava de trabalhadores. Ficou combinado que Carlos e Juvêncio ajudariam a colheita e ganhariam na proporção do que colhessem. Os dois rapazes atiraram-se ao serviço com um ardor extraordinário. Nas horas de menos forte calor, também Alfredo os auxiliava – muito orgulhoso por dizer que também era capaz de trabalhar. O certo é que colhiam cada dia, tanto quanto os outros trabalhadores, que eram homens adultos e robustos. Até o fazendeiro estava admirado. (BILAC; BOMFIM, p. 158-160)

A capacidade e o gosto pelo trabalho compõe essa representação da infância brasileira, que, o mais cedo possível, deve estar apta a agir como “homem”.

Outras vezes, porém, para ensinar que a riqueza era resultado do trabalho e não da sorte, apelava-se para a ambição pessoal, como no conto “O Tesouro”, de Coelho Netto. Neste, um velho pai preocupado com o futuro dos três filhos, que “levavam vida ociosa, [...] sem cuidados no futuro” e “para não saírem em busca de trabalho, contentavam-se com a magra ração de farinha de milho que lhes dava uma negra, antiga escrava da família”, imagina uma forma inusitada de ensinar a eles o valor do trabalho. Desaparecendo um dia inteiro, contou que havia encontrado com a Iara e esta lhe havia confiado um segredo: de que a terra de sua propriedade guardava um “valiosíssimo tesouro”. Os filhos, curiosos perguntam se ela havia indicado o local, e o pai responde: “– Não, mas prometeu fazê-lo no dia em que os cafeeiros, em vez de flores de prata, desabrochassem flores de ouro”.

Para encontrar o tesouro, então, os filhos resolvem ajudar o pai no trabalho e, seis anos depois, já esquecidos da promessa da Iara, finalmente haviam se habituado a trabalhar. A terra da família havia se tornado em uma das mais férteis da redondeza. Então o pai fica doente e no leito diz aos filhos:

– Meus filhos, já agora posso falar, dizendo-vos o melhor segredo da iara. Habitua-se-vos ao trabalho, e certo estou de que o não trocareis mais nunca pela vida inerte que leváveis. A alegria está conosco, temos a abundância e a paz, nada nos falta. Já não mendigamos o pão com que nos alimentamos, nem a lã com que nos cobrimos; o vento já não zumba nos quartos da cabana de muros brancos; lá fora o gado procria; já não basta um curral para conter as crias que vão nascendo; as árvores estão carregadas de frutos, e já não andais descalços nem cobertos de andrajos: tendes tudo, e mais ainda: a consideração dos homens, que já não vos apontam como

freqüentadores de estradas, desconfiando de vós se lhes faltava uma ovelha ou um fruto no galho... bem vedes que não vos menti!

O mais moço, porém, que tudo ouvira em silêncio, não se conteve, vendo que o pai, cansado, emudecera:

– Mas os frutos de ouro, meu pai... a promessa da iara?

– Os frutos de ouro? Ah! Os frutos de ouro... eu os fui ajuntando, para fazer-vos a surpresa, e tenho-os ali, naquela velha arca. Ide ver! A chave está comigo, procura-a debaixo do meu travesseiro! [...]

– Que fortuna é essa, pai?

E o velho, com a voz enfraquecida, disse:

– É o tesouro da iara que estava escondido na terra!

– E foste tu que o descobristes?

– Eu, não, meus filhos: aponteí-vos apenas o caminho! Quem descobriu fostes vós, com o vosso trabalho perseverante; eu acumulei com economia, e agora entrego-vos o que vos pertence. E sabeí, filhos meus! Em todo e qualquer ponto da terra há um tesouro escondido, cuja descoberta só é possível fazer-se com o trabalho. Tendes agora abundância e paz; e, se quiserdes aumentar a vossa fortuna, voltaí à terra – que ainda e sempre achareis o que extrair de suas entranhas. Lembrai-vos da iara, lembrai-vos da iara... (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 179-209).

Na seção “A arte de formar brasileiros”, publicada em *O Tico-Tico* de 13 de junho de 1906 com o subtítulo “Pensar no futuro”, o trabalho era a principal fonte da riqueza e do progresso do país. Trabalhar, portanto, torna-se um dever, uma vez que o menino,

chegando a ser um homem, terá que se sustentar e de constituir família para ser útil a si próprio e à nossa pátria, contribuindo para a sua riqueza e engrandecimento. De modo, que, desde já é preciso que cada um de vocês se compenetre que tem um papel muito importante a representar na sociedade. Cada um de vocês é uma força, é uma vontade, é um elemento poderoso de trabalho, de progresso, de grandeza para o país. (O TICO-TICO, 1906, n. 36)

Trabalhar, enfim, significava ser útil. Mas além da intenção de construir uma ética sobre a noção mais geral do valor do trabalho, alguns textos procuravam até mesmo dirigir as escolhas profissionais dos leitores, fazendo propaganda das profissões ou carreiras vistas como as mais necessárias à grandeza da pátria.

A escolha profissional “correta”, portanto, constituía-se também em demonstração de patriotismo, articulando por várias vezes a noção de país novo “onde tudo está por fazer” aos objetivos específicos dos projetos contidos nos textos cívicos, na medida em que estes sugeriam uma determinada “vocação” para o país ou estabeleciam prioridades nas lacunas a

serem supridas; outras vezes, ainda, reforçavam abertamente o papel das crianças na realização da grandeza futura da pátria, como no texto explicativo do Concurso n.º 1 de *O Tico-Tico* (1905, n. 1) que tinha como tema “O que o menino quer ser”:

A primeira virtude deste concurso estará nisso: – desde logo o menino, ao dizer o que deseja ser, e pela maneira por que o disser, revelará as suas tendências, o seu ânimo, o seu valor. Desde logo o menino retratará o homem que guarda em si. E ao fim deste concurso, a que esperamos que concorram todos os nossos patriciosinhos [sic] (que nisto os pais influam), conforme as profissões mais desejadas, já nós poderemos calcular o que será o Brasil de amanhã, já poderemos prever se essa nova geração que aí vem apontando terá a seiva e os ideais capazes de conduzir esta grande pátria ao futuro que sonhamos brilhante.

Por várias vezes a coluna “A arte de formar brasileiros” seria dedicada ao aconselhamento profissional. Com o subtítulo de “A escolha da carreira que nos convém”, a coluna assinada pelo Tio José em 27 de junho de 1906 ensinava:

Um menino não sabendo, nem podendo saber qual a carreira que mais lhe convém seguir, não deve dizer: eu quero ser militar, quero ser médico, ou outra coisa qualquer, porque se persistir nisso e abraçar uma dessas profissões unicamente porque achou bonito o fardamento, ou viver curando doentes, etc., pode ser muito infeliz mais tarde, quando verificar que adotou uma carreira para a qual não tinha gosto [...].

Convém que os meninos, nossos amiguinhos, se convençam de que a maior desgraça deste país é a preocupação de ter um título, todos querem ser médicos, advogados, engenheiros, militares, ou empregados públicos, e como neste país, que é novo, com pouca população, sem obras importantes, não pode haver trabalho para tanta gente nestas condições, o resultado é que, depois de terem consumido metade da vida, até os 22 ou 25 ou 30 anos, se preparando para essas carreiras, os homens mal aconselhados começam a receber provações, que pouco a pouco os vão desanimando e tirando a coragem para procurar meios de vida em outro gênero de trabalho.

A rua do Ouvidor está todos os dias cheia de médicos que não encontram clientes, de advogados que não encontram causas, todos lutando com dificuldades para ganharem dinheiro.

Há outras carreiras, igualmente nobres, porque o trabalho é sempre honroso e o homem só merece respeito pelo seu próprio valor e não o cargo ou emprego que tem.

No nosso país, onde tudo está por fazer, o comércio, a indústria, a lavoura, as artes oferecem campo vasto para quem tiver aptidões, constância, força de vontade, e estiver preparado para a concorrência dos outros. A eletricidade e a mecânica e muitas outras são carreiras de grande futuro, de modo que é para poder trabalhar em qualquer dessas carreiras que todo menino deve se ir preparando para ser um homem feliz. (O TICO-TICO, 1906, n. 38)

No número seguinte, publicado em 4 de julho de 1906, o subtítulo, “O que devem estudar”, indicava o desdobramento do assunto falando sobre a “utilidade” do aprendizado de idiomas “em nossa terra, país novo onde o elemento estrangeiro cresce dia a dia, pelo seu comércio” e, novamente, ressaltava a eletricidade como uma carreira de futuro: “O menino que se dedicar à eletricidade tem o seu futuro garantido. O Brasil entrou numa época de progressos materiais de tal ordem, que o engenheiro eletricitista encontra fácil colocação” (O TICO-TICO, 1906, n, 39).

No número 40, o tema era abordado em relação às possibilidades de emprego fora das grandes cidades:

Convém que os nossos amiguinhos pensem nisto. O Brasil não é só o Rio de Janeiro, é grandioso nos recursos de sua natureza e na extensão de seu território. Lembrem-se também que não é só nas grandes cidades que se pode ganhar a vida. Em um país novo, como o nosso, em que há imensos terrenos do tamanho de nações inteiras da Europa, completamente desconhecidos, que ainda ninguém atravessou nem viu, num país assim é até mais fácil de conquistar fortuna nos sertões para ao mesmo tempo civilizá-los, elevando o nosso Brasil, é mais enriquecer com os recursos ainda inexplorados do interior do que na vida agitada das cidades maiores⁷⁷.

Finalmente, a questão da escolha profissional era tratada da perspectiva das “profissões de mais futuro”, conforme o subtítulo da coluna dos números 43 e 45 de *O Tico-Tico*. No primeiro texto, publicado em 1.º de agosto de 1906, dizia o autor:

Um país como o nosso, de território imenso, riquíssimo, cheio de tesouros naturais, ainda quase inexplorados, os meninos que dentro de poucos anos terão as responsabilidades e as regalias de homens devem pensar muito na profissão a que pretendem se dedicar, não só pelo interesse pessoal de ganharem a vida facilmente, obtendo grandes lucros, como pelo interesse que lhes deve merecer o Brasil, para que procurem engrandecê-lo, desenvolvê-lo, torná-lo tão grande no progresso e na civilização quanto ele já o é por sua natureza e território.

Para isso é preciso que não se acostumem à idéia de viver como têm vivido os brasileiros até agora.

O nosso país não tem progredido como o poderia progredir exatamente por causa das manias que tenho citado nestas palestras: – a preocupação de todos os rapazes pelo título de doutor, a insistência em só

⁷⁷ Ibidem, 11 de julho de 1906, n.40.

julgarem possível a vida nas grandes cidades e outras tolices muito censuráveis.

O Brasil não precisa de tantos advogados como temos atualmente. Seria muito mais proveitoso para o desenvolvimento material e moral do país que os rapazes se dedicassem também a outras profissões menos afamadas, mas que podem dar maiores lucros, fazendo ao mesmo tempo a grandeza de nossa pátria.

O Brasil precisa de agricultores inteligentes e instruídos que saibam aproveitar a fertilidade maravilhosa da nossa terra, que não produz riquezas infinitas unicamente porque está quase toda abandonada e entregue a ignorantes que não a podem cultivar como é preciso.

O comércio é outra profissão muito honrosa, que dá resultados incalculáveis aos que são ativos, inteligentes e estudiosos. [...] Entretanto, os rapazes brasileiros não se preocupam com o comércio deixando-o quase exclusivamente aos que vêm da Europa, quando seria muito mais natural que nós mesmos tratássemos desse elemento do progresso da nossa pátria, enriquecendo a ela e a nós.

A agricultura e o comércio! Aí estão duas coisas de importância colossal para a grandeza do Brasil. Mas é preciso que uma e outra não estejam a cargo de quem não tenha instrução, dos que não sabem empregar recursos modernos e adiantados.

Nesse texto novamente encontramos a idéia do “tesouro” a ser encontrado por aqueles que se dispusessem a trabalhar, como no conto de Coelho Netto. Mas vale ressaltar também que ao lado do apelo ao “interesse pessoal” de “ganhar a vida” ou “obter grandes lucros”, que não é desprezado na propaganda das profissões, há também o chamado para cumprir o dever de ser útil ao país, civilizando-o e contribuindo para a sua riqueza e progresso.

No dia 15 de agosto de 1906, mais uma vez, valorizava-se a “A mecânica e a eletricidade”:

Conforme expliquei aos meus amiguinhos na semana passada, o Brasil precisa criar indústrias para aproveitar por nós mesmos as infinitas produções do nosso território, em vez de vendê-las aos estrangeiros que as preparam e tornam a vender com enormes lucros. [...] A mecânica é a ciência das máquinas; a eletricidade é a grande força moderna, é um poder extraordinário com o qual se conseguem prodígios sem conta. [...] Mecânica e eletricidade são as duas coisas que podem criar neste país uma indústria riquíssima para bem do Brasil e dos brasileiros.

A articulação entre escolha profissional e patriotismo é clara em todos os textos, como não podia deixar de ser numa coluna que tinha a pretensão de exercer “a arte de

formar brasileiros”. Mas se *O Tico-Tico* divulgava um significativo leque de opções, entre as quais algumas apontavam claramente para a associação entre industrialização e modernização do país, o romance *Saudade*, por sua vez, fazia clara propaganda da vocação agrícola do Brasil, culminando a narrativa das memórias do menino Mário com a escolha da carreira de agrônomo. A decisão do protagonista de cursar a Escola Agrícola Luís de Queiroz ao invés de “buscar um pergaminho de doutor nas faculdades” é feita nas últimas páginas do livro, dando um sentido à trajetória da personagem relatada neste livro que, assim como *América*, pode ser interpretado como uma espécie de biografia da infância brasileira⁷⁸.

O sentido patriótico da escolha de Mário é ressaltado por um artigo de jornal que o jovem mostra ao pai, o qual noticiava a formatura de uma turma da Escola Agrícola:

É da cultura da terra que depende a grandeza do Brasil. É a terra, portanto, que os novos agrônomos devem cultivar, é para ela que se devem dirigir. Falou em seguida o paraninfo, que, [...] aconselha, ordena mesmo, que os nossos agronomandos procurem fazer com que sejam aproveitadas as terras do Brasil, que tem todos os climas. (ANDRADE, 1949, p. 164-165)

A articulação entre escolha profissional e patriotismo num viés totalmente diverso, porém, é feita em dois momentos da obra de Olavo Bilac. No conto “A pátria”, de maneira mais óbvia, uma mãe de família, esposa de um ex-soldado mutilado na Guerra do Paraguai, vê com desgosto, primeiro o filho, depois o neto, seguirem a carreira militar. Aqui, excepcionalmente, narra-se um conflito entre os estereótipos feminino e o masculino,

⁷⁸ Ainda que seja obra de ficção, o romance é narrado como as memórias do menino Mário. Na introdução, intitulada “Uma história... verdadeira”, a narrativa é apresentada como um “livro de recordações” da meninice. Trata-se de uma narrativa de tipo biográfico, caracterizada por Pierre Bourdieu, como uma “história de vida” no senso comum, na qual se inscreve uma filosofia da história como relato, pois que descreve a vida “como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que tem um começo (uma “estréia na vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“ele fará seu caminho” significa que ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história”. (BOURDIEU, 2005. p. 183).

apontando para a vitória do segundo para o bem da pátria. A mulher, enquanto o pai contava os episódios da campanha ao filho maravilhado:

Lembrava-se da ansiedade e do medo com que esperava o correio, naquelas amaldiçoadas tardes de desespero. Quando não vinham cartas, logo a sua alma adivinhava desgraças. [...] Quando o carteiro lhe entregava um envelope fechado – quantos minutos ficava ela a mirar e a revolver nas mãos aquele pedaço de papel que vinha do querido ausente[...].

As letras se baralhavam, atrapalhadas. Tremia-lhe nos dedos o papel. [...] Era sempre a mesma coisa: não se sabia quando acabaria a guerra; mas Deus velava por ele; era preciso assegurar, conquistando um bom posto, um futuro feliz para os filhos; além disso a Pátria estava acima de tudo...

Ela amarrotava a carta... a Pátria! Que era a Pátria, para valer mais do que ela, mais do que aquelas duas crianças, que dormiam ali, estreitamente unidas, num só berço pequeno – pobres inocentes que talvez a essa mesma hora já estivessem sem pai? [...]

Quando o pai voltou da guerra, vinha major. Fora ferido. Perdera uma perna. A mulher abençoou essa desgraça. Ao menos, assim mutilado, ficava ele posto à margem, dispensado de voltar à mesma existência de perigos e canseiras. Podiam viver modestamente com seu soldo. Qualquer outro trabalho leve de que se pudesse encarregar, dar-lhe-ia o suficiente para educar os filhos. Carlos, o mais velho, preparar-se-ia para qualquer profissão honrosa e tranqüila (nunca a profissão do pai): – e Alice, a mais moça, casaria, seria feliz... e a boa mãe já sorria, prevendo para sua velhice essa felicidade absoluta: toda família reunida, calma e livre de desgostos, numa vida sem luxos mas sem privações...

Agora, porém, quando o velho major, durante os serões domésticos, começava a contar os seus episódios de campanha, a mulher estremecia. Recordava-se dos sofrimentos passados, e ansiosamente olhava o filho, Carlos, [...] que escutava o pai, abrindo muito os olhos, em que o prazer de ouvir aquelas façanhas acendia um brilho de febre. (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 67-78)

Diferente da mãe do personagem Renato de *América*, portanto, para Bilac a mulher não parecia ser capaz de, como o homem, colocar a “pátria acima de tudo”. Nesse sentido, a aliança entre escolha profissional e patriotismo está intimamente ligada nesse projeto ao aspecto da virilidade da infância brasileira, do qual irei tratar no próximo capítulo.

De forma coerente a esta perspectiva, portanto, a hombridade também teria sido o fator determinante na escolha profissional de Juvêncio em *Através do Brasil*. No romance, o sertanejo conta sua história aos companheiros:

Assim que completei sete anos, aprendi a ler, a escrever e a contar: e meu padrinho, querendo fazer de mim um homem, quis que eu comesse a estudar um ‘ofício’. O ofício escolhido foi o de alfaiate.

Logo nos primeiros dias, desgostei-me dessa profissão. Não me agradava ficar sentado durante todo o dia, com a agulha na mão, como uma mulher. O meu desejo era poder andar, agitar-me, mover-me, — empregar-me em qualquer trabalho que me permitisse sair e brancejar. [...]

Perto da casa do alfaiate, havia uma oficina de ferreiro. Eu, sempre que podia fugir, ia até lá, e ficava embevecido contemplando aquele trabalho forte e movimentado, que me encantava. [...] Foi este o tempo mais feliz da minha vida. O trabalho agradava-me, e empenhei-me nele com tanta diligência, que ao cabo de um ano já era um bom limador. (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 75-77)

Entre os temas abordados pela literatura cívica, a escolha profissional é um dos que melhor permitem a observação da diversidade dos projetos contidos nos textos. A ênfase no aproveitamento dos recursos da pátria, a identificação de uma “vocação” para o país, ou ainda, a importância da formação do homem a partir da infância brasileira, demonstram o que os autores entendiam como prioridades no processo de constituição da nação que idealizavam.

2.5 Os conhecimentos da história, do território, e dos recursos naturais.

Muitos textos cívicos abordam apenas os conhecimentos do território, dos recursos naturais e/ou da história, definidos como indispensáveis ao patriotismo, sem qualquer referência aos hábitos e virtudes que deveriam ser incutidos nos futuros cidadãos.

São manuais de educação cívica, cujo pressuposto era que a formação do cidadão consciente de seus deveres, dependia principalmente da aquisição de conhecimentos sobre a pátria: o tamanho do território, sua geografia e localização, seus principais recursos, a história pátria, o culto devido aos símbolos nacionais, a forma de governo, etc. Desses conhecimentos ressaltava-se aqueles que deveriam ser considerados motivo de orgulho, como no livro de Afonso Celso que é expressão dessa vertente da literatura cívica. O nex

moral, condição para a constituição da nação, seria construído pelo passado comum ensinado pela história.

Nos textos de ficção, romances e contos, os conhecimentos sobre a pátria apresentavam-se de maneira mais sutil, como parte do enredo, e de certo modo secundando em importância a educação moral que era a essência da vertente que tinha como projeto a formação de um novo homem.

Esta segunda vertente de textos, mais moderna, antecipava em muitos aspectos o tipo de nacionalismo que iria ganhar maior expressão nos anos vinte, mas não deixaria de se ocupar também com a divulgação de certos conhecimentos estratégicos sobre a terra/pátria e a sua história, sem os quais não poderiam classificar-se como “cívicos”.

A primeira frase de *A terra fluminense* define a concepção de patriotismo presente nos manuais: “Para bem amar a Pátria, é preciso conhecê-la bem” (BILAC; COELHO NETTO, 1898, p. 5). No primeiro livro de “ensino cívico” brasileiro de que temos notícia, publicado logo após a república, *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, João Ribeiro, autor do “Prefácio”, defende o empreendimento de Silvio Romero⁷⁹:

⁷⁹ Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914) nasceu em Lagarto, SE, filho do comerciante português André Ramos Romero e Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira. Partiu para a corte em 1863 a fim de fazer os preparatórios no Ateneu Fluminense. Em 68, regressou ao Norte e matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Formou, ao lado de Tobias Barreto e outros, a Escola do Recife. Começou sua atividade jornalística na imprensa pernambucana, ainda no tempo de faculdade. Desde então, manteve a colaboração, ora como ensaísta e crítico, ora como poeta, em jornais do Recife como *A Crença*, que ele próprio dirigia juntamente com Celso de Magalhães, o *Americano*, o *Correio de Pernambucano*, o *Diário de Pernambuco*, o *Movimento*, o *Jornal do Recife*, a *República* e o *Liberal*. Assim que se formou, exerceu a promotoria em Estância. Atraído pela política, elegeu-se deputado à Assembléia provincial de Sergipe, em 1874, mas renunciou logo depois. Em fins de 1875, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Foi para Parati, como juiz municipal, onde permaneceu por dois anos e meio. Em 1878, publicou o livro de versos *Cantos do fim do século*, mal recebido pela crítica da corte. Depois de publicar *Últimos harpejos*, em 1883, abandonou as tentativas poéticas. Já fixado no Rio de Janeiro, começou a colaborar em *O Repórter*, de Lopes Trovão. Em 1880 prestou concurso para a cadeira de Filosofia no Colégio Pedro II, conseguindo-a com a tese “Interpretação filosófica dos fatos históricos”. Fez parte também do corpo docente da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. No governo de Campos Sales, foi deputado provincial e depois federal pelo Estado de Sergipe. Envolveu-se em várias polêmicas, entre as quais a mais duradoura foi com José Veríssimo. Sua força estava nas idéias de âmbito geral e no profundo sentido de brasilidade que imprimia em tudo que escrevia. A sua contribuição à historiografia literária brasileira é uma das mais importantes de seu tempo. Foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a Cadeira nº. 17, cujo patrono era Hipólito da Costa. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras

O intuito principal de Silvio Romero é o de substituir pela biografia a instrução cívica que mal poderia ser incutida exclusivamente pela história. Não se trata de biografias a esmo, mas dos pontos culminantes, das vertentes de todas as águas que, através dos tempos, fertilizaram a história pátria.

Trata-se dos *homens representativos*, dos que por si só dão todas as induções da vida coeva e que postos em fileira da sua cronologia têm aureolas suficientes para cumular de fulgor as lacunas obscuras do tempo que entre eles medeia.

Deste modo pode-se reconstituir a pátria pelos patriotas, a história anônima pelo documento autográfico, e sintetizar a espécie pelos exemplares mais nítidos do indivíduo.

Sei que os educadores brasileiros estão um pouco prevenidos contra a inclusão da biografia na escola primária, onde aliás ela deveria ser a primeira fase do estudo da história pela simples razão de todas as pedagogias possíveis de que o *particular deve preceder ao geral*. Mas aos educadores uma vez inocularam a mania da pretendida *instrução cívica*: eis o ponto de resistência. (RIBEIRO, 1890, p. V-VIII)

O prefácio destacava a ausência de consenso acerca do modo de efetuar a instrução cívica no Brasil, e a citação do modo pelo qual se realizava em outros países, segundo as respectivas legislações, servia para ressaltar a inovação de Silvio Romero. Afinal, nenhum dos exemplos mencionados realizava tal ensino por meio de biografias. Depois de comentar as dificuldades em se definir a matéria, então, o autor fazia o elogio do método: “Assim, pois, só existe um recurso verdadeiramente eficaz que possa inocular na escola a conduta cívica e patriótica. É o exemplo dos grandes cidadãos, a história dos que a fizeram a ela própria, sobressaindo sobre a atividade anônima das massas, dirigindo-a aos seus destinos e aos seus ideais”⁸⁰.

Nesse livro, que entre as fontes deste trabalho é o único que possui esse perfil, a história dos “homens representativos” deveria servir de inspiração aos meninos, unindo o conhecimento histórico ao objetivo da formação do futuro homem e cidadão por meio dos exemplos. A proposta parece seguir o modelo pedagógico da hagiografia, no qual a vida dos santos serve como exemplo de conduta para bons católicos, sendo que nesse caso a biografia

associações literárias. Crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, Silvio Romero faleceu no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1914.

⁸⁰ Ibidem.

dos homens representativos serviria como inspiração para bons patriotas. Já a respeito de um sentido singular que Silvio Romero (1890, p. 1-5) parecia entrever na história do Brasil, este era esclarecido nas “Idéias preliminares”:

Todos os povos notáveis, meus jovens compatriotas, tiveram um grande ideal, uma grande missão a cumprir. E esse grande ideal, essa elevada missão é que lhes dá um lugar distinto na história, os torna dignos de nossa veneração. [...]

[...] E o nosso Brasil, nossa querida pátria, qual o seu destino, qual o seu ideal? Que missão lhe terá cabido na luta pela glória, nos afãs do progresso em prol da humanidade? É natural que o pergunteis. A vós mesmos, porém, cabe a resposta, digo-vos eu. O Brasil é ainda muito novo para haver tido uma missão já feita, já concluída na história; mas já é bastante velho para que vós, que representais o seu futuro, começais a vos inquietar pelo seu bom nome aos olhos dos homens que vos hão de suceder, aos olhos da posteridade. Como não será lisonjeiro para a nossa pátria dizer o historiador do porvir: a missão do Brasil foi uma missão ilustre de glória, de bem, de justiça; o Brasil prestou enormes serviços ao progresso da humanidade!

Assim, pois, meus meninos, lembrai-vos sempre destas verdades: a primeira condição para um povo ser ilustre é procurar sê-lo, é tomar como um dever iniludível o desejo de o ser; a segunda é colocar bem alto o seu ideal e forcejar por atingi-lo, ainda que o não realize de todo. Lembrai-vos também que, como disse o poeta, *a pátria somos nós!*...

Sim, *somos nós todos*, que devemos ser dignos dela pelo trabalho, pela força, pela virtude, pelo heroísmo, atirando-a para adiante no caminho das grandezas.

Dizem os admiradores da majestosa república dos Estados Unidos que seu ideal, sua missão – é preparar, pela indústria, pela riqueza, a pátria democrática em que venham descansar os proletários, os deserdados da velha Europa. – Nós somos entusiastas convictos da ilustre nação americana; mas sonhamos missão ainda mais fulgente para a nossa pátria: queremos formar aqui a mansão democrática do conagraçamento não dos deserdados da Europa somente, mas dos deserdados de todo o mundo e, pela reunião, pela igualdade de todos, formar o povo do porvir, o tipo novo, que não é oriundo do exclusivismo europeu, ou africano, ou asiático, ou americano, o tipo novo que há de ser a mais perfeita encarnação do cosmopolitismo do futuro. [...]

Para tanto não é mister encher a cabeça de fantasmagorias, e andar a repetir as banalidade de – *colosso americano, gigante que vai dos Andes ao oceano, do Amazonas ao Prata* e outras velhas frases de uma retórica decrépita. Não é preciso mentir; podemos dizer sem receio que nos estendemos apenas do *Oiapoque ao Chuí*; e não ficaremos menores por isso.

De trabalho, coragem, honradez e perseverança é que devemos fazer o nosso culto.

[...] O patriotismo deve estar na consciência reta do valor e do direito, não em acalantar frases, oriundas da vaidade ou da ignorância...

Trabalho, força, virtude e heroísmo. Tais eram os atributos necessários ao bom patriota, segundo Romero. Sua ênfase na excepcionalidade do indivíduo, traduzida na idéia de heroísmo como qualidade própria ao cidadão digno e que constitui a essência do livro, encontraria eco no projeto de Bilac, duas décadas mais tarde, ainda que por meio de uma pedagogia absolutamente diversa que encontrava seu modelo no escotismo, uma “heroicultura”, nas palavras do autor.

Mas o projeto de Romero inseria-se em um contexto no qual cabia à história uma quase exclusividade como fator da educação cívica. Pois, de acordo com François Furet (s.d., p. 135), no século XIX a história transforma-se na

árvore genealógica das nações européias e da civilização de que são portadoras. [...] Constitui ao mesmo tempo uma imagem privilegiada (mas não a única) do progresso da humanidade e uma ‘matéria’ que deve ser estudada [...]. É na confluência dessas duas idéias que se instala a ‘revolução’ positivista: dá-lhes, às duas, a benção da ciência. A história dali em diante já tem o seu campo e o seu método. Torna-se, sob os dois aspectos, a pedagogia central do cidadão.

A história era vista como um conhecimento fundamental na constituição da nação. Era dela que se poderia retirar os principais elementos capazes de construir uma solidariedade entre os diferentes habitantes do território pela relação entre a construção de uma memória e de uma identidade comum, celebradas no culto aos antepassados, os vultos ou heróis da pátria, e até nos “esquecimentos” de episódios dramáticos, conforme Renan, ou na lembrança dos acontecimentos significativos à constituição nacional, em particular aqueles comemorados nos “dias que a República manda guardar”, nas palavras de Rodrigo Otávio (1893).

Entretanto, a história subordinada pela educação moral e cívica distinguia-se da disciplina histórica ensinada nos manuais didáticos em vários aspectos. Enquanto a primeira subordinava-se diretamente aos objetivos dos projetos cívico-pedagógicos, o que implicava em recortes específicos de temas e até permitia a união entre “história e fantasia”, conforme

a advertência presente em *A terra fluminense*. O ensino de história, por sua vez, estava fortemente comprometido, no seu viés mais tradicional, com um quadro temático congelado em uma cronologia que era apenas atualizada com a passagem do tempo e a ocorrência de novos eventos, e numa vertente mais crítica, com os pressupostos do conhecimento histórico que naquele momento procurava constituir-se em campo de conhecimento autônomo⁸¹.

Essa distinção fica clara no texto final de *A Pátria Brasileira*, de Olavo Bilac e Coelho Netto (1911, p. 282), em que os autores explicavam a diferença entre aquele livro, caracterizado como uma “recopilação”, e a “verdadeira história nacional”:

Damos aqui por finda a nossa empresa. Abalançamo-nos a levá-la a termo sem vaidade, porque não trazemos novos subsídios à história nem nos alongamos tanto pelos episódios quanto deveríamos; muitos e admiráveis, deixamos de parte, por não caberem em um livro cujo principal intuito é despertar nas almas jovens o amor da pátria.

Para tornar a leitura mais agradável procuramos revestir os fatos de uma forma amena que não enfiasse os leitores. Daqui partireis para o estudo da verdadeira história nacional; neste livro há apenas quadros e exemplos; e não vos deveis limitar às suas linhas escassas, porque há ainda muitas e grandes belezas a conhecer no copioso documentário da nossa vida social e política.

Ide por diante, buscai conhecer a vossa pátria, para que, vendo-a tão grande como é, façais por vos tornardes dignos dela.

A Pátria Brasileira, conforme o anúncio da editora na contracapa de *Contos Pátrios*, ainda que tratasse exclusivamente de episódios históricos narrados em ordem cronológica como se observa no “Índice”, apresentava-se como “narrativas para os jovens brasileiros”, do mesmo modo que o livro no qual era anunciada.

Os dois autores, contudo, eram uma exceção ao fazer ressalvas que serviam para distinguir os livros qualificados como de educação cívica, que incluíam também narrativas

⁸¹ Cf. HANSEN, 2000, a respeito da relação entre ensino de história e historiografia a partir da análise do livro de João Ribeiro, *História do Brasil. Curso superior*. Para uma análise da autonomização da disciplina histórica no Brasil e da contribuição de Capistrano de Abreu, cf. ARAÚJO, 1988 e GOMES, 1996.

de acontecimentos históricos, dos manuais para o ensino de história, como é o caso também de *A terra fluminense*, como já foi dito. Neste livro, segundo Coelho Netto e Bilac (1898, p. 3), resumia-se “a grande e a pequena lavoura, as origens da civilização e do trabalho, as indústrias, os aspectos da Natureza, o comércio, a formação dos núcleos geradores do progresso, a evolução política, o passado, o presente e o futuro do Estado do Rio de Janeiro”.

É importante destacar a ausência dos termos geografia e história nos livros de Bilac e Coelho Netto, em um momento em que os campos do conhecimento científico estavam se definindo a partir da constituição de métodos específicos, pois o que os autores de textos cívico-pedagógicos faziam não era, em sentido estrito, geografia ou história, e nem seus livros, mesmo aqueles que aparentemente privilegiavam conteúdos originados de apenas um desses saberes, poderiam ser considerados manuais didáticos para o ensino daquelas disciplinas.

Outros autores, contudo, não se preocuparam em fazer essa distinção. Em *Festas Nacionais*, Rodrigo Otávio⁸² privilegiava a narrativa histórica dos acontecimentos que

⁸² Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses (1866-1944) nasceu em Campinas, SP, filho de Rodrigo Octavio de Oliveira Meneses, advogado e homem público filiado ao partido liberal, e de Luísa Langgaard, filha do médico dinamarquês dr. Theodoro Langgaard, estabelecido no Brasil. Aos 5 anos mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro. Fez seus estudos de Direito na Faculdade de São Paulo, onde se formou aos 20 anos, em 1886. Foi advogado, professor, magistrado, contista, cronista, poeta e memorialista. Participou, desde o início, do grupo de escritores que fundaram a Academia. É o fundador da Cadeira n. 35, que tem como patrono Tavares Bastos. Iniciou a vida pública na magistratura, tendo sido nomeado, em 1894, secretário da Presidência da República no governo de Prudente de Moraes (1894-1896). Posteriormente, exerceu a advocacia até 1929, data em que foi nomeado, pelo presidente Washington Luís, ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo em que se aposentou em 1934. A partir de 1896 foi professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Brasil. Fez conferências nas universidades de Paris, Roma, Varsóvia e Montevidéu, e um curso sobre os Selvagens americanos perante o Direito, na Academia de Direito Internacional de Haia. Doutor *Honoris Causa* das universidades do México, La Plata, Buenos Aires, Lima, Arequipa e Havana. Foi consultor-geral da República (1911-1929); delegado plenipotenciário do Brasil em diversas Conferências Internacionais, como as de Haia, para o Direito relativo à Letra de Câmbio (1910 e 1912); de Bruxelas, para o Direito Marítimo (1909, 1910 e 1912); a Conferência Científica Pan-Americana de Washington (1916); da Paz, de Paris (1919), tendo assinado o Tratado de Versalhes. Foi também vice-presidente na I Assembléia da Liga das Nações (1920); membro da Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos, reunida no Rio de Janeiro (1927); presidente da Seção de Direito Internacional Privado; membro da Comissão Permanente para a Codificação do Direito Internacional e da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, além de subsecretário de Estado das Relações Exteriores no governo Epitácio Pessoa; presidente do Instituto da Ordem

deveriam ser lembrados nas datas comemorativas estipuladas pelo novo regime. Na introdução de Raul Pompéia (1893, p. I-XXIII) descortinava-se uma certa visão da história do Brasil a qual, vale ressaltar, era totalmente diversa daquela que estaria presente no *Porque me ufano*. Ao elogiar o livro como “obra de patriotismo”, Pompéia chamava a atenção para uma peculiaridade da “evolução da nossa grandeza nacional”. Em suas palavras:

Dá-se uma coisa estranha com estas Festas Nacionais.

Despertada pelo título, vai-se-nos a imaginação figurando perspectivas ridentes de troféus e coroas. Festas Nacionais... Sonha-se uma jornada de triunfos, descrita num hino ovante. Espera-se a história da consolidação cada vez mais firme de uma nacionalidade.

O volver das páginas vem-nos apear logo destas fantasias. Não resplende jamais nesses capítulos a luz ampla de uma conquista definitiva: vacila a indecisão de um difícil crepúsculo...

O compêndio dos nossos supostos regozijos patrióticos não nos traz a exposição de uma série de alcances conseguidos. Vamos ao contrário por uma escala de derrotas. O quadro histórico é constantemente a cruel afirmação da pátria vencida. [...] A propósito de júbilos, como que nos diz que somos uma nação proibida de ter júbilos...

Em contrapartida, em *Porque me ufano do meu país*, Afonso Celso (1901, p. 89) ressaltava as vitórias militares do país:

O Brasil, — (fato excepcional nos anais humanos!) — jamais experimentou derrota definitiva. Em quatro séculos de história, o número de suas vitórias militares supera sobremaneira o de seus desastres. Estes, sobre escassos e honrosos, nenhuma consequência aviltante produziram. E não tardou a desforra. O Brasil nunca cedeu à força uma polegada do seu território. Desde os tempos mais remotos, defendeu-se com dignidade contra agressores mais fortes.

A história era tida neste livro como o “undécimo motivo da superioridade do país”. Na reduzida seleção de temas históricos apresentada evidencia-se com clareza esta apropriação da história do Brasil para fins de educação cívica que estou destacando. Eram dez capítulos intitulados da seguinte forma: “Os jesuítas”; “Serviços dos jesuítas ao Brasil”; “Os bandeirantes”; “A República de Palmares”; “A guerra holandesa”; “A retirada de

Laguna”; “A independência do Brasil”; “Grandes nomes da nossa história”; “D. Pedro II”; “A escravidão”. Nesse livro, contudo, pela proeminência que o território e seus recursos, vistos como dom divino, têm na representação do país, a despeito da tentativa de valorização do “tipo nacional” e da história, os fatores naturais tornam-se a razão maior do ufanismo.

Outro livro que apesar de diametralmente oposto no conteúdo e no argumento possui um plano temático que reúne, como o de Afonso Celso, vulgarizações da história, da geografia e da sociologia, além de outros conhecimentos, é *Minha terra e minha gente*, de Afrânio Peixoto (1916). Neste, a maioria dos capítulos é dedicada à história, em ordem cronológica, para no final apresentar algumas considerações sobre a “terra” e a “gente” do Brasil.

A respeito da apropriação da história pela literatura cívica, é interessante analisar o caso do livro *Nossa Pátria* de Rocha Pombo (1917, p. 1)⁸³, autor reconhecido por sua atuação como historiador. Ao explicar o sentido daquele “livrinho”, o autor estabelece a história como seu objeto principal:

Nestes dias, que alvorecem tão novos, em que se procura criar o culto da pátria, penso que o primeiro trabalho para isso é fazer a pátria conhecida daqueles que a devem amar.

Não se ama uma terra senão quando alguma coisa sagrada a ela nos prende – algum sacrifício ou alguma tradição gloriosa.

São essas coisas que firmam a nossa existência moral.

Sentir o que fizeram de grande os nossos antepassados equivale a tomar o compromisso de os continuar na história.

⁸³ José Francisco da Rocha Pombo (1857 – 1933) nasceu em Morretes, no Paraná. Era filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica da Rocha. Iniciou-se cedo no jornalismo ao fundar e dirigir “O Povo”, em cujas páginas fez as campanhas abolicionista e republicana. Sua colaboração se estendeu a outros órgãos da então província, pela qual foi eleito deputado provincial em 1886. Mudou-se em 1897 para a Capital Federal, continuando a exercer as profissões de jornalista e de professor. Ingressou por concurso na congregação do Colégio Pedro II e lecionou, também, na Escola Normal. Em 1900 foi admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou diversos livros sobre variados assuntos, sendo o mais conhecido a sua *História do Brasil*. Rocha Pombo foi Jornalista, professor, poeta e historiador. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 16 de março de 1933 na sucessão de Alberto de Faria, não chegou a tomar posse e faleceu no Rio de Janeiro em 26 de junho desse mesmo ano. Entre seus livros destacam-se, além da *História do Brasil*, já referida, *Nossa Pátria*, que teve mais de 40 edições, *História da América*, *História do Rio Grande do Norte*, *História do Paraná*, *Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa*, *A religião do belo*, *No hospício*, *Visões*, *Dadá* e outros abrangendo diversos gêneros.

Os nossos anais, conquanto sejamos novos no mundo, registram lances de que nos podemos orgulhar.

Fixá-los, em suas linhas gerais, na alma das gerações, é, pois, o processo mais prático e seguro de nela criar e nutrir o sentimento da pátria.

A narrativa cronológica da história do Brasil, contudo, começa apenas no sexto capítulo, sendo antecedida por explicações acerca do significado de pátria, do sentido da bandeira como símbolo nacional, de como o Brasil se tornou independente e da importância de José Bonifácio nesse processo e, finalmente, sobre “A Terra e a América”. A partir daí, nada distingue o livro dos manuais de ensino de história mais tradicionais usados naquele momento.

Já nos textos assumidos como de “ficção”, o tratamento dos temas históricos dá-se de forma diferente. Em *Contos Pátrios*, o conto “A defesa” usa como pretexto a invasão francesa do Rio de Janeiro por Du Clerc para narrar uma suposta defesa realizada por estudantes, uma “mocidade robusta e alucinada, a que o amor da Pátria dava forças sobre-humanas, [e que] combatia cega, delirante, sem cuidar de regras e leis de batalha” (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 117-128). No mesmo estilo se constrói em “O bandeirante” o mito do herói civilizador Fernão Dias Paes Leme que se “não teve a glória de descobrir esmeraldas no Brasil, teve em compensação a glória mais alta de ter lançado a semente da civilização nos sertões de Minas Gerais, fazendo oito cidades rebentarem de seu solo inculto”⁸⁴.

Nos romances, por vezes se lança mão de algum pretexto para incluir uma digressão a respeito da história do Brasil. Em *América*, por exemplo, isso ocorre nos feriados escolares, como o vinte e um de abril, no qual o menino Renato pergunta ao diretor porque não havia aula naquele dia:

- Não há aula hoje? [...]
- Não; hoje não...

⁸⁴ Ibidem p. 162.

- Por quê? É dia santo?
- Sim, é um dia santificado pelo martírio de um brasileiro. Então não sabe que é hoje o aniversário da execução do Tiradentes?
- Não, senhor. E pela minha resposta ingênua o professor compreendeu que eu nada sabia acerca da vida do precursor de nossa liberdade política.
- Pois já devia saber, senhor Renato. O senhor que vive a dizer que ama tanto a sua pátria...
- Sim, professor: amo. E meus olhos subiram ao céu maravilhoso, baixaram às árvores, alongaram-se até as montanhas distantes como se quisessem acariciar a pátria naqueles trechos da sua grandeza.
- Sim, meu amigo, mas a pátria não é somente o território; não basta amar o céu e as árvores do seu país natal, os rios, as montanhas, as fontes que constituem, por assim dizer, o corpo, é preciso amar os homens, nas suas obras imortais que constituem a História, que é a alma das nações.
- José Joaquim da Silva Xavier, [...], era um homem simples, filho do povo. [...]
- Reunido a outros brasileiros pôs-se em campo, arrostando todos os perigos, sofrendo toda sorte de privações, aventurando-se a viagens longas e arriscadíssimas mas sem queixa, com uma grande satisfação porque antevia a Pátria livre, sonhava com a realização do ideal de sua alma. Não quis, porém, a sorte que a sua empresa tão nobre fosse realizada. [...]
- E o Tiradentes?
- Subiu ao cadafalso na manhã de 21 de Abril do ano de 1792. Nobre, porém, não acusou um só de seus companheiros de inconfidência e morrendo, com a serenidade com que morreu Jesus pensava, talvez, que um só dos que ficavam bastava para realizar o ideal que o levava ao martírio. Nenhum dos seus companheiros, porém, pode executar o pensamento do herói e foi ele mesmo, porque foi a sua idéia, quem anos depois rebentando no espírito do povo, fez com que tivéssemos a República. Ele foi o precursor, foi o semeador...
- O professor tem o retrato dele?
- Não, mas para que o retrato? Os heróis são como Deus: estão representados nas suas obras. O retrato do Tiradentes é a República. Hoje é um dia sagrado. E não esqueça mais...
- Não esqueço, professor: [...]. (COELHO NETTO, 1897, p. 41-43)

O texto reforçava o mito do Tiradentes como herói nacional, construído após a República na produção artística e nos rituais cívicos.⁸⁵

Além da figura do Tiradentes, que nos textos cívicos ofusca o movimento no qual tomou parte, outros dois temas quase onipresentes são as invasões holandesas, numa espécie de versão do mito das três raças fundadoras da nacionalidade personificadas pelos heróis que representavam a “excelência” de cada uma delas na defesa da pátria; e a Abolição,

⁸⁵ Cf CARVALHO, 1995, p. 55-73.

interpretada como resultado da vontade do “povo”, indicando a noção de uma “solidariedade nacional” preexistente, manifestada em 1888.

Em *Através do Brasil*, pensado como livro único para ser usado no ensino das diversas lições do programa do curso primário, os autores sugeriam para a lição de história, em sua “Advertência e Explicação”, que o professor começasse

explicando de um modo sensível as condições do Brasil antes da colonização. Fala por exemplo o livro de “sertão bruto, onde havia... índios...” É um excelente pretexto para dizer quem são esses índios, [...] E então o professor apelará para a observação da criança, para que ela note a diferença entre o estado selvagem e as indústrias, instituições, obras e costumes que distinguem a civilização; mostrará que essas instituições e indústrias faltam ainda em grande parte a algumas terras do interior, onde a civilização ainda não penetrou. (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 10).

Ao longo do romance, porém, são criadas situações com finalidade didática, como o passeio pelo Rio de Janeiro:

Para apresentar-lhes o Rio de Janeiro, num só panorama, o pai de Jorge levou-os ao alto do morro do Castelo; aí, evocaram o remotíssimo tempo em que Mem de Sá, em 1567, fundou a cidade, nessa mesma colina assentando as primeiras muralhas, os primeiros fossos de defesa e as primeiras habitações; ao seu espírito, acudiram, recordados em rápida síntese, todos os episódios da história urbana, todos os lentos progressos da sua existência; e, deslumbrados, viram e admiraram a atual grandeza da metrópole, toda a sua vida e animação: a fumarada que subia das chaminés das fábricas, a multidão a formigar nas ruas e nas praças, os bondes, as carruagens, os automóveis...⁸⁶

Ainda que estes dois trechos sugiram uma história do Brasil como história da civilização e do progresso material do país, no conjunto da literatura cívica, em geral são as características e os recursos naturais do território que, ao mesmo tempo, servem de ensejo ao ufanismo, quando este dá o tom do texto, e são apontados como conhecimentos estratégicos ao progresso e civilização do país.

Em “A arte de formar brasileiros”, publicada em *O Tico-Tico* no dia 18 de julho de 1906, dizia o Tio José:

⁸⁶ Ibidem, p. 240.

Meus queridos amiguinhos – Falei-lhes na última quarta feira sobre os colossais recursos do nosso Brasil, que é admirado em todo o mundo pela sua extensão territorial e pela riqueza de seu solo. Porque na verdade não há em todo o globo terrestre país mais bem dotado pela natureza do que o nosso.

As geografias nos ensinam que o Brasil é o terceiro país do mundo em extensão territorial, sendo que a Rússia e a China são ainda maiores do que a nossa pátria.

Mas é preciso recordar que mais da metade do solo russo está constantemente coberto de gelo e por isso não pode ser plantado nem aproveitado, e na China há tão grande excesso de população que, apesar do seu território imenso, o povo luta com dificuldades para viver e passa miséria horrível.

De modo que o Brasil está em primeiro lugar, como grandeza e opulência, porque todo o seu território é fértil, aproveitável, magnífico, prestando-se a todas as culturas, cheio de plantas preciosas, que nos outros países dão grande trabalho para florescer e aqui nascem à toa, como mato...

Isso sem contar as riquezas minerais, porque no Brasil há inúmeras minas de ouro, prata, ferro, carvão de pedra, brilhantes e outros preciosos produtos da terra.

Nós temos a felicidade de possuir um país assim e deixamo-lo abandonado, sem exploração; não temos sabido aproveitar as suas riquezas. Isso é que os meninos, nossos camaradinhas que dentro em pouco serão homens, precisam saber.

Reflitam nisso, lembrem-se que o Brasil tem muito mais recurso do que a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha e outros de grande fama. Se nós soubéssemos aproveitar as riquezas de nossa pátria, teríamos uma nação mais rica do que a Inglaterra, mais afamada do que os Estados Unidos, mais poderosa do que a Alemanha.

Tudo isso depende de nós e de vocês, que desde já devem ir se acostumando à idéia de que não é só nas cidades que se enriquece, para isso temos aí o Brasil inteiro, como um grande tesouro à disposição dos homens fortes, inteligentes e resolutos que saibam conquistá-lo.

A única coisa que impede o desenvolvimento de nosso famoso país é a falta de cuidados e de atenção por parte dos brasileiros. Vivemos unicamente nas cidades, mandamos buscar tudo quanto necessitamos na Europa, entretanto, o país tem recursos para produzir de tudo em quantidade capaz de satisfazer a todos e ainda de vender para o estrangeiro.

Pode-se dizer que temos um país em que tudo está ainda por fazer.

Essa tarefa cabe a vós, meninos de hoje que amanhã sereis homens.

Cabe a vós este trabalho que vos dará riqueza e glória, porque tornará o Brasil próspero e feliz.

No número seguinte, de 25 de julho, com o subtítulo “Conhecer a nossa terra”, a coluna dava continuidade ao tema, reforçando a importância do estudo da geografia:

Meus amiguinhos.

Um dos estudos a que vocês se devem dedicar com mais amor, com mais atenção e boa vontade é o da geografia do Brasil, para bem conhecerem o nosso lindo e opulento país, para melhor amá-lo e engrandecê-lo.

Nós temos a felicidade de possuir um país que, os próprios estrangeiros são os primeiros a declarar – não tem igual no mundo inteiro em riqueza, fertilidade, variedade de climas e, portanto, variedade de produções. Os nossos rios enormes, incomparáveis, atravessam regiões deslumbrantes de fertilidade, as nossas montanhas cobertas de vegetação preciosa são abundantes em minerais riquíssimos, os nossos mares estão cheios de peixe como se não encontra em nenhum outro país do universo.

Entretanto, na escala das nações, o Brasil figura muito abaixo do lugar que lhe compete pelos seus bens naturais.

Por quê? Unicamente porque a maioria dos brasileiros não conhece os tesouros de que está cheia esta terra abençoada. Vivemos mais preocupados com a Europa do que com os nossos próprios interesses, mandamos comprar tudo no estrangeiro em vez de aproveitar o que temos.

O Brasil não se adianta rapidamente, não se desenvolve na proporção de seus recursos, porque nós brasileiros não nos conhecemos.

Os alemães, os ingleses e franceses que, de vez em quando organizam expedições e viajam pelo interior da nossa terra, ficam assombrados de ver uma terra tão rica, sem que ninguém a queira aproveitar, porque se fosse lá na Inglaterra, na França ou na Alemanha já tudo isso estaria explorado cuidadosamente, os rios aproveitados para transportes, os sertões cortados por estradas de ferro, que levassem de um ponto a outro, os produtos da terra para que nada faltasse em parte alguma. [...]

Vocês que são os homens do futuro precisam pensar nisto, estudar a nossa geografia, conhecer o nosso país, ver o quanto ele é digno de admiração e como poderá recompensar com riquezas sem conta os esforços dos que se dedicarem ao seu desenvolvimento.

A geografia também teria destaque em *Através do Brasil*. Sobre a primeira lição do programa, “terras e mares, acidentes geográficos” que se poderia dar a partir do livro, diziam os autores aos professores:

No segundo capítulo, o livro fala em mar: “*o mar ficou lá trás...*”, – ao passo que o trem avança para o *interior do continente*, entre *montanhas*, *rios*, etc. Aproveitando essas indicações, o professor ensinará que a superfície da terra compreende terras e mares: as linhas de encontro são as *costas*, *baías*, *penínsulas*, etc.; depois, é fácil indicar os outros acidentes geográficos: *rios*, *vales*, *ilhas*, *lagos*, etc”. (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 11)

As referências do livro à geografia, contudo, iam muito além dos pretextos dados ao professor para falar dos “acidentes geográficos”. No romance, as próprias situações vividas pelos dois irmãos e o amigo Juvêncio serviam de pretexto para lições de geografia e de história dadas pelo personagem Carlos, o mais velho dos irmãos, conforme este havia

aprendido na escola. A viagem suscita a curiosidade do pequeno Alfredo, cujas perguntas provocam diálogos como o que se segue:

- Se fôssemos ver o rio? – disse Alfredo – É um rio grande, o São Francisco?
- É imenso! – explicou o irmão. – Atravessa dois Estados do Brasil, servindo de divisa entre três⁸⁷.

Também personagens secundárias como a do engenheiro de minas que conversa com os meninos a respeito das estradas de ferro cumprem o papel de “mestres circunstanciais”, como se percebe no trecho abaixo:

- Quanta riqueza há no Brasil! – exclamou Alfredo, que ouvira com a máxima atenção o que dissera o engenheiro de minas.
- Há muita! Muita! – confirmou este. – E grande parte dessa riqueza, para não dizer quase toda, ainda é desconhecida. Nós todos falamos com assombro das jazidas preciosas que há no Estado de Minas, e nem pensamos nas que existem completamente ignoradas em Mato Grosso e Goiás.
- São dois Estados muito grandes, não?
- São imensos. Mato Grosso, entre os Estados do Brasil, é o segundo em extensão territorial: a sua superfície é maior que duas vezes a superfície da França. Goiás também é gigantesco; tem quase oitocentos mil quilômetros quadrados. Infelizmente essas duas colossais porções da terra brasileira são quase desconhecidas, por falta de vias de comunicação fácil com o litoral. [...] O solo é fertilíssimo, de extraordinário vigor; e ali as pastagens serão utilizadas para uma criação de gado, capaz de abastecer grande parte do mundo.
- E há muito ouro? Muitos diamantes? – inquiriu Carlos.
- Não só ouro, não só diamantes, mas também prata, cobre, ferro, cristais, chumbo, platina, manganês muitas pedras preciosas. No período colonial, era de Mato Grosso que saía a maior parte do ouro expedido para Portugal; houve tempo em que só nos arredores de Cuiabá se extraíam mais de mil quilos de ouro em cada mês.
- E Goiás?
- Em Goiás, o solo é também opulento. Foi lá que se deram no século XVII os episódios mais comoventes das viagens de exploração. Um dos primeiros exploradores foi Bartolomeu Bueno da Silva, que chegou até o Rio Vermelho, colhendo muito ouro⁸⁸.

Nessa mesma linha, em *Histórias de nossa Pátria*, um menino ouve de seu tio, um cafeicultor de São Paulo, lições acerca das produções do país:

⁸⁷ Ibidem, p. 95-96.

⁸⁸ Ibidem, p. 279-280.

– De tudo, o que eu mais vontade tenho de ver são os cafezais, e mesmo os outros campos de culturas mais modestas...

– Tens razão. Agrada-me que tenhas essas curiosidades. Realmente todos nós, brasileiros, devemos aprender desde cedo a saber tudo o que as terras da pátria nos podem dar, e o que devemos pedir-lhes. Viver a gente num país, sem indagar ao menos quais as suas produções e o seu labor agrícola, é como dar-se uma pessoa intimamente com outra sem suspeitar quais seja as suas qualidades morais. Fazes bem em querer conhecer a alma e o corpo do país onde abriste os olhos à luz do dia.

Vais ver, meu filho, que não é rindo e brincando que se desbravam matas virgens no sertão; que se limpam solos e se adubam covas a que se confia a semente pequenina da árvore que há de crescer para recompensa do seu plantador e para a fortuna do Brasil. [...]

– Para isso tenciono, logo que tenhas completado os teus estudos de preparatórios, viajar contigo e meus filhos por todo o Brasil. [...] Iremos mesmo até aos confins dos sertões amazônicos e acreanos, as misteriosas regiões dos seringais.

– Os seringais! Tenho ouvido contar deles fatos bem extraordinários...

– À tua geração caberá uma grande obra de justiça para com essa parte do solo brasileiro. O *Inferno Verde*, como o escritor Alberto Rangel denominou toda essa região da borracha, será então convertido no Paraíso Dourado, em que as mais sãs esperanças e os maiores feitos de sabedoria e fraternidade se realizem...

– O senhor é utopista...

– Não sou utopista; sou um amante da minha terra, só necessitada da união e do amor de seus filhos, e um crente muito esperançoso na geração de que tu e meus filhos fazem parte... [...]. (ALMEIDA, 1911, p. 101-108)

Em *Minha terra e minha gente*, apesar do título colocar em relevo a associação entre terra e pátria, apenas um capítulo é dedicado aos conhecimentos geográficos, propriamente ditos. Este começa com uma descrição geral sobre a configuração territorial, sua localização espacial na América do Sul, para se aprofundar nos recursos naturais e na questão do clima. De acordo com Afrânio Peixoto (1916, p. 197-198), ainda que a natureza não tenha sido “parca com o Brasil”, pois “com efeito os minérios abundam, alguns bem ricos”, faltava-nos, porém, “carvão de pedra, ao menos em abundância ou de boa qualidade”. Esta falta tinha como consequência, segundo o autor, a produção de um “contra-senso”, pois

que desejamos ser o que não somos e não lograremos ser: sem carvão pretendemos virar num país fabril... a custo de uma proteção fictícia de tarifas, que privam ao consumidor de conforto, enriquecem alguns industriais, e empobrecem o país, distraído dos seus interesses legítimos e naturais. [...Segundo ele, portanto,] as indústrias extrativas e agrícolas e a

pecuária constituem, pois que nos sobram terras fartas e campos gordos, o forte da riqueza do Brasil⁸⁹.

No Breviário cívico, sob o título “Amor da Terra e da História”, Coelho Netto (1921, p. 13-14) comentava a importância da história e da geografia:

Assim como amamos a terra da Pátria devemos prezar a sua história, que é o celeiro eterno onde se recolhem as colheitas de heroísmo dos que passaram pela vida semeando exemplos.

As Pátrias, ainda as mais robustas, tem as suas vicissitudes de abundância e de penúria – dias fartos de riqueza e triunfos e dias de míngua e acabrunhamento. Em tais eras tristes os povos recorrem às suas reservas, socorrem-se das glórias acumuladas e tornam para o albor restaurados das forças.

A história é a cúpula da geografia – uma, é o espaço em que se transita, outra é a Eternidade em que se fixam os eleitos.

Pode uma nação subverter-se, como sucedeu à Polônia, se, entretanto, salvou as suas tradições na História, como se abrigaram na arca os seres e as sementes da escolha de Deus, ressurgirá logo que se remita a catástrofe, como se reproduziram as espécies mal se abaixaram as águas do dilúvio.

Assim é na História que a Pátria se concentra e resguarda como na Bíblia vive e perpetua-se a tradição cristã.

A comparação com a religião inscrevia o texto em um modelo que ganhava mais força a partir do final da segunda década do século XX. Também no *Catecismo cívico* o autor repetia o título “O amor da terra e da história” para em um diálogo introduzir as informações sobre extensão do território, produções, recursos, etc.

P. – Porque amamos nossa terra?

R. – Porque ela é o corpo da pátria, o berço da nossa nacionalidade, o solo que nos mantém e sustenta, e guarda as cinzas dos nossos antepassados.
[...]

P. – Quais são as riquezas naturais do Brasil?

R. – O Brasil contém imensas florestas; diamantes, carvão de pedra; manganês; ouro e ferro e muitos outros metais valiosos; grandes rios navegáveis e quedas d’água que um dia hão de ser aproveitadas pela indústria, tornando-o rico entre os mais ricos países do mundo.

P. Podemos orgulhar-nos da história do Brasil? [...]

R. – Os benefícios da civilização que hoje desfrutamos, devemos-os principalmente ao esforço e ao trabalho das gerações que nos precederam.
[...]

R. – Devemos manifestar a nossa gratidão para com os antepassados respeitando-lhes a memória, celebrando-lhes os feitos e virtudes, a que ficaram ligados seus nomes.

P. – Como se comemoram estes acontecimentos?

⁸⁹ Ibidem, pp. 201-202.

R. – Estes acontecimentos se comemoram principalmente pelas festas públicas, instituídas para entreter a continuidade e a solidariedade das gerações que se sucedem. (BRANT, 1921, P. 59-63)

Da história extraía-se a legitimidade da nação e os elementos sobre os quais se construiria a solidariedade entre os diversos habitantes do território brasileiro. A geografia fornecia os conhecimentos a respeito das características do território, permitindo seu aproveitamento eficaz e possibilitando a condução do país ao destino grandioso que lhe era preconizado. Somava-se à exaltação da terra pujante e incomparável, a visão utilitária, já referida neste trabalho, que fazia a ligação entre a natureza bruta, inexplorada em seus recursos potenciais ilimitados, e o progresso e as riquezas futuras.

2.6 A República

A República é quase sempre representada nos textos cívicos como uma democracia meritocrática, cujo único fator de distinção é a inteligência e o estudo, e na qual qualquer pessoa, mesmo sendo de origem humilde, poderia chegar a ocupar qualquer cargo.

Em *Festas Nacionais*, o 15 de novembro é interpretado como o dia “consagrado à comemoração da Pátria Brasileira”. Nas palavras de Rodrigo Octávio (1893, p. 171-207):

O governo democrático, sem reis nem oligarquias, era por certo o governo que deveria presidir os destinos da nova pátria que se constituiu no território americano da vasta colônia portuguesa.

País novo, sem tradições monárquicas, sem hereditariedade de direitos territoriais, não se havendo enraizado a tentativa feudal dos primeiros donatários, entregue à exploração do europeu já quando declinava no ocidente a tirania dos régulos e casualmente dominado por um povo estranho, graças ao acaso inconsciente do primeiro descobrimento, era certamente consequência lógica de sua independência a libertação completa de qualquer jugo estrangeiro, a organização do seu governo com os elementos nacionais de que pudesse dispor.

Era essa a evolução natural da nova pátria, cuja consecução, por assim dizer, constituía a aspiração nacional, eloquentemente manifestada em todos os movimentos que se operaram nos diversos períodos da

formação do espírito de nacionalidade, em todas as explosões que irromperam da alma brasileira. [...]

Saiba agora a nação tirar em favor das liberdades pátrias, todos os proveitos que devem necessariamente decorrer da revolução e ter paciência para suportar as perturbações e mal estar que, por uma lei histórica, se seguem sempre às transformações radicais na sociedade e na política.

Tenha ela coragem para, de uma vez para sempre, hastear o pavilhão do partido brasileiro, do partido histórico, sempre no ostracismo, mas cujo programa é o único capaz de curar seriamente dos interesses da pátria e dos seus filhos.

Deduzamos da história nacional a proveitosa lição que ela encerra: – sejamos brasileiros.

Segundo o autor, numa associação de idéias relativamente comum nos textos contemporâneos, o fato de ser o Brasil um “país novo” destinava-o “naturalmente” à democracia e ao regime republicano, pela ausência das tradições que necessariamente legitimam as monarquias. Vale ressaltar também a noção de uma preexistência da nação, cujas aspirações manifestas “em todos os movimentos” legitimavam a adoção da república.

Essa perspectiva também está presente no conto “República”, de Júlia Lopes de Almeida (1911, p. 161-163), no qual um menino esclarece com o pai as dúvidas suscitadas pela lição do professor:

- Qual é diferença entre república e monarquia? [...]
- A diferença principal é esta: a República é o governo do povo todo, e a monarquia é o governo de uma família privilegiada, que se julga e se diz investida de um direito divino, que a autoriza a governar por todo o sempre a nação [...]. O defeito maior desse sistema está nisto: é que o povo não pode escolher para seu chefe o cidadão mais capaz, mais virtuoso ou mais hábil, e tem sempre que se sujeitar ao acaso [...].
- E na República?
- Na República não é assim. A República moderna tem esta divisa ou lema: ‘Liberdade, Igualdade, Fraternidade’. Ora, como todos os homens são livres, iguais e irmãos, o povo escolhe livremente entre os mais competentes, os mais honrados, os mais sábios, aquele que há de governá-lo e dirigi-lo [...].
- E porque se substituiu no Brasil a monarquia pela República? [...]
- Olha meu filho, as monarquias neste século de liberdade não existem porque sejam necessárias; vivem da tradição, do prestígio da antiguidade [...]; ora, a monarquia no Brasil não tinha essa força da tradição, porque era recente e porque começou por um príncipe estrangeiro que não era simpático a todos os brasileiros; enquanto que a idéia da República [...] já tinha essa força tradicional, pois já por ela, em repetidas lutas, muitos brasileiros haviam derramado o seu sangue.

Em *O Tico-Tico*, a seção “As lições de vovô” de 14 de novembro de 1906 procurava demonstrar as vantagens da República, traduzindo a visão utópica de uma meritocracia que estava longe de existir, apelando mesmo para o exagero de atribuir uma origem humilde a todos os presidentes do Brasil, até aquele momento:

[...] Ainda outra vantagem: não havendo na República o tal privilégio de família, a tal imposição do governo perpétuo de uma só pessoa que muitas vezes não vale nada; sendo considerados iguais todos os cidadãos, qualquer deles pode apurar o seu merecimento, ter o desejo de subir até a maior altura, e, um dia subir mesmo.

Quantos presidentes da república tiveram um nascimento humilde? Quase todos, bastando citar Lincoln nos Estados Unidos, Loubet na França, e todos os do Brasil – Deodoro, Floriano, Prudente, Manoel Victorino, Campos Sales, Rodrigues Alves, e, agora, Afonso Pena. Nenhum destes nossos presidentes tem o chamado sangue azul nas veias – o sangue dos fidalgos. Estudaram, combateram, trabalharam, como eu, como os pais de vocês, como toda a gente que vocês conhecem. Distinguiram-se pelo esforço próprio ou pelo prestígio que adquiriram entre seus iguais. Foram escolhidos, uns pela sorte, outros pela vontade dos seus patrícios, para dirigirem os destinos do Brasil. Não herdaram o direito de governar: conquistaram-no por qualquer merecimento. Eis o que é a República.

Uma exceção a esta visão utópica está presente em *Minha terra e minha gente*. Neste livro, Afrânio Peixoto (1916, p. 169) parecia favorável a adoção do regime citando a frase: “A América deve ser republicana”. Não obstante, seu balanço sobre a história da república ressaltava muitos problemas:

À República devem-se, entretanto, males que não convém esquecer, se não do regime, ao menos culpa de homens pouco capazes que a têm servido: As classes parasitárias voracíssimas – funcionalismo público e classes armadas – oneram dia a dia o orçamento e nos arrastam à ruína.

A instrução pública, constante e maior cuidado do Império, minguiu e degenerou [...].

A corrupção eleitoral, que já era grande na Monarquia, tocou ao auge: quase não há mais eleições, dignas desse nome, e os homens de certo pudor, para não concorrer à farsa ou à fraude, relutam em ser eleitores ou comparecer aos comícios. [...]

Nenhuma organização do trabalho [...].

Só a instrução difundida, que cria uma consciência coletiva, capaz de escolher e impor homens idôneos, nos daria bons administradores. Por isso, à medida que baixa o nível dela, aumenta o desgoverno do Brasil. Na República tem então havido períodos nefastos.

Cumpre, como medida de salvação pública, cuidar da instrução primária, da instrução profissional, da educação moral e cívica, sem as quais os povos degeneram na barbaria passiva, preliminar da submissão aos mais capazes⁹⁰.

Em relação aos benefícios do regime, Afrânio Peixoto relativizava o papel da República, “nem todas as promessas e esperanças se realizaram”, dizia ele. Contudo, ponderava que se com tantas decepções não se retornava ao regime monárquico era porque já se ia “acreditando que as formas de governo mudam pouco quando os homens continuam os mesmos”. Entre os benefícios “pelos quais a República não é inteiramente responsável, mas que se realizaram na vigência dela”, segundo o autor, estavam a “liberdade de culto”, a “delimitação das nossas fronteiras”, o “progresso material enorme”, e “o saneamento das cidades principais e até a aplicação dele a grandes obras nacionais”.⁹¹

No *Breviário Cívico*, a república mais uma vez era um sinônimo de democracia, conforme se depreende da definição de Coelho Netto (1921, p. 91):

A Republica é uma democracia ou regime político no qual domina a vontade do povo que, em sufrágio livre, elege os mandatários da sua soberania.

É a forma de governo ideal quando o Povo, convenientemente preparado pela instrução, que lhe dá o conhecimento e, com ele, a independência moral, exerce conscientemente o seu principal direito (e dever cívico) que é o de escolher entre os homens superiores os seus representantes, mantendo-os com a renovação do mandato [...], ou destituindo-os pela recusa do voto, que é a força política com que o arma a Nação.

Também no *Catecismo cívico* parecia apresentar-se uma concepção semelhante:

P. – Que se entende por democracia?

R. – Chama-se democracia ao regime político que admite a participação do povo na feitura das leis e no governo do país. [...]

R. – Os caracteres principais da democracia são os seguintes: neste regime, o povo é considerado origem de todos os poderes e fonte de toda autoridade; as funções públicas são temporárias e os poderes limitados por leis; os funcionários e autoridades são responsáveis pelos seus atos; é garantida a liberdade de ação a cada qual, em tudo aquilo que não ofenda a liberdade dos outros.

⁹⁰ Ibidem, p. 186-190.

⁹¹ Ibidem, p. 180-185.

P. – Quais são as vantagens do regime democrático?

R. – O regime democrático abre aos homens de valor e merecimento o acesso aos cargos de direção. Desenvolve nos indivíduos o sentimento da própria dignidade e da responsabilidade. Garante melhor os direitos de todos, porque a todos concede os meios de os defender. Faculta a livre discussão dos negócios públicos, de modo que possam ser encaminhados pelo rumo mais conveniente à nação, permite a sua fiscalização e a repressão dos abusos.

P. – Quais são as condições de existência da democracia?

R. – Para que a democracia possa existir realmente em uma nação é necessário que o povo seja esclarecido pela instrução e elevado pela educação moral e cívica.

P. – Como está organizada a nossa pátria?

R. – O Brasil, nossa pátria, está organizado em uma república federativa, sob o regime representativo, composta de vinte Estados, o Distrito Federal e o território do Acre, unidos e indissolúveis. [...]. (BRANT, 1921, p. 31-32)

Finalmente segundo o *Diurnal cívico*, numa síntese: “O característico essencial da República consiste na ausência completa de privilégios de toda e qualquer espécie. Por isso, toda a República é uma democracia, isto é, o governo de todos por todos, sem distinção de classes, de fortuna ou de qualquer outro gênero” (OSÓRIO, 1920, p. 134).

Contrastando com o liberalismo oligárquico que caracterizava a Primeira República, essa idealização de uma república definida como uma democracia na qual inexistiam “privilégios de toda e qualquer espécie” e os indivíduos tinham como único valor o mérito expressava a utopia daqueles intelectuais. Vale ressaltar o consenso a respeito da instrução primária e da educação moral e cívica como fatores ou ainda “condições de existência” da democracia.

2.7 Os símbolos nacionais

Uma das funções mais importantes da educação cívica era promover o reconhecimento e o culto dos símbolos nacionais.

Na revista *O Tico-Tico* referências à bandeira e ao hino são freqüentes. Na reprodução da letra do Hino à Bandeira publicada em 21 de março de 1906, destacava-se o seguinte motivo: “Talvez nem todos os petizes conheçam ainda os versos do Hino à Bandeira que *O Malho* publicou sábado último. A música é do maestro Francisco Braga e os versos são poeta Olavo Bilac. Aí os reproduzimos para que, decorando-os, os meninos vibrem do amor e do respeito que, todos nós brasileiros sentimos diante do sagrado estandarte da nossa terra!”.

A letra do hino de Bilac (1996, p. 344) também estava reproduzida em *Poesias infantis*, e reforçava as idéias do “país novo” ou “juvenil” e da projeção para o futuro de um destino grandioso a ser alcançado desde que seus filhos cumprissem o seu “dever”:

Salve, lindo pendão da esperança!
 Salve, símbolo augusto da paz!
 Tua nobre presença à lembrança
 A grandeza da Pátria nos traz.
 Recebe o afeto que se encerra
 Em nosso peito juvenil,
 [...]
 Contemplando o teu vulto sagrado,
 Compreendemos o nosso dever:
 E o Brasil, por seus filhos amado,
 Poderoso e feliz há-de-ser!
 [...]

A bandeira também aparecia em muitas fotos de grupos de escolares publicadas em *O Tico-Tico* na seção que se torna constante a partir de 1906, como a dos alunos do Colégio Central do Paraná, no dia 7 de julho de 1909, que trazia a seguinte legenda: “os alunos uniformizados e perfilados em continência à bandeira, por ocasião de uma formatura realizada após 23 dias de exercícios [...]”. (O TICO-TICO, 1909, n. 196)

Júlia Lopes de Almeida dedicou o primeiro texto de *Histórias de nossa terra* a “Nossa Bandeira”, procurando explicar o sentido deste símbolo nacional, assim como os sentimentos que devia inspirar, ressaltando principalmente o seu caráter integrador na constituição da nação:

Verde, da cor dos mares e das florestas que embelezam a nossa terra [...]; azul, como o céu infinito em que abre os braços lúcidos o Cruzeiro do Sul; dourada, como o sol que alegra o espaço e fecunda os campos, a nossa bandeira retrata nas suas cores as supremas maravilhas do universo!

Filhos do Sul ou filhos do Norte, qual de nós não estremecerá de orgulho à sua glória? Qual de nós não se comoverá vendo-a desfraldada em país estrangeiro, ou não se sentirá capaz das maiores audácias para a defender de uma afronta e livrá-la de uma derrota?

A nossa bandeira é como um pátio confraternizador sobre a cabeça de todos os brasileiros. Unamo-nos para honrá-la na sua grandeza e para que ela seja para nós além do símbolo da Pátria, o símbolo do Bem, da Razão, da Justiça. Só é inatingível o que é impecável; só é forte o que é puro. São as virtudes do povo que tornam a sua bandeira respeitada; são os seus trabalhos, os seus empreendimentos, o poder da sua inteligência, a inteireza do seu caráter e a magnanimidade do seu coração, que lhe dão prestígio diante de todo mundo.

Assim, esforcemo-nos para que à sombra da nossa bandeira só nasçam e se desenrolem belas ações. Que ela pacifique gentes inimigas, [...]; que ela, que tem na cor a sugestão da esperança, sorria ao estrangeiro em doce acolhimento acenando-nos a todos para um futuro bonançoso e amplo.

Irmãos do Norte! Irmãos do Sul, amigos! Unamo-nos em torno da nossa bandeira; que os elos que nos ligam se não dessoldem nunca, para que seja grande a sua glória e poderosa a sua Força! (ALMEIDA, 1911, p. 7-9)

Em *Saudade* de Tales de Andrade (1948, p. 139-141), cujo cenário principal é uma cidade do interior, a passagem de escoteiros e soldados promove, em um espetáculo “raro”, a identificação dos habitantes daquela pequena localidade com os símbolos nacionais, no capítulo intitulado significativamente de “Patriotas”:

– São soldados. Que beleza!

[...] Os trabalhadores largavam da enxada ou do arado, os meninos e meninas deixavam os brinquedos, e até mulheres com filhos no braço, saíram para ver aquele raro e bonito espetáculo.

[...] Era a Companhia de Guerra da localidade, acompanhada de algumas patrulhas de escoteiros. [...]

No meio da formatura, sustida por um oficial alto, [...] aparecia tremulando a bandeira brasileira, linda, muito linda! [...]

O comandante mandou dar três vivas, em homenagem aos lavradores brasileiros. [...]

Nisso, um menino, o Paulino, saltou sobre o mourão da porteira, arrancou o chapeuzinho de palha rasgado e gritou:

– Vivam os defensores do Brasil!

– Vivam! Gritaram todos num delírio de entusiasmo.

A bandeira chegava nesse instante.

A banda de música, [...] rompeu o Hino Nacional.

Os soldados e os escoteiros fizeram continência, as espadas dos oficiais brilharam ao sol, todos os civis se descobriram.

De grota em grota e de coração em coração ecoou aquele Hino vibrante, a voz querida de nossa Pátria!

Em *Contos Pátrios*, a bandeira e o hino têm um papel ativo na exposição apoteótica da transformação do ex-caipira Anselmo, ressentido com o recrutamento, em soldado leal à pátria representada naqueles símbolos, no momento de sua partida para a guerra do Paraguai:

No cais, a multidão abria alas. E quando o batalhão estacou, quando se calou a música, o povo prorrompeu em vivas. [...] De repente, a música tocou os primeiros compassos do hino nacional. Um vento brando, vindo do mar, agitou a bandeira brasileira, que estava no centro do pelotão. A bandeira desdobrou-se, palpitou no ar, espalmada, com um meneio triunfal. Parecia que o símbolo da Pátria abençoava os filhos que iam partir, para defendê-la.

E, então, ali, a idéia sagrada da Pátria se apresentou, nítida e bela, diante da alma de Anselmo. E ele, compreendendo enfim que a sua vida valia menos que a honra da sua nação, pediu a Deus, com os olhos cheios de lágrimas, que o fizesse um dia morrer gloriosamente, abraçado às dobras daquela formosa bandeira, toda verde e dourada, verde como os campos, dourada como as madrugadas da sua terra. (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 104)

No *Breviário Cívico*, Coelho Netto (1921, p. 21-22) procurava explicar o significado dos símbolos nacionais. Sobre a bandeira, recorrendo às analogias com a religião conforme uma tendência que vinha ganhando força, afirmava:

Não há religião sem Deus nem Pátria sem bandeira. Prestar culto à bandeira é venerar o espaço e o tempo nos limites geográficos de uma nação e neles a raça e tudo que ela representa e abrange. Venera-se na bandeira o espaço pelo amor à terra maternal. Venera-se nela o tempo pelo culto ao passado, de onde ela vem; no amor do presente, a que ela assiste e na ânsia pelo futuro para o qual ela acena desfraldada no mastro. Honra-se a raça pelo respeito religioso que se deve aos mortos construtores e semeadores; pela solidariedade que se deve aos vivos, colaboradores na obra do engrandecimento nacional, e pela confiança com que esperamos os que hão de vir continuar a construção em que trabalharam os que são hoje terra, e em que trabalhamos nós. Que é a bandeira? É um pano e é uma nação, como a cruz é um madeiro e é toda uma Fé.

Já a respeito do hino, tentava descrever a emoção provocada pela melodia, para em seguida reproduzir as letras dos hinos da Independência, Nacional, da República e à Bandeira:

Se uma só palavra do nosso idioma, ouvida a alguém em terra alheia, toca-nos fundo o coração no que ele tem de mais sensível, como nos não há de comover o hino que é, a bem dizer, a benção maternal da mesma Pátria? Toda ela se contém nos sons da augusta melodia como toda a bondade, toda a ternura, toda a dedicação, todos os sacrifícios, todo o amor, enfim, resumem-se neste vocábulo pequenino: Mãe⁹².

A reprodução das letras dos hinos e os comentários a respeito da bandeira e das armas integravam os manuais de educação cívica que seguiam o mesmo modelo do *Breviário cívico*, como *Catecismo cívico* e *Brasil! Diurnal cívico*. Em todos ressaltava-se a função de comunhão e a sacralidade que revestia os símbolos nacionais. A função cívico-pedagógica dos símbolos nacionais, contudo, não deveria ser cumprida propriamente pelos textos, mas principalmente nos ritos e festas que, dirigindo-se a um público não restrito aos estudantes, foram caracterizadas em um outro contexto como “as escolas do homem feito” (OZOUF, 1989, p. 819).

2.8 Civilização e progresso

A civilização e o progresso do país, pode-se dizer, eram os objetivos maiores dos projetos que visavam difundir o patriotismo, constituindo-se nos principais parâmetros da “grandeza da pátria”, a qual tinha como fator principal, na literatura cívica, a infância brasileira.

⁹² ibidem, p. 25

No conto “Civilização” de Olavo Bilac (1932, p. 269 et seq.), o menino Otávio pergunta ao pai na hora do jantar o que significa aquela palavra:

- Por que perguntas isso, Otávio?
- Porque está escrito neste livro que os exploradores da Ásia, da África e dos pólos têm o propósito de levar a civilização a essas regiões... então os homens que lá vivem não são homens como nós?
- São homens como nós, meu filho, mas não são civilizados como nós somos... [...]
- A civilização, que é a difusão das riquezas materiais, intelectuais e morais, não pode nunca, sem um longo trabalho de reforma paciente, tomar conta de um país. Para que um povo tenha civilização, é necessário que o moroso passar dos séculos vá aperfeiçoando o caráter desse povo. Assim se a terra brasileira é hoje próspera e forte, foi necessário para isso o esforço coletivo e anônimo das gerações que se tem sucedido. Tu, que nasceste em plena civilização, gozando os benefícios que o trabalho dos teus antepassados preparou, concentra o teu espírito, e, contemplando o presente e lembrando o passado, compara-os, admirando o que foi esse lento progresso. Lembra-te, primeiro, da antiga bruteza deste solo: as selvas espessas e impenetráveis sucediam-se, como enormes muralhas; os rios, largos e acachoeirados, opunham novas barreiras ao passo humano; toda a natureza se mostrava concertada para repelir outros habitantes que não fossem os que ela já possuía, rudes e selvagens como ela. [...] Compara esses tempos ao tempo de agora! Vê como a terra brasileira está coberta de uma população de dezoito milhões de homens; o esforço humano venceu a hostilidade da natureza. [...] dominaram os rios; as feras recuaram; e o arado rasgando vitoriosamente a terra, deixou-a submissa e amiga. Abre agora um mapa, e vê como as estradas de ferro serpeiam, transpondo as águas, furando os montes, servindo os centros rurais, parando de espaço a espaço, ao pé de uma cidade, para logo correr de novo pelos campos, em busca de outras... De extremo a extremo do país, a civilização estendeu essa rede prodigiosa, que é como a ramificação de uma árvore imensa: [...] ocupando todas as zonas povoadas ou por povoar. É por essa imensa combinação de canais que circula a atividade do trabalho, como pelas artérias e pelas veias do corpo humano circula o sangue que mantém a nutrição do organismo. E repara agora como, acompanhando as locomotivas, que voam pelos trilhos, se estendem os fios telegráficos, constantemente vibrando, conduzindo a eletricidade invisível e poderosa, que transmite o pensamento, e que congrega num mesmo ideal de ordem, de disciplina, de submissão ao governo da lei todos os cérebros... E observa agora o conforto da gente que trabalha. A sua habitação já não é a rude *taba* do selvagem, nem a feia *senzala* dos escravos, onde em promiscuidade imunda os deserdados da fortuna penavam e morriam. A senzala desapareceu, como desapareceu a *oca*. Limpa e arejada, a habitação atual do lavrador, do trabalhador livre, sorri, como a morada da paz e da fartura. [...] agora, vê que multidão de cidades há espalhadas pela tua terra, meu filho!... [...] E, enquanto os homens vão para o trabalho, as crianças, logo às primeiras horas do dia, partem para a escola... [...] E aí tens o que é a vida de hoje em tua Pátria, meu filho! E aí tens o que é “civilização”! Lembra-te de novo do tempo em que as tribos viviam por aqui, nuas e sem leis, e do tempo em que somente os braços dos pobres

cativos exploravam a terra, — e mede a extraordinária extensão do progresso que temos conquistado!

— E esse progresso é completo, papai?

— Não. O progresso humano é incessante e infundável. O trabalho do homem não para. No meio das imperfeições e das injustiças que ainda há nas sociedades civilizadas, esse trabalho é a garantia de um futuro cada vez melhor. O esforço coletivo, animado pelo amor e pela bondade, há de um dia nivelar todos os homens, e há de assentar no seio do planeta que habitamos a felicidade completa! Tu, que amas a terra em que nasceste, aprende, reconhecendo o valor do que os teus avós já fizeram, a sacrificar o teu próprio bem ao bem comum, para que os teus filhos e os teus netos possam abençoar a tua memória, como abençoas a memória dos que te deram a civilização!

Estradas de ferro, linhas telegráficas, eletricidade, residências limpas e escolas eram ícones do progresso e da civilização. O pai ensinava ao filho que este deveria sacrificar o “próprio bem ao bem comum”, para promover a civilização como prova de amor à pátria.

O atraso e a barbárie nesse texto eram identificados no passado nacional, “na antiga bruteza do solo” e nos seus habitantes “rudes e selvagens” ou em outros continentes como a Ásia e a África. No entanto, era comum também aos textos cívicos fazerem o contraste entre civilização e barbárie remetendo-se a lugares, específicos ou não, do próprio Brasil para demonstrar o segundo pólo. Esse é o caso de *Histórias da nossa terra*, no qual o tema é tratado em duas cartas. Na primeira o menino João escreve uma carta para seu amigo Eduardo de “uma nova porção da pátria”, e conta que neste lugar vinha lembrando a leitura que fizeram do Robinson Crusoé, imaginando “que deveria constituir para o homem um dos seus melhores orgulhos o transformar países incultos e bárbaros em núcleos pacíficos e civilizados” (ALMEIDA, 1911, p. 180). Já na carta de “Francisco”, dirigida a “um amigo”, ele conta que sendo apresentado por sua madrinha a um senhor, este lhe teria dito a qualquer pretexto:

— [...] Cresce com a idéia de fazer a Mato-Grosso todo o bem que um filho carinhoso e rico deve fazer a seus pais pobres... [...] A terra produz muito, é prodigiosa de fertilidade, mas isso não basta para lhe dar importância. Só prosperam os países em que os homens são cultos e trabalhadores. Cresce com a idéia de cortar o teu Estado de estradas de ferro, de lhe estudar as

culturas, de fazer propaganda para colonizar os seus sertões, de lhe aumentar as indústrias⁹³.

Com frequência, toda a idéia de civilização parecia estar simbolizada nas estradas de ferro, muitas vezes apresentadas como uma das principais condições de progresso do país. Em *Através do Brasil*, são citadas por um engenheiro de minas que os meninos Carlos e Alfredo conhecem na viagem entre Rio e São Paulo:

- Conhece a “Linha do Centro”, que disse partir da Barra do Piraí? – perguntou Carlos – já viajou por ela?
- Oh! Muitas vezes.
- E porque a chamam “Linha do Centro”?
- Certamente, porque é a linha que se dirige bem para o centro do país. É a linha principal. Esta aqui é apenas um ramal, que se continua com a Estrada de Ferro do Norte, e vai até São Paulo. Já percorri toda a linha do Centro. [...]
- [...] Mato Grosso, entre os Estados do Brasil, é o segundo em extensão territorial: [...]. Goiás também é gigantesco; [...]. Infelizmente essas duas colossais porções da terra brasileira são quase desconhecidas, por falta de vias de comunicação fácil com o litoral. Quando as estradas de ferro e as linhas de navegação fluvial tiverem estabelecido essa comunicação, ninguém pode imaginar a esplêndida prosperidade que reinará ali. Felizmente, já principiou uma era progresso. Já está adiantadíssima uma estrada de ferro – a de *Madeira e Mamoré* – comunicando Mato Grosso e o Atlântico, pelo Amazonas; o Estado, por meio da Estrada de *Bauru a Cuiabá*, será ligado a São Paulo e Rio de Janeiro; haverá uma ligação entre Goiás e Minas Gerais, pela Estrada de *Formiga a Goiás*; e haverá uma navegação a vapor nos rios Paraguai, Guaporé, Juruá e Mamoré... O solo é fertilíssimo, de extraordinário vigor; e ali as pastagens serão utilizadas para uma criação de gado, capaz de abastecer grande parte do mundo. (BILAC; BOMFIM, p. 320-329)

Em *O Tico-Tico* a responsabilização das crianças pela civilização e o progresso do país era feita, principalmente, nos textos dedicados à orientação profissional mas também procurava-se despertar o interesse pelas ciências em seções diversas, nas quais se exaltava as maravilhas da tecnologia.

Na seção “As lições de vovô” são inúmeros os textos sobre máquinas a vapor, navegação aérea, invenções, etc, quase sempre ressaltando o sentido de recompensa pelo

⁹³ Ibidem, p. 184-185.

estudo e pelo trabalho, entendidos como forma de superação não só da pobreza como da mediocridade e do anonimato:

[...] Aí tem meninos, muito por alto, a história dessa grande invenção, que mostrou mais uma vez o quanto pode o estudo, a força de vontade e a paciência, tanto nos homens de posição, como no marquês de Worcester e o Dr. Papin, quanto nos homens de humilde condição, como esse grande inglês James Watt e outros, e outros... (O TICO-TICO, 1906, n. 36)

Em “A arte de formar brasileiros”, a valorização da mecânica e da eletricidade para o desenvolvimento industrial também foi tema de vários números.

Muitas vezes, porém, o progresso exigia sacrifícios extremos, como o dos soldados mortos numa explosão acidental enquanto trabalhavam na expansão das linhas telegráficas para o Centro-Oeste do país. A tragédia seria noticiada em *O Tico-Tico* no dia 27 de março de 1907, sob o título “Um acidente. Vítimas do dever”.

Deu-se há poucos dias em Mato Grosso, no sertão onde uma comissão militar está construindo uma linha telegráfica, um terrível e doloroso desastre. O trabalho, que se está fazendo é dos mais importantes. Os soldados, sob a direção de alguns oficiais notáveis pela sua elevada instrução e dedicado amor ao trabalho, estão abrindo caminho por entre matas ainda por explorar, barrancos escarpados, montanhas íngremes e pântanos doentios, não só para instalar uma linha telegráfica que nos permita ter comunicações rápidas e diretas com os nossos patrícios residentes lá tão distante, como também para construir uma estrada cortando aquelas regiões futuras mas ainda quase totalmente desconhecidas.

Essas obras são muito difíceis principalmente pela irregularidade do terreno; em certos lugares é necessário aterrorizar valas, em outros rasgar montanhas para abrir caminho.

Num desses trabalhos, na ocasião em que um oficial estava com dois soldados preparando uma mina para abrir uma montanha, a dinamite estourou de repente atirando ao ar esses infelizes, que ficaram muito feridos.

Vejam vocês quantos sacrifícios custam os trabalhos necessários aos melhoramentos de nosso país! Isso deve fazê-los amar ainda mais esta terra que é nossa e que vais sendo explorada, e melhorada dia a dia pela dedicação e o esforço de patriotas heróicos ou sábios como esses, que em Mato Grosso foram vítimas do mais nobre dos deveres.

Trabalhar pelo bem da pátria.

A mensagem é clara: a morte à serviço da pátria não era em vão. Em *América*, após o falecimento de um dos alunos, ainda no cemitério o diretor da escola ensina ao aluno

Libânio a relação entre o patriotismo e a morte, num discurso em que a pátria é apresentada como única instância capaz de conferir um sentido maior à existência individual:

- Aqui tudo acaba, falou pausadamente:
- Nem tudo, senhor Libânio. Os que aqui estão vivem ainda conosco em espírito. Todos, mais ou menos, trabalharam para o engrandecimento da Pátria e as suas obras hão de perdurar. Aqui apenas acaba o corpo e todo homem deve lutar pela vida, que não é, propriamente, a luta contra a morte do corpo mas sim a luta contra o esquecimento, que é a morte do nome. Só acabam no cemitério os inúteis – os fortes têm a vida perpétua nas páginas da História. Nem tudo acaba: os feitos e os exemplos perduram. (COELHO NETTO, 1897, p. 47)

O nacionalismo expresso pelos textos cívicos vinculava-se estreitamente aos ideais da modernização, sendo um condição do outro, pois a formação da nação era vista como necessária ao progresso e a civilização do país e vice-versa. Daí o trabalho, entendido como “dever do cidadão” e cooperação “para a prosperidade e grandeza da pátria” (BRANT, 1921, p. 25), principalmente nas atividades que se associavam diretamente à idéia de progresso, como os meios de comunicação e transportes, entre outros, equiparar seus homens, às vezes transformando-os em heróis, aos soldados que entregam a vida para lutar pela honra da pátria.

No caso de *O Tico-Tico*, seu alinhamento com outros projetos que naquele momento visavam o progresso do país fica evidente no texto sobre um episódio envolvendo o ex-prefeito Pereira Passos e um “quiosqueiro”, uma das vítimas da reforma urbana empreendida por Passos. O conflito é representado como uma luta entre o progresso e o atraso, e foi relatado na seção “As lições de vovô” no dia 21 de novembro de 1906:

Meninos:

[...] não posso deixar passar em claro esse caso da derrubada e fogo nos quiosques que tanto vos interessou.

Grande lição encerra esse caso, meninos! Afinal de que se tratava? Tratava-se de uma covardia, de uma falta de respeito [...] a um homem público cheio de serviços: tratava-se de uma afronta à opinião geral, que vê no Dr. Passos, no grande, no inolvidável ex-prefeito do Rio de Janeiro, um nome que nunca mais ninguém pode esquecer.

Esse infeliz kiosqueiro [sic], que não pode ser senão um maluco perverso ou um tipo excessivamente tapado e beócio, de duas uma: ou

serviu de capacho a inimigos poderosos do Dr. Passos, ou pretendeu achincalhar e menosprezar o homem que, além do seu passado já glorioso, acabava de transformar e embelezar a cidade do Rio de Janeiro [...].

Felizmente não foi adiante essa falta de respeito [...]. Não foi avante essa afronta à maioria da opinião da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil: o povo limpo, a mocidade sempre generosa e justiceira, castigou o próprio kiosqueiro [sic] perverso e, o que é melhor ainda – a súcia de indivíduos contrariados pela energia do Dr. Passos na luta que ele teve de sustentar contra todos os maus costumes, contra os habitantes atrasados de uma cidade secular, onde cada um fazia o que muito bem entendia, só para seu proveito particular e em prejuízo do proveito geral: onde muita gente, pela falta de ter dinheiro e posição, julgava o Rio de Janeiro uma feitoria sua e se opunha, por todos os meios, ao progresso que hoje em dia apresentam as capitais civilizadas [...].

O quiosque! O quiosque!...Uns propagam às claras o vício do jogo; outros são um atestado vergonhoso de imundície sobre as sarjetas das ruas; e, quase todos, são os estafermos que impedem o livre trânsito, a livre passagem da gente pelas calçadas.

O quiosque representa o atraso.

Pois muito bem, meninos! Foi de um desses estabelecimentos que partiu o insulto contra o nosso ex-prefeito que, pelos atos que praticou em benefício desta cidade, representa com as medidas sanitárias o progresso, a civilização, o bom nome da capital do Brasil.

Ressaltando a civilização e o progresso como ideais máximos, sendo suas realizações aferidas como medida de “grandeza da pátria”, os projetos contidos nos textos cívicos inseriam-se e atuavam no movimento sintetizado no ideal de regeneração que transformava não só a aparência da cidade do Rio de Janeiro como também modificava hábitos, costumes e idéias, organizando “todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que a vivenciam” (SEVCENKO, 2003, p. 58)

Atuando de forma privilegiada no cotidiano das famílias letradas, redesenhando sua auto-representação perante a sociedade, alguns textos cívicos cumpriram uma função civilizadora divulgando novos hábitos, virtudes e valores que iam se configurando como signos de distinção social.

2.9 As virtudes e os hábitos

A formação moral, como já foi dito, ocupava lugar de relevo nos projetos dirigidos à infância brasileira. Mas é importante notar que, em larga medida, muitos de seus temas, sem a significação patriótica que ganhavam nos textos cívicos, estavam também presentes na literatura infantil do período representada por traduções e pastiches de histórias como as dos *Contos do Arco da Velha* e *Histórias da Carochinha*.

Além da moldura nacional, outra diferença significativa, porém, é que a abordagem desses assuntos pela literatura cívica é totalmente laica, enquanto que o restante da literatura infantil, de maneira geral, incorporava muito do folclore, sendo o maravilhoso e o sobrenatural elementos característicos dessas histórias.

No prefácio de *Poesias Infantis*, Bilac (1996, p. 294) deixa clara a sua posição a respeito daquele modelo de literatura infantil, afirmando não ter colocado naquele livro “os animais que falam, nem as fadas que protegem ou perseguem crianças, nem as feitiçeras que entram pelos buracos das fechaduras”; mas sim “descrições da natureza, cenas de família, hinos ao trabalho, à fé, ao dever, alusões ligeiras à história da pátria, pequenos contos em que a bondade é louvada e premiada”.

Expressão melhor dessa perspectiva é a forma como o autor usava essas histórias na construção de personagens associadas a uma ordem ultrapassada ou à ignorância, enquanto outras assumiam a função de educar conforme princípios mais modernos e adequados. Os poemas “A avó” e “A mãe” sugerem fortemente esse contraste. No primeiro, a avó, que tem oitenta anos,

Conta histórias de quimeras,
Em que há palácios de fadas,
E feitiçeras, e feras,
E princesas encantadas...
E os netinhos estremecem,
Os contos acompanhando,
E as travessuras esquecem,
Até que, a fronte inclinando

Sobre o seu colo, adormecem... (BILAC, 1904, p. 7)

Já “A mãe” responde corretamente ao filho que pergunta:

Ó Mamãe! Quando adormecem
 Todos, num sono profundo,
 Há mesmo almas do outro mundo,
 Que aos meninos aparecem?
 A mãe
 Não creias nisso! É tolice!
 Fantasmas são invenções
 Para dar medo aos poltrões:
 Não houve ninguém que os visse!
 Não há gigantes nem fadas,
 Nem gênios perseguidores,
 Nem monstros aterradores,
 Nem princesas encantadas!
 As almas dos que morreram
 Não voltam à terra mais!
 Pois vão descansar em paz
 Do que na terra sofreram.
 Dorme com tranqüilidade!
 Nada receia, meu filho,
 Quem não se afasta do trilho
 Da Justiça e da Bondade. (BILAC, 1996, p. 319)

Vale destacar também o fato de que tanto a mãe quanto a avó sejam representadas no exercício de seu papel de educadoras das crianças. Ainda na obra de Bilac, o conto “Mãe Maria” é exemplo da influência negativa dos escravos na formação das crianças, conforme já mencionei acima.

Na literatura cívica as atitudes, corretas ou erradas, são premiadas ou punidas pelo reconhecimento ou pela reprovação, ou ainda por gerar situações objetivas de recompensa ou castigo.

Esse modelo pedagógico associado ao sentido patriótico totalizador, constitui um sistema de compreensão que confere significados próprios aos atributos da bondade, da generosidade, da honestidade, etc, também objetos da pedagogia moral efetuada pela literatura infantil de maneira geral.

Os manuais da década de vinte procuraram definir com precisão as qualidades ou virtudes que os romances e contos cívicos já incluíam na representação da infância brasileira. Segundo o *Diurnal cívico* (OSÓRIO, 1920, p. 27-33), virtude “é o hábito que facilita o conhecimento e a prática do bem”, sendo virtudes cardeais: “a ordem; o asseio; a prudência; a temperança; a resolução; a justiça; o brio; o altruísmo; o trabalho; a economia; o culto à verdade; a humildade; a tranqüilidade”.

Já no *Catecismo cívico* (BRANT, 1921), destacava-se: a ordem, o asseio, a cortesia, a honra, a justiça, a probidade, o amor da verdade, a bondade, a tolerância, a generosidade, a coragem, a diligência, a vontade, a prudência, a obediência e a temperança.

O asseio, a temperança e o trabalho já foram comentados acima. A bondade por vezes é demonstrada com relação aos animais, outras na forma da generosidade, e é o principal clichê da literatura infantil em geral, ainda que a forma assumida nos textos cívicos seja diferente, seguindo o modelo dessa literatura. Em *Poesias Infantis*, no poema “A Borboleta” um menino traz para casa a sua presa e mostra à mãe contando sua intenção em “pregá-la” numa parede da sala, sendo repreendido pela mãe:

“Solta essa pobre-coitada!
Larga-lhe as asas, Alfredo!
Vê como treme assustada...
Vê como treme de medo...
Para sem pena espetá-la
Numa parede, menino,
É necessário matá-la:
Queres ser um assassino?”
Pensa Alfredo... E, de repente,
Solta a borboleta... E ela
Abre as asas livremente,
E foge pela janela.
“Assim, meu filho! Perdeste
A borboleta dourada,
Porém na estima cresceste
De tua mãe adorada...” (BILAC, 1904, p. 17-18)

A generosidade está presente em vários momentos no livro *Histórias de nossa terra* (ALMEIDA, 1911), como no conto “A pobre cega”, no qual um menino todos os dias dava

a uma cega o lanche que levava para a escola, ou em “O preto velho”, no qual uma família branca socorre um homem doente que estava na chuva em frente a sua casa.

Bondade, generosidade, probidade, honestidade e honra se combinam no episódio de *Através do Brasil*, no qual os rapazes se deparam com um homem acidentado na estrada. Enquanto Juvêncio ia procurar socorro, Carlos fica cuidando do moribundo que, sentindo que ia morrer, diz ao menino para pegar o dinheiro que levava consigo:

– Guarde... esse dinheiro, meu menino... Se eu morrer, antes de chegarem os socorros, pode... ficar com ele... É seu!
 – Não diga isso! – acudiu o menino. – O senhor não há de morrer. Guardarei o seu dinheiro, para entregá-lo ao senhor, quando chegarmos à vila ou à sua família. (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 247-248)

Logo que chegam ao sítio o homem morre, e Carlos, “quando viu que tinha passado a primeira explosão de dor, chamou de parte o genro do morto, e entregou-lhe o maço de dinheiro sem se referir à recomendação, que o velho lhe fizera, de guardar o dinheiro: repugnava-lhe aceitar aquele legado, cuja legitimidade não poderia provar”. O genro, porém, ao saber das precárias condições de sua viagem, quis facilitar-lhes os recursos para o transporte até a Bahia. É Juvêncio, então, quem intervém “com bom senso”, e sugere a Oliveira que emprestasse algum dinheiro para que eles fossem até a Bahia, onde encontrariam um amigo da família que poderia devolvê-lo. O genro do morto acaba cedendo quando percebe que somente como um empréstimo Carlos aceitaria a ajuda.

O “culto à verdade” é exemplificado por Coelho Netto com o clichê do menino que mentia tanto que quando falava a verdade ninguém acreditava. Em *América* (COELHO NETTO, 1897, p. 61), o menino passa mal e o professor ignora. Depois se justifica dizendo: “A culpa não é minha, disse o professor, voltando à cadeira... mente tanto que, quando, uma vez, diz a verdade, ninguém lhe dá crédito”. Já no conto “O mentiroso” do mesmo autor, o desfecho é bem mais trágico. Dois meninos vão brincar no rio e o mentiroso se afoga enquanto o outro pensa que ele estava pedindo socorro de mentira:

– Eu bem ouvi o seu grito, bem ouvi, mas ele mentia tanto...
 Dias depois, apareceu coberto de ervas e horrivelmente deformado o cadáver do pequeno André; e o companheiro, vendo-o, soluçou ainda: — Coitado! Mas foi por culpa dele. Mentia tanto! (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p.)

Dos hábitos e virtudes apregoadas pela literatura cívica é importante ressaltar, além dos já destacados, a “ordem” e o “brio”.

A ordem, definida pelo *Diurnal cívico* (OSÓRIO, 1920, p. 27) como “cada coisa ter o seu lugar e cada negócio o seu tempo” e pelo *Catecismo cívico* (BRANT, 1921, p. 13) de forma semelhante como “cada objeto em seu lugar, cada coisa a seu tempo”, era conforme este último “uma regra de vida e de ação”. Segundo Brant, “as pessoas que têm ordem no emprego do seu tempo, das suas faculdades e dos seus recursos, tiram deles melhor proveito e obtêm com pouco o que os desordenados só conseguem com muito ou não chegam a conseguir”.

Em *O Tico-Tico*, a seção “A arte de formar brasileiros”, publicada em 3 de outubro de 1906, tinha justamente “a ordem” como tema:

[...] Chama-se ordem nos trabalhos de qualquer espécie a organização metódica e inteligente e calma do serviço.
 E isso tem enorme importância. [...] Havendo ordem até parece que o tempo chega para tudo, por que um serviço desregrado demora sempre muito mais do que o serviço feito calmamente com regras seguras.

E, complementar à ordem, o bom aproveitamento do tempo era o assunto tratado na mesma seção em 12 de setembro daquele ano:

[...] Todo o homem verdadeiramente inteligente, e, portanto, todo menino que deseja vir a ser um homem de valor, deve ter sempre em mente a idéia de que uma das coisas mais preciosas na vida é o tempo. [...]

É preciso aproveitá-lo bem. Os ingleses que são grandes homens de negócios e constituem um povo tão forte, tão rico, tão próspero, que assombra o mundo, os ingleses que são invejados por todo o resto da Europa e respeitados por todo o universo, costumam dizer que o tempo vale dinheiro.

Isso é uma verdade profunda. Quem perde tempo perde dinheiro, porque deixa de fazer coisas que lhe poderiam dar lucro.

O tempo deve ser aproveitado com regra e método, para evitar futuros arrependimentos. [...]

O bom aproveitamento do tempo e a ordem demonstram mais uma vez a associação entre o nacionalismo dos projetos cívicos e a ascensão de valores burgueses, ressaltando a obsessão com a “utilidade” do indivíduo presente também na preocupação com a saúde. Segundo Revel (1997, p. 176), o controle do tempo era um aspecto fundamental da civilidade moderna, de modo que a criança deveria ser capaz de exercer “sobre si mesma um controle constante de seu tempo, de suas ocupações e de suas atitudes”.

Este controle está exemplarmente descrito em *Histórias de nossa terra*, numa carta na qual uma menina relata a sua irmã como segue de bom grado o “regime” instalado por sua mãe:

Minha boa Olympia
Natal, 9 de Janeiro

Depois que partiste, quem administra os meus estudos é a nossa querida irmã Alice.

Em obediência ao bom regime estabelecido em casa por nossa mamãe, continuo a levantar-me às seis horas da manhã. Depois de tomar o meu banho frio e de arrumar o meu quarto, visto-me, almoço e saio para o colégio; antes de sair, porém, examino sempre a bolsa, verificando se tudo está em ordem. [...] Os bons exemplos que recebi de ti e de Alice fazem-me ser cuidadosa e previdente. Percebo que nossos pais estão satisfeitos comigo, e isso basta para fazer a minha felicidade!

[...] Escrevo-te às sete horas da noite; vou fechar esta carta para estudar um pouco, bem sabes que tenho ordem de ir para a cama às oito horas. A este método inalterável que tenho para tudo, é que devo o ter tão boa saúde e tanto sossego, e é ainda devido a ele que te posso dizer: empreguei bem o meu dia, estudei, brinquei e vou adormecer com a consciência tranqüila. [...] Isaura (ALMEIDA, 1911, p. 43-46)

O brio, por sua vez, era a virtude que equivalia à honra, à dignidade, ao amor-próprio e à coragem. Em *América* (COELHO NETTO, 1897, p. 54-55), o diretor da escola ao destacar o mérito do aluno Libâneo, resalta essa virtude: “Senhor Castro, [...] aqui não há castas e se há uma superioridade essa é a que pode alegar o senhor Libânio que, sendo um

dos meninos de mais brio que tenho conhecido, é um dos melhores estudantes do meu colégio”.

É importante lembrar que o brio é uma qualidade fundamentalmente viril. A ênfase nessa virtude reforça a hipótese de que no horizonte da formação da infância brasileira construía-se também, a partir da combinação entre valores burgueses, virtudes patrióticas e valorização do modelo militar, certo ideal de masculinidade que caracterizaria o cidadão perfeito.

2.10 Escoteiros e soldados

Criado em 1908, na Inglaterra, o movimento escoteiro chegou ao Rio de Janeiro dois anos depois, com a fundação do Centro de *Boys Scouts* do Brasil em 1910⁹⁴.

Entre os princípios do escotismo estavam: o desenvolvimento físico, moral e intelectual; a apreciação da natureza; a prática de “boas ações”; o trabalho em equipe; a disciplina e o trabalho voluntário.

As afinidades entre os princípios do escotismo e o programa da literatura cívica para a formação moral e física da infância brasileira eram bastante evidentes. Ficam ainda mais

⁹⁴ O escotismo, criado pelo General Baden Powell, era uma prática educativa com forte inspiração militar, dirigida primeiramente a adolescentes do sexo masculino e depois estendida a crianças a partir de sete anos de idade e meninas. O termo “scout” também tinha origem militar. No exército britânico era o encarregado de fazer o reconhecimento do território inimigo para recolher informações úteis ao planejamento das operações militares. A primeira notícia sobre o Escotismo publicada no Brasil, foi o artigo intitulado “Scouts e a Arte de Scutar”, na revista *Ilustração Brasileira* do dia 1 de dezembro de 1909. Além do Centro fundado no Rio de Janeiro em 1910, a partir de 1914, começariam a se multiplicar os núcleos em outras cidades, sendo o mais importante a ABE - Associação Brasileira de Escoteiros, criada em São Paulo, que registra o surgimento dos vocábulos “escoteiro” e “escotismo”. O escotismo espalhou-se pelo Brasil, sendo adotado inclusive como proposta educativa por governos municipais e estaduais. Em 1915 foi reconhecido como sendo de “utilidade pública” por um decreto do Poder Legislativo, sancionado pelo Presidente Wenceslau Braz. No mesmo ano o prefeito do Rio de Janeiro, Azevedo Sodré, introduziu o escotismo nas escolas públicas e publicou-se o primeiro manual do escotismo no Brasil, o “Livro do Escoteiro”, de Arnaldo Guinle e Mario Pólo, com introdução de Olavo Bilac e Coelho Neto. (BLOWER, 1994, passim)

claras ao observarmos as apropriações e aproximações feitas nessa literatura dos princípios e da figura dos escoteiros.

São duas as referências diretas nos livros analisados.

Em *Saudade*, (ANDRADE, 1948, p. 139-141) “patrulhas” de escoteiros desfilam junto aos soldados, “todos armados: os soldados de carabina e os escoteiros de bastões”, despertando o entusiasmo das crianças da pequena cidade, que os cercam, perguntando: “– ‘Para onde iam, se estavam cansados, se era bom ser escoteiro, para que servia ser escoteiro’...”

Os escoteiros, por sua vez, “a tudo respondiam”:

– Iam em excursão à cidade vizinha, ainda tinham que andar mais uma légua e fazer evoluções na cidade visitada; regressariam embarcados; não se cansavam à toa; sempre faziam excursões para treinar as pernas; era bom ser escoteiro, pois aprendiam tudo quanto era útil ao espírito e ao corpo. Tornavam-se bons, pacientes, e delicados, mas fortes e destemidos.

No *Breviário Cívico*, Coelho Neto (1921, p. 107-109) elogiava o escotismo como uma “escola primária do civismo, na qual se devem matricular todos os meninos brasileiros, que, amando o seu país, queiram aprender a bem servi-lo e a honrá-lo”. O escoteiro era representado da seguinte maneira:

[...] O escotismo é uma instituição de energia, tendo por base a força, mas a força inteligente que se chama Dever, governada pela disciplina.

O escoteiro, assim como se robustece nos exercícios ao ar livre, apura os sentidos, desenvolve as faculdades e aprimora os sentimentos, torna-se sociável, fraternizando com os companheiros no convívio que os liga intimamente pela cadeia da solidariedade.

O escoteiro é uma sentinela atenta que não só vigia como ainda acode aos acidentes com o socorro pronto; assiste solícito junto a quem quer que sofra e, à maneira de Robinson, tudo aproveita e converte em utilidade aparelhando-se com o que se lhe depara.

Assim, o escoteiro em ação improvisa, hábil e destro, tudo de que carece: galhos e ramos bastam-lhe para armar uma tenda; constrói uma ponte sólida com cipós e varas; fogo, tira-o das pedras; ata um amarilho de fibras em nó que se não desliça; embrecha umas andas para transporte de feridos com o que lhe dão as árvores; sabe a virtude medicinal das ervas e das raízes; prepara uma refeição ligeira e pensa um ferimento ou corrige uma entorse; caminhando com a bússola ou olhando as estrelas orienta-se

no mais embrenhado silvedo como no páramo mais deserto e, em perigos, sendo atalaia, esperto e sutil [...], para avistar ao longe trepa às árvores, oculta-se-lhe nas franças e, por vozes de pássaros ou por sinais, comunica-se com os companheiros.

Acompanhado sempre da bandeira cresce junto dela cantando, como oração heróica, o hino nacional e, fiel ao juramento que lhe prestou, não ousa cometer falta pela qual possa ser argüido diante do pendão venerável que é tudo para ele, porque é o símbolo da Pátria. [...]

O texto é o mesmo que o autor havia escrito para *O livro do escoteiro*, publicado pela primeira vez em 1915, e que ressalta, ao atribuir uma função cívica ao escotismo, o valor desse modelo de educação para a formação moral e física da infância brasileira.

Além do patriotismo do qual é revestido o escotismo no Brasil, é significativa a comparação com a personagem Robinson Crusoe. Forte referência para a literatura cívica, a se considerar que é a única personagem literária citada nos textos pesquisados por duas vezes, pois Crusoe também é mencionado em *Histórias de nossa terra* (ALMEIDA, 1911, p. 180), a propósito de sua função civilizadora, e no texto publicado no *Livro do Escoteiro* e no *Breviário Cívico*, pelas suas aptidões que pareciam constituir um modelo para os escoteiros⁹⁵.

Além das citações ao personagem de Defoe e das representações dos escoteiros na literatura cívica, contudo, importa notar também as profundas semelhanças entre as representações destes e a do sertanejo Juvêncio de *Através do Brasil*.

Já se destacou a forte inspiração desse livro no seu congênere francês *Le tour de France par deux enfants*, que narra a trajetória de dois irmãos através do território pátrio. Entretanto, se por um lado no texto de G. Bruno o principal recurso de apoio pedagógico é

⁹⁵ *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe, assim como *Gulliver* de Swift, foi publicado no início do século XVIII e não era dirigido ao público infantil. Contudo, segundo Leonardo Arroyo, vinham “de encontro a uma necessidade universal de leitura, o que se comprovou com a imediata aceitação das narrativas pelas crianças de todo o mundo. O elemento real da vida, o desdobramento da estória no conteúdo das aventuras, fizeram com que as crianças consagrassem esses dois livros apenas pela seqüência dos fatos narrados concretamente. Fizeram-se adaptações que omitiam, com muito acerto, as vãs digressões filosóficas existentes num e noutro desses livros”. A primeira tradução brasileira do clássico de Defoe seria a de Carlos Jansen, publicada em 1885 pela Laemmert com uma introdução de Silvio Romero. Antes disso, porém, circulavam as traduções portuguesas. O romance de Defoe foi uma das leituras mais marcantes da infância dos homens da geração dos autores dos textos cívico-pedagógicos. (ARROYO, 1968, p. 30).

um livro escolar lido em voz alta para elucidar as questões enfrentadas pelas crianças, por outro, a narrativa brasileira apela para o saber escolar de Carlos, o irmão mais velho, no que diz respeito às “lições do programa” das escolas primária, além das sugestões para os professores que constam da “Advertência e Explicação”, e, no que diz respeito às lições de sobrevivência em meio à natureza inóspita do sertão, recorre à suposta experiência de Juvêncio.

Conforme notou Antônio Dimas (1994, p. 549), o emparelhamento entre o saber escolar de Carlos e a experiência prática de Juvêncio “poderia permitir um nivelamento hierárquico e até mesmo complementar, [...] mas o gosto pela aventura, inclinação muito natural no adolescente, encontra um estojinho ideal em Juvêncio”, que nesta análise apresenta-se como hierarquicamente superior pela posse de um saber indispensável à sobrevivência dos personagens em sua viagem pelo interior do país. O elemento diferenciador, aí, portanto, é o “gosto pela aventura”, principal atrativo também, pode-se dizer, do movimento escoteiro e do próprio *Robinson Crusoe*.

É difícil saber se houve uma inspiração direta ou uma apropriação intencional dos saberes e práticas do escotismo na construção da personagem Juvêncio por Bilac e Bomfim, que ao redigir o livro publicado pela primeira vez em 1910, certamente já haviam tido notícia da criação de Baden Powell na Inglaterra. Pode-se dizer, porém, que a aquisição daquelas competências, dada a ênfase que recebem no livro, era um dos elementos componentes do processo pedagógico que deveria formar a infância brasileira para cumprir sua futura missão.

Já no primeiro contato entre Juvêncio e os irmãos, o sertanejo demonstra a familiaridade com as necessidades colocadas aos que percorriam as matas, oferecendo ao pequeno um pouco de água de sua cabaça. Ao longo do texto improvisa varas de pescar, cama de couro, coador de café, meios de não se perder pelos caminhos marcando galhos de

árvores, fogueira e acampamento. Juvêncio, nesse aspecto, era um perfeito escoteiro. Faltava-lhe, contudo, o complemento do civismo e do patriotismo que eram atributos dos seus companheiros de viagem.

A influência das práticas militares no cotidiano das crianças brasileiras pode ser observada antes mesmo da chegada do escotismo ao Brasil. As escolas começavam a organizar “batalhões” de alunos, que tinham suas fotos publicadas na revista *O Tico-Tico*, como o “Batalhão infantil ‘Floriano Peixoto’ da escola masculina da sede do distrito de Monserate”, cuja foto divulgada no dia 6 de fevereiro de 1907 mostra as crianças portando espingardas e organizadas em fileiras.

Na revista de 20 de outubro de 1909, a seção “As lições de vovô” relatava o desfile de batalhões escolares na Avenida Central:

Meus netinhos:

Assisti no dia 12 a um espetáculo encantador. A revista dos batalhões escolares.

Vocês não imaginam o prazer que tive ao ver aquela garbosa rapaziada evoluindo, marchando com tanta correção, tão elegantes e disciplinados. Fiquei verdadeiramente enternecido!

Quantos netinhos tinha eu ali, naquelas fileiras, que atravessavam a Avenida Central entre a multidão que aplaudia calorosamente.

Gostei muito de os ver assim, gostei principalmente porque há apenas um ano que se organizaram os batalhões escolares e já vocês se apresentam de modo tão correto, fazendo exercícios com tanta perfeição. Isso prova que todos vocês, alunos das escolas militarizadas, são rapazes caprichosos e inteligentes, que compreendem bem as lições dos oficiais instrutores e sabem aproveitá-las com zelo.

Tudo isso é excelente. [...]

Notem que mais uma vez ficou provada a vantagem da formação de batalhões escolares. O regime militar aplicado às escolas traz enormes benefícios. Além disso educa as crianças patrioticamente, acostumando-as à idéia de que cada brasileiro deve ser um defensor da Pátria e como tal deve se preparar recebendo a instrução militar e, além disso, dá-lhes os hábitos de disciplina, acostuma-os a caminhar, perfilar-se e fazer todos os movimentos com desembaraço, e constitui um excelente exercício muscular.

Foi muito boa a idéia de criar as manobras militares nas Escolas, mas ainda melhor é o modo como as crianças têm correspondido aos bons desejos do governo, apresentando-se com o garbo de verdadeiros soldados da República.

É provável que estes batalhões escolares tenham sido inspirados nos *bataillons scolaires* criados na França em 1880 pela lei Jules Ferry com o objetivo de fazer com que os rapazes adquirissem força física e disciplina militar antes mesmo de chegar à idade do serviço militar. (LORIGA, 1996, p. 25) Esses batalhões indicavam uma tendência dos nacionalismos que iria tornar-se dominante também no Brasil, e que apontava para a valorização dos signos militares de virilidade.

Em relação à figura do soldado, na visão particular de Bilac, o mais célebre propagandista do serviço militar obrigatório, esse talvez fosse o único meio de incorporar à nação por construir jovens com características semelhantes as do sertanejo de *Através do Brasil*, ou seja, que já haviam ultrapassado a faixa de idade própria às escolas primárias, sem recursos e com o horizonte limitado ao torrão natal. As Forças Armadas, nessa perspectiva, são entendidas como uma “escola da nacionalidade”.⁹⁶

O melhor testemunho da crença de Bilac (1996, p. 914) no Exército como fator de “regeneração muscular e psíquica” do brasileiro, muito antes de seu engajamento na Liga de Defesa Nacional, é o personagem Anselmo do conto “O recruta” (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 89-104). “Rapaz de vinte e dois anos, criado à solta, no campo”, Anselmo era analfabeto e fora criado para trabalhar na lavoura, “empregos nunca lhe faltavam, porque não havia, em toda aquela redondeza, quem com mais justiça ganhasse o pão de cada dia. Era sempre o primeiro a sair para o trabalho, e o último a recolher”. Divertia-se tocando modinhas no violão, até que um dia “chegou ao sertão a notícia da guerra do Paraguai, o terror ganhou toda aquela gente simples, para quem o mundo se limitava àquelas léguas de terra, de cujos limites nunca havia saído”.

⁹⁶ Cf. CASTRO, 1997.

Anselmo foi recrutado e se desesperou, não porque fosse “covarde”, como ressalta o texto, mas porque se veria forçado a abandonar aquela “existência em que nascera e crescera”. Nas palavras do autor:

Para a sua alma inculta e primitiva de filho da roça, a Pátria não era o Brasil: era o pedaço de terra que ele regava com o suor de seu rosto. Fora daquilo não havia mais nada. Que tinha ele com o resto do mundo? Por que havia ele de vestir uma farda, e ir morrer abandonado e desconhecido, sem uma amizade, sem uma simpatia, numa terra estrangeira, por causa de gente que nunca vira, por causa de questões que não entendia e que não eram suas?

Nunca saíra do seu sertão. Aos vinte e dois anos, ainda não imaginava o que seria o mar. Se os paraguaios viessem até suas roças, então sim: ele e os outros saberiam repelir os invasores; seria o seu dever, a defesa do seu ganha-pão, do seu trabalho, dos seus hábitos. Mas, ir defender a Corte, ir defender o Sul, ir defender o Imperador!... que tinha ele com tudo isso?⁹⁷

É importante notar a mudança radical de Anselmo na medida em que começa a associar a idéia de terra/pátria ao Brasil. Habitando-se ao cotidiano da disciplina do quartel, e na convivência com os soldados antigos,

principiou a operar-se no seu espírito uma transformação radical. A convivência fazia-o sentir por aqueles homens um afeto de irmão. E tanto ouvia amaldiçoar os paraguaios, que principiou a amaldiçoá-los também, odiando-os de longe. Via agora bem o engano em que estava, quando acreditava que a Pátria era o seu sertão, e nada mais. Aqui, tão longe do sertão, vinha achar o mesmo céu, a mesma língua, quase os mesmos costumes. Em torno dele, só se falava na guerra. Lopes era odiado⁹⁸.

De “bisonho caipira”, Anselmo transforma-se em “esbelto moço, marchando com garbo”. Mas é quando o batalhão parte para a guerra que Anselmo demonstra exemplarmente sua identificação completa com os símbolos nacionais e a assimilação das idéias de pátria e de nação. A nova identidade de brasileiro se sobrepõe à de sertanejo, e Bilac põe na voz da consciência da personagem, a “retórica da morte viril”⁹⁹:

[...] ali, a idéia sagrada da Pátria se apresentou, nítida e bela, diante da alma de Anselmo. E ele, compreendendo enfim que a sua vida valia menos

⁹⁷ Ibidem, p. 86.

⁹⁸ Ibidem, p. 102.

⁹⁹ LORIGA, 1996. p. 39.

que a honra da sua nação, pediu a Deus, com os olhos cheios de lágrimas, que o fizesse um dia morrer gloriosamente, abraçado às dobras daquela formosa bandeira, toda verde e dourada, verde como os campos, dourada como as madrugadas da sua terra¹⁰⁰.

A figura do soldado se constitui em um modelo de patriotismo e de hombridade para a infância brasileira. Mas é importante destacar que este é um traço muito destacado dos textos de Olavo Bilac e Coelho Netto, nos quais os personagens de soldados são mais freqüentes.

Em *Poesias Infantis* (BILAC, 1904, p. 52), antigo soldado surge na figura de “O avô”:

Este, que, desde a sua mocidade,
Penou, suou, sofreu, cavando a terra,
Foi robusto e valente, e, em outra idade,
Servindo a Pátria, conheceu a guerra.
Combateu, viu a morte, e foi ferido;
E, abandonando a carabina e a espada,
Veio, depois do seu dever cumprido,
Tratar das terras e empunhar a enxada.
[...]
E fica alegre quando vê que os netos,
Ouvindo-o, e vendo-o, e lhe invejando a sorte,
Batem palmas, extáticos e inquietos,
Amando a Pátria sem temer a morte!

Em *Contos Pátrios*, os soldados estão presentes em “A Pátria” e “O Recruta” de Bilac, analisados acima, e em “Perna de Pau” de Coelho Netto, que repetia com outro formato a história do personagem Severo de *América*, narrada no capítulo “O inválido da pátria”:

– Onde foste hoje, Severo?
– Fui receber o soldo. Então nhôzinho não sabe que eu estive no Paraguai?
– Sim, sei... mas ainda ganhas? Já não és mais soldado...
– Ah! Sim, não sou mais, mas enquanto tive forças defendi a minha terra.
[...] Severo falava descansadamente riscando a areia com a sua perna de pau.
– E tu mataste muitos paraguaios, Severo? [...] E não tens remorso?
Ergueu violentamente a cabeça e fitou-me:

¹⁰⁰ Op. Cit., p. 104.

– Remorso de que, nhôzinho? Eu não cometi crime algum: defendi a minha pátria. Pois se eles invadiram o Brasil, incendiaram os campos, destruíram as casas, assassinaram mulheres, velhos e crianças, injuriaram a nossa bandeira... então eu hei de ter remorso. Se um homem entrasse em sua casa e quisesse assassinar a sua mãe, se nhôzinho tivesse uma arma da mão, que fazia? Matava, não? (COELHO NETTO, 1897, p. 51-52)

Além da reabilitação dos inválidos pela honra de terem lutado pela pátria, sugerindo uma espécie de compensação, pois nenhum, obviamente, se arrepende, Coelho Netto (1921, p. 111) defende o Serviço Militar, no *Breviário Cívico*, como “o primeiro e o mais nobre” dos deveres do cidadão para com a Pátria, “prestigiando-lhe a honra, garantindo-lhe a fortuna e a intangibilidade das suas fronteiras”.

Mas é curioso observar a abordagem de Júlia Lopes de Almeida, única mulher entre os autores analisados, que inclui duas referências a soldados em seu *Histórias da nossa terra*. No conto “O Tesouro”, um velho ex-soldado guardava como seu bem mais valioso saquinhos com a terra de várias regiões da Pátria. Em “Amor da Pátria”, um soldado volta da guerra e conhece o filho que havia deixado com 18 meses. Decepcionado com o pouco desenvolvimento do rapaz, ouve do professor da escola na qual quer matricular o menino, uma lição:

Não é só com a espada que se pode elevar o nome da pátria! As artes, a ciência, as indústrias, a agricultura, são mais belos e mais vastos campos de batalha [...]. a glória de um povo não está em ser guerreiro, em saber matar; mas exatamente em saber evitar a guerra, sempre com brio, ordem, amor ao trabalho, e consciência do seu valor [...]. vá tranqüilo; trabalharei para que seu filho seja um digno cidadão desta terra, que é nossa e que todos amamos! (ALMEIDA, 1911, p. 119).

As diferentes representações do soldado e do Exército presentes na literatura cívica refletem posições distintas dos autores em relação ao lugar da instituição militar, ou ainda do soldado como um modelo de masculinidade, em seus projetos de formação da infância brasileira.

Em *Saudade*, o “raro e bonito” espetáculo do desfile da Companhia local com a reverência aos símbolos nacionais parece ter o objetivo de lembrar aos habitantes da pequena cidade seu pertencimento a uma pátria bem maior do que a que poderia ser concebida como o lugarejo no qual viviam. Os soldados dramatizam um ritual de comunhão com os lavradores, em homenagem aos quais dão “três vivas”.

Em *Bilac*, o ingresso no Exército funciona como um rito de passagem para Anselmo, que deixa de ser caipira para se tornar efetivamente brasileiro. É a idéia do serviço militar como “escola da nacionalidade”, e do soldado como modelo de hombridade.

Para Coelho Neto, além de “obrigação cívica”, o serviço militar conferia o atributo da honra, conforme se infere da repetição do tema do “perna de pau”, o inválido que deixa de ser motivo de chacota e passa a ser respeitados pelas crianças depois de contar suas histórias de guerra. A auto-estima embutida no fato de não lamentarem sua mutilação e sua valorização como defensores da pátria seriam compensações simbólicas ao prejuízo de sua “utilidade”, pela condição de “inválidos”.

E, finalmente, Júlia Lopes de Almeida usa a figura de um ex-soldado para dar o exemplo maior do amor à pátria em “O tesouro”, mas critica a representação do soldado como modelo de hombridade ao colocá-lo em posição inferior a do professor que emite o discurso pacifista da dignidade das artes, da ciência, das indústrias e da agricultura como “mais belos e mais vastos campos de batalha”.

3. CRIANÇAS, SEDE HOMENS DESDE JÁ!

[...] Diz um brocardo, numa expressão graciosa, que ‘o homem é filho da criança’; o que quer dizer que na alma da criança devem ser regadas as boas ações, que florescerão na mocidade e frutificarão na idade madura. A idéia da honra, abstração sagrada, inclui em si muitas idéias: a da fidelidade, a do valor, a da equidade, a da responsabilidade, a do pundonor, a da indulgência, a da confiança, a da firmeza de caráter. A honra é toda a dignidade, toda a personalidade moral. Dando a um menino, depois da força e da inteligência, a honra – esse menino será um homem perfeito. E uma pátria só pode ser nobre e inabalável quando a grande maioria de seus filhos é de homens verdadeiramente honrados – honrados no lar e na vida pública, honrados como dirigidos e como dirigentes.

Olavo Bilac

3.1 Uma infância curta

Infância, adolescência, juventude e mocidade são denominações de “idades da vida” (ARIÈS, 1981) que aparecem nos textos cívicos. O recorte etário a elas correspondente não é claro e algumas dessas classificações muitas vezes se confundem. Concorrentes entre si, em certas ocasiões esses termos também disputam espaço com outros, ou simplesmente são adjetivados quando apropriados por projetos dirigidos a indivíduos inseridos no mesmo recorte etário mas de extração social diversa, ou ainda para responder às necessidades específicas de agentes como médicos, filantropos, juristas, pedagogos, e outros, que na passagem do século XIX para o XX constituíram categorias classificatórias de segmentos da população de crianças e jovens na configuração de seus objetos de estudo e de suas áreas de intervenção.

No caso dos textos cívicos, as destinações explícitas não ajudam a definir com maior precisão a faixa etária do público para o qual se dirigiam. *Poesias Infantis*, *Contos Pátrios* e *Pátria Brasileira* integravam a “Biblioteca dos Jovens Brasileiros” da Livraria Francisco Alves, cujos livros possuíam a mesma ilustração na capa - rapazes vestidos como homens (e não crianças)¹⁰¹. No entanto, todos estes livros eram utilizados nas escolas primárias, sendo que o primeiro deles, além da referência ao “infantil” no título, continha um prefácio no qual o autor declarava serem as crianças o seu público leitor. Os prefácios de *A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, *A terra fluminense*, *Através do Brasil* e *Minha terra e minha gente*, também fazem referências específicas às crianças como público alvo. *América* é dedicado por Coelho Netto aos seus “jovens patrícios”. Joaquim Luís Osório dedica seu livro à “juventude brasileira”, Rodrigo Otávio e Vírgilio Cardoso de Oliveira à “mocidade brasileira”, Mário Brant aos “jovens compatrícios”. A dedicatória

¹⁰¹ A ilustração padronizada das capas dos livros dessa coleção sugerem fortemente a valorização social da precocidade das crianças nas primeiras décadas do século XX, e é significativo que, mantendo a coleção nos anos trinta com os mesmos títulos, a Francisco Alves tenha mudado capa que passaria a ser ilustrada com figuras de crianças. Cf. ANEXOS A,B e C.

mais curiosa é sem dúvida a de Rocha Pombo, que diz ter feito seu livro para a “inteligência das crianças e dos homens simples do povo”.

Referir-se às crianças leitoras dos textos cívicos como “jovens”, “juventude”, ou “mocidade”, pela maior abrangência dos termos que sugerem a inclusão de adolescentes e até adultos, também era uma forma de aproximar destes o segmento específico da infância para o qual se dirigiam, afastando-o da primeira infância e da infância não alfabetizada.

Os textos da revista *O Tico-Tico* demonstram maior coerência sobre a definição de um público alvo. No editorial, as “crianças”, os “pequeninos”, os “inocentes”, são apontados como o seu público leitor. O primeiro concurso, por sua vez, admitia a participação de meninos de “até doze anos”, também chamados “patriciosinhos”. Além disso, os termos “petizes” ou “petizada brasileira” figuravam com frequência no periódico.

O nacionalismo, ao transformar o patriotismo em “religião” (COELHO NETTO, 1921, p. 11), além de conferir sentido à vida e à morte do indivíduo, determinando suas escolhas, seus valores e seu modo de vida, também estabelecia obrigações e deveres próprios às diferentes idades, dando a elas um significado específico, de acordo com o que cada uma poderia oferecer à pátria.

Em *Poesias Infantis*, Olavo Bilac (1904, p. 102-105) expressou sua própria concepção das “idades da vida” representando-as em três poemas: “A infância”, “A mocidade”, e “A velhice”. No primeiro deles a “infância” começa com o nascimento e termina quando a criança, ao crescer, fica “forte e bela [...] esperta e inteligente” e “lhe dão, então de presente uma carta de ABC...”. A “mocidade”, por sua vez, é

[...] A idade da força e da beleza:
Olha o futuro e inda não tem passado;
E, encarando de frente a Natureza,
Não tem receio do trabalho ousado. [...]

Por fim, a “velhice” é caracterizada por um diálogo no qual um neto pergunta a avó porque “não tem dentes”, “anda rezando só”, “treme como os doentes”, “é tão triste o seu rosto”, e, finalmente, “não ri como nós”. A avó responde, então, que está “farta de viver”.

Lidos seguidamente, conforme sugere a ordem em que estão dispostos no livro, os três poemas reforçam a valorização estética e social da “mocidade” e sua vinculação ao critério de utilidade, pela força, pelo tempo futuro de que dispõe, e pelo gosto do trabalho. Vale destacar que a “infância” só se torna “forte e bela” quando já crescida está próxima à “carta do ABC”. Já a “velhice” caracterizada na figura de uma mulher sem dentes, católica, trêmula e fraca como os doentes, triste e “farta de viver”, é o perfeito retrato da inutilidade para a pátria.

Nessa perspectiva, a adolescência ou juventude, quando o segundo corresponde principalmente ao primeiro, passa a ser a fase mais valorizada, pois o corpo está no seu auge, o caráter está formado, e o indivíduo ainda não constituiu família de modo que sua entrega à pátria pode ser total.

Essa valorização da juventude evidente nos textos cívicos contrasta fortemente, no Brasil, com o amadurecimento precoce observado na sociedade patriarcal do século XIX, na qual “o rapaz imita o velho desde a adolescência” (FREYRE, 1985, p. 67), e está associada ao fenômeno de maior abrangência que levou Ariès (1981, p. 46-47) a apelidar o século XX de “século da adolescência”, de modo que esta fase da vida, principalmente a partir de 1914, “se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente”. Esse mesmo autor também chamou atenção para a predominância da infância no século XIX, ainda que nas classes populares essa etapa da vida se tenha mantido curta, precocemente interrompida pelo trabalho, em oposição à infância burguesa alargada pelo maior tempo de permanência na escola.

Na perspectiva deste trabalho, considero outros fatores responsáveis pela maior ou menor duração das idades da vida, como o “prestígio da idade grande, avançada” na sociedade patriarcal brasileira, como notou Freyre¹⁰², e principalmente a valorização da precocidade pelo nacionalismo, conforme procuro demonstrar aqui.

É impossível definir com precisão os marcos etários das categorias citadas, pois os textos cívicos raramente os estabelecem com clareza, mas tentarei uma aproximação a partir das pistas dadas pelas representações das personagens.

A criança passa a ser potencialmente objeto e sujeito dos projetos cívicos após a alfabetização, ou seja, aproximadamente aos sete anos, mas a grande maioria das personagens que protagonizam os romances e contos cívicos tem entre 10 e 12 anos¹⁰³. Nessa faixa de idade, que podemos considerar como o recorte que mais se aproxima da representação etária da infância brasileira, o público alvo de leitores que poderia se identificar com essas crianças já havia passado da fase das cartilhas e deveria saber ler e escrever com correção. As cartas publicadas em *O Tico-Tico* com indicação da idade de seus remetentes reforçam que o público-leitor dos textos cívicos encontrava-se maciçamente nessa faixa etária e o “concurso n. 1” (*O TICO-TICO*, 1905, n.º 1), que propunha o tema “Que é que o menino quer ser?”, também estabelecia a idade limite de doze anos para participação.

É claro que há exceções. E ainda que os projetos cívicos não excluíssem arbitrariamente os que estavam abaixo de dez ou acima de treze anos, o fato de haver essa predominância de personagens representando a infância brasileira nessa faixa de idade

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Amâncio de “Mãe Maria”; Jorge de “Um homem” (BILAC; COELHO NETTO, 1904); e Alfredo de *Através do Brasil* (BILAC; BOMFIM, 1917) têm dez anos. Carlos de “A pátria” (BILAC; COELHO NETTO, 1904); Manoel de “O grumete” e Rosinha de “Aventuras de Rosinha” (ALMEIDA, 1911) têm doze anos. Renato de *América* (COELHO NETTO, 1897) não tem idade definida, mas provavelmente tem entre dez e doze anos, pois já sabe ler e escrever bem e seu colega de classe bastante atrasado já tinha catorze anos. As exceções são o “Rato”, (BILAC; COELHO NETTO, 1904) de nove anos, e Carlos de *Através do Brasil*, de quinze anos.

demonstra que certas características próprias a essa etapa de desenvolvimento tornavam as crianças que nela se encontravam mais aptas, na visão dos autores, a serem “moldadas” pelo discurso nacionalista para poder cumprir seu papel cívico e patriótico no futuro.

Uma primeira exceção que não se encaixa propriamente no padrão da infância brasileira é o menino de nove anos que protagoniza “O ‘Rato’” (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 79-88). A mãe, por julgá-lo “tenro e fraco para o trabalho”, mandava o menino pedir esmolas na porta da igreja. O menino pobre dá uma lição de brio, arrumando uma forma de trabalhar vendendo jornais, pedindo à mãe que o matricule no liceu para aprender a ler, e, finalmente, prometendo a ela: “- Quando eu for mais forte, irei para uma fábrica, e tu não terás necessidades, nem ninguém me falará mais com o desprezo com que me falou o velho que me julgou tão mal...”. Note-se que o menino não fala “quando eu for mais velho”, mas “quando eu for mais forte”, deixando esse “quando” bastante indefinido. Coelho Netto, autor do conto, não parecia ser contra o trabalho infantil, a partir do momento em que a criança demonstrasse ter força física, ignorando o desenvolvimento emocional e intelectual como aspectos a serem levados em conta na determinação da idade aceitável para o ingresso no mundo do trabalho. Na própria construção do personagem, aliás, destaca-se a maturidade do menino de nove anos que raciocina e age como um adulto, com plena consciência de que seu corpo ainda não corresponde a essa outra etapa.

Olavo Bilac, em uma conferência intitulada “Sobre as crianças”, comentava o problema do trabalho infantil nas fábricas, ressaltando o problema da incapacidade física dos menores de doze anos para determinadas atividades:

[...] Vede, primeiro, as pobres e desprotegidas. Essas – como são exploradas e martirizadas! O problema dos menores nas fábricas é ainda o mais doloroso da sociedade moderna. A sociedade chegou à vergonhosa e humilhante obrigação de confessar que não pode impedir que as crianças trabalhem nas fábricas: alega que o trabalho é uma lei fatal, e que a vontade dos pais deve ser respeitada; e, manietada, escrava destas duas razões tremendas, disfarçando a sua impotência e a sua crueldade, inventa ridículos regulamentos inócuos, decreta leis paliativas, e realmente deixa

que continue a ser cometido esse crime do estrago, da depravação, da bestialização, do entisicamento, da matança de milhares de crianças por ano! A sociedade contenta-se com proibir a exploração de menores de oito anos na indústria... De oito anos! Como se os de nove, dez, ou onze anos pudessem resistir ao trabalho, à fadiga, à asfixia lenta, ao envenenamento progressivo da agitação febril, nas usinas empestadas, no fundo das minas sem ar e sem luz, nos centros metalúrgicos, onde criaturas humanas em botão, ainda sem força, respiram poeiras candentes e comem áscuas! E ainda para os pequenos de oito anos a lei é muitas vezes uma burla, porque a fiscalização perfeita é impossível, e a crueldade e a ganância de pais e patrões conseguem iludir a imposição legal. (BILAC, 1996, p. 1032-1033)

Deve-se destacar o fato de Bilac interromper sua crítica indignada da legislação que proibia o trabalho de menores de oito anos, mencionando a incapacidade das crianças de até onze anos. Os doze anos significavam, nesse contexto, o marco de início da adolescência, etapa na qual segundo os textos cívicos, além da força e da vitalidade melhor desenvolvidas pelas atividades físicas, o jovem já devia possuir todas as qualidades desejáveis para bem servir à pátria, inclusive pelo trabalho, demonstrando com a posse desses requisitos a sua “virilidade”, ainda que nessa perspectiva adolescência e virilidade em nada sinalizassem o desenvolvimento sexual do menino.

Em *Através do Brasil*, o contraste entre os dois irmãos que protagonizam a narrativa, de dez e de quinze anos, demonstra a percepção das diferenças entre infância e adolescência, principalmente na representação das etapas do desenvolvimento físico.

O irmão menor, Alfredo, passa mal com o calor, adoece, e por várias vezes os rapazes interrompem a viagem em função do seu cansaço. Logo no começo, aliás, já haviam sido alertados sobre as dificuldades para uma criança daquela idade:

- Bem! – Disse Carlos, depois de um segundo de reflexão. – Iremos a Boa Vista!
- E seu irmãozinho?
- Eu também irei! – Exclamou Alfredo.
- Impossível, meu filho! – Objetou, compadecido, o engenheiro. – A viagem é longa e penosa. É preciso viajar vinte e cinco léguas a cavalo até Piranhas, seguir por estrada de ferro até Jatobá, e daí subir, em canoa, quarenta léguas até Boa Vista. Essa não é viagem para uma criança.
- Seja como for, quero ir! – Teimou o menino, já com os olhos cheios de água.

O Dr. Cunha compreendeu que nada conseguiria insistindo. Foi logo dar as providências para a viagem: [...] [...] A tarde era linda e fresca. [...] Mas, depois de duas horas de viagem Alfredo começou a sentir-se fatigado: doíam-lhe as costas e as pernas; voltava-se, ora para um, ora para outro lado, procurando uma posição mais cômoda. Carlos compreendeu o seu sofrimento, e tentou distraí-lo: [...]. (BILAC; BOMFIM, 1917, p. 30)

Carlos, o mais velho, além de cuidar do irmão em todas essas ocasiões quase como um pai, demonstra ser capaz de trabalhar tanto e tão bem quanto qualquer adulto, conforme o trecho em que ele e Juvêncio, precisando de dinheiro para a viagem, conseguem um serviço na colheita de algodão em uma fazenda:

[...] Os dois rapazes atiraram-se ao serviço com um ardor extraordinário. Nas horas de menos forte calor, também Alfredo os auxiliava – muito orgulhoso por dizer que também era capaz de trabalhar. O certo é que colhiam cada dia, tanto quanto os outros trabalhadores, que eram homens adultos e robustos. Até o fazendeiro estava admirado¹⁰⁴.

Dois personagens de Júlia Lopes de Almeida permitem demonstrar a ruptura que representavam os doze anos, ambos ingressando com essa idade no mundo do trabalho por necessidade de ajudar à família.

A menina Rosinha, exceção em um universo de protagonistas do sexo masculino, “não aparentando mais de doze anos”, pega sozinha um trem de Santos para São Paulo em busca de trabalho para sustentar a avó e a irmã mais nova. Ao ser interpelada por uma senhora durante a viagem, conta a ela sua história:

[...] sou órfã... vivi sempre com minha irmã mais moça, em companhia de minha avó. Esta, enquanto pode, trabalhou com coragem, obrigando-nos a ir à escola todos os dias; de modo que sei alguma coisa e estou habilitada a ganhar a ida. Minha irmã ajudará vovó nos serviços domésticos, e eu mandar-lhes-ei de S. Paulo os meus ordenados. Serei caixeira ou florista, ou ama seca, qualquer coisa... (ALMEIDA, 1911, p. 74)

A autora, que também era uma exceção em um universo de “homens de letras”, tinha uma preocupação muito particular com a educação feminina, incluindo a capacitação para o

¹⁰⁴ Ibidem, p. 108.

trabalho. Em seu *Livro das Noivas* publicado em 1896, a preocupação aparecia em relação à fragilidade de muitas mulheres que tinham que enfrentar a contingência da morte de um pai ou de um marido:

Convenci-me hoje de que todas as mulheres devem ter uma profissão. Conheço duas senhoras desgraçadas. Uma ficou órfã, a outra viúva, e nenhuma está habilitada a bem ganhar a vida. Lembrei-lhes o comércio. Não sabem contabilidade. Lembrei-lhes a tipografia, a telegrafia, a gravura, a farmácia, mas de que expedientes se hão de valer para sustentar a família enquanto estudem? Este exemplo fez-me tremer. Se eu tiver filhas... Por Deus! Que hei de prepará-las para poderem vencer estas dificuldades! (apud MAGALDI, 2001, p. 38)

No conto “O grumete” o menino Manoel, assumindo responsabilidade semelhante a da personagem Rosinha no sustento de sua mãe e irmã, agregava um outro sentido a essa circunstância, que era entendida como um “dever” a cumprir “tal qual como se fosse já um homem”:

O mar arrebatava com fúria as suas ondas de encontro ao vapor Tocantins, que vinha do Pará com uma preciosa carga de borracha.

A noite aproximava-se tenebrosa: [...]. O capitão comandava em altas vozes, fazendo correr os marinheiros [...].

No meio daqueles homens vinha um grumete, menino paraense, de doze anos, magro, tismado, de olhos ardentes e boca simpática. Chamava-se Manoel, era órfão de pai, e lá deixara, no seu querido Pará, a mãe e uma irmã pequena e doentinha.

Quando o pai morreu, o pobre Manoel pensou:

– Preciso de trabalhar para socorrer minha mãe e minha irmã; é o meu dever e hei de cumpri-lo.

E tal qual como se fosse já um homem, desembarçou-se dos seus desejos de estudar, e foi pelas ruas da cidade de Belém em busca de um emprego. [...] Mas ninguém precisava dos serviços do bom rapazinho.

Manoel já voltava pensativo e desapontado para o seu canto, quando viu um cartaz anunciando a partida do Tocantins e lembrou-se de ir também à agência oferecer os seus préstimos. [...]

Quando Manoel embarcou, olhando de longe para a sua formosa cidade não pode conter-se e desatou a chorar. Que seria dele, sozinho, cada vez mais afastado dos seus?

Uma voz fraca chamou-o:

– Olá! Pequeno, que é isso? Então um marinheiro chora quando vai para o mar?

Manoel voltou-se. Era um velho que dizia aquilo. O pobre, paraplégico das pernas, ia estendido em uma cadeira de rodas. Os cabelos brancos e as faces mirradas davam-lhe um aspecto de doçura e bondade. Manoel aproximou-se e o velho disse-lhe:

– Ouve; guarda as tuas lágrimas para maiores desgraças. Começas cedo a ser homem; precisas de muita coragem. [...] ¹⁰⁵

Nos dois casos há a valorização dos estudos, sendo o abandono da escola pelo trabalho aceito somente em casos de extrema necessidade. Nesses casos, a iniciativa dos jovens é digna de mérito uma vez que demonstra coragem, iniciativa e, principalmente, maturidade, para resignar-se a uma responsabilidade cujo peso ainda não devia cair sobre suas costas. Mas deve-se destacar também, em um mundo ideal no qual todas as boas ações e sacrifícios são recompensados, que ambos os personagens são premiados pelo rápido encontro de pais substitutos, o que permite sua saída do mundo do trabalho e restaura uma suposta normalidade permitindo o retorno à situação desejável em que crianças de doze anos devem freqüentar a escola.

De qualquer modo, essas representações também indicam que aos doze anos a criança já deveria ter formado o seu caráter e estar de posse das principais virtudes e conhecimentos necessários à vida adulta, e no caso dos meninos aos deveres cívicos, mesmo que estes ainda não fossem exigidos deles. Essa capacidade também está implícita na segurança em escolher uma carreira, como demonstra o menino Carlos de doze anos, personagem do conto “A pátria” (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 76), que declara sua vontade de ir para a Escola Militar.

Em *América*, o único personagem que tem sua idade definida é Castro, o antagonista, que tendo catorze anos era considerado “atrasado” em relação ao restante da turma. Quando seu pai morre, o menino se dá conta de sua situação: “[...] E meus irmãozinhos?... que há de ser deles? Se eu já pudesse trabalhar... mas que vou eu fazer? Que posso eu ganhar? [...] é tão tarde... já estou com quatorze anos...” (COELHO NETTO, 1897,

¹⁰⁵ Ibidem, p. 47-50.

p. 66). O Castro, nas palavras de Afonso, antes da tragédia que permite a sua completa regeneração, não se lembrava de que havia “de vir a ser homem”¹⁰⁶.

Esse mesmo Afonso, em sua primeira aparição no romance, apresentava-se como um modelo na percepção do protagonista e narrador Renato:

- [...] Os meninos sentaram-se e o professor chamou:
- Sr. Afonso Villar!
 - Pronto! Disse um menino moreno [...], adiantando-se firme até a mesa. Era do meu tamanho, mais forte, com desenvoltura de homem¹⁰⁷.

Ser “forte” e ter a “desenvoltura de homem” como Afonso de *América*; conversar como “homem feito” ou trabalhar tanto quanto “homens adultos e robustos”, como Carlos de *Através do Brasil*; cumprir seu dever de trabalhar para sustentar a família “tal e qual um homem”, como o Manoel de “O grumete”; etc. São inúmeras as analogias entre as atitudes, a aparência e as virtudes dos personagens que representam a infância brasileira e certo ideal de homem, feitas nos textos que compõem a literatura cívica. Além de indicar a expectativa de uma maturidade precoce por parte das crianças sobre as quais se projetava a formação de um escol, essas analogias são também indícios de um esforço no sentido de tornar viril a infância brasileira, segundo uma certa representação de hombridade, construída pelo nacionalismo.

Nesse sentido, a principal prova de patriotismo a ser dada pela infância brasileira seria transformar-se o mais cedo possível em um homem, segundo o modelo apresentado pelos textos em questão.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 24.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 12-13.

3.2 Uma infância viril

Ainda que outros autores de textos cívicos tenham contribuído para a construção do ideal de hombridade que deveria servir de modelo para a infância brasileira, Olavo Bilac e Coelho Netto foram os principais responsáveis pela construção de um modelo masculino que deveria nortear a formação da nacionalidade, associado ao projeto de nação que tinham em mente. Neste, pode-se dizer, o escoteiro, desde a sua criação por Baden Powell, veio a ser um modelo para crianças e adolescentes, como o soldado deveria ser para os jovens adultos. Os autores procuravam configurar como normas de conduta as virtudes, hábitos e sentimentos que compunham um ideal para o novo homem brasileiro, e, por meio desse, transformar a sociedade.

O “elogio” dos meninos por parecerem homens na desenvoltura, atitudes ou sentimentos, como nas analogias mencionadas acima, demonstra o quanto era desejável a virilidade precoce da infância brasileira.

O texto de Coelho Netto que introduz o *Livro do Escoteiro* é exemplo dessa preocupação com a transformação do menino em homem:

É na infância que se prepara o homem. [...]

[...] Os antigos, que tanto se preocupavam com o homem, que é a medula das pátrias, tomavam-no, a bem dizer, no berço e, submetendo-o a um regime austero, desde os rigores da intempérie até a indiferença pela morte, exercitando-o em jogos atléticos, firmando-lhe na consciência os princípios da Honra, que começa no respeito a si mesmo e culmina no culto da Pátria, tiravam dele o cidadão perfeito.

Foi essa intensa cultura eugênica que deu ao mundo o modelo por excelência do tipo humano: belo, sadio, corajoso, varonil e honesto – o ‘virtuoso’, enfim.

[...] De tal escola saem os infantes que serão os homens de amanhã: seres de têmpera viril, tão úteis na paz pelo que aprenderam brincando, como serão bravos na guerra pela resistência que adquiriram no corpo, com os exercícios, na alma com a perseverança na disciplina, que é a cadência da ordem.

Assim, essa instituição heróica e generosa, é a escola primária do civismo, na qual se devem matricular todos os meninos brasileiros que, amando o seu país, queiram aprender a bem servi-lo e honrá-lo. (COELHO NETTO, 1922, p. 3-5)

O texto de Bilac também demonstrava a mesma intenção:

[...] Há pouco tempo, em São Paulo, um educador, o Sr. João Kopke, numa conferência lembrou que os antigos gregos davam aos efebos, “sem ensino especial de civismo, meios de cultura própria, apenas por um programa limitado, entre os sete e os dezoito anos, formando uma boa e bela forma de homens, com a sua inteligência, os seus sentimentos e o seu corpo treinados”.

Não era aquele ensino da efebria o mesmo ensino que hoje damos aos escoteiros? Mais ainda: o juramento do escoteiro no primeiro grau de sua iniciação, e os doze artigos do código do escotismo são uma reprodução aproximada da afirmação, que os efebos espartanos e atenienses prestavam, quando, perante os magistrados, recebiam a lança e o escudo: [...]

Mas o juramento e o código do escoteiro têm mais larga e mais bela significação do que a fórmula dos efebos. A moral e o governo de Esparta e de Atenas tinham estreiteza e secura de egoísmo.

Se quisermos dar ascendência legítima, e foros e brasões de alta nobreza à moderna criação do escotismo, deveremos radicá-lo na tradição medieval da Cavalaria Andante. O grande ímpeto de desapego, de liberdade, de coragem e de altruísmo, que dispersou os cavaleiros andantes pelo mundo, foi o mais belo serviço da idade média. [...] Assim, o sentimento de honra, que inspirava os paladinos. Que era aquela instituição? Uma exaltação da alma, que a impelia para a glória, para a justiça, e para o desinteresse: os heróis errantes eram bravos e pródigos, destemidos e puros; [...]... Enquanto houver brio e bondade no mundo, sempre haverá cavaleiros andantes.

No escotismo – e é esta a sua maior e mais verdadeira beleza – a exaltação reveste-se de um distintivo prático, sem perder a sua poesia sublime. Na Cavalaria, às vezes, a idéia da honra era vaga; a da generosidade, indecisa; a da abnegação, indeterminada; às vezes, era o sacrifício perdido, a bravura sem proveito, a dedicação inútil. No escotismo, a idéia da honra define-se: é a honra do indivíduo, e a honra do cidadão; e o desinteresse e a magnanimidade não são apenas gestos formosos: são ações justas e úteis – justas para a perfeição humana, e úteis para a grandeza da Pátria.

Tal é, em suas linhas fundamentais, a criação do escotismo, a nova heroicultura, filha de Baden Powell. (BILAC, 1922, 7-11)

Além das idéias do “modelo por excelência do tipo humano” – que, deve-se destacar, é “varonil” –, do “herói”, ou ainda, do “homem perfeito”, presentes nos dois textos que associam o “belo”, o “sadio” ou a “boa e bela forma” à “têmpera viril”, vale ressaltar a ênfase na honra, definida no texto de Bilac como uma combinação de “brio” e de “bondade”, duas das virtudes mais importantes na representação da infância brasileira, como procurei mostrar no capítulo anterior. O “homem perfeito”, conforme o trecho de Bilac citado na epígrafe deste capítulo, devia possuir força, inteligência e honra.

A honra, apresentada como um aspecto do caráter brasileiro, também era destacada pelos autores do *Livro do Escoteiro* como um dos principais atributos daqueles jovens, principalmente no compromisso moral da palavra empenhada, ato qualificado como “solene”, “viril” e “cavalheiresco”:

[...] em todos os tempos, o brasileiro tem sido um povo sensível ao amor, à glória e ao sentimento da honra, e estes atributos nos parecem formar a base moral mais sólida, a garantia mais real para o sucesso do Escotismo.

Sabendo um jovem que, sem cumprir a sua palavra, não se poderá considerar a si mesmo ou ser considerado pelos camaradas como um homem de honra, ele agirá, em todas as circunstâncias de sua vida, segundo as regras de conduta condensadas no Código do Escoteiro.

Porque todo o escoteiro, como se verá adiante, assume um compromisso publicamente, diante de seus camaradas, e este vem constituir uma sugestão futura para todos os seus atos.

O compromisso, pelo seu caráter solene, viril, cavalheiresco, despertando o sentimento das responsabilidades sérias, seduz o espírito dos jovens escoteiros e fortifica-lhes a noção da honra nos cérebros cheios de imaginação romanesca. [...] (GUINLE; POLLO, 1922, p. 14-15)

A honra como um componente fundamental do ideal de homem construído pela literatura cívica e sua filiação à tradição da cavalaria medieval, assim como referências à Grécia antiga, não são fortuitos. Segundo Georges Mosse, essas tradições já haviam inspirado a construção do ideal de hombridade na Alemanha e na Inglaterra durante o século XIX, em um processo no qual se associaram à emergência do nacionalismo e à ascensão da burguesia:

[...] a hombridade, como representação externa de um estado interior, teve raízes medievais nos ideais da cavalaria, cujos símbolos eram empregados na fala cotidiana, definindo as atitudes dos homens para com as mulheres, assim como na cultura popular em torno das guerras modernas. O cavalheirismo em batalha era um sinal de superioridade nacional. Mas, acima de tudo, a hombridade se baseou no “revival” da Grécia que acompanhou e complementou o surgimento da respeitabilidade e do moderno nacionalismo. (MOSSE, 1985, p. 13)

Associando certa aparência – bela, forte, asseada e sadia – à inteligência e à posse de virtudes como a bondade, a generosidade, a vontade, a ordem e o brio, a literatura cívica produzia um padrão estético e de comportamento entendido ao mesmo tempo como

masculino e patriótico. Padrão que deveria ser promovido pela ação de três instâncias principais – a família, o colégio e o Exército –, capazes de transformar meninos ou rapazes em homens, por vezes de forma complementar, outras de modo exclusivo.

A mãe do menino Renato de *América* reconhece as limitações da educação em casa na fala em que aponta ao filho a necessidade de ele ir para o colégio interno¹⁰⁸. As suas dificuldades deviam-se principalmente à ausência da figura paterna, cujo exemplo de hombridade permanecia como um modelo transmitido ao filho apenas pelo seu discurso: “– Quero que sejas como teu pai: digno sem altivez, sisudo sem atrevimento, parco sem avareza, meigo sem humildade, forte sem vanglória, modesto com simplicidade, discreto, caridoso e verdadeiro”. Indo para o colégio, dizia ela, o menino iria “lidar com os homens” que, como ele, viriam a ser os “fatores da grandeza da Pátria”, enquanto permanecendo a seu lado sairia “para a vida ingênuo, conhecendo apenas o coração” (COELHO NETTO, 1897, p. 3).

É o colégio que permite a transformação de Castro, que aos catorze anos não se lembrava de que havia “de vir a ser homem”¹⁰⁹, sendo obrigado a assumir subitamente, após a morte do pai, esse papel para sustentar a mãe e os irmãos menores. Ao final do romance, conta o narrador: “Hoje, quase em véspera de receber o grau, penso ainda, com saudade, nesse dia alegre da minha infância e quantas vezes temos conversado sobre ele: o Libânio, o Afonso, o Castro que tudo conseguiu graças a sua vontade, força, e eu... quantas vezes!”¹¹⁰.

O bom desempenho no colégio também prepara o menino Jorge, de dez anos, para afirmar-se como “um homem” perante a família, logo após a morte do pai:

[...] Entrou. Dentro do seu coração de criança já a verdade terrível estava palpitando. Já o seu cérebro de dez anos adivinhara tudo... por isso não teve uma palavra, quando viu, toda coberta de luto, a mamãe que lhe abria os braços chorando. [...] E, como, ao seu lado, a maninha também chorava, Jorge, como um homem feito, começou a acariciar-lhe a face, dando-lhe

¹⁰⁸ Cf. a subseção 2.1 desta tese.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 24.

¹¹⁰ Ibidem, p. 78-79.

beijos, dizendo-lhe palavras doces, que, daí a pouco, faziam a menina sorrir, na sua inocente alegria de seis anos...

O pai morrera. [...]

[...] a mãe [...] o abraçava, dizendo:

– Não temos mais ninguém, meu filho! Não temos mais ninguém neste mundo!

Jorge aprumou o corpo, e, com os olhos enxutos e a bela face tranqüila, perguntou:

– E então eu, mamãe? E então eu não sou um homem?

E havia na face e na voz desse menino de dez anos uma tal resolução de uma tal coragem que a velha senhora, já sem chorar, teve nos lábios um sorriso de orgulho. Beijou a testa do filho. E traçando, com a mão direita, sobre ele, uma cruz, murmurou:

– Tu és um homem, meu filho! Deus te abençoe, meu filho! (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 52)

É tema recorrente da literatura cívica a afirmação da hombridade do menino quando, após a morte do pai, ele torna-se responsável pelo sustento ou cuidado da mãe. Este tema está presente em *América* (COELHO NETTO, 1897), e nos contos “O Rato”, “Um homem” (BILAC; COELHO NETTO, 1904), e “O grumete” (ALMEIDA, 1911).

Também um texto de “A arte de formar brasileiros”, seção de *O Tico-Tico* cujo cabeçalho indicava sua destinação exclusiva às crianças do sexo masculino que queriam tornar-se “homens fortes” e “vencer as dificuldades da vida”¹¹¹, lembrava aos meninos que deviam “pensar no futuro”:

[...] Seria muito conveniente que vocês compreendessem que são uns homens pequenos e que já têm obrigações sérias, sendo que a primeira dentre todas, ter muito cuidado com a saúde para mais tarde poder agir e trabalhar como um homem. Um menino que tem pai, mãe e irmãos deve compreender que ele é a esperança da família, que a ele é que caberá a tarefa de auxiliar mais tarde a família que o educou, as irmãs que necessitam de sua proteção e amparo; além de que o menino, chegando a ser um homem, terá que se sustentar e de constituir família para ser útil a si próprio e à nossa pátria, contribuindo para a sua riqueza e engrandecimento.

[...] Ser obediente a seus pais, ter a limpeza, ser verdadeiro, não mentir nunca, ter orgulho em dizer a verdade, não ter medo de coisa alguma, porque um homem deve ter a consciência do próprio valor, são qualidades indispensáveis a um homem. (O TICO-TICO, 1906, n. 36)

¹¹¹ Cf. epígrafe do capítulo 2.

Caracterizando os meninos como “homens pequenos”, o texto lembra que enquanto tais eles já tinham “obrigações sérias”, sendo a primeira delas garantir sua capacidade de trabalho, ou seja, sua capacidade de ser útil “a si próprio e à nossa pátria”. Na capa do primeiro número da revista já se esclarecia a separação dos papéis sociais a serem cumpridos pelos pequenos leitores dos dois sexos. Em quadrinhos, o “Malho” dialoga com as crianças:

‘Na verdade, chega a ser uma injustiça que no Brasil todas as classes tenham o seu jornal e só vocês não o tenham. Pois Bem! Futuros salvadores da Pátria e mães de família futuras, daqui em diante às quartas-feiras, exigi de vossos pais o ‘Tico-tico’!’ (O TICO-TICO, 1905, n. 1)

A distinção entre os “futuros salvadores da pátria” e as “mães de família futuras” reproduzia-se nas páginas da revista que dedicava muitas seções e concursos apenas aos meninos, a exemplo de “A arte de formar brasileiros” e do Concurso n. 1. As meninas passariam a contar com uma seção exclusiva na qual aprendiam trabalhos manuais a partir de 1906. É certo que a figura materna tinha importância no nacionalismo dos textos cívicos e as mulheres, valorizadas socialmente pela influência do positivismo e pela medicina social na passagem do século XIX para o XX, ganhavam uma responsabilidade maior na educação dos filhos. Contudo, pode-se dizer que, na literatura cívica, a figura materna apresentou-se com muito mais frequência como objeto de adoração e proteção por parte dos filhos homens.

Em uma literatura cujo objetivo principal era transformar a infância brasileira em homens e cidadãos perfeitos, é natural que predominem personagens do sexo masculino, às vezes órfãos de mãe, como em *Através do Brasil*. Mas a presença de meninos de nove, dez, doze e catorze anos provando sua virilidade precocemente ao cuidar de suas mães viúvas, tanto ressalta a importância dessa prova de masculinidade para o nacionalismo, como reveste o ideal do “bom filho” de um sentido patriótico. É que a pátria é sempre

representada como mãe, e ser um bom filho no âmbito privado significava estar preparado para servi-la.

Nesse sentido, os deveres com a pátria superam todos os outros, inclusive aqueles com a família como sugere Coelho Netto através da personagem da mãe do menino Renato em *América*:

[...] Sobretudo nunca retires os olhos do céu sob o qual nasceste nem desprezes a terra em que ensaiaste os primeiros passos; ela é mais do que tua mãe, é Mãe da tua raça, é o seio que alimenta, é o ventre que devora – é o prado e é o cemitério. Para que bem a sirvas e dela tudo mereças basta que sejas digno. (COELHO NETTO, 1897, p. 4)

E também quando destaca como o primeiro dos “Mandamentos Cívicos”: “Honra a Deus amando a Pátria sobre todas as coisas por no-la haver Ele dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor no céu e de beleza e fortuna na terra” (COELHO NETTO, 1922, p. 147). Curiosa distorção essa em que a pátria torna-se objeto do amor maior, enquanto Deus, seu criador, recebe a honra de ter sua criação amada “sobre todas as coisas”. Mas, apresentando-se como uma religião, o patriotismo se permitia subverter hierarquias tradicionais e fazia da Pátria uma espécie de deidade feminina.

Exceção à exclusividade masculina na representação de um ideal de infância brasileira é o livro *Histórias de nossa terra* de Júlia Lopes de Almeida. Ainda que a autora tenha corroborado, e contribuído em muitos aspectos, com a construção do ideal de hombridade veiculado pela literatura cívica, mantendo restrições especificamente ao modelo marcial de masculinidade¹¹², a inclusão de protagonistas do sexo feminino, além das fotos de estudantes que ilustram o livro (todas de uma escola para meninas), parecem lembrar que o ensino do patriotismo não devia dirigir-se quase que tão somente aos meninos, já que elas

¹¹² Cf a subseção 2.10 deste trabalho. Essa posição da autora seria ainda coerente com a defesa do pacifismo que assumiria após a Primeira Guerra, expressa em textos publicados na imprensa e reunidos no livro *Maternidade* de 1926. A autora assumiria, então, uma “postura militante” adotando “o ponto de vista da mulher e mãe que, em uma situação de guerra, não teria como afastar ‘a dor de ter dado a vida, e ter criado filhos, para os ver mutilar e matar a ferro e fogo’” (MAGALDI, 2001, p. 42).

também tinham seus deveres em relação ao engrandecimento da pátria¹¹³, nos cuidados com a família e em obras de caridade.

Esses deveres não sendo propriamente cívicos, pois que as mulheres não eram cidadãs plenas¹¹⁴ e a atuação feminina dava-se privilegiadamente no âmbito privado da casa e da família, eram entendidos como patrióticos e, portanto, fundamentais para a constituição da nação na medida em que ganhava relevo a função da mãe como educadora. Daí a importância de preparar as meninas para melhor exercerem esse papel. Um provérbio citado por Júlia Lopes de Almeida sintetizava sua percepção da “missão” que as mulheres eram chamadas a cumprir: “O homem tem nas mãos o destino dos povos e a mãe tem nas mãos o destino dos homens” (apud MAGALDI, 2001, p. 41).

Apesar disso, a pátria representada como mulher e mãe parecia, mesmo nos textos da autora, preferir seus filhos varões, fortes, viris, virtuosos, e a ela dedicados acima de tudo.

Em sua obra sobre a representação feminina da República francesa Agulhon (1979, p. 7) nota que na cultura ocidental é sempre o corpo feminino que serve de suporte visual à alegoria dos grandes valores. Os grandes ideais universalizados após a Revolução Francesa, a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade, e posteriormente a Humanidade associada à difusão do positivismo, símbolos da civilização e do progresso das nações, foram representados por figuras femininas. O mesmo autor reconheceu a dificuldade de distinguir representações da República que muitas vezes parecem confundir-se com as da França ou da Pátria.

No Brasil a figura feminina também foi utilizada para representar a República, mas foi em larga medida uma tentativa fracassada. Eram muitos os obstáculos ao uso da alegoria feminina e, segundo José Murilo de Carvalho (1995, p. 96): “Ela falhava dos dois lados – do

¹¹³ ANEXO D

¹¹⁴ Cf a respeito da distinção entre sociedade política e sociedade civil e seus efeitos na constituição da cidadania no Brasil, CARVALHO, 1991, p. 42-65.

significado, no qual a República se mostrava longe dos sonhos de seus idealizadores, e do significante, no qual inexistia a mulher cívica, tanto na realidade como em sua representação artística”.

Em contraposição à desmoralização da representação feminina da República que acaba por assumir até mesmo a feição de uma prostituta, as representações da Pátria ampararam-se na força moral da figura materna. Em suas imagens textuais ressaltam-se as qualidades de fertilidade, beleza, proteção e conforto que se combinam particularmente bem à contaminação entre a pátria e a terra/natureza freqüente na literatura brasileira. É possível que a mariolatria existente no país¹¹⁵ tenha contribuído de alguma maneira para reforçar essa idéia da mãe-pátria como sagrada e objeto de adoração de seus filhos, presente na literatura cívica. A mãe que representa a pátria aproxima-se também das viúvas dos textos cívicos que podem contar com seus filhos homens, obrigados moralmente a provar sua hombridade ao garantir o bem-estar materno em tempos de dificuldades, formando mãe e filho o par ideal e assexuado desse nacionalismo.

A pátria assim como a mãe viúva exige de seus filhos qualidades específicas para bem servi-la, entre as quais destaca-se a força física e moral, um dos principais atributos exigidos desses “homens pequenos” que compunham a representação da infância brasileira. Adquirida nas atividades físicas realizadas nos colégios, no escotismo ou no exército, e pela disciplina existente nestas instituições, a força em seus dois aspectos era um elemento determinante para a vitória nos campos de batalha, por exemplo, e um dos componentes da construção imaginária do soldado ideal, o qual deveria ser também um modelo de hombridade.

¹¹⁵ Ibidem, p. 93.

A defesa apaixonada de Bilac do serviço militar obrigatório tinha entre seus argumentos essa idéia da formação do homem como meio de regenerar a nacionalidade. Aos estudantes da Faculdade de Direito de S. Paulo, em 9 de outubro de 1915, dizia.

[...] Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores. A maior extensão do território está povoada de analfabetos [...].

Que se tem feito, que se está fazendo, para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada.

[...] Nunca fui, não sou, nem serei um militarista. E não tenho medo de militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis [...]. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de abc e do banho – animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: dela saíam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão... [...]. (BILAC, 1996, p. 912-914)

Transformar “homens” em “brasileiros”, dar uma forma nacional à multidão amorfa ou constituir a “nossa nacionalidade”, esse era o projeto de Bilac para a nação brasileira traduzido por diferentes meios, adequados a públicos específicos. Para os “rebotalhos da sociedade”, a “multidão” analfabeta sem consciência e dignidade, a obrigatoriedade do serviço militar; para a infância brasileira, alfabetizada e virtuosa, a função de escol, perfeitos cidadãos, conscientes e voluntários no cumprimento de seus deveres para com a pátria.

Dois anos depois daquele discurso que iria inspirar a criação da Liga de Defesa Nacional, e após a realização do primeiro sorteio feito em seguida à lei de 1908 que implementava a obrigatoriedade do serviço militar, Bilac voltava a afirmar, com base em dados mais concretos acerca dos homens que passariam pelo “filtro” da caserna, a

complementaridade entre os cuidados com a saúde e o corpo, os conhecimentos e as virtudes na formação de um homem novo para o Brasil:

[...] Das inúmeras lições, que já nos deu a primeira experiência deste regulamento, uma avulta, que devemos cuidadosamente guardar. Dos sorteados que vieram dos mais distantes pontos do Brasil, muitos são analfabetos, ignorantes da nossa geografia e da nossa história, leigos na vida administrativa, econômica e política do país, inconscientes do seu valor moral como cidadãos. Numa guarnição do Rio Grande do Sul [...]. Dos conscritos, Brasileiros natos e filhos de Brasileiros, 60% não tinham a mais ligeira noção sobre a nossa grandeza territorial; 46,66% desconheciam a nossa forma de governo; 73,33% eram analfabetos; 73,33% ignoravam a residência oficial do presidente da República, e 86,66% nunca ouviram o nome do barão do Rio Branco. E dos Brasileiros natos, de origem alemã, 61,53% não falavam nem entendiam uma só palavra do nosso idioma – e de todos eles NEM UM SÓ conhecia o nome do barão do Rio Branco!

Conservemos esta lição. Daqui a um ano, depois de poucos meses de instrução intensiva no quartel, estes homens, agora sem nacionalidade, serão excelentes e dignos Brasileiros. O quartel está dando força e saúde a estes corpos, e consciência, altivez, dignidade, heroísmo e pátria a estas almas. (BILAC, 1996, p. 878-882)

Serviço militar obrigatório e educação moral e cívica tinham funções complementares no projeto de formação de um homem novo proposto pelo autor. No âmbito da literatura cívica, o melhor testemunho da crença do autor no Exército como instituição capaz de formar a nacionalidade por meio da transformação externa e interna dos homens é dado pelo conto “O recruta” (BILAC; COELHO NETTO, 1904, p. 89-104). Neste, o “bisonho caipira” Anselmo, de vinte e dois anos, analfabeto, mas forte devido aos exercícios e ao trabalho no campo, após a passagem pelo quartel parte para a guerra do Paraguai como um “esbelto moço” que marchava “com garbo entre os outros”. O conto narra a transformação física do corpo já fortalecido pela vida ao ar livre, que adquire um porte esbelto e garboso pela disciplina e pelo uniforme. Contudo, o texto trata principalmente de um grande processo de metamorfose interna em que Anselmo toma consciência da sua nacionalidade, e do qual a mudança física se apresenta como um reflexo. Nesse processo, vale ressaltar a importância da convivência com os outros soldados no

quartel, pelos quais Anselmo passa a sentir “um afeto de irmão”, simbolizando a construção da solidariedade necessária à constituição da nação, assim como a “ânsia” pela batalha, na qual deveria provar sua virilidade¹¹⁶. O exército e a guerra, assim, se configuram como universos exclusivamente masculinos, nos quais a única presença feminina, porém simbólica, é a pátria, cuja honra deve ser defendida.

Note-se que na construção de um ideal de masculinidade pela literatura cívica, apesar das várias provas de virilidade as quais o menino deveria se submeter, a sexualidade é totalmente ignorada. O controle dos instintos pela virtude da temperança associava-se à exigência de colocar todas as energias a serviço da pátria. Esse aspecto é bastante significativo se considerarmos que um dos traços que muitos intérpretes em diferentes momentos atribuíram ao “brasileiro” foi justamente a sexualidade exacerbada¹¹⁷, atestada indiscutivelmente pelo alto grau de miscigenação. De acordo com Sérgio Carrara, a representação mais geral que as elites brasileiras e européias tinham sobre os brasileiros desde o século XIX até os anos 1920 era que eles

deveriam ser considerados degenerados, tanto moral quanto racialmente, estando o acesso ao ‘mundo civilizado’ permanentemente fora de seu alcance. Até o início do século XX, uma conjunção única de fatores climáticos e raciais era mobilizada para explicar a inferioridade racial e moral dos brasileiros. Na passagem do século, muitos médicos ainda acreditavam que os climas quentes favoreciam a licenciosidade e a decadência física. Para muitos, o calor trazia uma puberdade precoce, despertando poderosos impulsos sexuais. Para alguns, o calor podia até mesmo fazer aparecer o que era então conhecido como ‘frenesi tropical’ [...]. (CARRARA, 2004, p. 433)

Na interpretação clássica de Paulo Prado, para citar um exemplo dessa associação entre uma suposta “hiperestesia sexual” do brasileiro e os obstáculos ao desenvolvimento do país:

A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas. Para o erotismo

¹¹⁶ Cf. subseção 2.10 deste trabalho

¹¹⁷ Cf. Rago, 1998, p. 175-199.

exagerado contribuíram como cúmplices [...]: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana. Na terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual... Desses excessos de vida sensual ficaram traços indelévels no caráter brasileiro. Os fenômenos de esgotamento não se limitaram às funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e psíquicas, acompanhadas de profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos, indo do nojo até o ódio. (PRADO, 1997, p. 139)

Não obstante essa peculiaridade atribuída aos brasileiros, de maneira geral os nacionalismos procuraram estabelecer uma repressão dos instintos e desejos tornando o autocontrole parte integrante de um ideal de hombridade. As energias que poderiam ser desperdiçadas com prazeres imediatos e individuais deveriam ser totalmente canalizadas para fins mais elevados. Nesse sentido, segundo a análise de Mosse,

[...] A antítese da anormalidade poderia ser encontrada nos novos estereótipos nacionais. O inglês ou alemão viril exibiam a repressão e autocontrole tão caros à classe média. A hombridade significava liberdade da paixão sexual, a sublimação da sensualidade na direção da sociedade e da nação. [...] A hombridade não era apenas uma questão de coragem, era um padrão de comportamento e moral. Um comportamento masculino e uma figura máscula exemplificavam a transcendência dos chamados baixos instintos. (MOSSE, 1985, p. 13)

Para esse mesmo autor, na medida em que os conceitos de degeneração e masculinidade foram apropriados pelo racismo europeu, as raças consideradas “inferiores” passavam a ser representadas pela ausência de moralidade, disciplina ou, ainda, autocontrole. Negros e judeus eram identificados por sua excessiva sexualidade, e por um tipo de sensualidade efeminada e luxuriosa que os desprovia de masculinidade¹¹⁸.

O próprio criador do escotismo, Lorde Baden Powell, ensinava que “a energia que o animal primitivo do sexo masculino coloca quase que exclusivamente no sexo, [...] nos seres humanos é dirigida a todo tipo de atividades outras, como arte, ciência, ...” (apud MOSSE, 1985, p. 25).

¹¹⁸ Ibidem, p. 36.

Na literatura cívica brasileira não há qualquer referência direta ao controle da sexualidade que, pode-se dizer, deveria ser inspirado pela total exclusão desse aspecto na representação da masculinidade. Também não há qualquer referência à licenciosidade atribuída ao clima ou à presença da escrava africana, nem para negá-la, apesar de várias outras noções provenientes das ciências humanas, biológicas e sociais terem sido discutidas e/ou vulgarizadas nos textos cívicos, constituindo-se qualquer assunto que remetesse à sexualidade um tabu. Em contrapartida, a valorização do colégio interno, como lugar de isolamento do menino em um universo exclusivamente masculino, é uma constante. Ficando sujeitos no âmbito privado à presença de criadas, muitas vezes ex-escravas negras ou mulatas, o colégio interno era a solução para resguardar e promover a virilidade do menino afastando-o dessa influência “desmoralizadora”. Neste espaço, assim como no Exército, segundo as representações dos textos cívicos, além da ausência física efetuava-se também uma completa “remoção mental da mulher” (LORIGA, 1996, p. 38).

O medo da dimensão sexual nas crianças e adolescentes, contudo, se apresenta em uma memória sobre a educação moral e cívica do inspetor regional de instrução em Minas Gerais, Polydoro dos Reis Figueiredo. Para ele, a “sensualidade”, ao lado do orgulho e da ambição, era um dos “princípios que engendram em nós todo o mal”. Significava a “inclinação desregrada para os prazeres dos sentidos” e era “toda baixa; [...] o maior cativo da alma”. Segundo Figueiredo, “o homem sensual não tem outro fim, outro Deus, senão o seu corpo”, e por isso era necessário “salvar as crianças dos perigos da sensualidade”:

[...] é principalmente aos pais que me dirijo aqui, pois a eles pertence o mais grave dos deveres, o de preservar seus filhos dos males da sensualidade.

Desde a mais tenra idade se deve preocupar vivamente e velar sobre a criança, até os últimos detalhes: o modo de vestir, cuidados para afastar da criança o que não é conforme a modéstia; inspirar-lhe hábitos de pudor e respeito; afastar de seus olhos, de seus ouvidos tudo que pode ser perigoso; banir absolutamente do lar e da escola toda a palavra livre, todo

livro e objetos escandalosos; velar enfim sobre tudo que a cerca e dela se aproxima, criados, colegas, parentes e próprios irmãos. Todos os cuidados são necessários para salva-la, apresenta-la pura e inocente à escola, à sociedade... (FIGUEIREDO, 1915, p. 21-29)

A obsessão com a pureza e a inocência das crianças, aspecto constituinte da consolidação de um modo de vida burguês na Europa ao longo do século XIX e que se traduzia na concepção de uma primeira infância assexuada, tal como demonstram os trajes indiferenciados para os dois sexos, aos poucos foi sendo acrescentada de uma preocupação, no caso dos meninos, com a utilização cada vez mais precoce de signos, roupas e cortes de cabelo que sugerissem a sua masculinidade, ainda segundo o ideal que recusava qualquer associação entre virilidade e sexualidade.

Denunciando a adoção de novos comportamentos e signos associados em larga medida tanto a um estilo de vida burguês quanto à demonstração desse tipo de nacionalismo marcial por grupos que aspiravam ascender socialmente, Gilberto Freyre notou que:

[...] Genros advogados, médicos, engenheiros militares, industriais, urbanos, em oposição se não ostensiva, implícita, a velhos agrários e rurais, podiam dar-se ao luxo, a que muitos se deram, de ostentar idéias abolicionistas ou republicanas. Positivistas, vários deles, seus filhos já não cresceram cabeleiras de promessa aos santos; nem se apresentaram aos colégios vestidos com punhos de rendas e sobrecasacas à Luís XV. E sim de cabelo cortado como o dos homens; vestidos de dólmãs ou de roupas simples; quando muito fardados de soldados ou de marinheiros nacionais, com apitos, bordados e às vezes até pequenas espadas. O costume de vestirem os pais burgueses os filhos de seis, oito, dez e até doze anos, de marinheiros nacionais, foi um dos característicos da época [...]. Entre os meninos assim trajados e os vestidos de dólmãs, blusas, casacos parecidos com os dos homens, tornaram-se raros os de sobrecasacas ou blusas com golas de veludo. Mas sem desaparecerem de todo. Provocando uma vez por outra vaias dos moleques de rua. Assobios. Gargalhadas. Chacotas. (FREYRE, 1990, p. 162)

Em *O Tico-Tico*, as fotografias de crianças pequenas enviadas por seus pais expressam essa mudança. Ainda que presentes, as fotos de meninos vestidos com punhos de renda e sobrecasacas de veludo à moda de Luís XV são poucas se comparadas aos retratos de meninos com cabelos curtos e trajes que se assemelhavam aos uniformes militares,

muitas vezes com pequenas espadas na cintura. Esses retratos individuais, somados aqueles de estudantes, publicados em todos os números da revista desde meados de 1906 na seção “As escolas do Brasil”, nos quais se procurava retratar a disciplina militar dos alunos que posavam perfilados e muitas vezes portando bastões ou fuzis, dão uma forte impressão visual dessa virilidade precoce que venho procurando demonstrar.

Em relação à ausência de qualquer indício do despertar da sexualidade na representação da virilidade nesse ideal de infância brasileira, um único texto publicado na seção “As lições de vovô” em 4 de agosto de 1909 demonstra de que forma a literatura cívica entendia como perniciosa qualquer manifestação, ainda que sutil, de um suposto interesse da criança e do adolescente pelo sexo oposto, afastando totalmente essa dimensão da representação de um ideal de masculinidade que deveria nortear a sua formação. No texto, o “vovô” escrevendo a pedido do “Dr. Sabetudo”, responsável pela seção que tirava dúvidas apresentadas por cartas de leitores, condenava a “falta de juízo” de alguns meninos que o faziam “perder tempo com bobagens”:

Meus netinhos:

O meu amigo Dr. Sabetudo pediu-me para escrever a vocês uma carta a propósito da falta de juízo com que alguns meninos se dirigem a ele, pedindo informações tolas, fazendo-o perder tempo com bobagens que não adiantam coisa alguma a vocês.

Ora, o meu amigo Sabetudo tem o melhor desejo de ser agradável a todos os leitores e principalmente de lhes ser útil, dando-lhes informações que aproveitem à sua educação. Mas alguns meninos parecem não compreender que nem o Dr. Sabetudo pode perder tempo, nem O Tico-Tico pode ocupar espaço tratando de coisas sem utilidade.

Digam lá vocês francamente o que adianta um menino mandar perguntar ao Dr. Sabetudo qual é a flor de que ele mais gosta?

Perguntas como essa não mostram vontade de aprender, mostram apenas que o menino não tem o que fazer.

Mas há outro gênero de cartas mais censuráveis.

Ainda hoje o Dr. Sabetudo mostrou-me uma em que um menino de 14 anos lhe pede que publique uns pensamentos dedicados à sua namorada.

Parece incrível que este meu netinho não compreenda o quanto é ridículo um menino falar em namoros: um menino deve pensar em estudar ou divertir-se, brincar, ler histórias, entregar-se a jogos atléticos – isto é preparar o corpo e o espírito para ser um homem.

Esses que aos 14 anos já andam a pensar em namorados fazem rir e mais tarde serão homens bobos, ignorantes, piores do que crianças. (O TICO-TICO, 1909, n. 200)

O texto curiosamente associa o namoro ao ridículo da infantilidade, mas principalmente desqualifica as crianças para mostrar a elas a importância de precocemente parecerem homens. Tratava-se mais uma vez de enfatizar a noção de utilidade que devia servir como um parâmetro absoluto em todas as ações do menino. Um tipo de experiência como o namoro deveria ser descartado se o menino pretendia “preparar o corpo e o espírito para ser um homem”.

Mas deve-se ressaltar também um outro significado presente na referência a essas cartas “censuráveis”: o de que existia todo um universo de sentimentos e comportamentos de crianças e jovens que não se encaixava na idealização de uma infância brasileira, perfeita, representada não só na literatura cívica, como nas cartas e textos dos pequenos leitores da revista que chegavam a ser publicadas e que era sistematicamente ocultado.

3.3 Uma infância brasileira

A etimologia da palavra infância remete à noção de ausência de fala e em geral, como lembra Lajolo (2001, p. 229), “a infância é sempre *um outro* em relação àquele que a nomeia e a estuda”. De fato as crianças, na perspectiva da historiografia, mesmo as mais privilegiadas como estas para as quais se dirigem os textos cívicos, se caracterizam por uma subalternidade decorrente tanto da “ausência de fala” quanto de sua condição de dependência que as aproxima de outros segmentos marginalizados.

É justamente esta condição da infância que confere enorme valor às cartas, contos, poemas e textos diversos escritos por crianças e publicados regularmente na revista *O Tico-*

Tico, fontes únicas para a investigação da apropriação que esses pequenos leitores fizeram dos conteúdos da literatura cívica.

É claro, e o texto da seção “As lições de vovô” citado acima comprova isso, que nem todas as cartas eram publicadas e o critério de censura da revista baseava-se na correspondência daquilo que as crianças escreviam com o que era esperado delas, ou seja, maturidade, virtude, patriotismo e virilidade. Além disso, as próprias crianças querendo ganhar os concursos ou ter os seus textos publicados, escreviam aquilo que pensavam agradar aos adultos que tinham o poder de julgamento, procurando reproduzir muitos tópicos da literatura infantil e moralista de então, o que resultava na maioria das vezes em textos ainda mais piegas do que os que lhes serviam de modelo.

Os exemplos são incontáveis, mas selecionei alguns poucos para ilustrar os aspectos que venho destacando na análise da literatura cívica e as possibilidades de leituras por parte das crianças. O primeiro é o conto “Uma boa ação”, enviado por Raymundo Lima de 13 anos, no qual aparecem os temas da caridade, da bondade e do brio:

Pedro e João eram dois meninos, filhos de um pobre lenhador que, apesar da falta de recursos, não encarava sacrifícios para educá-los.

Um dia em que eles iam para a escola encontraram na estrada uma velhinha que gemia sob o peso de um enorme feixe de lenha.

Ao vê-los, ela, com a voz trêmula, disse:

– Socorram-me, queridos netinhos! Acho-me sem forças para conduzir este feixe até a minha casa, onde tenho uma netinha doente. Um graveto não há em casa para cozer um mingau para a doentinha, e isso levou-me à floresta a procura desta lenha.

Confrangia de dó o mais empedernido coração a pobre da velhinha.

Entreolharam-se os dois meninos, hesitando, João, que era dotado de excelente coração, convidou o irmão, que parecia disposto a continuar o caminho, a ajudá-la a levar o ferido que parecia tão caro a velha.

– Ora, respondeu de um modo brusco Pedro – chegaremos tarde na escola por causa das choringas de uma velha. Não faças tal, olha que o professor está a nossa espera com a indispensável palmatória. Não seas tolo.

Ao terminar estas duas palavras, virando-lhe as costas, Pedro começou a andar para a escola, onde o aguardava o professor.

Comovido até as lágrimas, João, pondo de lado a sacola, pegou no feixe e o conduziu até o albergue da infeliz velhinha, onde, lá chegado, ela o abençoou.

Alegre, João se dirigiu à escola, esperando, sem dúvida, do professor castigo imerecido. Mas se julgava feliz pela boa ação, que

praticara. O castigo lhe parecia suportável, porque nada lhe acusava a consciência. (O TICO-TICO, 1910, n. 249)

Outro caso é a história do “menino exemplar”, narrada por Ernesto Martinez de São Paulo que valoriza a bondade e o gosto pelos estudos:

Mario é um menino muito inteligente e bem educado.

Está como aluno interno num colégio, onde se distingue pela sua grande aplicação e exemplar comportamento.

A qualquer pergunta que o professor lhe faz ele dá sempre resposta satisfatória.

Nas férias Mário vai para casa de seus pais, uma linda casa de campo, muito longe da cidade.

Nem mesmo aqueles dias de descanso ele abandona os seus bons companheiros – os livros de estudo.

Perto da casa onde os pais de Mário vivem, corre mansamente um pequeno ribeirão e junto a este há uma frondosa árvore, à sombra da qual o nosso menino vai todos os dias estudar.

Seu pai, receando que tanto estudar lhe fizesse mal a saúde, comprou-lhe uma pequena espingarda para que caçasse aves, que em grande abundância há por ali.

Mario então, diz a seu pai:

- Não, papai, não quero caçar, não gosto de fazer mal às pobres avezinhas que nenhum mal nos fazem, que sentem como nós todos os sofrimentos e que vivem cantando para nos alegrar. Se quer dar-me prazer, em vez dessa espingarda pague-me uma assinatura d’O Tico-Tico, aquele alegre jornal para criança.

Seu pai ficou muito admirado de ver os nobres e elevados sentimentos do menino tão pequeno e, abraçando-o, diz-lhe:

Agradeço-te meu filho, a lição que me deste, e, como prova da minha satisfação, prometo-te satisfazer o que me pedes, tomando pra ti uma assinatura d’O Tico-Tico. Conserva sempre esses puros sentimentos que serás admirado e estimado por todos! (O TICO-TICO, 1909, n. 175)

O texto do menino sinaliza uma inversão de papéis quando o filho dá uma “lição” ao pai, justamente sobre um dos tópicos mais batidos da literatura cívica que era a noção de que não se devia maltratar os animais¹¹⁹, sendo essa consciência uma das expressões mais evidentes da “bondade” nas crianças. A inversão, por sua vez, cria uma impressão de horizontalidade na relação entre pai e filho, tal como preconizavam os textos cívicos que qualificavam o pai como um “amigo”, e pode ser tomada como indício de uma alteração na “hierarquia espontânea” própria à vida cotidiana (HELLER, 1985, p. 40).

¹¹⁹ Cf. *América* (COELHO NETTO, 1897), *Poesias Infantis* (BILAC, 1904), *Histórias de nossa terra* (ALMEIDA, 1911)

A citação da revista em contos e poemas que tratavam do valor do estudo ou do aprendizado da leitura expressava a noção que as crianças tinham do projeto da revista. Além de virtudes como a honestidade, a generosidade, a bondade, etc, o patriotismo era também um tema freqüente das cartas das crianças, às vezes na forma do ufanismo, como no poema “A Terra do Brasil” do menino Luiz Cardoso de Oliveira Júnior do Rio de Janeiro:

A mais rica em cafeseiros,
E outros belos vegetais
Como sejam cacoeiros,
Que dão fortuna ao país
De todas as qualidades,
E plantas de belas frutas
E grandes utilidades
Enfim, tudo ali se encontra
Temos as belas seringueiras,
Encantos da natureza,
Como as formosas mangueiras.
Salve, terra da beleza!
Da indústria e das mamoneiras.
Que fortuna! Que riqueza!” (O TICO-TICO, 1909, n. 182)

Note-se que não escapou ao menino nem mesmo o viés utilitário por meio do qual se passava a descrever a natureza naquele momento. Mas as expressões de patriotismo por parte dos leitores eram mais freqüentes nas cartas dirigidas aos concursos.

O primeiro concurso, também o mais interessante para a nossa análise, foi lançado junto com a revista em 11 de outubro de 1905 e propunha como tema a questão: “Que é que o menino quer ser?”. Tratava-se de um concurso de redação no qual, segundo a explicação dos editores, os “Os meninos devem dizer-nos sob o título O QUE EU QUERO SER qual a profissão que desejam adotar e devem apresentar os motivos e razões por que preferem essa profissão” (O TICO-TICO, 1905, n. 1). Na exposição das “condições para concorrer”, o concurso se apresentava também como uma espécie de enquete com o objetivo de avaliar se as crianças correspondiam às expectativas que eram depositadas sobre elas e, em última instância, pela analogia entre a infância brasileira e o Brasil, descobrir o que seria “o Brasil

de amanhã”. Pois, na concepção dos responsáveis pela revista, a carta de cada menino revelaria de maneira transparente o “homem que guarda em si”:

[...] É claro que nem os pais, professores ou quaisquer outras pessoas devem intervir nessas respostas, pois quem, por exemplo, preparasse ou emendasse a resposta dum menino não só desvirtuaria o intuito do concurso como praticaria um ato de falsidade que, por si só, influiria pessimamente na moral do menino.

Deixem os meninos responderem inteiramente de conformidade com o seu espírito e aspirações. A primeira virtude deste concurso estará nisso: - desde logo o menino, ao dizer o que deseja ser, e pela maneira por que o disser, revelará as suas tendências, o seu ânimo, o seu valor. Desde logo o menino retratará o homem que guarda em si. E ao fim deste concurso, a que esperamos que concorram todos os nossos patriciosinhos [sic] (que nisto os pais influam), conforme as profissões mais desejadas, já nós poderemos calcular o que será o Brasil de amanhã, já poderemos prever se essa nova geração que aí vem apontando terá a seiva e os ideais capazes de conduzirem esta grande pátria ao futuro que sonhamos brilhante¹²⁰.

A frase “O Brasil será forte!” anunciou o resultado publicado somente no n. 18 da revista em 7 de fevereiro de 1906, ressaltando o sucesso do concurso/enquete que recebera 439 respostas. O texto introdutório do resultado, assim como aquele do lançamento do concurso, destacava de que modo as respostas registravam a realidade das qualidades “da inteligência, de espírito e de alma” dos “homens do Brasil de amanhã”. Em seguida enfatizava a forte relação entre profissão e patriotismo:

Na quase unanimidade dessas 493 cartas, em que estão representados todos os nossos Estados, a nota predominante é um patriotismo ardente. Os meninos quase todos falam da sua ansiedade de crescer, de ser homem, para servir a Pátria. [...]

A marinha é que tem mais vocações. Alcançou 92 votos e o exército 82. A marinha é o supremo ideal.

O seu fardamento elegante, o garbo com que o vestem os oficiais, a proverbial distinção destes, a sua valentia, que se torna lendária desde a Guerra do Paraguai, de há muito fizeram essa a classe mais desejada em nosso país.

Mas felizmente não é só o aspecto brilhante da profissão que seduz os meninos: eles querem-na por isso e porque é nela que melhor podem ser úteis à Pátria, representando-a no estrangeiro ou defendendo-a, em caso de guerra.

Os recentes combates navais no Extremo Oriente, as estupendas vitórias dos japoneses são outro motivo de influência. ‘Quero ser um almirante como Barroso e como Togo’, dizem.

¹²⁰ Ibidem

Os que desejam o exército apresentam idênticos motivos: amor à beleza da farda gloriosa e amor à Pátria. (O TICO-TICO, 1906, n. 18)

Conforme procurei mostrar no capítulo anterior, a escolha profissional correta ocupava lugar de destaque nos projetos cívico-pedagógicos e a assimilação da associação entre profissão e patriotismo por parte dos meninos expressava, em certa medida, uma vitória daqueles programas. Entretanto, é possível que a coluna “A arte de formar brasileiros” que começou a ser publicada pouco depois do resultado do concurso e que dava grande ênfase à escolha profissional como expressão de um desejo de ser útil à pátria¹²¹, sem nunca ter tratado das carreiras militares, fosse uma espécie de resposta da revista ao que pode ter sido identificado, na perspectiva de seu próprio projeto, como uma distorção na apropriação por parte das crianças dos conteúdos da literatura cívica publicada até aquele momento.

É óbvio que as crianças haviam procurado responder de maneira a agradar aos “adultos-juizes” para ganhar o prêmio, e também não é por acaso que as respostas vencedoras, ambas afirmando o desejo de seguir a carreira militar como a maioria das redações enviadas, escolhessem justamente as profissões que na sua visão mais se identificavam com o patriotismo, uma vez que as expectativas dos organizadores nesse sentido tinham sido expostas no texto introdutório do concurso.

O resultado do concurso traduzia o êxito da vertente marcial do nacionalismo que àquela altura já estava presente na forma da valorização da figura do militar em alguns livros infantis de caráter moral e cívico como *Poesias Infantis* e *Contos Pátrios*, por exemplo, além da tradução bastante conhecida de *Coração*, de Edmundo d’Amicis, cuja leitura segundo Freyre (1990, p. 159) permaneceu em “voga” por muito tempo. Além das leituras, porém, as brincadeiras de meninos que desde a Guerra do Paraguai costumavam

¹²¹ Cf capítulo 2 dessa tese.

imitar batalhas, guerras e combates, pode ter tido influência “na idealização de soldados e marinheiros, como supremos heróis nacionais”¹²².

O patriotismo também iria garantir os primeiros lugares no Concurso n. 20, cujo tema era: “Que é que o menino ou menina mais deseja no ano novo de 1906?”. Nesse caso, sem que a revista desse indício de que julgaria as respostas pelo sentido patriótico das cartas como no texto introdutório do primeiro concurso, a subordinação dos desejos pessoais aos interesses da pátria é o que mais se destaca. Na apresentação dos resultados, exclamava o redator:

[...] E o nosso companheiro [que leu as cartas do concurso], [...] confessa que o seu espírito ficou verdadeiramente encantado por ver a precoce elevação da petizada brasileira. [...] A maioria das respostas vibra de patriotismo: o que os meninos e as meninas mais desejam em 1906 é o progresso e a felicidade do Brasil. [...]

Oh! O nosso amado Brasil tem passado por duras provações e vem de passar pela mais cruel de todas elas! Mas ele será feliz. São os seus pequeninos filhos que no-lo afirmam, nestas respostas ardentes de amor pátrio.

Benditas sejam as crianças que, no meio dos seus brinquedos e estudos, é na pátria que mais pensam! (O TICO-TICO, 1906, n. 16)

O vencedor, o menino Jaime Reis de dez anos, havia escrito:

‘Que mais pode desejar um brasileiro que ama com loucura sua grande pátria. ‘Que poderei eu desejar a não ser que este ano de 1906 seja para nós como uma fada graciosa e bela, da qual cada cabelo dourado represente uma linha gloriosa no grande livro da nossa história? Que poderei desejar a não ser a ventura de todos os nossos patrícios! E também que nós crianças sejamos felizes em nossos estudos, a fim de podermos, quando homens, enfrentar todos os revezes da vida em defesa de nosso querido Brasil.

Outras “boas respostas”, contudo, também seriam publicadas pelo *O Tico-Tico*:

Que é que o menino ou a menina mais deseja no novo ano de 1906?

Como já dissemos a maioria das repostas honra muito a nossa petizada.

[...] Eis um patriota exaltado e caloroso.

“Desejo principalmente que neste ano a nossa pátria suba de categoria e torne-se um país capaz de combater as principais potências do mundo e dê um salto brusco de classificação como o Japão.

¹²² Ibidem.

Todo o meu desejo é ver o nosso Brasil vitorioso, a nossa esquadra em evoluções, o nosso exército em manobras, e a nossa indústria adiantada.” – H. A. de Moraes Rego, 11 anos [...].

“Desejo um ano de paz, sossego e saúde para meus queridos pais e que eles possam criar-me para que eu venha a ser útil à minha pátria.” – Fernando Ramos, 7 anos [...].

“O que mais desejo no ano de 1906 é, antes de tudo, prosperidade da minha pátria e o bem-estar da minha família. Quanto à minha pátria, o meu amado Brasil, o que para ele almejo é tão difícil de obter que... não passarão os meus desejos de... desejos. Desejaria vê-lo Brasil, entre as primeiras nações do mundo, forte pelos seus canhões e pelo pensamento dos seus escritores e homens de ciência. Desejaria que o comércio progredisse, que os sertões onde ainda há índios ferozes, fossem percorridos, que se civilizassem os selvagens (sem os matar como é costume), fazendo novas cidades que prosperassem, plantando cereais e exportando-os para toda a terra. Desejaria que em nosso país fossem neste ano semeadas muitas escolas primárias para que se acabasse a gente que não sabe ler, e que, por isso não goza, nem a ventura de ler *O Tico-Tico*.” (O TICO-TICO, 1906, n. 18)

Seria ingênuo pensar que poderíamos conhecer o efeito real das ações pedagógicas exercidas pelos textos cívicos por meio das cartas publicadas por *O Tico-Tico*, assim como acreditar no seu sucesso absoluto em inculcar valores e atitudes, formando aquele tipo ideal de brasileiro. Para interpretar as cartas como expressão de uma apropriação por parte das crianças dos conteúdos da literatura cívico-pedagógica, é necessário considerar como já foi dito que os textos eram selecionados pela revista justamente porque reforçavam seu projeto e as crianças que tinham suas cartas publicadas eram exatamente aquelas que tiveram êxito em interpretar aquilo que delas se esperava. Desse modo, trata-se de buscar no diálogo estabelecido entre as crianças e os textos, o que as crianças entendiam ser as expectativas que nelas eram depositadas e de que forma elas usavam isso para negociar com os adultos: pais, professores, etc. Pois, reproduzir os tópicos da literatura cívica significava para as crianças o reconhecimento social de seu “valor”, e com isso também prêmios e recompensas.

Em contrapartida a isso, meninos como aquele que escreveu ao Dr. Sabetudo perguntando qual era sua flor preferida, no que pode ter sido uma pura e espontânea

manifestação de curiosidade infantil, eram censurados e repreendidos como “não tendo o que fazer”. Às crianças não era dado o direito de “falar bobagens”, o que demonstra o forte traço autoritário presente nesses projetos pedagógicos.

Não é à toa que os meninos, como diz o texto do concurso n. 1, falavam de “sua ansiedade de crescer, de ser homem para servir à pátria”. Afirmar isso demonstra principalmente que eles sabiam negociar com os termos daqueles que tinham poder e autoridade sobre eles, tentando, em alguma medida, superar sua condição de subalternidade pelo reforço do seu valor para a sociedade.

As cartas vencedoras do Concurso n. 1 são bastante eloqüentes a esse respeito. Na primeira o menino Joaquim Teixeira Tosta, de 11 anos, afirmava:

Presentemente o meu desejo é ser militar. Escolhi esta carreira porque acho que é a mais segura, mas também porque é de meu parecer que aí é que se pode mostrar o verdadeiro patriotismo; é uma carreira onde se está exposto de perder a vida a qualquer hora, só pelo desejo de servir ao seu país.

Entrando para o militarismo tratarei de me por à disposição da pátria.

O meu intuito é a sua honra, a sua grandeza e a sua prosperidade: para isso tratarei de fazer o meu nome honrado e ficando com popularidade começarei a desdobrar os meus projetos, não com a ambição que muitos têm de ser elogiado por toda a parte, mas com a tenção de desenvolvê-la, tirando-a da situação em que está desacreditada, assolada por contínuas revoluções militares e populares, e enfim, dando-lhe uma poderosa armada e um exército disciplinado, coisas essenciais para o engrandecimento de um país, tendo por exemplo o império do Sol Levante.

Enquanto estiver vivo estarão à disposição duas fortes mãos para defendê-la. E quando a vir fazendo parte das nações mais adiantadas poderei morrer tranqüilo certo de que cumpri o meu dever. Salve! Oh! Pátria amada! (O TICO-TICO, 1906, n. 18)

A outra, vencedora também do primeiro prêmio, era assinada por Eduardo Sanz Fernandes, de 12 anos:

Eu quero ser oficial de marinha para defender a minha pátria e se algum dia for chamado a combater irei com a maior alegria dentro de um navio dar sepultura aos meus inimigos. Honrarei o meu país e cobrirei de glórias a minha bandeira; e se algum dia esquadras estrangeiras ameaçarem a nossa baía, repelirei todos os ataques dessas esquadras inimigas; e se

algum dia a morte me chamar no meio do combate, morrerei levantando um viva à felicidade do meu país¹²³.

O uso da “retórica da morte viril” (LORIGA, 1996, p. 39), além de acentuar o tom dramático da carta, servia também para comprovar a própria masculinidade, para afirmar já ser homem. Não era bom ser criança. O “vovô” deixara claro para o menino que queria mandar uma mensagem para a namorada que ser um “homem bobo” era ainda “pior que ser criança”. Olavo Bilac, em seu discurso “Sobre as crianças”, afirmava sentir “pena” de todas elas:

[...] Tenho pena, compaixão adoradora, misericordiosa veneração de todas as crianças, das bonitas e das feias, das ricas e das pobres, das felizes e das infelizes. Tenho pena da sua inocência, da sua fragilidade, da impossibilidade em que elas quase sempre se vêem de explicar o que sentem e o que pensam. [...]

Considero que as mais felizes de todas elas ainda são muito infelizes... (BILAC, 1996, pp. 1032-1033)

Apesar de bem intencionado, Bilac foi um dos principais agentes na configuração de um ideal de infância brasileira, precoce e viril, ao qual as crianças deveriam se esforçar ao máximo para corresponder, o que não deixa de ser uma violência. Até mesmo na condenação dos castigos físicos, prática ainda corrente nas escolas e nas casas, o autor usava como argumento o acovardamento e a destruição da “independência e do brio” que aquele tipo de punição acabava provocando na criança, o que equivale a dizer que esse tipo de castigo ia contra todo o esforço dos projetos cívicos para formar um novo homem. Bilac pensava de acordo com a concepção vigente de valor da criança enquanto “ser social”, como afirmou Michelle Perrot (1999, p. 148), lembrando que a noção de “interesse da criança” irá desenvolver-se bem mais tarde. E, mais ainda, o autor operava dentro de um quadro de referências cuja moldura era um ideal de nação a ser atingido, e no qual a pátria deveria ser a principal instância a conferir sentido à vida individual.

¹²³ Ibidem.

A representação de uma infância brasileira, e com ela os novos ideais de família e de homem, aos poucos iriam entrando na vida cotidiana, alterando sua hierarquia e substituindo “preconceitos”¹²⁴, ainda que em uma escala bastante reduzida dadas as limitações da literatura cívica em um país com tão elevado índice de analfabetismo. O fato de os leitores de *O Tico-Tico*, que estavam longe de corresponder à realidade da maioria da população infantil do país, poderem apropriar-se e fazer uso dessas representações, contudo, tem grande importância. Significava o início de um processo que iria alterar aos poucos o cotidiano das classes letradas e configurar um modo de vida que deveria servir como um modelo de comportamentos, substituindo outros que cada vez mais eram identificados como retrógrados, em um movimento que produzia novos signos de distinção social.

A literatura criou estereótipos como o do menino estudioso, maduro, cheio de virtudes e às vezes filho de um profissional liberal, representando o ideal da infância brasileira; e o do seu antagonista, o menino rico, filho de latifundiário, preconceituoso, e portando vícios claramente identificados com uma ordem ultrapassada.

As cartas publicadas em *O Tico-Tico*, porém, nos permitem em algumas ocasiões vislumbrar um quadro mais complexo. É o que ocorre com o texto de uma “conferência” feita pelo menino Renato Nogueira, de doze anos, na fazenda de café de seu pai, em São Paulo, publicado na revista em 27 de janeiro de 1909 e intitulado “A mulher perante a sociedade moderna”. Dizia o menino ao seu público:

Minhas senhoras e meus senhores – com quanto seja ainda muito cedo para tomar parte no movimento de progresso – que se manifesta por toda parte, nestes tempos em que a humanidade caminha com passos de gigante para alcançar o seu ideal, eu não posso ficar indiferente... Permiti que eu saia do meio destes pés de café para ter a ousadia de vos dirigir a palavra...

O assunto que escolhi para a minha palestra:

A mulher perante a sociedade moderna é um assunto que deveria ser tratado por uma inteligência mais desenvolvida.

¹²⁴ Uso o termo no sentido de “categoria do pensamento e do comportamento cotidianos”, conforme Agnes Heller (1985, p. 43)

Mas, desculpem-me, eu sou filho, amo aquela que me deu o ser, amo estas pequenas criaturas que chamo irmãs, companheiras da minha existência!

Oh!...como é belo o amor que nasce da inocência!...A mulher na atualidade está destinada a fazer a felicidade não só do homem como das nações!...A mulher mãe é o mais sagrado dos destinos... [...]

Ela influencia sobre o bem, sobre a felicidade da família e das nações. Ela é, pela natureza, encarregada da educação do homem, por isso que, recebendo-o num estado de inocência e ignorância, ela ensina a balbuciar a primeira letra deste grande alfabeto!!!

O grau de civilização dos povos se marca pelo valor da mulher entre eles... [...]

Mas ah! É preciso convir, o lar é o império da mulher, aí é que ela mais se distingue; o seu fim principal é dar cidadão ao mundo e mães verdadeiras à humanidade. Mas senhores, quem vos fala é um filho que apenas acaba de sair do berço, ainda não tem este cérebro e este coração desenvolvidos para conhecer esse grande farol que ilumina o mundo. Esse farol que se chama ciência!!

Apenas saindo do a-b-c, com as minhas faculdades ainda em embrião, mas já pressinto que tenho um coração para amar, porque sou levado pelo sentimento natural que a natureza me dotou. Cabe agora, da minha parte, cultiva-las qual o agricultor que cultiva com amor as suas plantas, expurgando-as das ervas daninhas. Chego a este grande ponto, o mais importante da vida, a educação!

Desenvolver as faculdades do coração, guiar a iniciativa, eis o grande desideratum que só cabe a mulher.

Convencido desta verdade remato a minha palestra com este axioma.

O mestre instrui.

A mulher educa.

Desculpem-me. (O TICO-TICO, 1909, n. 173)

O texto destaca-se dos outros por tratar de um tema totalmente alheio à literatura infantil. O menino desculpava-se pela “ousadia” de “sair dos pés de café” para falar aos adultos e assim “tomar parte no movimento de progresso que se manifesta por toda parte”. Em sua “conferência” articulava a valorização social da mulher ao “grau de civilização dos povos”. Seria um leitor de Julia Lopes de Almeida ou das revistas femininas que surgiam também naquele momento e que provavelmente faziam parte das leituras de sua mãe? Talvez. Mas o que importa é que essa evidência de apropriação de determinadas noções pelo menino denuncia uma forma de circulação de idéias, assim como sua penetração e repercussão na vida privada. E a interpretação de todo o episódio permite identificar

indícios bastante sugestivos do contexto de profundas transformações em que se insere a literatura cívica.

A “ousadia”, ainda necessária para falar aos adultos naquele momento, expressa o reconhecimento de um “lugar” até então ocupado pela criança no interior de uma hierarquia que estava se modificando. Ao mesmo tempo, reconhecendo sua condição de criança e desculpando-se por falar de um assunto que deveria “ser tratado por uma inteligência mais desenvolvida”, aos doze anos o menino já não podia ficar “indiferente” ao debate público sobre o “valor” da mulher na sociedade, por ser “filho”. Em outras palavras, a motivação do menino era, enquanto homem, defender o reconhecimento da importância social de sua mãe.

O uso criativo que este leitor faz das representações contidas nos textos cívicos, associando-as aos argumentos presentes nos discursos vinculados à promoção da mulher na sociedade e traduzido em uma verdadeira *performance*, torna evidente os usos diferenciados dos mesmos textos os quais, segundo Chartier (1995, p.233), resultam de “práticas que se apropriam, distintivamente, dos materiais que circulam numa determinada sociedade”. E demonstra com isso que as “práticas de apropriação sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas”¹²⁵.

A possibilidade de publicar seus textos em *O Tico-Tico*, mesmo que na maioria das vezes reproduzissem os estereótipos e clichês da literatura cívica, transformava as crianças alfabetizadas em co-autoras de um nacionalismo que ia se constituindo enquanto discurso e reforçava seu papel de sujeitos na realização dos projetos que procuravam transformar em norma um novo quadro de valores e comportamentos que iria alterar o cotidiano das famílias nas quais se inseriam, ainda que os resultados dessa alteração fossem imprevisíveis como demonstra o exemplo da “conferência”.

¹²⁵ Ibidem, p. 234.

Um ideal de infância brasileira, precoce e viril, configurou-se como o modelo ao qual a criança deveria corresponder para ser reconhecida e como um signo distintivo da família à qual pertencia. A apropriação dessa representação, fator e indicador do contexto no qual se inseria, significava ao mesmo tempo civilidade e civismo, uma adesão aos novos valores éticos e sociais, e, finalmente, a contribuição para o progresso da sociedade e para a elevação da pátria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserida no contexto que se configurou a partir da Abolição e da Proclamação da República – eventos que, associados fortemente às noções de sepultamento de uma ordem ultrapassada e de refundação, tornaram o momento propício a todo tipo de elaborações conceituais, estéticas e simbólicas vinculadas à construção do “novo” –, a literatura cívico-pedagógica surgiu como uma resposta à constatação aguda, simultânea ao advento da república no Brasil, de que o país não era uma “nação”, um “povo” ou uma “pátria completa”, percepção que continuaria ecoando durante toda a Primeira República em explicações e soluções de caráter diverso.

A metáfora freqüente do Brasil como uma criança seria um dos emblemas dos “grupos emergentes, empenhados em fazer ruir e enterrar as ‘estruturas fossilizadas’ do Império e, ao mesmo tempo, criar um jogo de imagens que seriam a antítese dos símbolos estéreis do [...] velho Brasil, sugerindo a imagem de um novo início [...]” (SEVCENKO, 2003, p. 306). Essa noção otimista, que no âmbito das ações dirigidas à infância iria fortalecer a autoridade do argumento da criança como futuro da nação, seria, na dimensão de sua aparente passividade esperançosa, complementada pelo novo significado que se agregaria ao conceito de país novo a partir da primeira década do século XX: o de um país em que “tudo ainda está por fazer”.

O conceito deixava mais evidente a constatação do atraso pelos intelectuais contemporâneos, uma situação que se devia a “nada ter sido feito” até aquele momento, e abria um “horizonte de expectativas” no qual se inscreviam os projetos de nação contidos nos textos cívicos e em outros discursos.

Comprometidos com o sentido civilizador das mudanças em curso e procurando interferir nos seus direcionamentos, os textos cívicos na maioria das vezes foram além da conscientização dos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros e divulgaram conhecimentos estratégicos e valores éticos e sociais de acordo com a nação utópica que imaginavam. O

“país do futuro”, nas projeções da literatura cívica, era para “fora” uma potência internacional altamente civilizada, capaz de “assombrar o mundo” com suas conquistas, e para “dentro”, uma república meritocrática com um povo homogêneo, virtuoso e consciente de seus deveres com a pátria.

Silvio Romero e Rodrigo Otávio foram os primeiros intelectuais de renome a investir na formação dos futuros cidadãos, seguidos por Coelho Netto, Olavo Bilac, Afonso Celso, Julia Lopes de Almeida, Manoel Bomfim, Afrânio Peixoto e outros.

No entanto, uma avaliação do conjunto da literatura cívica nas três décadas que se seguem à República deixa transparecer uma desigualdade, quantitativa e qualitativa, na contribuição dos autores.

Destacam-se, nesse sentido, Olavo Bilac e Coelho Netto como os principais propositores de um ideal de homem brasileiro, confeccionado pela soma de uma certa compleição física a determinadas virtudes sintetizadas em uma noção de virilidade, e que tinha na figura do militar o seu principal modelo.

A esse nacionalismo marcial e espartano contrapunha-se a voz sutilmente dissonante de Júlia Lopes de Almeida, buscando minimizar esse império da masculinidade na configuração do patriotismo por meio da afirmação do valor de atividades profissionais não tão viris e do papel das mulheres para o engrandecimento da pátria.

Essa dissonância, assim como a maior ou menor importância do ufanismo nos diversos projetos, além de outras, permite ver a literatura cívica como um campo conflituoso no qual entram em disputa signos indicadores de diferentes ideais de homem, de civilização e de nação. Um dos objetivos deste trabalho foi justamente investigar as diferenças e as semelhanças na abordagem dos principais temas presentes nos textos cívicos com os quais aqueles autores intentavam empreender uma verdadeira “arte de formar brasileiros”, conforme o significativo título de uma seção da revista *O Tico-Tico*.

Na maioria das vezes os temas e representações parecem apenas reproduzir os clichês de outros nacionalismos, ressonantes durante muito tempo, o que é reforçado pela ironia da enorme popularidade da tradução de *Coração* e sua utilização no Brasil para o ensino cívico, mas trata-se daquela “falsa impressão de familiaridade com o passado” para a qual alerta Robert Darnton (1986, p. XV), insistindo que “precisamos começar com a idéia de captar a diferença”.

Com essa preocupação procurei no diálogo entre os textos e seu contexto mais abrangente diferentes significados que poderiam estar ocultos sob a aparência do “mesmo”, do já conhecido. Vale lembrar, a esse respeito, o paternalismo do discurso bilaqueano visível, por exemplo, na construção de personagens de escravos ou ex-escravos conformados, submissos, e assumindo o discurso do opressor, como nos contos “Mãe Maria” e “Uma vida...”. É certo que esse paternalismo denuncia uma posição elitista e conservadora, porém muito mais próxima do nacionalismo autoritário que se configura a partir dos anos vinte, que da ordem senhorial à qual pretende se contrapor. Os valores que passam a legitimar o exercício de uma tutela por parte de um escol não são mais a bondade e a caridade cristãs que atenuam as desigualdades e a violência de uma sociedade aristocrática e escravocrata, mas a bondade e a generosidade como expressão do sentimento de solidariedade que distinguem os “novos homens”, conscientes da importância dessas virtudes para a solidificação nacional. Sua própria distinção social não se estabelece com base em um ordenamento natural ou divino que subordina inferiores a superiores, mas no mérito individual que permite, por exemplo, a inclusão de um mulato pobre, como o personagem Libânio de *América*, na elite dos homens que “farão a grandeza da pátria”.

Também não parece ter sido por acaso que em *Através do Brasil* é o personagem Juvêncio que fica encarregado da “lembrança” de sua própria inferioridade, esquecida mais de uma vez pelos protagonistas para quem o sertanejo já era um “irmão”. Carlos e Alfredo,

legítimos representantes da infância brasileira, estavam muito mais próximos de internalizar o conceito de nação do que seu companheiro de viagem. Seguindo a importante lição de Renan (1997, p. 20) a respeito das nações modernas, Bilac e Bomfim deram um lugar de destaque ao “esquecimento” das desigualdades raciais e sociais tão enraizadas na sociedade brasileira. Pois, nas palavras do autor francês: “a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”.

Libânio e Juvêncio são personagens que só fazem sentido na literatura cívica brasileira e nos remetem, a fim de compreender sua função pedagógica nos textos, ao contexto social, político e cultural no qual se insere aquela produção.

O próprio objeto de investigação deste trabalho, a construção de um ideal de infância brasileira, inscreve-se nesse diálogo entre textos e contexto que confere especificidade à contribuição da literatura cívica a um tipo de nacionalismo que busca suas raízes no romantismo, modificando alguns signos e agregando outros – como a visão da natureza e a atribuição de um papel à criança, por exemplo – e no qual ainda não estão presentes os principais elementos que serão responsáveis pela sua versão mais bem acabada no contexto do pós-1930, em particular sua apropriação pelo Estado que irá re-significar todos os seus conteúdos, sem mencionar a feição que assumirá posteriormente no Regime Militar a despeito do fato de alguns desses livros terem continuado a ser editados e usados nas escolas nesses dois momentos.

No que diz respeito à formação de um novo homem brasileiro, é o *status* da criança como “ser social” recém adquirido que irá permitir a projeção daquele empreendimento sobre meninos entre dez e doze anos de idade. Transformar estes meninos em “futuros salvadores da pátria” em um país que tinha a realização de seus desígnios sempre projetada para o futuro lhes atribuía uma enorme carga de responsabilidade para com a sociedade. Daí a relevância que atribuí neste trabalho à construção de um ideal de infância brasileira,

concebida como objeto e sujeito dos projetos contidos nos textos cívicos que tinham como objetivo maior efetuar a regeneração nacional, noção resultante da aliança entre valores burgueses assimilados pelo conceito de civilização e do nacionalismo propulsor dos diversos projetos apresentados naquele momento.

Falar da construção de um ideal de infância brasileira no qual estava contido em potencial um novo homem, o “cidadão perfeito”, portanto, só faz sentido naquele contexto em que as dissonâncias chamam a atenção para os conflitos em torno daquela representação e no qual valores e condutas que, naquele momento começavam a ser classificados como atrasados ou maus, constituíam ainda a norma que organizava o cotidiano familiar. Sendo assim, os textos cívicos ao afirmar a centralidade da criança na família, em particular dos meninos em idade escolar, e estes na medida em que conseguiam ocupar esse lugar, assumiam a função de introduzir ou colaborar com o condicionamento dos membros da família aos novos sentimentos, valores e atitudes, qualificados como bons, civilizados e patrióticos.

Ao caracterizar como “normas de conduta” o conjunto de virtudes e comportamentos apresentados pela literatura cívica, tive a intenção de enfatizar o papel assumido pelos intelectuais que a produziram em tomar para si a condução de uma “regeneração moral” da sociedade brasileira, configurando um padrão desejável de condutas individuais para a formação da nação que imaginavam. Isso não quer dizer em absoluto que as crianças tenham aceitado passivamente aquele modelo que lhes desejavam inculcar.

A noção de “leitura”, de acordo com Chartier (1995, p. 214), como uma “prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores ou dos produtores dos livros”, permite analisar as cartas publicadas dos leitores da revista *O Tico-Tico*, em geral leitores também dos outros textos cívicos, na sua efetiva dimensão de sujeitos históricos. Sem pretender abarcar toda a pluralidade de leituras das

quais as cartas poderiam servir como indícios, o que seria verdadeiramente impossível, não quis me furtar da tarefa de investigar em algumas delas os possíveis significados agregados pelas crianças aos conteúdos da literatura cívica.

Se os textos cívicos não chegaram a alcançar seu objetivo maior, a constituição da nação forte e homogênea imaginada por seus autores, o seu impacto não foi desprezível assim como não ficou reduzido à difusão de uma visão ufanista entre as crianças. Imbuídos de uma missão regeneradora, os projetos da literatura cívica tiveram seu papel na alteração do cotidiano das famílias brasileiras, em particular das camadas média e alta, modificando valores, hábitos, sentimentos e atitudes. Elaborou-se todo um código de condutas ligado às transformações nos modos de pensar e de agir, sintetizado no ideal de um novo homem contido em potencial na infância brasileira precoce e viril e transformado em peça-chave no discurso do nacionalismo tal qual configurou-se ao longo da Primeira República.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos e Bibliotecas Pesquisados:

Biblioteca da Academia Brasileira de Letras
 Biblioteca Nacional
 Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
 Biblioteca Central da Fiocruz
 Biblioteca da PUC-Rio
 Biblioteca do Departamento de História da USP
 Fundação Casa de Rui Barbosa
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
 Museu da República

Fontes Básicas

Literatura Cívico-Pedagógica (1893 a 1921)

ALMEIDA, Julia Lopes de. **Histórias da nossa terra**. 6. ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris, Aillaud, 1911. (1907)

ANDRADE, Tales de. **Saudade**. 41. ed.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. (1919)

BILAC, Olavo. **Poesias infantis**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.

_____. Os escoteiros. GUINLE, Arnaldo e POLLO, Mario. **O livro do escoteiro**. Manual do escoteiro brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

_____ e BOMFIM, Manoel. **Através do Brasil** (narrativa). Livro de leitura para o curso médio das Escolas Primária. 3. ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia, 1917. (1910)

_____ e COELHO NETTO, Henrique. **A terra fluminense**. Educação cívica. (livro unanimemente aprovado pelo Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

_____. **Contos Pátrios**. Educação moral e cívica. (para os alunos das Escolas Primárias). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.

_____. **Contos Pátrios**. Para as crianças. 28. ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

_____. **A pátria brasileira** (para os alunos das escolas primárias). 3. ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, Alves & Cia., 1911. (1909)

BRANT, A.Mário Caldeira. **Catecismo Cívico**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.

CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu país**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1901.

COELHO NETTO, Henrique. **América** (educação cívica). Rio de Janeiro: Editores I. Bevilacqua & C., 1897.

_____. O escotismo. GUINLE, Arnaldo e POLLO, Mario. **O livro do escoteiro. Manual do escoteiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

_____. **Breviário Cívico**. Rio de Janeiro: Ed. “O Norte”, 1921.

GUINLE, Arnaldo e POLLO, Mario. **O livro do escoteiro**. Manual do escoteiro brasileiro. Adaptação de obras congêneres inglesas, francesas e portuguesas com introdução de Olavo Bilac e Coelho Netto da Liga da Defesa Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

OCTÁVIO, Rodrigo. **Festas Nacionais** (Educação Cívica). Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1893.

OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de (diretor do ensino municipal de Belém). **Nossa Pátria**. Pequena enciclopédia nacional para uso das escolas brasileiras. 3ª. edição da antiga “A pátria brasileira” inteiramente refundida e ampliada. Paris/Lisboa: Tipografia Aillaud, 1908.

OSÓRIO, Joaquim Luís. **Brasil! Diurnal Cívico**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C. , 1920.

PEIXOTO, Afrânio. **Minha terra e minha gente**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Lisboa-Paris: Aillaud e Bertrand, 1916.

POMBO, Rocha. **Nossa pátria**. Narração dos fatos da História do Brasil, através da sua evolução, com muitas gravuras explicativas. São Paulo/Rio de Janeiro: Weiszflog irmãos, 1917.

ROMERO, Silvio. **A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis**. Ensino Cívico (Livro para as classes primárias). Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Comp., 1890.

Periódicos

Almanach d'O Tico-Tico. Rio de Janeiro: 1911 - 1921.

O Tico-Tico. Rio de Janeiro: 1905 - 1921.

Literatura Infantil

ALMEIDA, Julia Lopes de e VIEIRA, Adelina Lopes. **Contos infantis em verso e prosa.** (adotados para uso das escolas primárias do Brasil). 8. ed.. Rio de Janeiro: Laemmert & C.^a eds., 1910.

ANDRADE, Tales de. **Vida na roça.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

BILAC, Olavo. **Juca e Chico:** história de dois meninos em sete travessuras. Rio de Janeiro: Laemmert & C.^a eds., 1901.

BILAC, Olavo e COELHO NETTO, Henrique. **Teatro infantil:** comédias e monólogos em prosa e verso. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905.

BILAC, Olavo e BOMFIM, Manoel. **Livro de leitura.** Rio de Janeiro: Laemmert & C.^a, 1901.

COELHO NETTO. **Apólogos.** Contos para crianças. 4. ed.. Porto: Livraria Chardron, de Léo & Irmão, Ltda.; Paris: Aillaud, 1924.

CORREA, Viriato e João do Rio. **Era uma vez** (contos para crianças). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

DE AMICIS, Edmundo. **Coração.** (tradução brasileira autorizada, feita da 101.a edição italiana por João Ribeiro). 46. ed.. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.

MASCARENHAS, Aníbal. **Histórias do arco da velha.** Rio de Janeiro: Livraria do Povo, s.d.

PIMENTEL, Alberto Figueiredo. **Histórias da avozinha.** Rio de Janeiro: Quaresma, s.d.

_____. **Álbum das crianças.** Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1897.

_____. **Histórias da baratinha.** Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1959.

_____. **Contos da Carochinha**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1959.

Obras literárias, ensaios, crítica, historiografia, crônicas, discursos, memórias, manuais didáticos, prefácios e outros

AMADO, Gilberto. **A chave de salomão e outros escritos**. Obras de Gilberto Amado vol.1. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1947.

ASSIS, J. M. Machado de. **Obra completa**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1962.

BILAC, Olavo. **Bilac, jornalista** (organizado por Antonio Dimas). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006.

_____. **Olavo Bilac**: obra reunida. (organizado por Alexei Bueno) Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. **O Brasil nação**: realidade da soberania brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituições do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1986.

FIGUEIREDO, Professor Polydoro Dos Reis. **Educação Moral e Cívica**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas, 1915

LIMA, Manuel de Oliveira. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MONCORVO FILHO, Arthur. **História da Proteção à Infância no Brasil** (1500 – 1922). Rio de Janeiro: Emp. Graphica Ed., 1926.

POMPÉIA, Raul. “Prefácio”. In: OCTÁVIO, Rodrigo. **Festas Nacionais**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1893.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (org.). **Nacionalidade em questão**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Curso Superior. 2. ed.. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1901.

_____. “Prefácio”. In: ROMERO, Silvio. **A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis**. (Livro para as classes primárias). Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Comp., 1890.

RIO, João do. **O Momento Literário**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, s.d.

ROMERO, Silvio. **O Brasil na primeira década do século XX**. Lisboa: Edição Limitada, 1912.

_____. **História da literatura brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902-1903.

SOCIEDADE ANÔNIMA “O MALHO”. **Cinqüentenário de “O Tico-Tico”**. Rio de Janeiro: 1956.

TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**. Primeira parte. A Constituição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

_____. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programma de organização nacional. Rio de Janeiro : Imp. Nacional, 1914.

VARNHAGEN, F. A. **Memorial organico** em que se insiste a adopçam de medidas de maior transcendencia para o Brasil... 2a. parte. Madrid: Impr. da viuva de D.R.J. Dominguez, 1850.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Pará: Editores Tavares Cardoso & C.^a, Livraria Universal, 1890.

Bibliografia Geral:

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

AGULHON, Maurice. **Marianne au combat**. L’imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880. Paris: Flammarion, 1979.

_____. **Marianne au pouvoir**. L’imagerie et la symbolique républicaines de 1880 à 1914. Paris: Flammarion, 1989.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1981.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. Ensaio de preliminares para a sua história e suas fontes (Biblioteca de Educação). São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social e Utopia. In: RUGGIERO, Romano (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Vol.5: Anthropos – Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

_____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 7^a. ed., 1994. (obras escolhidas; v. 1)

BLOWER, Bernard David. **História do escotismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Movimento Escotismo, 1994.

BOBBIO, Norberto. Norma. In: RUGGIERO, Romano (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Vol.14: Estado - Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. As Letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. 2^o. Volume: Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1977.

BOTELHO, André. Através do Brasil: um “romance de formação” da modernidade brasileira. **Ciência e Trópico**. Recife, vol. 26, n. 1, p. 7-45, 1998.

BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil – 1900**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

BUENO, Alexei (org.). **Olavo Bilac**: obra reunida. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. **A Educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo, Ática, 1987.

CAPELATO, Maria Helena. O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino americano. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2.^a edição. São Paulo, Editora Senac, 2000.

CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). **Cuidar, controlar, curar:** ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: PANDOLFI, Dulce Chaves et al. (orgs.) **Cidadania, justiça e violência.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Brasil. Nações Imaginadas. In: _____. **Pontos e Bordados.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

_____. Terra do nunca: sonhos que não se realizam. In: BETHELL, L. (org.) **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro.** Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Maria Alice R. de. (org.) **República no Catete.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CASTRO, Celso. *In corpore sano:* os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem. 1997

CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: _____ e PEREIRA, L. A. M.. (orgs.). **A história contada:** capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura.** 1880-1980. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIAPPINI, Ligia; DIMAS, Antônio & ZILLY, Berthold (orgs) **Brasil, país do passado?** São Paulo: EDUSP, Boitempo, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de literatura infantil e juvenil brasileira:** séculos XIX e XX. 4. ed.. São Paulo: EDUSP, 1995.

- COELHO NETTO, Paulo. **Bibliografia de Coelho Netto**. Brasília: INL, 1971.
- COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- CYRNE, Moacy. **História e crítica dos quadrinhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ed. Europa: FUNARTE, 1990.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.
- DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. 4. ed.. São Paulo: Contexto, 1996. (coleção Caminhos da História).
- _____. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DIMAS, Antônio. A encruzilhada do fim do século. In: PIZARRO, Ana (org.) **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura**. Vol. 2. A Emancipação do Discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994.
- _____. **Tempos Eufóricos** (análise da revista Kosmos, 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **Bilac, Jornalista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Volume 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERES JÚNIOR, João. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Retalhos de Jornais Velhos**. 2. ed.. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

_____. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 1.º tomo 7. ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, Instituto Nacional do Livro, 1985.

_____. **Ordem e Progresso**. 5. ed.. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURET, François. **A Oficina da História** (primeiro volume). Lisboa: Gradiva, s.d.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**: história de uma polêmica. 1750-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIL, José. Nação. In: RUGGIERO, Romano (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Vol.14: Estado - Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. p. 276-305.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce C.; e ALBERTI, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002.

GUIRALDELLI JR., Paulo (org.) **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.

HALLEWELL, Lawrence. **O Livro no Brasil** (sua história). São Paulo: T.A Queiroz: Ed da Universidade de São Paulo: 1985

HANSEN, Patrícia S.. **Feições e Fisionomia**. A História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: ACCESS, 2000.

_____; LESSA, Beatriz C; ARAGÃO, Georgy P. A Construção da Nação: a formação do Estado Imperial e o discurso indianista em Gonçalves Dias e José de Alencar. **Rascunhos de História**. Rio de Janeiro, p. 63-86, 1997.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 1914 – 1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____ e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** 2. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento.** São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 25. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

_____. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Revista brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v.17, n.49, jun. 2002.

JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JÚNIOR, João. (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

JOHNSON, John J. **Latin America in caricature.** Austin: University of Texas Press, 1980

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past. On the Semantics of Historical Time.** Cambridge (Mass.) and London: The MIT Press, 1985.

_____. Uma História dos Conceitos: Problemas Teóricos e Práticos. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, 5(10), p.134-146, 1992.

_____. **L'Éxperience de l'Histoire.** Paris: Gallimard/Seuil, 1997.

LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola.** Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Globo, 1982.

_____. Introdução. BILAC, Olavo e BOMFIM, Manoel. **Através do Brasil: prática da língua portuguesa: narrativa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Literatura infantil brasileira: história e histórias.** 6. ed.. São Paulo: Ática, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 3. ed.. São Paulo: Unicamp, 1994.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia.** 3. ed. rev. ref. ampl. São Paulo: Livr. Pioneira, 1976.

LESSA, Renato. **A invenção republicana.** Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república. 2. ed.. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Claude (orgs.). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. 1.º volume. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito de menor. In: Del Priori, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. 4. ed.. São Paulo: Contexto, 1996. (coleção Caminhos da História).

LOPES, Eliane M.T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LORIGA, Sabrina. A experiência militar. In: LEVI, G. e SCHMITT, J-C. (orgs.) **História dos jovens**. 2. A época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Lições de casa**: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil. 2001. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Moderna, 1997.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda de expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Ana Luísa. **Revistas em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. vol V (1897-1914). São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

MATTOS, Ilmar R. de. Um 'País Novo'. A formação da identidade brasileira e a visão da Argentina. In: **Argentina-Brasil y la formación de la identidad nacional**. La visión del Otro. n.º 1, Buenos Aires: Funceb/Funag, 1997.

MEYER, Marlyse (org.). **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MOSSE, George L. **Nationalism and Sexuality**. Respectability and Abnormal Sexuality in Modern Europe. New York: Howard Fertig, 1985.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira** (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica. 6.ed., São Paulo, Atica, 1990.

_____(org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira** (1500-2000): a grande transação. 2. ed.. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 19, n.º 37, set. 1999.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. 2º. Volume: Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977. p. 261-191.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de memoire**. Vol 1. La Republique. Paris: Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) **Discurso Fundador**. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

OZOUF, Jacques e Mona. Le tour de France par deux enfants. In: NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de mémoire**. Vol 1. La Republique. Paris: Gallimard, 1997.

OZOUF, Mona. Regeneração. In: _____e FURET, François (orgs.). **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PAMPLONA, Marco A.. Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 32, 2003.

_____ and DOYLE, Don Harrison (Eds.). **Nationalism in the New World**. Athens, Ga.: University of Georgia Press, 2006.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**. vol 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

PIZARRO, Ana (org.) **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura**. Vol. 2. A Emancipação do Discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994.

PONTES, Elói. **A vida exuberante de Olavo Bilac**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. In: LOYOLA, Maria Andréa (org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

RIZZINI, Irene (org.). **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

_____. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: mito da formação sadia**. 1991. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ROTH, Jack J. **The cult of violence**. Sorel and the Sorelians. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1980.

ROUANET, Maria Helena (org.). **Nacionalidade em questão**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANDRONI, Laura. A literatura infantil no Brasil de 1900 a 1910. In: COSTA, Luís Antônio Severo et al.. **Brasil 1900-1910**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (col. Rodolfo Garcia), 1980.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro e OLIVA, Terezinha Alves de. **As multifaces de "Através do Brasil"**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. et alli. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2003.

_____. **Orfeu Extático na Metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. (org.) **História da vida privada no Brasil.** Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (org.) **História da vida privada no Brasil.** Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Alberto da Costa e. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2. ed.. São Paulo: Editora Senac, 2000.

SKIDMORE, Thomas E.. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2.ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 4. ed.. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. **História e dependência:** cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.

UFANISMO. In: **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

UFANISMO. In: **Novo Aurélio Século XXI.** 3.ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Em busca da identidade nacional: diferentes expressões do moderno e da brasilidade. In: MAGALDI, A. M., ALVES, C. E GONDRA, J.G. (orgs). **Educação no Brasil:** história, cultura e política. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical:** história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERGUEIRO, Waldomiro e SANTOS, Roberto Elísio (orgs). **O Tico-Tico:** 100 anos. Vinhedo, São Paulo: Ópera Graphica Editora, 2005.

VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se adivinha.** Polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

YUNES, Eliana. **Infância e infâncias brasileiras:** a representação da criança na literatura. 1986. Tese (Doutorado em Letras) - Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

ANEXOS

ANEXO A – Capa da 1.^a edição do livro *Contos Pátrios* da coleção Biblioteca dos Jovens Brasileiros (1911)

ANEXO B – Capa da 3.^a edição do livro *A Pátria Brasileira* da coleção Biblioteca dos Jovens Brasileiros (1911)

ANEXO C – Capa da 28.^a edição do livro *Contos Pátrios* (1932)

ANEXO D – Foto que ilustra o primeiro conto do livro *Histórias de nossa terra* (1911)

A nossa bandeira.